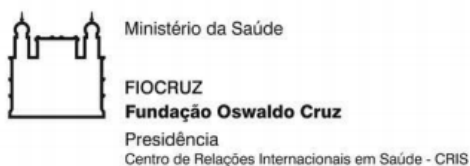


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 22/2022
De 08 a 21 de novembro de 2022



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2022



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
11	Saúde em contexto de pandemia, guerra na Ucrânia e crise climática – <i>Santiago Alcázar</i>	
16	Conselho de Direitos Humanos da ONU: um balanço dos seus desafios, realizações e fragilidades em 2022 / 16º Ciclo. Pistas para um melhor desempenho em 2023 - <i>Armando De Negri Filho</i>	
36	Acordos multilaterais e rascunhos de novos traçados da Saúde Global: o que está por vir? - <i>Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez</i>	
42	Fechando 2022 com grandes expectativas para o Clima e Biodiversidade: a COP27 e a COP15 - <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
53	Copa do Mundo no Catar: uma história de suor, sangue e lágrimas de trabalhadores e trabalhadoras migrantes - <i>René Mendes</i>	
64	Migrações, refúgio e saúde global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
69	Instituições Financeiras Multilaterais - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
73	Tecnologia verde, crescimento populacional e desigualdades: Informe sobre a OMPI e UNCTAD - <i>Claudia Chamas</i>	
77	A discussão de gênero que se destaca em mais uma quinzena - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>	
87	Multiplicidade de compromissos globais em alimentação e nutrição e participação do setor privado: fortalecimento ou fragmentação da agenda?- <i>Denise Oliveira e Silva, Eduardo Nilson e Erica Ell</i>	
93	Conferência Mundial sobre Cuidados e Educação com a Primeira Infância – <i>Gisele Sanglard, Fabiane Gaspar e Vitor Rodrigues</i>	
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
96	Os responsáveis pela crise climática e pela iniquidade do acesso a vacinas precisam assumir compromissos efetivos de enfrentamento dos problemas urgentes e estruturais - <i>Ana Carol Aldapi Vaquera, Danielle Keylla Alencar Cruz, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice de Jesus Alves Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira, Rosa Castália F. Ribeiro Soares e Luis Eugênio de Souza</i>	
109	A sociedade civil global em defesa dos serviços e bens públicos em saúde e a centralidade dos conflitos laborais - <i>Armando De Negri Filho e Rafaela Venturella De Negri</i>	

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

- 123 Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - *Regina Ungerer*
- 134 Percepções sobre a Cúpula do G20: saúde, clima, segurança alimentar e recuperação econômica. - *Vitória Kavanami, Nina Bouqvar, Thaiany Medeiros, Pedro Burger e Paulo Esteves*
- 141 Com diversos países interessados, possível expansão do BRICS preocupa os EUA - *Claudia Hoirisch*
- 143 Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe -- *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 153 VII Congreso Latinoamericano y del Caribe de Salud Global - Declaración de Santiago sobre Salud Global Y Diplomacia de la Salud en América Latina – *ALASAG*
- 156 O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 167 A Europa desiludida - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 170 A disputa pelo protagonismo no cenário mundial tem se deslocado para a Ásia - *Lúcia Marques*
- 173 Estados Unidos: Saúde global e diplomacia da saúde – *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 177

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 180

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' – 181

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 22/2022 – De 08 a 21 de novembro de 2022

Apresentação

Nesta quinzena rivalizaram nas atenções no cenário global a *ecopolítica* da Cop27 e a *fulbólica* da Copa do Mundo.

Uma COP27 ‘meio cheia-meio vazia’ chegou a acordo histórico sobre ‘perdas e danos’ que beneficiariam países em desenvolvimentos que pagam o pato das fartas causas das mudanças climáticas dos países desenvolvidos ao longo de décadas, mas deixa detalhes vitais, como quem paga a conta, para o ano que vem, na COP28 dos Emirados Árabes Unidos, ou até na COP30, de 2025, que Lula reivindica que seja realizada no Brasil. Contudo, foi muito insuficiente no tocante aos cortes nas emissões de CO2 e sua mitigação, cujas propostas foram pífias. Esta fragilidade seria decorrente dos interesses do Egito e de todos os países vizinhos em proteger a indústria de combustíveis fósseis. Lamentável, pois de nada adiantará apoiar os países mais pobres na mitigação das perdas e danos, sem atacar a causa, que são as imensas emissões de gases de efeito estufa.

Já a Copa do Mundo no Catar vai além das quatro linhas do gramado. Permite recordar aos olhos do mundo questões civilizatórias básicas, como direitos e proteção de trabalhadores, particularmente migrantes, submetidos a trabalho semiescravo naquele país (e em tantos outros países do mundo), e violações de direitos fundamentais de mulheres e população LGBTQIA+, o que não é exclusividade do Catar, como sabemos.

Lula esteve na COP, foi saudado com entusiasmo, ligou clima, fome e paz na sua alocação, anunciou que o Brasil está de volta ao protagonismo quanto ao clima e à cooperação solidária entre os povos, e quer fazer a COP30 na Amazônia.

Dia 20 de novembro foi o Dia da Consciência Negra, que deve ser relembra sempre e sempre em todos os espaços públicos de comunicação possíveis, como são estes Cadernos. Nesta quinzena, lamentamos a perda da argentina Hebe de Benafini (foto na capa), líder das Madres de la Plaza de Mayo, que também deve ser recordada como heroína das lutas contra todas as ditaduras.

O G20, que realizou sua Cúpula em Bali, também foi um pouco ofuscado, em boa parte pelo mais-do-mesmo da Declaração resultante. No seminário avançado em saúde global e diplomacia da saúde de 24 de novembro sobre saúde nos grupos de países, já disponível no YouTube da Fiocruz, os resultados do G20 foram discutidos em profundidade, assim como o G7, BRICS e o G77.

No campo específico da saúde, chamamos a atenção para o lançamento do *draft zero* do Tratado sobre Pandemias, em discussão no Órgão Negociador Intergovernamental, em Genebra. Um capítulo especial do Caderno 21 é dedicado a *Declaração de Santiago sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, resultante do VII Congresso da Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG).

Registramos e saudamos com grande satisfação a realização do **13º. Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva**, realizado pela ABRASCO, em Salvador, BA, de 21 a 23 de novembro, com mais de 5 mil participantes brasileiros e estrangeiros, e que contou com uma

intensa atividade na área de saúde global e diplomacia saúde, da qual participaram diversos professores e pesquisadores do CRIS.

Para **Alcázar**, pandemia, guerra na Ucrânia e crise climática são as realidades com as quais temos que nos ater. Deveria ser ocasião para as transformações necessárias para acabar com essas crises. Em vez disso, o que se vê são resistências sutis para manter tudo como está. Na *COP-27*, estimativa de custos para a transformar a economia, que ninguém sabe quem terá de cobrir. No *G-20*, foro para o debate de questões da economia global, adoção de discurso bélico. Aparentemente não há disposição para mudanças radicais que para beneficiar os mais vulneráveis.

No informe sobre o **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, De Negri Filho** aborda o Relatório 2022, apresentado pelo Presidente do Conselho na 77ª Assembleia Geral da ONU, realizada em setembro de 2022. O presidente, Embaixador Villegas, da Argentina, referindo-se aos doze meses anteriores, clamou por mais apoio da Secretaria Geral e dos demais órgãos da ONU para um melhor funcionamento do CDH frente às inúmeras responsabilidades e crescentes demandas dirigidas ao mesmo. Pediu 14 semanas de sessões ordinárias por ano, mas não reivindicou o debate em torno do *status* do CDH como um organismo principal da Organização, tal qual havia feito a presidenta do 15º Ciclo. Vale a pena ler a tradução do discurso de Villegas, assim como examinar o Relatório 2022 do CDH, pois aí temos uma síntese ordenada dos principais temas tratados no Conselho e as resoluções adotadas, permitindo uma panorâmica dos conflitos (particularmente observando os mapas de votação em diferentes matérias), e os retrocessos e avanços sobre os Direitos Humanos no mundo.

São também abordados os cinco painéis especiais realizados durante a 51ª Sessão (setembro / outubro de 2022), que trataram dos seguintes temas de muito interesse para os direitos humanos em geral, mas com forte significado para a saúde do e no mundo:

1. Painel de discussão bienal sobre o direito ao desenvolvimento. Tema: 35 anos depois: caminhos políticos para operacionalizar o direito ao desenvolvimento
2. Painel de discussão do Conselho de Direitos Humanos sobre o impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos
3. Painel de discussão sobre o futuro do direito ao trabalho em conexão com ações, respostas e impactos das mudanças climáticas no contexto de economias sustentáveis e inclusivas;
4. Discussão anual sobre a integração de uma perspectiva de gênero ao longo dos trabalhos do Conselho de Direitos Humanos e de seus mecanismos. Tema: Superação de barreiras baseadas em gênero à liberdade de opinião e expressão;
5. Painel de discussão anual de meio dia sobre os direitos dos povos indígenas. Tema: Impacto dos planos de recuperação social e econômica no contexto da COVID-19 sobre os povos indígenas, com foco especial na segurança alimentar.

Dos painéis, são apresentados as notas técnicas, as referências documentais e bibliográficas e o acesso aos links em que os painéis podem ser assistidos. O material é rico em termos de análises críticas e perspectivas de ação e pode interessar aquelas e aqueles relacionados com os temas enfocados nos painéis.

Sobre a **Organização Mundial da Saúde**, informam **Reges, Galvão e Bermudez** que desde julho de 2022, através das consultas informais para seguimento dos projetos do INB, muitas temáticas têm sido abordadas para a construção do Tratado Pandêmico. Nas últimas

semana houve o lançamento do *draft zero* do documento proposto. Trouxe medidas para encorajar, incentivar e facilitar a transferência voluntária de tecnologia e *know-how* do setor privado por meio de iniciativas colaborativas e mecanismos multilaterais. Com o reconhecimento das barreiras impostas pela propriedade intelectual, a proposta já enfrenta resistência da indústria farmacêutica. Como resultado da reunião ministerial (saúde e economia) do G20 foi ainda proposto um novo fundo pandêmico, no qual os recursos deverão ser usados para consertar o sistema de saúde e fechar a lacuna orçamentária nos próximos cinco anos, com base em como a pandemia do Covid-19 foi tratada nos dois anos anteriores. Neste contexto, a OMS também salientou que para uma implementação efetiva é necessário que, para além de um acordo pandêmico assinado entre ministros da economia e da saúde, haja o suporte à renúncia de propriedade intelectual sobre diagnóstico e insumos terapêuticos. Populações saudáveis são a base para economias saudáveis.

Para nossos analistas **Magalhães e Galvão**, do grupo de **ambiente e saúde** do Observatório, a **COP 27** terminou melhor do que o esperado, trazendo para o acordo o Fundo para Perdas e Danos, que só entrariam nas conversas em 2024. O mecanismo ainda pouco definido, poderá aliviar os danos desproporcionais causados pelo câmbio climático em países vulneráveis. Apesar de ter sido denominada a ‘COP da Implementação’, as ações apresentadas para redução das emissões ainda são insuficientes, e restringidas à redução ao uso do carvão – para os outros combustíveis fósseis, a orientação é reduzir os subsídios – ao mesmo tempo que se encoraja a transição energética para fontes renováveis. António Guterres criticou o mal uso do NET Zero e apresentou um relatório de especialistas para que a metodologia traga honestidade ao processo. EUA apresentou plano ambicioso de ajuda. China se comprometeu a NET Zero até 2060, mas não disse como.

Na **COP 15** será acordado o novo Plano Global para Biodiversidade pós 2020, composto por 4 objetivos e 23 metas que tem como estratégia principal a conservação de uma área de 30% do planeta até 2030. E a sugestão para implementação de one Health e outros métodos nos Planos de Biodiversidade e vice-versa.

Do ponto de vista da saúde, as duas COP são fundamentais visto que os resultados e compromissos firmados serão decisivos para o controle e aparecimento de pandemias além da exacerbação de doenças e enfermidades que já acometem milhares de pessoas. Como dois pontos frágeis desse desenvolvimento econômico não sustentável, cada vez mais se faz necessário o diálogo e integração das ações de Saúde e Ambiente.

Desde que o Catar foi escolhido pela FIFA (2010) para sediar a Copa do Mundo de 2022, não cessam de ocorrer denúncias e protestos contra as graves violações de direitos humanos praticados pelo regime monárquico absolutista daquele país. Com tal marco de referência contextual, o artigo de **Mendes** nosso analista para **a área de saúde do trabalhador e no trabalho**, tem o propósito de dar visibilidade às graves questões vinculadas às condições de vida e trabalho dos mais de 2 milhões de trabalhadores migrantes no Catar (cerca de 70% de sua população), desde os processos perversos de seleção e recrutamento nos países de origem, até as formas de contratação e subordinação, em especial o ‘sistema kafala’. Milhares morreram, seja pelo calor excessivo, seja por acidentes e doenças do trabalho, ou suicídio.

O **grupo sobre migração e refugiados**, liderado por **Ventura**, destaca a exigência pelo **ACNUR** da representação de refugiados e deslocados climáticos na próxima Conferência do Clima, a COP 28, ao fim da última COP 27 realizada em Sharm el-Sheik, no Egito. A ONU também reconheceu, por meio de um relatório, a vulnerabilidade de países aos efeitos da crise climática

na região do Sahel, na África Ocidental e Central. A OMS, por sua vez, destacou a emergência de saúde e alimentar no chamado Chifre da África, que tem gerado enormes fluxos migratórios na região. A Federação Internacional da Cruz Vermelha alertou para a lentidão do cumprimento de metas da última COP 26, em Glasgow, e seus efeitos sobre uma crescente população de migrantes climáticos. Por fim, mencionam a denúncia de famílias de trabalhadores migrantes às condições abusivas de trabalho durante a construção da infraestrutura da Copa do Mundo no Qatar.

Massari, Gomes e Carvalho, no seu informe sobre **saúde da mulher, criança e adolescente**, destacam: a Conferência Regional Sobre Mulheres da América Latina e Caribe, organizada pela CEPAL; a Estratégia para Planejamento Familiar, 2022-2030: Expandindo Escolhas – Garantindo Direitos em um Mundo Diversificado e em Mudança; e o Relatório Justiça Sexual e Reprodutiva como Veículo para Cumprir os Compromissos da Cúpula de Nairóbi, ambos da UNFPA. Da mesma organização, em associação com ONU Mulheres, apresentam o documento “Rumo a medidas aprimoradas de desigualdade de gênero: uma avaliação do Índice de Desigualdade de Gênero do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e Proposta para Adoção de Dois Novos Índices”. Na OMS, chamam a atenção para o Dia de Ação Global para Eliminação do Câncer de Colo do Útero (17 de novembro), e nas Nações Unidas, o Dia Mundial da Prevenção e Cura da Exploração, Abuso e Violência Sexual Infantil (18 de novembro). Do UNICEF, nos apresentam o documento sobre “Educação Pré-Primária Transformadora de Gênero”.

Segundo **Nilson, Oliveira-e-Silva e Ells**, a agenda global de **alimentação e nutrição** tem sido reforçada em múltiplos fóruns, movimentos e compromissos globais. Contudo, esse processo tem apresentado riscos de fragmentação e de interferência de interesses financeiros sobre os grandes objetivos de saúde humana e planetária por meio da transformação dos sistemas alimentares. Como alternativas para esses riscos, é preciso fortalecer a governança dos processos globais e locais e coordenar efetivamente as agendas de segurança alimentar e nutricional.

A Conferência Mundial sobre Cuidados e Educação com a Primeira Infância (WCECCE) organizada pela **UNESCO** é o tema abordado por **Rodrigues, Gaspar e Sanglard**. O evento ocorreu entre os dias 14 e 16 de novembro em Tashkent, Uzbequistão e teve como objetivo reafirmar o compromisso dos Estados-membros na realização da Meta 4.2 do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que exige garantir que “todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-primária, para que estejam prontos para a educação primária”.

No dia 10 de novembro, durante a COP 27, no Egito, a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual** lançou a primeira edição do “Livro de Tecnologia Verde” com foco na adaptação às mudanças climáticas, posicionando suas recomendações no escopo das medidas de mitigação. **Chamas** também informa que o livro foi criado em cooperação com o *Climate Technology Center and Network (CTCN)* e a *Egyptian Academy of Scientific Research and Technology (ASTR)*. A **UNCTAD** destaca a marca de 8 bilhões de pessoas no mundo, de acordo com estimativas da ONU, em 15 de novembro, refletindo sobre a necessidade de abordar as desigualdades e garantir uma transição justa para um futuro de baixo carbono.

O **BID** tem já tem um presidente eleito, pela primeira vez um brasileiro, o economista Ilan Goldfajn. Em entrevistas após a eleição, o economista sinalizou a grande convergência de sua proposta de gestão no BID com a agenda do presidente Lula: enfrentamento da pobreza,

superação das desigualdades e mudanças climáticas. **Banco Mundial** anuncia a criação dos programas Economia Azul para o continente africano e Parceria Hidrogênio para o Desenvolvimento. **FMI** discursa na Cúpula do G20. São os temas abordado por **Cazumbá** no Caderno 22.

A realização da COP-27, nesta quinzena, contribuiu, certamente, para que a crise climática fosse o tema de maior destaque nas manifestações das **organizações da sociedade civil (OSC)**. As OSC exigem que os principais responsáveis pela crise climática devem tomar ações claras e não ficar apenas em promessas. Segundo **Souza e grupo de pesquisadores**, outros temas abordados foram: direitos humanos, migração e deslocamento forçado, Covid longa, campanhas para incrementar a aceitação da vacina e as demandas pelo fim das barreiras de propriedade intelectual.

O espaço das **organizações do Sul Global** é dominado neste informe pela COP27 e pela Cúpula do G-20. A Vice-Secretária Geral da ONU, falando na Cúpula do G-20, destacou que o mundo deve se voltar para a *Cooperação Sul-Sul e Triangular* para enfrentar os desafios mundiais de hoje e que, apoiada pelo **UNOSSC**, a ONU está implementando uma estratégia para promover a cooperação Sul-Sul e triangular (CSST). **Ungerer** reporta ainda que o G-77 + China comemoraram uma vitória na COP-27, quando sua proposta de estabelecimento de um financiamento dedicado para apoiar “perdas e danos” associadas com os impactos adversos das mudanças climáticas nos países em desenvolvimento, foi aprovado por consenso. Já a *Organização do Movimento Jovem dos Não Alinhados* celebrou o Dia Internacional da Tolerância, com o objetivo de conscientizar as pessoas sobre a importância da tolerância e do respeito mútuo e promover a união internacional e formas de melhorar o bem-estar das crianças em todo o mundo. Enquanto isso, o **Centro Sul** chamou à atenção na COP27 que os países mais afetados pelas mudanças climáticas têm menor capacidade de enfrentar e se adaptar e que as mudanças climáticas são uma questão transversal, enquanto o mundo opera em *silos*.

De Negri Filho recorda-nos que em informe do mês de agosto de 2022, havia destacado a crise dos sistemas de saúde europeus e sua expressão principalmente no âmbito laboral, como expressão direta da fragilização dos sistemas públicos e a forte ascensão dos serviços privados.

Em vários outros informes destacou o avanço insidioso das “alianças público-privadas”, do “filantropocapitalismo” e do “multistakeholderismo” como expressão da perda dos limites entre interesses públicos e privados e a naturalização dos conflitos de interesse, conduzindo a uma privatização da esfera pública em saúde. Tudo isto em um ambiente de restrições do financiamento público (por endividamento dos estados e redução drástica dos espaços fiscais – políticas de austeridade) e crescente dependência de fundos privados.

Da **sociedade civil de interesse público** surgem ou persistem inúmeras formas de resistência a este estado de coisas.

Destaca a Conferência “Nosso futuro é público” (Santiago, Chile, 29/11-02/12/22, culminando um longo processo de mobilizações e formulação do Manifesto: “O futuro é público: um manifesto global em favor dos serviços públicos”. Uma iniciativa potente que integra importantes organizações sindicais e de base social e acadêmica do mundo.

Aponta também o novo estudo patrocinado pelo *Geneva Global Health Hub – G2H2*, sobre “Justiça Financeira para Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias”, destacando o imperativo de enfrentar as barreiras econômicas e financeiras impostas pelos grupos dominantes, mediante a naturalização das políticas de austeridade fiscal como única forma de

enfrentar a crise econômica, mas sacrificando de forma igualmente natural a condição de vida das populações e suas expectativas de vidas. Reivindicar a materialidade do direito à saúde passa ser crucial e a forma para alcançá-la passa pela transformação do sistema econômico e a submissão do capital financeiro aos interesses da sociedade.

Sobre os conflitos laborais no centro da defesa dos interesses públicos, relata as lutas em curso na Argentina, Espanha, Servia e Reino Unido como exemplos de resistência e construção de alternativas públicas na saúde. De igual maneira, destaca os esforços da OMS na proteção das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde.

O autor sublinha também as denúncias sobre os efeitos das desigualdades injustas no balanço da mortalidade mundial por Covid19 e a “invisibilização” da varíola símia quando se trata de proteger as populações do Sul Global.

Os Estados-Membros dos **BRICS** estão contestando a ordem econômica hegemônica dos EUA e Europa e isso tem atraído novos interessados para o grupo, segundo **Hoirisch**. Após a última cúpula, realizada em junho em Beijing, Argentina e Irã se inscreveram para ingressar no grupo. Turquia, Egito e Arábia Saudita podem muito em breve se juntar ao grupo das maiores economias em desenvolvimento. O décimo país pode ser a Argélia, último a se candidatar formalmente. Nesse informe, a analista busca assinalar as vantagens que esses possíveis novos integrantes podem aportar ao grupo e/ou para os membros do grupo e para si.

A realização da tão aguardada **Cúpula do G20** teve lugar nesta quinzena em Bali, na Indonésia, nos dias 14 a 16 de novembro. Durante o encontro, as principais discussões repercutiram em torno das temáticas da saúde, e da segurança alimentar e energética. Seguindo a constante de inação que permeia o bloco desde que a guerra na Ucrânia teve início, poucos foram os avanços para a recuperação do G20, seja no nível político ou econômico. Destaques positivos foram o estabelecimento oficial do Fundo para Pandemias, a ratificação de medidas relacionadas às questões climáticas e a renovação da Iniciativa de Grãos do Mar Negro. É que reportam **Burger, Esteves e grupo** para o Caderno 22

O informe sobre **América Latina e Caribe** começa com a notícia de uma carta redigida por ex-presidentes e outras autoridades da região a dez dos atuais presidentes latino-americanos, na qual clamam pelo retorno da UNASUL e exaltam a importância da integração regional – mais do que nunca. **Tobar e Minayo** destacam também uma entrevista com o Secretário Geral da **SEGIB** sobre a oportunidade de estreitar as relações com a UE nesse novo avanço progressista da região. O informe traz ainda o relatório da **CEPAL** demonstrando que a região é a mais atingida demograficamente com a pandemia, assim como Por fim, a grave situação política com as eleições gerais na Nicarágua e a ascensão do autoritarismo de Daniel Ortega encerram o informe, juntamente com o relatório da CIDH da OEA sobre a concentração de poder e o enfraquecimento do Estado de direito neste país da América Central.

Diversos temas são abordados por **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg** sobre o **continente africano**: Iniciativa multilateral para dimensionar e acelerar o financiamento de projetos de infraestruturas verdes em África; líderes globais apoiam e financiam programa de aceleração da adaptação de África para fazer face às mudanças climáticas no continente; o CDC África realiza oficina continental visando rever estratégias para testes diagnósticos e vigilância da Covid-19; os Ministros da Saúde da SADC, reunidos na RDC, para avaliar o estado de saúde da região; o BAD apoia COMESA em desenvolver a indústria farmacêutica na região; e treinamentos dos bancos sub-regionais como estratégia para o alcance dos ODS em África.

Como tem sido em todo o ano de 2022, infelizmente o destaque da **Europa** segue sendo a guerra na Ucrânia, segundo **Freire**. A central nuclear europeia de Zaporizhzhia, localizada no sul da Ucrânia, foi novamente atingida, trazendo risco de acidente nuclear. A Polônia sofreu as consequências da interceptação de um míssil russo pela Ucrânia, perdendo duas vidas. A desilusão europeia se aprofunda com o resultado da COP27.

No início de 2022, **Marques** sinalizava que o ano seria da Ásia. Os cenários apontavam para um 2022 favorável à China, com desdobramentos positivos para os países da **Ásia Sudeste, Pacífico e Central e do Oriente Médio**. A mudança do centro de gravidade econômica do Atlântico para a Ásia causou alarme na América e seus parceiros europeus porque muda a ordem mundial estabelecida pelos EUA e aliados desde 1945. Embora o mundo esteja enfrentando as consequências da guerra russo-ucraniana, de uma forma geral os países pobres e em desenvolvimento vêem o conflito como a guerra da “Europa e dos EUA”. Ao mesmo tempo assistem aos EUA cortejarem aliados na Ásia e além contra seu rival econômico e estratégico: China. Enquanto a América tenta conquistar a confiança das nações asiáticas colocando na mesa de negociações os temas que interessam a elas, a China fortalece cada vez mais sua parceria estratégica com os países da Ásia Central e Ocidental, do Indo-Pacífico e da África. Assim, uma nova geopolítica começa a ser rascunhada. E com um golaço marcado pela Indonésia nesse novo cenário global, pautando para a Cúpula de Líderes do G20 assuntos de interesse para o Sul Global, e fechando com chave de ouro sua presidência do bloco.

Lobato, reporta que a **China** vem com menos restrições sanitárias, mais universidades de alto nível e um respaldo significativo da comunidade internacional ao secretário-geral Xi. No seu informe de julho, apontava para um futuro fortalecimento da China na conferência do G20, quando também fez menções à histórica Conferência de Bandung. Acredito que as previsões tenham se mantido e que Zhou Enlai, que liderou a delegação em Bandung, estaria hoje contente com os avanços da diplomacia chinesa em Bali.

A presença dos **Estados Unidos** na arena da saúde global e da diplomacia da saúde foi marcada pelo Presidente Biden, que reafirmou os compromissos americanos no combate à crise climática durante a COP27. No campo doméstico, um estudo da KHN demonstrou uma grande operação de investidores que veem a saúde como investimento lucrativo. São os dois pontos abordados por **Galvão** no informe para o Caderno 22.

Desfrutem deste fascículo 22 dos Cadernos CRIS, que abordou importantes dimensões do multilateralismo global, analisado com muito cuidado e dedicação por uma equipe de analistas. Até nosso próximo e último encontro do ano, em 8 de dezembro, com o fascículo 23.

Rio de Janeiro, Manguinhos, 22 de novembro de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz
(com Érica Kastrup)

Saúde em contexto de pandemia, guerra na Ucrânia e crise climática

Santiago Alcázar

Dramática perda de vidas humanas, milhões de pessoas prestes a cair na pobreza extrema, empresas ameaçadas de fechamento, interrupção das cadeias de suprimento de alimentos, desnutrição, amplo espectro de doenças, condições de trabalho precárias, ausência de redes de proteção social. Esses são alguns dos elementos contidos no comunicado conjunto da OIT, FAO, IFAD e OMS, de 13 outubro de 2020¹. Esses mesmos elementos poderiam estar presentes em algum comunicado sobre o impacto da crise climática nos países mais pobres. E não seria preciso mudar muito para adequá-los à Guerra na Ucrânia.

Pandemia, crise climática, com o efeito perverso do aquecimento global e a guerra na Ucrânia são como amigas terríveis que compartilham gostos. Cada uma ajuda a outra. A crise climática leva a desastres ambientais e, estes, a movimentos migratórios que abrem para a possibilidade de conflitos. A guerra na Ucrânia, por sua vez, encarrega-se de sugar recursos financeiros supostamente inexistentes, que poderiam ser destinados para os países em desenvolvimento, ademais de contribuir para a degradação do meio ambiente e o aumento da queima de combustíveis fósseis. Finalmente, a pandemia, livre das atenções que até pouco a reprimiam, atua livremente dentro dos elementos acima, ainda que não com a mesma força e determinação que no início.

A crise climática, independentemente dos resultados alcançados na COP-27, não é algo que desaparecerá por algum passe de mágica. Aparentemente, as dificuldades de negociação foram notáveis. Compreende-se que a busca por linguagem equilibrada, com nuances que procuram contemplar pontos de vista distintos, seja um exercício normal na arte de concluir consensos em foros multilaterais. O que deve preocupar é que talvez não estejamos em tempo de exercício normal. Parece haver consenso que a janela de oportunidade para levar a cabo as transformações necessárias para frear o aquecimento global está se fechando, e uma vez fechada, teremos passado o ponto de não retorno. De nada adiantará, então, o zelo com a alguma adjetivação ou o cuidado com separações por meio de vírgulas.

Nada na leitura perfunctória do documento final de Sharm El-sheikh sugere a urgência do caso. Não se encontra em nenhuma parte um desejo coletivo sincero de empregar os esforços e os recursos financeiros necessários ao serviço da reversão da mudança climática.

Durante a maior parte da história aceitamos que nada podíamos contra a força da Natureza. A entrega ao fatalismo era natural. Hoje, vivendo no antropoceno, muitos parecem compreender que o impacto da ação humana sobre o meio ambiente é uma realidade que não se pode ignorar. Estes têm pressa, reclamam decisões urgentes e ações imediatas. Outros, que talvez não neguem o impacto da ação humana sobre os ecossistemas, interpõem dificuldades, como revelam as negociações exaustivas e a presença de mais de 600 lobistas do setor de energia, contratados para procurar influenciar a adoção de linguagem adequada nos documentos, sóbria, sem condenações infrutíferas, nem alarmismos que possam alterar o humor do mercado.

¹<https://www.who.int/news/item/13-10-2020-impact-of-covid-19-on-people%27s-livelihoods-their-health-and-our-food-systems>

O Plano de Implementação de Sharm El-sheikh², estima que os custos necessários para a transformação global para uma economia de baixo carbono seriam da ordem de 4 a 6 trilhões de dólares norte-americanos, anuais. Não se diz quem cobriria esses custos, nem que responsabilidades caberiam aos países em desenvolvimento. Tampouco está claro como se daria a partida para as negociações que deveriam envolver Estados, instituições financeiras, bancos, fundações, empresas, bem como o sistema das Nações Unidas, para garantir a democratização de todo o processo. Preocupa, no entanto, que a transformação acima referisse a uma economia de baixo carbono, sobre a qual existem dúvidas sobre o seu significado ou se seria suficiente para reverter o aumento da temperatura global.

Houve otimismo não contido com o anúncio da criação de um fundo para compensar perdas e danos resultantes da mudança de clima, mas como não se sabe a quem caberia criá-lo, de onde viria o dinheiro e que países seriam contemplados – não parece haver razão para regozijos. É preciso recordar nesse contexto, que ainda não se realizou a promessa dos países ricos aos países em desenvolvimento de investir US\$ 100 bilhões ao ano, a partir de 2020, em projetos de adaptação à mudança climática.

Alguns dirão que o documento avança no reconhecimento de que os impactos da mudança climática exacerbam as crises globais de energia e de alimentos e que estas intensificam aquela. De que adianta, no entanto, esse reconhecimento se essas mesmas crises, de energia e de alimentos, são agravadas com a guerra na Ucrânia, que ademais acentua a crise climática por meio do aumento exponencial da queima de combustíveis fósseis e a degradação do meio ambiente?

A guerra na Ucrânia é o fator determinante no agravamento da crise de energia e de alimentos. Washington, Bruxelas e o Reino Unido acusam Rússia de realizar ataque não provocado contra Ucrânia, em razão de suas alegadas ambições imperiais. Rússia, por outro lado, nega essas ambições e afirma que o ataque é uma reação, por tanto provocada, contra as ações do governo radical anti-russo de Kiev. A distinção pode parecer sutil, mas o fato é que existem regiões na Ucrânia habitadas por russos desde tempos imemoriais. Criméia e as províncias de Donetsk e Lugansk vêm à mente. As ações de Kiev contra essas províncias não se limitam à adoção de políticas discriminatórias contra as populações de origem russa. Desde 2014, Kiev realiza ataques militares contra alvos civis, que resultam em mortes e destruição de infraestrutura.

Washington, Bruxelas e Reino Unido acusam Rússia de violação do Direito Internacional e, para tanto, evocam o artigo 2º, parágrafo 4º da Carta das Nações Unidas, que condena o uso da força contra a integridade territorial de um Estado. Rússia, por outro lado, recorre ao princípio de defesa da igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, inscrita no artigo 1º, parágrafo 2º da Carta³. Ambos os princípios têm a mesma hierarquia, como reconhecido por resolução da 25ª AGNU⁴.

O curioso é a inversão de valores, tanto de um lado, quanto do outro, na defesa de princípios. Com efeito, em 1975 realizou-se, em Helsinque, a Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa. Em plena Guerra Fria, a Conferência interessava à então União Soviética, que via a oportunidade de ter reconhecidas as suas fronteiras, com as anexações levadas a efeito

² <https://unfccc.int/documents/624444>

³ Ver preâmbulo e artigos 1 e 2 <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/full-text>

⁴ <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/348/90/IMG/NR034890.pdf?OpenElement>

em 1940. Para os europeus, o objetivo seria o estabelecimento de condições que garantissem a paz e a segurança. Os EUA, não tinham nenhum interesse, mas não fizeram objeção para a sua realização. A Ata Final da Conferência consagra os seguintes dez princípios que, se observados, atenderia às demandas soviéticas, bem como às preocupações europeias:

- 1) igualdade soberana com respeito aos direitos inerentes à soberania;
- 2) abstenção de ameaça ou uso da força;
- 3) inviolabilidade das fronteiras;
- 4) integridade territorial dos Estados;
- 5) resolução de controvérsias por meios pacíficos;
- 6) não intervenção nos assuntos internos;
- 7) respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, inclusive liberdade de pensamento, consciência, religião ou crença;
- 8) igualdade de direitos e o direito à autodeterminação;
- 9) cooperação entre os Estados;
- 10) boa fé no cumprimento das obrigações do Direito Internacional.

Os princípios de 1 a 6 interessavam particularmente à União Soviética. Os princípios 7 e 8, por outro lado, expressavam a tradição ocidental com a defesa de direitos humanos. Evidentemente, os europeus também reconheciam nos princípios de 1 a 6 valores assentados no Direito Internacional. Os soviéticos entendiam que os princípios “ocidentais” 7 e 8 poderiam ser anulados mediante a aplicação do princípio 6, relativo à não intervenção nos assuntos internos e, por essa razão, não lhes parecia necessário fazer objeção. Finalmente, os princípios 9 e 10 beneficiariam ambas as partes. A Conferência de Helsinque resultou na criação da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), a maior e mais importante organização com esses propósitos, com 57 países membros, inclusive os EUA e a Federação Russa.

A Guerra na Ucrânia, como se pode ver, opõe o princípio da integridade territorial, privilegiado pelas potências ocidentais, aos princípios de respeito aos direitos humanos e ao de autodeterminação dos povos, favorecido pela Rússia. Pode parecer irônico e talvez assim seja porque é, de fato, irônico.

Atos e declarações podem ser elásticos em sua interpretação e, por isso, a necessidade do zelo com a construção da linguagem. A Declaração de Doha sobre Propriedade Intelectual e Saúde Pública, por exemplo, foi celebrada pelos países em desenvolvimento, que nela viam o instrumento necessário para fundamentar medidas em favor da saúde pública, especialmente por meio da importação, exportação ou da produção local de cópias de medicamentos anti-retrovirais para o HIV/AIDS, excluídos de proteção patentária.

O Acordo TRIPS contempla flexibilidades para situações de emergências sanitárias e, por isso, a Declaração diz que nada nesse Acordo pode impedir que um Estado adote medidas para proteger a saúde pública. As flexibilidades contidas, no entanto, são difíceis de serem utilizadas, custosas e demoradas para surtirem efeito. No caso de emergências sanitárias, são ineficazes. Em pandemias, como a Covid-19, são impossíveis, a ponto de Índia e África do Sul terem sugerido na OMC a suspensão temporária das regras para importação, exportação e produção local. As discussões continuam naquele foro, sem perspectiva de solução que atenda às necessidades dos países em desenvolvimento. Direitos humanos, pedra angular da Carta das Nações Unidas, têm que ser postos de lado, em plena pandemia da Covid-19, para atender aos direitos de propriedade intelectual. Não se pode, argumentarão alguns, ter os bens de saúde

oferecidos pelas possibilidades da ciência e a tecnologia moderna sem um sistema de proteção à propriedade intelectual, e certamente terão razão. Mas tampouco se pode permitir que essa proteção obstaculize a proteção à saúde de bilhões que não têm os meios para ter acesso a esses bens.

De que serve o discurso apaixonado que se encontra no texto da Agenda 2030⁵ se o princípio basilar de respeito aos direitos humanos pode ser flexibilizado por uma simples Declaração ou pela interpretação que se queira dar à Guerra na Ucrânia? Que importância podem ter as conclusões da COP-27, cuidadosamente negociadas e redigidas, após negociações exaustivas, se o que se consegue é acomodar interesses que são contraditórios em essência? Como se disse acima, não há a consciência coletiva de urgência que demande ação imediata desdobrada sob o signo da solidariedade, única saída humana para a crise climática. O que sim há são demonstrações de apego a meias verdades, isto é, apego a hipocrisias.

Comunicado Conjunto⁶ recente dos chefes das chancelarias dos EUA, UE e Reino Unido esclarece que as sanções econômicas e comerciais impostas à Rússia, não se aplicam à exportação de seus grãos e fertilizantes. Bancos, seguradoras, transportadoras e outros atores ficam, por tanto, autorizados a operar comercialmente com a Rússia, sem medo de violarem leis norte-americanas e europeias. O Comunicado, que não deixa de mencionar o ataque brutal da Rússia à Ucrânia, insere-se no contexto da elevação brutal dos preços de trigo, milho e cevada nos países mais pobres, mas também, e talvez sobretudo, nos principais mercados consumidores europeus. O recado parece simples: que continue a guerra, mas não nos privem do trigo, milho e cevada que vocês produzem. Ninguém é de ferro, já se sabe, e todos têm direito ao pão nosso de cada dia, mas a hipocrisia nesse nível é indignante.

A venda contínua de armas para a Ucrânia é o principal obstáculo para a paz. A lógica militar tem que dar lugar à lógica do diálogo diplomático. O maior perigo é o traslado daquela lógica militar para foros que nada têm a ver com a guerra. O exemplo mais recente foi a intervenção por Zoom do Presidente Zelensky, na reunião de Cúpula do G-20, em Bali. Ao invés de contribuir para o debate sobre temas da agenda econômica global, Zelensky dedicou o tempo concedido para inflamar à condenação à Rússia e para apresentar, de novo, as condições para a paz, que muitos dizem ser irrealistas e somente anunciam a irrefreável vontade de continuar a guerra, sem dar importância aos compromissos acordados na Convenção-Quadro sobre mudança climática, ao Acordo de Paris sobre redução dos gases de efeito estufa produzidos pela queima de combustíveis fósseis, à flexibilização das regras de comércio para o acesso aos bens de saúde, à abertura de corredor humanitário no Mar Negro para o escoamento da produção de grãos e fertilizantes e, sobretudo, ao respeito aos direitos humanos em toda a sua plenitude, sem discriminação de nacionalidade, idioma e cultura, ademais de todos os outros direitos.

O G-20 poderia ter-se dedicado a propor soluções para a dívida dos países em desenvolvimento, que está em níveis insuportáveis. Segundo as Nações Unidas, existem hoje 54 países com sérios problemas de dívida. O conjunto desses países representa pouco mais de 3% da economia global, 18% da população mundial e 50% da população vivendo na pobreza extrema. Para aliviar o peso da dívida, o G-20 produziu iniciativas (a Iniciativa para a Suspensão do Serviço da Dívida – DSSI, nas siglas em inglês – e o Quadro Comum para Tratamento de Dívida

⁵ <https://sdgs.un.org/2030agenda>

⁶ https://www.state.gov/translations/spanish/declaracion-conjunta-sobre-seguridad-alimentaria-mundial/?utm_medium=email&utm_source=govdelivery

– CFTD) que na prática injetam dinheiro novo nos países, mas em grande parte seriam utilizados para pagar dívidas mais velhas. A situação é absurda e de maneira nenhuma alivia as condições financeiras desses países.

O problema da dívida tende a acentuar-se ainda mais quando se considera o impacto da mudança climática e na falta de financiamento para projetos de adaptação para esse fenômeno, o aumento brutal dos juros e a valorização do dólar (a maioria desses países têm enorme dependência na moeda norte-americana, sensíveis, portanto, nas medidas de controle da inflação impostas pelo Federal Reserve), o preço dos fertilizantes e dos combustíveis. Nesse contexto, não sobra muito para realizar as ações exigidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A exposição à pobreza causada pela dívida, à degradação do meio ambiente e à pandemia, entre outros, deverá gerar ondas migratórias com piora da saúde, instabilidade generalizada e significativa probabilidade de conflitos.

Não é preciso muito para dar-se conta que a falta de financiamento para os países em desenvolvimento impede a solução da maioria de seus problemas. A Agenda 2030, a transformação para uma economia verde e a garantia de acesso aos bens de saúde podem esperar. Não há pressa em situar a saúde no contexto de pandemia, guerras e crise climática. Como se pode concluir, o mundo está à deriva e precisa de uma dose de boa sorte.

Conselho de Direitos Humanos da ONU: um balanço dos seus desafios, realizações e fragilidades em 2022 e pistas para um melhor desempenho em 2023

Armando De Negri Filho

Neste informe de 23 de novembro de 2022, cabe abordar o Relatório 2022 apresentado pelo Presidente do Conselho de Direitos Humanos na Assembleia Geral da ONU em sua 77ª sessão, realizada em setembro de 2022. O Presidente, Embaixador Villegas, da Argentina, fez uma intervenção apresentando o informe geral do Conselho nos doze meses anteriores e clamou por mais apoio da Secretaria Geral e dos demais órgãos da ONU para um melhor funcionamento do CDH frente às inúmeras responsabilidades e crescentes demandas dirigidas ao Conselho (solicitou pelo menos 14 semanas de sessões ordinárias por ano). No entanto não reivindicou o debate em torno ao status do CDH como um organismo principal da Organização, tal qual havia feito a Presidenta do 15º Ciclo. Vale a pena ler a tradução do discurso do Presidente Villegas, assim como examinar o Relatório 2022 do CDH, pois aí temos uma síntese ordenada dos principais temas tratados no CDH e as resoluções adotadas, permitindo ter uma panorâmica dos conflitos (particularmente observando os mapas de votação em diferentes matérias), e os retrocessos e avanços sobre os Direitos Humanos no Mundo.

Também se destaca neste informe, o conteúdo dos cinco painéis especiais realizados durante a 51ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos (setembro / outubro de 2022), os quais trataram dos seguintes temas de muito interesse para os direitos humanos em geral, mas com forte significado para a saúde do e no mundo:

1. Painel de discussão bienal sobre o direito ao desenvolvimento. Tema: 35 anos depois: caminhos políticos para operacionalizar o direito ao desenvolvimento;
2. Painel de discussão do Conselho de Direitos Humanos sobre o impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos;
3. Painel de discussão sobre o futuro do direito ao trabalho em conexão com ações, respostas e impactos das mudanças climáticas no contexto de economias sustentáveis e inclusivas;
4. Discussão anual sobre a integração de uma perspectiva de gênero ao longo dos trabalhos do Conselho de Direitos Humanos e de seus mecanismos. Tema: Superação de barreiras baseadas em gênero à liberdade de opinião e expressão;
5. Painel de discussão anual de meio dia sobre os direitos dos povos indígenas. Tema: Impacto dos planos de recuperação social e econômica no contexto da COVID-19 sobre os povos indígenas, com foco especial na segurança alimentar.

Embora os informes conclusivos desses painéis ainda serão publicados nas sessões do CDH em 2023, ofertamos as suas notas técnicas, as referências documentais e bibliográficas e o acesso ao link em que podem assistir os registros em vídeo, em diferentes canais de tradução, das exposições e dos debates realizados. O material é rico em termos de análises críticas e perspectivas de ação e pode interessar aquelas e aqueles relacionados com os temas enfocados nos painéis.

A seguir oferecemos os documentos ou seus extratos traduzidos ao português e os seus links correspondentes:

1. Declaração do Embaixador Federico Villegas, Presidente do Conselho de Direitos Humanos, na 77ª sessão da Assembleia Geral, Nova Iorque.
<https://www.ohchr.org/en/statements/2022/11/statement-ambassador-federico-villegas-president-human-rights-council-77th?sub-site=HRC> **Español**

Senhor Presidente, Excelências, Ilustres Delegados, Senhoras e Senhores Deputados, é uma honra dirigir-me hoje a vós e apresentar o relatório anual do Conselho dos Direitos do Homem à Assembleia Geral. Permitam-me que comece por felicitar os catorze Estados que foram recentemente eleitos como Membros do Conselho de Direitos Humanos para o mandato de 2023 a 2026. Tenho plena confiança em que V. Exa., juntamente com todos os membros do Conselho, defenderá os mais elevados padrões na promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais em todo o mundo, bem como a nível interno. Sr. Presidente, o trabalho do Conselho de Direitos Humanos está consolidado no relatório anual e seu adendo diante de vocês, que abrangem o período de 1º de outubro de 2021 a 7 de outubro de 2022, de acordo com a resolução 65/281 da AG sobre a revisão do Conselho de Direitos Humanos. Contém as atividades, bem como as resoluções, decisões e declarações do Presidente adotadas pelo Conselho em seus três períodos ordinários de sessões este ano, bem como trigésima segunda, trigésima terceira e trigésima quarta sessões especiais realizadas em novembro de 2021, dezembro de 2021 e maio de 2022, respectivamente.

Desde que assumi a Presidência, em primeiro de janeiro, a minha prioridade tem sido encorajar um verdadeiro diálogo no seio do Conselho, com o objetivo de reforçar a cooperação e alcançar a compreensão mútua, apesar das nossas diferenças. O contexto geopolítico cada vez mais complexo, foi o cenário do nosso trabalho este ano. No entanto, o Conselho continuou a reunir-se para abordar uma multiplicidade de questões de direitos humanos recorrentes e emergentes e responder a situações urgentes, e devo dizer que estou orgulhoso do que alcançámos coletivamente. Ao longo dos seus três períodos ordinários de sessões, o Conselho adotou um total de 100 resoluções, declarações e decisões do Presidente. 67 delas foram aprovadas sem votação. Ouvimos os relatórios de 14 mandatos de procedimentos especiais específicos por país e 45 mandatos temáticos de procedimentos especiais e 10 mecanismos de investigação, e encetámos um diálogo com os titulares de mandatos para aprofundar as questões e situações abordadas.

O Conselho estava no topo das circunstâncias, respondendo aos eventos que estavam transformando nosso mundo. Em março, o Conselho designou o primeiro Relator Especial para a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das alterações climáticas, que apresentou o seu primeiro relatório ao Conselho em Junho. Além disso, o Conselho continua a contribuir para os debates sobre o acesso às vacinas e a resposta à pandemia de COVID-19 numa perspectiva de direitos humanos. Senhor Presidente, durante o período abrangido pelo relatório que vos foi apresentado, o Conselho reagiu e respondeu prontamente às situações de direitos humanos que mereciam a sua atenção urgente, realizando três sessões extraordinárias e dois debates urgentes.

Na sua 32.ª sessão extraordinária sobre a situação dos direitos humanos no Sudão, realizada em novembro do ano passado, o Conselho condenou com a maior veemência possível a tomada de poder militar ocorrida em 25 de Outubro no Sudão e solicitou ao Alto Comissário para os Direitos do Homem que designasse sem demora um perito em direitos humanos no Sudão para acompanhar a evolução da situação dos direitos humanos até ao restabelecimento do seu governo liderado por civis. Em dezembro passado, o Conselho realizou a sua 33.ª sessão extraordinária sobre a situação dos direitos humanos na Etiópia. Através da resolução adoptada

durante esta sessão, o Conselho condenou veementemente todas as violações dos direitos humanos e os abusos e violações do Direito Internacional Humanitário e do Direito Internacional dos Refugiados cometidos no norte da Etiópia por todas as partes. A comissão internacional de peritos em direitos humanos que foi criada pela resolução, cujos membros nomeei, está conduzindo uma investigação completa e imparcial sobre as alegações de violações e abusos cometidos na Etiópia desde 3 de novembro de 2020 por todas as partes em conflito, para complementar o trabalho realizado pela Equipa Conjunta de Investigação.

No dia três de março deste ano, imediatamente a seguir à conclusão do segmento de alto nível da sua 49.ª sessão e apenas uma semana após a invasão, o Conselho realizou um debate urgente sobre a situação dos direitos humanos na Ucrânia decorrente da agressão russa. No final do debate, o Conselho decidiu criar a Comissão Internacional Independente de Inquérito sobre a Ucrânia, com o mandato de, nomeadamente, investigar todas as alegadas violações e abusos dos direitos humanos e do direito internacional humanitário, bem como os crimes conexos no contexto da agressão contra a Ucrânia pela Federação Russa, e estabelecer os factos, circunstâncias e causas profundas de tais violações e abusos. Algumas semanas mais tarde, nomeei os Comissários, que apresentaram a sua primeira atualização oral ao Conselho na sua 51.ª sessão, em setembro.

O Conselho voltou a abordar urgentemente a situação dos direitos humanos na Ucrânia decorrente da agressão russa em maio deste ano, durante a sua 34.ª sessão extraordinária. Reiterando o seu pedido de cessação imediata das hostilidades militares contra a Ucrânia e de que todas as partes em conflito respeitem os princípios e regras fundamentais do Direito Internacional Humanitário, o Conselho solicitou à Comissão Internacional Independente de Inquérito que abordasse os acontecimentos ocorridos no final de fevereiro e em março de 2022 nas zonas de Kiev, Chernihiv, Kharkiv e Sumy regiões. Além disso, o Conselho solicitou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos do Homem que apresentasse uma atualização oral sobre a grave situação humanitária e dos direitos humanos em Mariupol na sua quinquagésima sessão de junho.

Depois, em julho, o Conselho realizou um debate urgente sobre os direitos humanos das mulheres e raparigas no Afeganistão. A resolução final deste debate apelou a medidas para garantir que as organizações locais de direitos das mulheres e as organizações locais lideradas por mulheres pudessem continuar a realizar o seu trabalho em todo o Afeganistão e apoiar as mulheres e as raparigas. Em conformidade com esta resolução, durante o seu 51.º período ordinário de sessões, em setembro, o Conselho manteve um diálogo interativo reforçado com a participação do Relator Especial sobre a situação dos direitos humanos no Afeganistão, bem como de uma mulher afegã ativista dos direitos humanos.

Outros mandatos específicos de cada país que o Conselho de Direitos Humanos estabeleceu este ano incluem o grupo de três especialistas em direitos humanos sobre a Nicarágua, que é mandatado para conduzir investigações completas e independentes sobre todas as supostas violações e abusos de direitos humanos cometidos na Nicarágua desde abril de 2018, incluindo as possíveis dimensões de gênero de tais violações e abusos, e suas causas estruturais profundas. Também nomeei os especialistas deste mecanismo, que já estão trabalhando intensamente.

O Conselho decidiu igualmente nomear um novo relator especial sobre a situação dos direitos humanos na Federação da Rússia, a fim de acompanhar a situação dos direitos humanos na Federação da Rússia e recolher, examinar e avaliar as informações pertinentes de todas as

partes interessadas, incluindo a sociedade civil russa, tanto dentro como fora do país. Além disso, o Conselho alargou os atuais mandatos específicos por país de mecanismos de investigação e procedimentos especiais sobre o Sudão do Sul, a República Popular Democrática da Coreia, Mianmar, a República Islâmica do Irão, a Bielorrússia, a Eritreia, a Etiópia, o Burundi e a República Bolivariana da Venezuela, a República Centro-Africana, a Somália e a República Democrática do Congo.

Senhor Presidente, o desenvolvimento progressivo do direito internacional dos direitos humanos é um dos principais papéis do Conselho dos Direitos do Homem. E este ano, mais uma vez, contribuímos para esse objetivo. O Conselho de Direitos Humanos fez progressos notáveis em áreas temáticas em 2022. Por exemplo, na sua recente sessão de setembro, o Conselho adotou três novas resoluções relativas às tecnologias emergentes e aos seus impactos nos direitos humanos: nomeadamente sobre a neurotecnologia e os direitos humanos, sobre a ciberintimidação e sobre as implicações para os direitos humanos das tecnologias novas e emergentes no domínio militar. Além disso, numa nova resolução sobre assistência técnica e reforço das capacidades para fazer face às implicações do legado nuclear nas Ilhas Marshall para os direitos humanos, o Conselho solicitou ao Alto Comissário que elaborasse um relatório sobre a abordagem dos desafios e obstáculos à plena realização e gozo dos direitos humanos do povo das Ilhas Marshall, decorrentes do legado nuclear dos EUA.

Outras novas áreas temáticas abordadas pelo Conselho este ano incluem o papel dos Estados no combate ao impacto negativo da desinformação no gozo e realização dos direitos humanos e a importância da notificação de vítimas para a promoção e proteção dos direitos humanos. Senhor Presidente, em junho deste ano, tivemos a oportunidade de refletir sobre as conquistas e lições aprendidas desde a criação do Conselho num evento comemorativo de alto nível por ocasião da 50ª sessão com a participação de personalidades importantes, incluindo pessoalmente o Presidente da Assembleia Geral e o Secretário-Geral.

Senhor Presidente, os Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos fornecem uma das principais fontes de informações atualizadas e confiáveis sobre questões e situações de direitos humanos em todo o mundo. Encorajo todos vós a tirar pleno partido das suas conclusões e recomendações, que podem revelar-se especialmente úteis nos alertas precoces e nos esforços de prevenção. Desejo aproveitar esta oportunidade para enfatizar a importância de todos os países cooperarem e darem acesso aos Procedimentos Especiais. Até 20 de outubro de 2022, 128 Estados-Membros e 1 Estado observador não membro lançaram um convite permanente aos procedimentos especiais temáticos. Apelo a todos os Estados que ainda não o tenham feito para que considerem a possibilidade de lançar convites permanentes a todos os titulares de mandatos de Procedimentos Especiais e a cooperarem plenamente com eles.

Permitam-me que me refira à Revisão Periódica Universal, que iniciará o seu quarto ciclo no dia 7 de novembro e continua a celebrar 100% de participação. O UPR proporciona um fórum construtivo para uma revisão pelos pares não seletiva e não conflituosa e é considerado uma das maiores realizações do Conselho. A cada ciclo, os Estados membros da ONU, ao aceitarem as recomendações, comprometem-se com um roteiro de desenvolvimento baseado nos direitos humanos. Com o objetivo de ajudar os Estados na implementação, o Conselho de Direitos Humanos adotou uma resolução sobre o fortalecimento dos fundos voluntários do mecanismo UPR, que saúda o décimo quinto aniversário do estabelecimento do Fundo Voluntário para Participação no UPR e do Fundo Voluntário de Assistência Financeira e Técnica na Implementação do UPR.

Senhor Presidente, um dos elementos mais importantes do Conselho é o elevado nível de participação da sociedade civil nos seus trabalhos. Organizações não-governamentais e defensores de direitos humanos representam a voz das vítimas de abusos e violações de direitos humanos em todo o mundo. Seus diversos pontos de vista são uma parte essencial da compreensão das situações de direitos humanos no terreno. E seus papéis como agentes de mudança dentro de suas comunidades os tornam indispensáveis para a cooperação técnica e os esforços de capacitação. Dito isto, tenho o prazer de compartilhar que, em 2022, ouvimos mais de 2.400 intervenções orais de ONGs durante as sessões do Conselho. E tenho ainda mais prazer em informá-los de que, após dois anos de sessões do Conselho de Direitos Humanos sem eventos paralelos, a 51ª sessão do Conselho viu 72 eventos paralelos presenciais realizados por ONGs.

Apesar dos muitos desafios relacionados com a pandemia de COVID-19 e as restrições conexas, o Conselho manteve-se inclusivo para a sociedade civil. E ao longo da minha Presidência, fiz tudo o que estava ao meu alcance para garantir um espaço seguro para os representantes da sociedade civil contribuírem para o nosso trabalho sem medo de represálias ou intimidações, para permitir que as suas vozes fossem ouvidas, bem como para interagir com outras partes interessadas. A este respeito, recordei regularmente aos Estados que os atos de intimidação e de represália contra indivíduos ou grupos que participam nos trabalhos do Conselho ou nos seus mecanismos são inaceitáveis, e exorto-os a tomarem todas as medidas necessárias para prevenir e assegurar uma proteção adequada contra tais atos.

Além disso, a imprensa é um ator essencial nas atividades do Conselho. Ao dar voz àqueles que não têm nenhuma, a imprensa faz parte da comunidade de defensores dos direitos humanos e enfrenta igualmente enormes riscos para garantir que as suas histórias sobre abusos e violações dos direitos humanos sejam trazidas à luz. No Dia Mundial da Liberdade de Imprensa deste ano, os Presidentes da Assembleia Geral das Nações Unidas, da Conferência Geral da UNESCO e do Conselho de Direitos Humanos emitiram, pela primeira vez, uma declaração conjunta recordando a importância de garantir que os jornalistas e outros trabalhadores dos meios de comunicação social possam realizar o seu trabalho de forma livre, independente e segura, sem obstáculos, ameaças ou represálias.

Neste contexto, gostaria de salientar que a cobertura mediática do Conselho contribuiu para aumentar a sua visibilidade nas redes sociais. Cada vez mais pessoas seguem o Conselho porque o seu trabalho as afeta direta ou indiretamente. As redes sociais amplificam a voz dos defensores de direitos humanos e a vinculam ao conceito fundamental de direitos humanos: a empatia pelo sofrimento de outros seres humanos, mesmo quando não há interesse pessoal direto. Senhor Presidente, este ano o Conselho de Direitos Humanos adotou várias resoluções com recomendações feitas à Assembleia Geral. Através da resolução adoptada em Março sobre a situação dos direitos humanos em Mianmar, o Conselho dos Direitos do Homem recomendou à Assembleia Geral que apresentasse os relatórios do Alto Comissário e do Relator Especial aos órgãos competentes das Nações Unidas, incluindo o Conselho de Segurança, para a sua consideração e ação adequada, tendo em conta as conclusões e recomendações pertinentes (Resolução 49/23, n.º 36).

Na sua resolução intitulada "Situação dos direitos humanos na República Árabe Síria", também adoptada em Março, o Conselho recomendou à Assembleia Geral que apresentasse os relatórios ao Conselho de Segurança para que tomassem as medidas adequadas, manifestasse o seu apreço à Comissão pelas suas informações prestadas aos membros do Conselho e da Assembleia e recomendasse a continuação de tais sessões de informação (Resolução 49/27, n.º

23). Finalmente, na resolução intitulada "Da retórica à realidade: um apelo global a uma ação concreta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância conexas", o Conselho solicitou à Assembleia Geral "que limite o mandato dos Eminentes Peritos a quatro anos, que podem ser renovados uma vez, e que os atuais Peritos continuem a servir até que a nomeação de novos Peritos seja finalizada, e solicita também que o limite de posse também se aplique ao serviço continuado de Peritos já nomeados a partir da data de adoção da presente resolução" (resolução 51/32, para 18).

Senhor Presidente, a este respeito, gostaria de sublinhar a importância do trabalho realizado pelo Alto Comissariado para os Direitos do Homem, não só no que diz respeito ao seu apoio às atividades quotidianas do Conselho, mas também no que se refere ao seu relevante contributo para a substância dos temas abordados. Nos últimos anos, o Conselho de Direitos Humanos tem enfrentado desafios organizacionais resultantes da crescente lacuna entre seu volume cada vez maior de trabalho e os recursos alocados aos departamentos e escritórios que o apoiam. A 49.ª sessão de março deste ano foi a mais longa da história do Conselho – 5 semanas completas –, mas ainda precisávamos de 7 reuniões à hora de almoço para completar o programa de trabalho. O Conselho está a abordar questões muito pertinentes em matéria de direitos humanos com um prazo de uso da palavra de apenas 1,5 minutos, que é o mínimo para poder fazer uma declaração de fundo num debate. Neste contexto, na sua quinquagésima primeira sessão, o Conselho adoptou a Decisão 51/101 intitulada "Apoio adequado ao Conselho dos Direitos do Homem", que solicita ao Secretário-Geral que forneça ao Conselho dos Direitos do Homem o apoio necessário para poder reunir-se pelo menos 14 semanas para cumprir o seu programa anual de trabalho.

Antes, desejo partilhar convosco a seguinte reflexão. Em 2023, comemoraremos dois importantes contratos sociais da humanidade: 75 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e 30 anos da Declaração e Plano de Ação de Viena. Desde o momento em que iniciamos a ideia revolucionária do direito internacional dos direitos humanos, a ONU consolidou a proteção dos direitos humanos como um dos três pilares da Organização, juntamente com o desenvolvimento e a preservação da paz e da segurança. O Conselho de Direitos Humanos é o principal fórum do mundo que adota anualmente a decisão de fortalecer esse pilar essencial. Por esta razão, desejo agradecer à Assembleia Geral o seu apoio consistente ao Conselho dos Direitos do Homem e ao seu trabalho e a expressar os meus sinceros votos de que este apoio continue nos próximos anos. Agradeço-vos a vossa atenção."

2. Relatório do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas 2022. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G22/468/91/PDF/G2246891.pdf?OpenElement>

Relatório do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, composto por: Trigesima segunda sessão especial (5 de novembro de 2021). Sessão organizacional (6 de dezembro de 2021). Trigesima terceira sessão especial (17 de dezembro de 2021). Quadragésima nona sessão (28 de fevereiro a 1º de abril de 2022). Trigesima quarta sessão especial (12 de maio de 2022) Quinquagésima Sessão (13 de junho a 8 de julho de 2022). Registros Oficiais da 77ª Assembleia Geral da ONU. Suplemento nº 53. 275 páginas.

Lista de verificação das resoluções, decisões e declarações do Presidente:

I. Introdução;

II. Resoluções levadas ao conhecimento da Assembleia Geral para sua consideração e possível ação;

- III. Resolução aprovada na trigésima segunda sessão extraordinária;
- IV. Declaração do Presidente aprovada na sessão de organização;
- V. Resolução aprovada na trigésima terceira sessão extraordinária;
- VI. Quadragésima nona sessão: A. Resoluções; B. Decisões;
- VII. Resolução aprovada na trigésima quarta sessão extraordinária;
- VIII. Quinquagésima sessão: A. Resoluções; B. Decisões.

Índice de tópicos considerados pelo Conselho de Direitos Humanos em suas resoluções, decisões e declarações do Presidente.

3. Painéis de discussão realizados durante a 51ª Sessão do CDH, set. / out. 2022. Importante atentar para a relevância e alcance dos temas tratados, com a possibilidade de acessar de imediato os registros em vídeo, os informes escritos serão apresentados nas Sessões do CDH em 2023. Importante também conhecer os documentos que dão base aos debates e que estão listados ao final de cada painel.

1. Painel de discussão bienal sobre o direito ao desenvolvimento. Tema: 35 anos depois: caminhos políticos para operacionalizar o direito ao desenvolvimento. Nota conceitual (de 9 de setembro de 2022). Data e local: quinta-feira, 15 de setembro de 2022, das 10h às 12h (UTC+2) Sala XX, Palais des Nations, Genebra e plataforma on-line (Zoom) (será transmitida ao vivo e arquivada em <https://media.un.org/en/webtv>)

https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.ohchr.org%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Fdocuments%2Fhrbodies%2Fhrcouncil%2Fregularsession%2Fsession51%2F2022-09-12%2FCN_RTD_Biennial-Panel.docx&wdOrigin=BROWSELINK

Objetivos: O trigésimo quinto aniversário da Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento¹ de 1986 constitui uma oportunidade para a comunidade internacional reafirmar o seu compromisso com o direito ao desenvolvimento e redobrar os seus esforços para o implementar. Ao se preparar para a reunião de aniversário de alto nível na quinquagésima segunda sessão do Conselho de Direitos Humanos, este painel de discussão fornece um espaço para refletir sobre a visão transformadora da Declaração para criar um ambiente propício por meio de políticas de desenvolvimento eficazes em nível nacional, relações internacionais equitativas e um ambiente econômico favorável no nível internacional. Realizar essa visão é fundamental para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a recuperação pós-pandemia, permitindo todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para todas as pessoas em todas as nações.

Ao fornecer algumas reflexões iniciais para este fim, o painel preparará o terreno para um diálogo mais aprofundado no evento do trigésimo quinto aniversário, de uma forma que se reforça mutuamente. O artigo 2.º, n.º 3, da Declaração prevê que os Estados têm o direito e o dever de formular políticas de desenvolvimento nacionais adequadas que visem a melhoria constante do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos, com base na sua participação ativa, livre e significativa no desenvolvimento e na justa distribuição dos benefícios dele decorrentes. Nos termos do artigo 4.º, n.º 1, os Estados têm o dever de tomar medidas, individual e coletivamente, para formular políticas internacionais de desenvolvimento com vista a facilitar a plena realização do direito ao desenvolvimento.

O artigo 10.º reafirma que devem ser tomadas medidas para assegurar o pleno exercício e o reforço progressivo do direito ao desenvolvimento, incluindo a formulação, adoção e implementação de medidas políticas, legislativas e outras a nível nacional e internacional. Com o objetivo de avançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e avançar juntos contra o pano de fundo de múltiplos desafios e crises interconectados em todos os níveis, o painel discutirá o papel das políticas como ferramentas primárias de governança em todos os níveis para operacionalizar o direito humano ao desenvolvimento e remover os obstáculos à sua realização. Refletirá sobre como as políticas nos níveis nacional, regional e internacional fornecem caminhos para operacionalizar o direito ao desenvolvimento, especialmente das comunidades e populações mais vulneráveis e marginalizadas.

Considerará como os Estados e todas as partes interessadas, o sistema das Nações Unidas e seus mecanismos de direitos humanos podem operacionalizar o direito ao desenvolvimento para esclarecer e aproveitar ainda mais o potencial desse direito e de seu processo, para promover o multilateralismo efetivo, a solidariedade e a cooperação internacionais, a justiça econômica, social e ambiental global e a governança baseada nos direitos humanos para as gerações presentes e futuras.

Os objetivos deste painel são: Analisar os impactos positivos das políticas na realização do direito ao desenvolvimento dos indivíduos e dos povos, através da identificação de dados, exemplos concretos, padrões e tendências. Sensibilizar para a importância das políticas de promoção dos direitos humanos na promoção da realização do direito ao desenvolvimento, que é indivisível, interdependente e inter-relacionado com todos os outros direitos humanos. Considerar formas de moldar políticas para a realização do direito ao desenvolvimento para todas as pessoas em todas as nações, especialmente os pobres e vulneráveis, através da operacionalização do dever de cooperação internacional, solidariedade global e ação coletiva.

Integrar o direito ao desenvolvimento entre os decisores políticos, promover a sua integração na elaboração de políticas a nível nacional, regional e internacional e colmatar as lacunas políticas através da aplicação do quadro do direito ao desenvolvimento, tal como consagrado na Declaração e noutros instrumentos, bem como das decisões e resultados dos mecanismos de direito ao desenvolvimento. Compartilhar lições aprendidas, boas práticas e histórias de sucesso na operacionalização do direito ao desenvolvimento e o dever de cooperar por meio da formulação e implementação de políticas. Lançar as bases para o evento comemorativo de alto nível, inclusive no que diz respeito às recomendações a ele e propostas para fortalecer o papel dos Estados e outras partes interessadas, o sistema das Nações Unidas e seus mecanismos de direitos humanos na operacionalização do direito ao desenvolvimento.

Presidente: S.E. Sr. Federico Villegas, Presidente do Conselho de Direitos Humanos.

Painel de abertura: Sra. Nada Al-Nashif, Alto Comissário Interino das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Sr. Martin Chungong, Secretário-Geral da União Interparlamentar. Sr. Saad Alfarargi, Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento.

Painelistas: Sra. Sakiko Fukuda-Parr, Vice-Presidente do Comitê de Política de Desenvolvimento e Professora de Assuntos Internacionais na The New School (Zoom). Sr. Mihir Kanade, Presidente do Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento, Chefe do Departamento de Direito Internacional e Diretor do Centro de Direitos Humanos da Universidade para a Paz. Sra. Attiya Waris, Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais. Sr. Ordukhan

Gahramanzade, Presidente Designado da Organização da Juventude do Movimento Não-Alinhado.

Resultado: Através de uma discussão sobre como as políticas em todos os níveis impactam positiva ou negativamente a realização do direito humano ao desenvolvimento de indivíduos e povos, este painel ajudará a identificar lições aprendidas e boas práticas, e considerar maneiras de promover políticas que operacionalizem esse direito e integrá-lo na formulação e implementação de políticas. Os resultados esperados desta discussão incluem: · Maior compreensão dos impactos positivos das políticas em todos os níveis na realização do direito ao desenvolvimento dos indivíduos e dos povos, através de ilustrações com dados, exemplos concretos, padrões e tendências.

Sensibilização para a importância das políticas de promoção dos direitos humanos na promoção da realização do direito ao desenvolvimento, que é indivisível, interdependente e inter-relacionado com todos os outros direitos humanos · Sugestões de formas de moldar políticas que promovam o direito ao desenvolvimento em todos os níveis, inclusive através da operacionalização do dever de cooperação internacional, solidariedade global e ação coletiva. Aprofundamento da consciência do direito ao desenvolvimento entre os formuladores de políticas e outras partes interessadas relevantes, incorporação do direito ao desenvolvimento na formulação de políticas nos níveis nacional e internacional e integração da estrutura do direito ao desenvolvimento na redução das lacunas políticas, conforme delineado pela Declaração e outros instrumentos, decisões e resultados dos mecanismos de direito ao desenvolvimento.

Divulgação das lições aprendidas, boas práticas e histórias de sucesso na operacionalização do direito ao desenvolvimento e do dever de cooperação através da elaboração e implementação de políticas. Construir até o evento do aniversário de 2023 e fortalecer o papel dos Estados e outras partes interessadas, o sistema das Nações Unidas e seus mecanismos de direitos humanos na operacionalização do direito ao desenvolvimento e reflexões para preparar o terreno para este evento de maneira que se reforce mutuamente.

Antecedentes: Adotada pela Assembleia Geral em 1986, a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento consagrou o direito humano universal e inalienável ao desenvolvimento, que autorizava todos os seres humanos a contribuir, participar e desfrutar do desenvolvimento. Definiu o desenvolvimento como um processo econômico, social, cultural e político abrangente que visa a melhoria constante do bem-estar humano. A Declaração previa a verdadeira liberdade da carência e do medo para toda a humanidade, e a igualdade de oportunidades de desenvolvimento para as nações e os indivíduos que compõem as nações. Reconheceu que todos os direitos humanos e liberdades fundamentais são indivisíveis e interdependentes e reconheceu que o incumprimento dos direitos civis e políticos, bem como dos direitos econômicos, sociais e culturais, cria obstáculos ao desenvolvimento e conduz a violações do direito ao desenvolvimento.

A Declaração colocou sobre os Estados e sobre a comunidade internacional, deveres de fazer políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais para o bem-estar de todos. Isto exige, nomeadamente, políticas inclusivas e informadas sobre os direitos humanos em matéria de paz e segurança, economia e finanças, comércio e investimento, alimentação e agricultura, alterações climáticas e ambiente. De acordo com a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, os Estados têm obrigações em três níveis: (a) internamente, por meio da formulação de políticas e programas nacionais de desenvolvimento que afetem as pessoas

dentro de suas jurisdições; (b) A nível internacional, através da adoção e aplicação de políticas que ultrapassem as suas jurisdições; e (c) coletivamente, por meio de parcerias globais e regionais.²

Operacionalizar o direito ao desenvolvimento é fundamental para o avanço de uma ordem social e internacional em que todos os direitos humanos e liberdades fundamentais possam ser plenamente realizados para todas as pessoas em todos os países. Como componente vital do direito internacional dos direitos humanos, o quadro do direito ao desenvolvimento deve orientar e informar a elaboração de instrumentos internacionais, tais como acordos multilaterais e bilaterais de comércio e investimento e acordos de dívida e financeiros, que podem ter implicações negativas, especialmente para as pessoas nos países em desenvolvimento. Da mesma forma, operacionalizar o direito ao desenvolvimento por meio de políticas nacionais fornece caminhos para a justiça social, prevenindo conflitos e sustentando a paz, os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável.

Documentos de referência

1986 Declaration on the Right to Development · 1992 Rio Declaration on Environment and Development · 1993 Vienna Declaration and Programme of Action · Secretary-General's Call to Action for Human Rights, <https://www.un.org/en/content/action-for-human-rights/index.shtml>

Secretary-General's Report - Our Common Agenda, <https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/summary.shtml> Consolidated reports of the Secretary-General and the High Commissioner on the right to development (A/HRC/39/18, A/HRC/42/29, A/HRC/45/21, A/HRC/48/26, A/HRC/51/22) · Reports of the Working Group on the Right to Development on its 19th, 20th, 21st, 22nd and 23rd sessions (A/HRC/39/56, A/HRC/42/35 and Corr.1, A/HRC/45/17, A/HRC/51/38, A/HRC/51/39) · Reports of the Expert Mechanism on the Right to Development on its first, second and third, and fourth and fifth sessions (A/HRC/45/29, A/HRC/48/62, A/HRC/51/36) · Thematic study by the Expert Mechanism on the Right to Development: Operationalizing the right to development in achieving the Sustainable Development Goals, 2021 (A/HRC/48/63) · Thematic study by the Expert Mechanism on the Right to Development: Racism, racial discrimination and the right to development, 2022 (A/HRC/51/37) · Thematic report of the Special Rapporteur on the right to development: Guidelines and recommendations on the practical implementation of the right to development, 2019 (A/HRC/45/15) · Strengthening United Nations action in the field of human rights through the promotion of international cooperation and the importance of non-selectivity, impartiality and objectivity, Report of the Secretary-General (A/76/249) · Implementation and enhancement of international cooperation in the field of human rights, Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights (A/HRC/50/51) · 2015 Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development, <https://sustainabledevelopment.un.org/frameworks/addisababaactionagenda> · Transforming our world: 2030 Agenda for Sustainable Development (General Assembly resolution 70/1 of 25 September 2015) · The Paris Agreement · The Sendai Framework on Disaster Risk Reduction (General Assembly resolution 69/283 of 3 June 2015)

2. Painel de discussão do Conselho de Direitos Humanos sobre o impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos. Nota conceitual (de 13 de setembro de 2022).

<https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.ohchr.org%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Fdocuments%2Fhrbodies%2Fhrcouncil%2Fregularsession%2Fsession51>

Data e local: quarta-feira, 28 de setembro de 2022, das 16h às 18h (UTC+2) Sala XX, Palais des Nations, Genebra e plataforma on-line (Zoom) (será transmitida ao vivo e arquivada em <https://media.un.org/en/webtv>)

Objetivos: O painel de discussão visa: · Identificar os desafios, medidas concretas e medidas para enfrentar o impacto negativo dos legados do colonialismo sobre os direitos humanos; · Examinar as várias manifestações do impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos; · Considere o papel que o Conselho, os Estados-Membros, os órgãos e agências relevantes das Nações Unidas, as organizações internacionais, os mecanismos de direitos humanos das Nações Unidas, as instituições nacionais de direitos humanos, as organizações não-governamentais e outras partes interessadas relevantes podem desempenhar.

Presidente: S.E. Sr. Federico Villegas, Presidente do Conselho de Direitos Humanos.

Painel de abertura: · Sra. Nada Al-Nashif, Alta Comissária Interina das Nações Unidas para os Direitos Humanos. · Sra. Verene Shepherd, Presidente do Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial Moderadora: Sra. E. Tendayi Achiume, Relatora Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial e intolerância relacionada (moderação remota). Painelistas: · Sr. José Francisco Calí Tzay, Relator Especial sobre os direitos dos povos indígenas · Sr. Mihir Kanade, Presidente do Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento (EMRTD) (apenas por mensagem de vídeo) e Sr. Koen De Feyter, Membro do EMRTD (considerações finais) · Sr. Fabian Salvioli, Relator Especial para a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não recorrência (mensagem de vídeo)

Resultado: Um relatório resumido sobre o painel de discussão será preparado pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos e apresentado, inclusive em um formato acessível, ao Conselho em sua quinquagésima quarta sessão (setembro de 2023). O painel de discussão contribuirá para renovar e fortalecer os compromissos de abordar efetivamente o impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos e contribuirá para a implementação da Quarta Década Internacional para a Erradicação do Colonialismo (2021-2030) designada pela Assembleia Geral.

Antecedentes: Na sua Resolução 48/7, o Conselho sublinhou a extrema importância de erradicar o colonialismo e de abordar o impacto negativo dos legados do colonialismo no gozo dos direitos humanos. Reconheceu com preocupação que os legados do colonialismo, em todas as suas manifestações, como a exploração econômica, a desigualdade dentro e entre os Estados, o racismo sistêmico, as violações dos direitos dos povos indígenas, a forma contemporânea de escravidão e os danos ao patrimônio cultural, têm um impacto negativo no efetivo gozo de todos os direitos humanos. O Conselho reconheceu que o colonialismo conduziu ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância conexa, e que os africanos e as pessoas de ascendência africana, os asiáticos e os povos de ascendência asiática e os povos indígenas foram vítimas do colonialismo e continuam a ser vítimas das suas consequências.

Além disso, expressou profunda preocupação com as violações dos direitos humanos dos povos indígenas cometidas em contextos coloniais e enfatizou a necessidade de os Estados tomarem todas as medidas necessárias para proteger os direitos e garantir a segurança dos povos indígenas, especialmente das mulheres e crianças indígenas, para restaurar a verdade e

a justiça e responsabilizar os perpetradores. Na Declaração e no Programa de Acção de Durban, os Estados-Membros reconheceram que o colonialismo conduziu ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância conexas e que os africanos e as pessoas de ascendência africana, os asiáticos e os povos de ascendência asiática e os povos indígenas foram vítimas do colonialismo e continuam a ser vítimas das suas consequências.

A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial condena o colonialismo e todas as práticas de segregação e discriminação a ele associadas, sob qualquer forma e onde quer que existam. Em seu relatório de 2021 sobre justiça racial e igualdade (A/HRC/47/53 e A/HRC/47/CRP.1), a Alta Comissária apontou a urgência de desmantelar o racismo sistêmico contra africanos e pessoas de ascendência africana e reconheceu que o racismo sistêmico está frequentemente enraizado em histórias e legados de escravização, comércio transatlântico de africanos escravizados e colonialismo. Reconhecendo o imperativo de ação, em sua "Agenda de Quatro Pontos para a Mudança Transformadora para a Justiça e a Igualdade Racial", a Alta Comissária destacou a urgência de confrontar os legados passados da escravização, o comércio transatlântico de africanos escravizados e o colonialismo e entregar justiça reparadora.

A Relatora Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância relacionada forneceu orientações sobre reparações por discriminação racial enraizada na escravidão e no colonialismo em seu relatório de 2019 à Assembleia Geral (A/74/321). Em seu relatório de 2021 (A/76/180), o Relator Especial sobre a promoção da verdade, justiça, reparação e garantias de não recorrência enfatizou que a justiça transicional oferece ferramentas valiosas para enfrentar adequadamente as violações de direitos humanos cometidas durante o período colonial; a comunidade internacional deve apoiar os esforços nacionais para enfrentar o legado de violações de direitos cometidas em contextos coloniais, através de mecanismos de justiça da verdade, reparação e memória e garantias de não recorrência.

Em seu relatório de 2019 sobre extrativismo global e igualdade racial (A/HRC/41/54), a Relatora Especial sobre formas contemporâneas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata observou que, apesar da visão de uma nova ordem econômica internacional baseada na igualdade soberana, a ordem econômica internacional subjacente e estrutura a economia extrativista mantém as desigualdades coloniais. De acordo com o Mecanismo de Peritos sobre o Direito ao Desenvolvimento, a eliminação dos obstáculos históricos e sistêmicos que impediram o desenvolvimento em muitas regiões do mundo é fundamental (A/HRC/EMRTD/3/CRP.2). Na resolução 48/7, o Conselho recordou a Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais e reconheceu que o período 2021-2030 é a Quarta Década Internacional para a Erradicação do Colonialismo designada pela Assembleia Geral.

Documentos de base:

Human Rights Council resolution 48/7 of 8 October 2021 on the negative impact of the legacies of colonialism on the enjoyment of human rights · Durban Declaration and Programme of Action (2001).

Outcome Document of the Durban Review Conference (2009). International Convention on the Elimination of all Forms of Racial Discrimination (1965).

Declaration on the Granting of Independence to Colonial Countries and Peoples (1960)
– General Assembly resolution 1514 (XV).

Fourth International Decade for the Eradication of Colonialism (2020) - General Assembly resolution 75/123 of 10 December 2020.

Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the promotion and protection of the human rights and fundamental freedoms of Africans and people of African descent against excessive use of force and other human rights violations by law enforcement officers (annex entitled “Four-point Agenda towards Transformative Change for Racial Justice and Equality”), and its accompanying conference room paper (2021) -A/HRC/47/53; A/HRC/47/CRP.1

Special Rapporteur on contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance, Report on the human rights obligations of Member States in relation to reparations for racial discrimination rooted in slavery and colonialism (2019) - A/74/321.

Special Rapporteur on contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance, Report on global extractivism and racial equality (2019) - A/HRC/41/54.

Special Rapporteur on contemporary forms of racism, racial discrimination, xenophobia and related intolerance, Report on the 2030 Agenda for Sustainable Development, the Sustainable Development Goals and the fight against racial discrimination (2022) - A/HRC/50/60.

Special Rapporteur on the promotion of truth, justice, reparation and guarantees of non-recurrence, Report on transitional justice measures and addressing the legacy of gross violations of human rights and international humanitarian law committed in colonial contexts (2021) - A/76/180.

Expert Mechanism on the Rights of Indigenous Peoples, Report on efforts to implement the United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples: recognition, reparation and reconciliation (2019) - A/HRC/EMRIP/2019/3/Rev.1

Expert Mechanism on the Right to Development, Synopsis of the ongoing study of the Expert Mechanism on the Right to Development on racism, racial discrimination and the right to development (2021) - /HRC/EMRTD/3/CRP.2

3. Painel de discussão sobre o futuro do direito ao trabalho em conexão com ações, respostas e impactos das mudanças climáticas no contexto de economias sustentáveis e inclusivas. Nota conceitual (de 13 de setembro de 2022) Data e local: terça-feira, 27 de setembro de 2022, das 10h ao meio-dia (UTC+2) Sala XX, Palais des Nations, Genebra e plataforma on-line (Zoom) (será transmitida ao vivo e arquivada no https://media.un.org/en/webtv/https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.ohchr.org%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Fdocuments%2Fhrbodies%2Fhrcouncil%2Fregularsession%2Fsession51%2F2022-09-14%2FCN-Panel-RightToWork_22-09-13.doc&wdOrigin=BROWSELINK

Objetivo: O painel de discussão terá como objetivo identificar os principais desafios, experiências e práticas promissoras da proteção do direito ao trabalho em conexão com ações, respostas e impactos sobre mudanças climáticas no contexto de economias sustentáveis e inclusivas, com ênfase na importância da cooperação e parcerias internacionais. Explorará exemplos práticos e boas práticas e proporcionará uma oportunidade para um debate inclusivo e interativo entre as agências, fundos e programas relevantes das Nações Unidas, em particular

a Organização Internacional do Trabalho e os seus parceiros sociais, e os órgãos de tratados, os procedimentos especiais, a sociedade civil, as instituições nacionais de direitos humanos e outras partes interessadas. O painel de discussão fornecerá a base de um relatório analítico do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o futuro do direito de trabalhar em conexão com as ações, respostas e impactos das mudanças climáticas no contexto de economias sustentáveis e inclusivas, a ser apresentado na quinquagésima quarta sessão do Conselho de Direitos Humanos.

Presidente: S.E. Katharina Stasch, Vice-Presidente do Conselho de Direitos Humanos.
Painel de abertura: Sra. Nada Al-Nashif, Alta Comissária Interina das Nações Unidas para os Direitos Humanos S.E. Sr. Ahmed Ihab Abdelahad Gamaleldin, Embaixadora e Representante Permanente do Egito junto ao Escritório das Nações Unidas e outras organizações internacionais em Genebra. Painelistas: · Sr. Vic Van Vuuren, Director-Geral Adjunto para a Política ad interim da Organização Internacional do Trabalho · Sr. Ian Fry, Relator Especial sobre a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas (mensagem de vídeo) · Sr. Mahmoud Mohieldin, Enviado Especial das Nações Unidas para o Financiamento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e Campeão de Alto Nível das Mudanças Climáticas para a COP27 (mensagem de vídeo) · Sharan Burrow, Secretária-Geral da Confederação Sindical Internacional (mensagem de vídeo)

Resultado: Os resultados esperados do painel de discussão são: (1) os Estados e as partes interessadas relevantes aprenderão com as experiências compartilhadas e práticas promissoras como fortalecer a proteção do direito de trabalhar em conexão com as ações, respostas e impactos das mudanças climáticas no contexto de economias sustentáveis e inclusivas; (2) Os Estados, os titulares de direitos e as partes interessadas relevantes identificarão as necessidades e oportunidades de assistência técnica e cooperação nesta área, incluindo o financiamento adequado para políticas de mitigação, especialmente para os países em desenvolvimento, e as levarão às discussões da 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Antecedentes: Nos últimos dois anos, a pandemia de COVID-19 teve um impacto profundo na saúde, na vida e no gozo dos direitos humanos das pessoas, incluindo o direito ao trabalho, com consequências desproporcionalmente adversas para os mais marginalizados e vulneráveis. A crise sanitária e as crises sociais e económicas daí resultantes revelaram e exacerbaram as desigualdades existentes, tanto dentro como entre os países, e lançaram uma luz sobre as consequências estruturais de décadas de serviços e políticas públicas subfinanciados ou desmantelados. Ao mesmo tempo, as alterações climáticas, uma ameaça existencial para todos, estão a ter um impacto adverso no pleno e efectivo gozo dos direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, incluindo o direito ao trabalho.

A recuperação da COVID-19 representa uma oportunidade crucial para conceber políticas e medidas baseadas nos direitos humanos que garantam que os trabalhadores e as comunidades afetadas pelas ações, respostas e impactos das alterações climáticas no contexto de economias sustentáveis e inclusivas, tenham acesso a proteção social adequada, trabalho digno, oportunidades de educação e formação e assistência à procura de trabalho digno, com vista a assegurar uma transição justa, como reafirmado no Acordo de Paris. As conclusões do painel informarão a próxima 27ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas.

Documentos de base

Resolução 49/11 do Conselho de Direitos Humanos, de 31 de março de 2022, sobre o direito ao trabalho.

Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre a relação entre a realização do direito ao trabalho e o gozo de todos os direitos humanos pelas pessoas com deficiência (A/HRC/46/47, janeiro de 2021)

4. Discussão anual sobre a integração de uma perspectiva de gênero ao longo dos trabalhos do Conselho de Direitos Humanos e de seus mecanismos. Tema: Superação de barreiras baseadas em gênero à liberdade de opinião e expressão. Nota conceitual (de 23 de setembro de 2022)
https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.ohchr.org%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Fdocuments%2Fhrbodies%2Fhrcouncil%2Fregularsession%2Fsession51%2F2022-09-16%2FCN_Gender_integration_RS51.docx&wdOrigin=BROWSELINK

Data e local: segunda-feira, 26 de setembro de 2022, das 16h às 18h (UTC+2) Sala XX, Palais des Nations, Genebra e plataforma online (Zoom) (será transmitida ao vivo e arquivada em <https://media.un.org/en/webtv>)

Objetivos: O exercício efetivo do direito à liberdade de opinião e expressão é essencial para o gozo de outros direitos humanos e liberdades e crucial para o empoderamento das mulheres e a conquista da igualdade substantiva de gênero. Apesar dos muitos ganhos para mulheres e meninas e pessoas com identidades de gênero diversas na realização desse direito, elas continuam a enfrentar barreiras estruturais, sistêmicas e legais. Quando eles são adicionalmente submetidos a discriminação interseccional, essas barreiras são exacerbadas. Os estereótipos de gênero e a consequente discriminação continuam a resultar na supressão, controle e punição das vozes de mulheres, meninas e pessoas de diversas identidades de gênero, em uma tentativa de silenciá-las e excluí-las da esfera pública e criar um efeito assustador.

Isso ocorre por meio de legislação, políticas e práticas discriminatórias na sociedade, tanto por atores estatais quanto privados, inclusive dentro da família, da comunidade, de grupos religiosos, da mídia e de outros atores não estatais. É exacerbado pelo aumento das forças populistas, autoritárias e fundamentalistas. Mulheres e meninas e pessoas de diversas identidades de gênero são censuradas ou punidas por serem percebidas como desafiando as noções tradicionais de família e papéis de gênero na sociedade. Aqueles que são ativos na esfera pública, como mulheres defensoras de direitos humanos, mulheres jornalistas e trabalhadoras da mídia, políticos ou outras mulheres ativistas, são particularmente alvo de ameaças e atos de violência, incluindo violência sexual, assassinatos e tentativas de assassinato.

As persistentes disparidades de gênero relacionadas às tecnologias digitais impedem o acesso à informação e ameaçam os direitos humanos de mulheres, meninas e pessoas com identidades de gênero diversas também. Todas essas barreiras também muitas vezes se sobrepõem e se tornam agravadas. O painel de discussão visa: · Promover uma compreensão mais profunda das barreiras baseadas no gênero à liberdade de opinião e de expressão e às suas causas profundas; · Explorar como as barreiras de gênero à liberdade de opinião e expressão podem ser desmanteladas de maneira abrangente e sustentável, levando em consideração as formas de discriminação que se cruzam a que mulheres, meninas e pessoas com diversas identidades de gênero são submetidas;

Discutir como o Conselho e seus mecanismos podem contribuir para dar visibilidade às dimensões de gênero da liberdade de opinião e expressão, inclusive na análise de situações de direitos humanos, na formulação de recomendações, na informação de políticas e programas e no desenvolvimento de medidas de prevenção e resposta mais inclusivas para enfrentar de forma abrangente as barreiras baseadas em gênero à liberdade de opinião e expressão.

Presidente: S.E. Sr. Federico Villegas, Presidente do Conselho de Direitos Humanos.

Palavras de abertura: Sra. Peggy Hicks, Diretora da Divisão de Engajamento Temático, Procedimentos Especiais e Direito ao Desenvolvimento, Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Painelistas: Sra. Irene Khan, Relatora Especial sobre a promoção e proteção do direito à liberdade de opinião e expressão (mensagem de vídeo); Sra. Mariana Duarte, Oficial de Programa, Programa de Parceria de Género, União Interparlamentar (UIP); Sra. Julie Posetti, Diretora Global de Pesquisa do Centro Internacional para Jornalistas; Sra. Mitzi Jonelle Tan, Coordenadora e Porta-voz Internacional, Jovens Defensores da Ação Climática nas Filipinas (mensagem de vídeo).

Resultados esperados desta discussão são: O Conselho de Direitos Humanos, os Estados e as partes interessadas relevantes terão uma melhor compreensão das barreiras baseadas em gênero à liberdade de opinião e expressão e suas causas profundas; O Conselho de Direitos Humanos, os Estados e as partes interessadas relevantes aprenderão com experiências compartilhadas, novas iniciativas e práticas bem-sucedidas para abordar as causas profundas das barreiras de gênero à liberdade de opinião e expressão, como as barreiras podem ser desmanteladas e como fortalecer o acesso a esse direito para mulheres, meninas e pessoas de diversas identidades de gênero.

Antecedentes: Embora muitos ganhos tenham sido alcançados, particularmente graças ao papel essencial das mulheres defensoras dos direitos humanos, mulheres jornalistas e outras mulheres ativistas, vivem em um mundo onde a discriminação baseada em gênero é persistente, muitas vezes combinada com formas adicionais de discriminação, e onde a liberdade de opinião e expressão para mulheres, meninas e pessoas com diversas identidades de gênero continua sendo um objetivo distante. Ganhos anteriores são desafiados e as vozes e os direitos de mulheres, meninas e pessoas com diversas identidades de gênero estão experimentando uma reação sem precedentes de regimes autoritários, bem como interpretações de cultura, religião e tradição que as subordinam e desempoderam, violando seriamente e colocando em risco seus direitos humanos. Na Resolução 23/2, o Conselho reconheceu que o exercício efetivo dos direitos à liberdade de opinião e de expressão é essencial para o gozo de outros direitos e liberdades humanos.

Reconheceu o importante papel das mulheres na construção de sociedades democráticas e das mulheres jornalistas e defensoras dos direitos humanos. A Resolução 44/12 reconheceu que a exclusão digital de gênero, que inclui disparidades significativas de gênero em termos de acesso e uso das tecnologias da informação e comunicação (TIC), prejudica o pleno gozo dos direitos humanos por mulheres e meninas, incluindo o direito à liberdade de opinião e expressão. Na Resolução 38/5, o Conselho manifestou a sua profunda preocupação com o facto de todas as formas de discriminação, intimidação, assédio e violência em contextos digitais impedirem as mulheres e as raparigas de usufruírem plenamente dos seus direitos humanos e liberdades fundamentais, incluindo o direito à liberdade de opinião e de expressão.

A Relatora Especial sobre liberdade de opinião e expressão em seu relatório sobre justiça de gênero e liberdade de expressão analisa os desafios que as mulheres e pessoas de diversas identidades de gênero enfrentam, off-line e on-line, incluindo censura de gênero, ameaças e atos de violência, incluindo violência sexual, difamação de gênero, armamento da moral pública para suprimir a expressão sexual e a expressão cultural, e a restrição do acesso à informação e da participação, nomeadamente em consequência do fosso digital de gênero e do acesso desigual à informação. A Relatora Especial também destaca como as restrições de acesso

à informação e participação também ocorrem como consequência das restrições de espaço cívico e dos ataques contra mulheres jornalistas.

Ela reafirma a natureza que se reforça mutuamente da igualdade de gênero e do direito à liberdade de opinião e expressão. Outros procedimentos especiais também destacaram as barreiras específicas baseadas no gênero enfrentadas pelas mulheres na realização desse direito, principalmente pelas mulheres na esfera pública. A Relatora Especial sobre a violência contra as mulheres, suas causas e consequências, por exemplo, destacou como as mulheres jornalistas enfrentam riscos específicos baseados em gênero quando conduzem seu trabalho e identificou como a interseção de múltiplas identidades pode aumentar seus riscos. Ela também observou como a violência de gênero contra mulheres jornalistas tem aumentado, incluindo intimidação, ameaças de estupro, ameaças contra a família e assédio sexual. Da mesma forma, em seu relatório sobre a violência contra as mulheres na política, ela identificou como esse tipo de violência assume formas baseadas em gênero e visa preservar os papéis e estereótipos tradicionais de gênero e manter as desigualdades estruturais e baseadas em gênero.

A Relatora Especial também abordou a questão da liberdade de opinião e expressão em seu relatório sobre a violência on-line contra mulheres e meninas, observando que, apesar dos benefícios e do potencial de empoderamento da Internet e das TIC, mulheres e meninas enfrentam formas e manifestações de violência on-line que fazem parte do continuum de formas múltiplas, recorrentes e inter-relacionadas de violência baseada em gênero contra as mulheres. No seu relatório sobre a discriminação das mulheres na vida pública e política, o Grupo de Trabalho sobre a discriminação contra as mulheres e as raparigas também destacou muitos desafios à participação igualitária, plena e efetiva das mulheres na vida política e pública no contexto da democracia e dos direitos humanos, incluindo em tempos de transição política. Sublinhou que, para que as mulheres possam participar na vida política e pública em pé de igualdade com os homens, incluindo a construção de movimentos autônomos para o seu próprio empoderamento, devem poder exercer os seus direitos à liberdade de pensamento, consciência, religião, expressão, movimento e associação. Os temas abordados durante os anteriores debates anuais do Conselho sobre a integração do gênero podem ser consultados aqui: <https://www.ohchr.org/en/women/gender-integration>

Documentos de base:

Human Rights Council resolution 6/30 of 14 December 2007 on integrating the human rights of women throughout the United Nations system · Human Rights resolution 50/15 of 8 July 2022 on freedom of opinion and expression · Human Rights Council resolution 44/12 of 16 July 2020 on freedom of opinion and expression · Human Rights Council resolution 38/5 of 5 July 2018 on accelerating efforts to eliminate violence against women and girls: preventing and responding to violence against women and girls in digital contexts · Human Rights Council resolution 23/2 of 13 June 2013 on the role of freedom of opinion and expression in women's empowerment · General Assembly resolution 75/202 of 21 December 2020 on information and communications technologies for sustainable development · Report of the Special Rapporteur on freedom of expression and opinion on gender justice and freedom of opinion and expression (2021, A/76/258) · Report of the Special Rapporteur on violence against women, its causes and consequences on combating violence against women journalists (2020, A/HRC/44/52) · Report of the Special Rapporteur on the situation of human rights defenders on the situation of women human rights defenders (2019, A/HRC/40/60) · Report of the Special Rapporteur on violence against women, its causes and consequences on online violence against women and girls from a human rights perspective (2018, A/HRC/38/47) · Report of the Special Rapporteur on violence

against women, its causes and consequences on violence against women in politics (2018, A/73/301) · Report of the Working Group on discrimination against women and girls on discrimination against women in public and political life with a focus on political transition (2013, A/HRC/23/50) · Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on promotion, protection and enjoyment of human rights on the Internet: ways to bridge the gender digital divide from a human rights perspective (2017, A/HRC/35/9) · Report of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights on discrimination and violence against individuals based on their sexual orientation and gender identity (2015, A/HRC/29/23).

5. Painel de discussão anual de meio dia sobre os direitos dos povos indígenas. Tema: Impacto dos planos de recuperação social e econômica no contexto da COVID-19 sobre os povos indígenas, com foco especial na segurança alimentar. Nota conceitual (de 27 de setembro de 2022)

<https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.ohchr.org%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Fdocuments%2Fhrbodies%2Fhrcouncil%2Fregularsession%2Fsession51%2F2022-09-09%2Fhrc51-cn-panel-ips-food-security.docx&wdOrigin=BROWSELINK>

Data e local: Quarta-feira, 28 de setembro de 2022, das 10h às 12h (UTC+2) Sala XX, Palais des Nations, Genebra e plataforma online (Zoom) (será transmitida ao vivo e arquivada em <https://media.un.org/en/webtv>)

O painel de discussão tem por objetivo: · Incentivar uma compreensão mais profunda e identificar e avaliar o impacto dos planos de recuperação social e econômica no contexto da COVID-19 sobre os povos indígenas, com foco especial na segurança alimentar; · Identificar boas práticas, lições aprendidas e desafios atuais para os povos indígenas no desenvolvimento e implementação de planos de recuperação da COVID-19; · Avaliar e promover o direito dos povos indígenas à alimentação, que está intrinsecamente ligado aos direitos dos povos indígenas à terra e aos recursos, e seu direito de buscar seu desenvolvimento autodeterminado, inclusive no desenvolvimento e implementação de planos de recuperação durante e após a pandemia.

Presidente: S.E. Katharina Stasch, Vice-Presidente do Conselho dos Direitos do Homem.

Declaração de abertura: Sra. Ilze Brands Kehris, Secretária-Geral Adjunta para os Direitos Humanos.

Painelistas: · Sr. José Francisco Calí Tzay, Relator Especial sobre os direitos dos povos indígenas · Myrna Cunningham, Primeira Vice-Presidente do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e do Caribe (FILAC) · Sr. Binota Moy Dhamai, Presidente do Mecanismo de Peritos sobre os Direitos dos Povos Indígenas · Sr. Yon Fernández-de-Larrinoa, Chefe da Unidade de Povos Indígenas, Parcerias e Divisão de Colaboração das Nações Unidas, Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Zoom).

Resultado: Um relatório resumido da discussão será preparado pelo ACNUDH e submetido ao Conselho antes de sua 53ª sessão. Antecedentes: Conforme destacado pelo Relator Especial sobre os direitos dos Povos Indígenas, a insegurança alimentar pré-existente nas comunidades indígenas foi exacerbada pelos lockdowns da pandemia e outros métodos de contenção usados para combater o vírus, juntamente com a negação dos direitos territoriais indígenas, a falta de autodeterminação em relação aos territórios indígenas e a ruptura das economias locais e tradicionais, o que resultou em comunidades indígenas lutando desproporcionalmente com a atual crise de saúde e com o acesso a alimentos.

O impacto desproporcional da crise sanitária da COVID-19 expôs as desigualdades pré-existentes que afetam os povos indígenas em todo o mundo, quase sempre deixando-os para trás nas respostas nacionais ao vírus e muitas vezes enfrentando insegurança alimentar, como evidenciado por numerosos relatórios, incluindo o relatório anual do Mecanismo de Especialistas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (A/HRC/46/72), os relatórios do Relator Especial sobre os direitos dos povos indígenas à Assembleia Geral (A/75/185) e ao Conselho de Direitos Humanos (A/HRC/48/54), relatórios e declarações emitidos pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o relatório sobre o impacto da COVID-19 nas comunidades indígenas, publicado conjuntamente pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e pelo Grupo de Trabalho Internacional para Assuntos Indígenas (IWGIA). Em muitos casos, as respostas dos Estados e a recuperação da pandemia de COVID-19, incluindo a adoção de medidas, políticas e planos de recuperação, tiveram um impacto na vida das populações indígenas.

Em seu projeto de comentário geral sobre a terra e os direitos econômicos, sociais e culturais, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (CESCR) observa que as comunidades indígenas e outras comunidades tradicionais dependem dos recursos naturais em suas terras para subsistência e a condução de práticas culturais tradicionais. O Relator Especial e o Mecanismo de Peritos, em seus respectivos relatórios, entre outras coisas, citaram boas práticas das comunidades indígenas, incluindo a dependência de redes de segurança alimentar e sistemas alimentares tradicionais para garantir sua segurança alimentar. No entanto, o Mecanismo de Especialistas também observou que há um aumento na insegurança alimentar relacionada à perda de meios de subsistência e à falta de acesso à terra e aos recursos naturais.

Em seu projeto de recomendação geral sobre os direitos das mulheres e meninas indígenas, o Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW) enfatiza que as mulheres e meninas indígenas desempenham um papel fundamental em suas comunidades como guardiãs, produtoras de alimentos e guardiãs de sementes nativas e trabalhadoras envolvidas na segurança alimentar e hídrica. A CEDAW também observa que as barreiras ao acesso à terra podem afetar desproporcionalmente as mulheres indígenas, resultando na perda de seus meios de subsistência, ameaçando sua cultura e ligação intrínseca ao meio ambiente, segurança alimentar e hídrica e saúde. Como observado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, na esteira dos impactos da pandemia de COVID-19, a ação transformadora por meio dos sistemas alimentares pode desempenhar um papel essencial na condução da recuperação global. As respostas à pandemia devem responder às demandas dos países e devem ter uma forte representação das partes interessadas, particularmente os povos indígenas, as mulheres e os jovens.

Além disso, como parte de seu direito de buscar seu desenvolvimento autodeterminado, os povos indígenas devem ser capazes de desenvolver e implementar seus próprios planos de recuperação durante e após a pandemia. Além do artigo 12 do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que reconhece a todos, incluindo os povos indígenas, o direito ao gozo do mais alto padrão atingível de saúde física e mental sem discriminação, a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas prevê especificamente o direito dos povos indígenas de serem ativamente envolvidos no desenvolvimento, Determinar e administrar programas de saúde através de suas próprias instituições (artigo 23) e o direito às suas medicinas tradicionais e práticas de saúde (artigo 24).

Documentos de base:

Human Rights Council resolutions 18/8 of 29 September 2011 and 48/11 of 15 October 2021 on human rights and indigenous peoples.

Report of the Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the panel discussion on the rights of indigenous peoples (theme: situation of human rights of indigenous peoples facing the coronavirus disease (COVID-19) pandemic, with a special focus on the right to participation), 31 March 2022 (A/HRC/50/48).

Annual report of the Expert Mechanism on the Rights of Indigenous Peoples, 26 January 2021 (A/HRC/46/72).

Report of the Special Rapporteur on the rights of indigenous peoples on indigenous peoples and coronavirus disease (COVID-19) recovery, 6 August 2021 (A/HRC/48/54).

Report of the Special Rapporteur on the rights of indigenous peoples to the General Assembly, 20 July 2020 (A/75/185) United Nations Declaration on the Rights of Indigenous Peoples, annex to General Assembly resolution 61/295 of 13 September 2007.

Committee on Economic, Social and Cultural Rights, draft general comment No. 26 (2021) on land and economic, social and cultural rights, 3 May 2021 (E/C.12/69/R.2).

Committee on the Elimination of Discrimination against Women, draft general recommendation No. 39 (2022) on the rights of indigenous women and girls.

Food and Agriculture Organization (FAO) statement: Indigenous peoples' health and safety at risk due to Coronavirus (COVID-19) FAO Policy Brief, COVID-19 and indigenous peoples, 2020.

ILO and IWGIA: The impact of COVID-19 on indigenous communities: Insights from the Indigenous Navigator, (2020).

Questões norteadoras sugeridas:

1. Os povos indígenas foram consultados, seu consentimento livre, prévio e informado obtido e sua participação assegurada no desenvolvimento de planos de recuperação da COVID-19? 2. Como foram garantidos os direitos dos povos indígenas à alimentação e à saúde no desenvolvimento, adoção e implementação de planos de recuperação? 3. Quais são os principais impactos dos planos de recuperação social e econômica da COVID-19 sobre os direitos dos povos indígenas, particularmente em relação à segurança alimentar? 4. Compartilhar exemplos de boas práticas, lições aprendidas e desafios atuais para os povos indígenas no desenvolvimento e implementação de planos de recuperação da COVID-19, particularmente em relação à segurança alimentar. 5. Como os direitos dos povos indígenas à terra, aos recursos naturais e aos meios de subsistência foram abordados e/ou impactados no desenvolvimento, adoção e implementação de planos de recuperação?

Acordos multilaterais e rascunhos de novos traçados da Saúde Global: o que está por vir?

***Paula Reges, Luana Bermudez e
Luiz Augusto Galvão***

Draft-zero do Tratado Pandêmico

As negociações sobre novas regras para lidar com pandemias estão em andamento na Organização Mundial da Saúde (OMS), com data prevista para maio de 2024 para o acordo juridicamente vinculativo a ser adotado pelos 194 países membros da agência de saúde da ONU. Na sexta-feira, 18 de novembro de 2022, aconteceu a liberação do [Draft zero](#) do 'Tratado pandêmico', arco preparatório para a próxima reunião do [INB](#) que acontecerá de 5 a 7 de dezembro. O objetivo do pacto é impedir que a próxima crise global de saúde seja tão devastadora quanto a COVID-19 e melhorar a resposta global que deixou muitos dos países mais pobres do mundo para trás.

O rascunho propõe medidas para encorajar, incentivar e facilitar a transferência voluntária de tecnologia e know-how do setor privado por meio de iniciativas colaborativas e mecanismos multilaterais. Reforça-se que onde houve financiamento público de pesquisa e desenvolvimento (P&D) para produtos de resposta à pandemia, medidas sejam adotadas para garantir acesso e acessibilidade mais equitativos a esses produtos. Tal proposta dialoga com a [Resolução para Ensaios Clínicos](#), apresentada na última Assembleia Mundial da Saúde em maio deste ano.

Além disso, o financiamento público de P&D pode resultar em medidas para limitar cláusulas de indenização ou confidencialidade em contratos comerciais de produtos de resposta a pandemias entre países e fabricantes. Um dos artigos do documento - Article 8(d)(ii) - menciona que devem haver recomendações para tornar obrigatório para as empresas que produzem produtos de resposta à pandemia a divulgação de preços, acordos e condições contratuais para compras públicas em tempos de emergências globais de saúde.

Assim, o financiamento público para o desenvolvimento de vacinas e tratamentos deve ser mais transparente e incluir disposições para garantir que quaisquer produtos resultantes sejam distribuídos uniformemente em todo o mundo. Durante a pandemia, muitos acordos feitos pelos governos com empresas farmacêuticas foram mantidos em sigilo, dando-lhes pouco espaço para responsabilizar os fabricantes de medicamentos.

Obviamente a proposta já enfrenta resistência da indústria farmacêutica, que reforça o tratado como um marco importante, mas que não deva prejudicar a forma como as empresas farmacêuticas inovam, protegendo sua propriedade intelectual (PI). Como discutido na sessão específica que tratou do assunto, houve o reconhecimento da PI, bem como da necessidade de haver melhores mecanismos para compartilhar conhecimentos para que mais empresas possam produzir vacinas e medicamentos durante uma crise.

Foi pontuado pelo diretor-geral da Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas (IFPMA) que se o rascunho fosse implementado como está escrito hoje, provavelmente prejudicaria, em vez de facilitar, a capacidade coletiva de desenvolver e ampliar rapidamente as contra-medidas e garantir seu acesso equitativo pela Big Pharma. Visão que contrapõe a narrativa do documento apresentado, que reconhece o impacto negativo de PI no aumento dos preços.

São quatro as propostas relacionadas a PI. Três delas afirmam sobre a proteção, enquanto a quarta opção reconhece que a PI representa uma ameaça e barreiras à plena realização do direito à saúde e ao progresso científico para todos, particularmente o efeito sobre os preços, que limita as opções de acesso e impede a produção e suprimentos locais independentes.

Várias propostas estão incluídas na isenção do TRIPS, com algum reconhecimento da necessidade de renúncias com prazo determinado à proteção dos direitos de propriedade intelectual que são uma barreira à fabricação de produtos de resposta a pandemias durante pandemias. Para isso destaca-se a importância da “cooperação trilateral” entre a OMS, a Organização Mundial do Comércio e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual no que tange saúde pública e PI

O rascunho do documento também propõe um mecanismo de revisão por pares para avaliar a preparação pandêmica dos países, bem como melhor cobertura universal de saúde, mais financiamento doméstico para prevenir e combater pandemias e melhor acesso para a OMS investigar as origens dos surtos.

O material tem sido visto como abrangente e ousado, mas com obstáculos por oposição política e a reação da indústria. Ainda assim segue a descrição dada por Dr Tedros, uma oportunidade única para fortalecer as regras globais de saúde.

A produção regional de vacinas e outros produtos relacionados à pandemia – e o compartilhamento do know-how técnico para possibilitar isso – também seguem como pautas importantes no documento. O projeto defende “estoques estratégicos” regionais e nacionais de produtos de resposta à pandemia, particularmente ingredientes farmacêuticos ativos que poderiam ser facilitados por mecanismos de compra multilaterais e regionais. Há também a sugestão de fortalecimento de centros de consolidação internacional, bem como áreas de preparo regionais para garantir o transporte simplificado de suprimentos.

Saúde e economia em foco no G20

O pronunciamento do Dr Tedros no G20, pontuou a presidência da Indonésia por sua liderança em um ano muito desafiador e por dar à saúde um lugar de destaque na agenda do G20. Alertou que a pandemia de COVID-19 tem mostrado que saúde em risco, implica em um mundo em risco. Esta crise de saúde é a mais grave em um século, tirou 6 milhões de vidas e trilhões de dólares em comércio, turismo, negócios, educação, geopolítica e muito mais. Reforçou ainda que a OMS continua instando todos os países a permanecerem vigilantes, e que a promoção da saúde deve ser sempre uma prioridade.

Reforçou ainda que para a formação de populações saudáveis e produtivas é necessária a construção de um cenário mais saudável, seguro, justo e próspero, que envolva cidades sustentáveis e comunidades munidas de educação, acesso e direitos preservados.

Promover saúde e bem-estar e prevenir doenças, passa pela abordagem de causas profundas, como alimentação, água potável, ar limpo e condições de trabalho e moradia dignas. É necessário reorientar os sistemas de saúde para os cuidados de saúde primários, que podem fornecer 90% dos serviços essenciais de saúde. E significa investir para criar pelo menos mais 10 milhões de empregos para profissionais de saúde e assistência em países de baixa e média renda.

A OMS fez 10 propostas principais para uma arquitetura aprimorada para a segurança da saúde global, com governança mais forte, financiamento mais forte, sistemas e ferramentas mais fortes e uma OMS mais forte em seu centro. Com esse objetivo, foi [lançado durante o G20 o novo Pandemic Fund](#), no qual se firmou o compromisso dos países do G20 em garantir que o fundo seja adequadamente capitalizado com financiamento adicional.

Os ministros da saúde do G20 que concordaram com o estabelecimento do plano, concatenaram que os recursos deverão ser usados para consertar o sistema de saúde e fechar a lacuna orçamentária nos próximos cinco anos, com base em como a pandemia do COVID-19 foi tratada nos dois anos anteriores.

Este acordo foi o resultado da segunda Reunião Ministerial da Saúde em outubro de 2022 e se tornou pauta das discussões na Cúpula do G20 em Bali. Os países doadores são Austrália, Canadá, Comissão Europeia, França, Alemanha, China, Índia, Indonésia, Itália, Japão, Coreia, Nova Zelândia, Holanda, Noruega, África do Sul, Cingapura, Reino Unido, Espanha, Estados Unidos e Emirados Árabes Unidos. Há ainda três filantropias: a Fundação Bill & Melinda Gates, a Fundação Rockefeller e a Wellcome Trust. No total, estipula-se que o valor gire em torno de US\$ 1,4 bilhão.

A agenda que se beneficia do fundo inclui esforços para melhorar a vigilância genética, incentivar a mobilização de recursos de saúde para contramedidas médicas e expandir redes de pesquisa e fabricação de vacinas, terapias e diagnósticos

Foi evidenciado que para além das questões da transição energética sustentável, transformação digital e questões econômicas, a questão da arquitetura global da saúde é escolhida como uma das prioridades do G20. Para se criar uma arquitetura de saúde mais resiliente e combater pandemias no futuro, são necessárias ações conjuntas e transfronteiriças.

A OMS e o Banco Mundial projetaram um déficit de financiamento pandêmico de cerca de US\$ 10,5 bilhões nos próximos cinco anos ao longo da implementação do painel independente de alto nível do G20. Para fechar essa lacuna, espera-se que os países contribuintes consigam equilibrar a distribuição dos serviços de saúde em momentos de emergência.

A avaliação da Ferramenta Aceleradora de Acesso à COVID-19 (ACT-A) foi outro compromisso assumido na Reunião Ministerial da Saúde. Com base nas experiências do COVID-19, países de todo o mundo não apenas carecem de financiamento, mas também têm problemas para obter suprimentos médicos. O conceito do ACT Accelerator deve ser permanente e sustentável. Mais recursos para a saúde devem ser utilizados e/ou distribuídos por todas as nações, que devem ter igual acesso a cuidados médicos em caso de emergência.

Houve ainda o acordo pelos ministros referentes sobre a importância do avanço da vigilância genômica. Enfatizando a importância da cooperação interdisciplinar entre os países para prevenção, preparação e resposta a pandemias, o que requer capacitação, parcerias científicas e compartilhamento de conhecimento. A presidência do G20 da Indonésia promove a importância da vigilância para que os países apoiem a troca oportuna de dados de patógenos em uma plataforma confiável. Para além disso, ainda há o apoio para o compartilhamento de benefícios, o que é vantajoso não apenas entre os países, mas também para benefícios globais e regionais.

A OMS também salientou que para uma implementação efetiva é necessário que para além de um acordo pandêmico assinado entre ministros da economia e da saúde, haja o suporte à renúncia de propriedade intelectual sobre diagnóstico e insumos terapêuticos.

Populações saudáveis são a base para economias saudáveis.

OMS lança report sobre o mercado de vacinas e a persistente iniquidade

A OMS apela aos governos, fabricantes e parceiros para que tomem medidas ambiciosas para garantir o acesso equitativo às vacinas e melhorar as respostas a futuras pandemias. O [Relatório Global do Mercado de Vacinas 2022 da OMS](#), publicado em 9 de novembro de 2022, mostra que a distribuição desigual não é exclusiva das vacinas COVID-19.

O suprimento limitado de vacinas e a distribuição desigual impulsionam as disparidades globais. A vacina contra o papilomavírus humano (HPV) contra o câncer cervical foi introduzida apenas em 41% dos países de baixa renda, embora representem grande parte da carga da doença, em comparação com 83% dos países de alta renda.

A acessibilidade também é um obstáculo ao acesso à vacina. Embora os preços tendam a ser escalonados por renda, as disparidades de preços fazem com que os países de renda média paguem tanto – ou até mais – do que os mais ricos por vários produtos de vacinas.

“O direito à saúde inclui o direito às vacinas”, disse o Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS. Este relatório mostra que a dinâmica do livre mercado está privando algumas das pessoas mais pobres e vulneráveis desse direito. A OMS está pedindo mudanças muito necessárias no mercado global de vacinas para salvar vidas, prevenir doenças e se preparar para futuras crises.

Aproximadamente 16 bilhões de doses de vacinas, no valor de US\$ 141 bilhões, foram fornecidas em 2021, quase três vezes o volume do mercado de 2019 (5,8 bilhões) e quase três vezes e meia o valor de mercado de 2019 (US\$ 38 bilhões). O aumento foi impulsionado principalmente pelas vacinas COVID-19, mostrando o incrível potencial de como a fabricação de vacinas pode ser ampliada em resposta às necessidades de saúde. Embora a capacidade de fabricação em todo o mundo tenha aumentado, ela permanece altamente concentrada. Dez fabricantes sozinhos fornecem 70% das doses de vacina (excluindo COVID-19). Várias das 20 vacinas mais usadas (como vacinas contendo PCV, HPV, sarampo e rubéola) atualmente dependem principalmente de dois fornecedores.

Essa base manufatureira concentrada leva ao risco de escassez, bem como à insegurança do abastecimento regional. Em 2021, as regiões da África e do Mediterrâneo Oriental dependiam de fabricantes com sede em outros lugares para 90% de suas vacinas adquiridas. Monopólios de propriedade intelectual arraigados e transferência limitada de tecnologia limitam ainda mais a capacidade de construir e usar a capacidade de fabricação local.

A saúde dos mercados também é preocupante para várias das vacinas comumente necessárias para emergências, como contra cólera, febre tifóide, varíola/varíola dos macacos, Ebola, doença meningocócica, onde a demanda aumenta com surtos e, portanto, é menos previsível. O contínuo investimento limitado nessas vacinas pode ser devastador para a vida das pessoas.

O relatório destaca as oportunidades para um maior alinhamento do desenvolvimento, produção e distribuição de vacinas com uma agenda de saúde pública, para atingir as metas da

Agenda de Imunização 2030 e informar os esforços de prevenção, preparação e resposta a pandemias.

A COVID-19 provou que as vacinas podem ser desenvolvidas e distribuídas rapidamente, com um processo que dura em média dez anos, mas nunca menos que quatro anos, compactado para 11 meses. A pandemia também expôs a necessidade de longa data de reconhecer as vacinas como um bem público fundamental e econômico, e não como uma mercadoria.

Para impulsionar ações ambiciosas para fornecer acesso equitativo às vacinas, o relatório pede aos governos que atuem em: planos de imunização claros e investimentos mais agressivos e supervisão mais forte do desenvolvimento, produção e distribuição de vacinas; centros regionais de pesquisa e manufatura; e pré-pactuar regras de colaboração governamental em tempos de escassez em questões como distribuição de vacinas, propriedade intelectual e circulação de insumos e mercadorias.

As ações recomendadas para a indústria incluem: concentrar os esforços de pesquisa nos patógenos prioritários da OMS, garantir a transparência, facilitar a transferência de tecnologia e comprometer-se com medidas específicas de alocação orientadas para a equidade. Organizações e parceiros internacionais devem priorizar as metas da Agenda de Imunização 2030, apoiar iniciativas conduzidas pelos países e pressionar pela aplicação de resoluções sobre transparência de mercado.

A OMS na COP 27

O Secretário Geral da ONU disse no encerramento da COP 27 que as conclusões da reunião tinham ficado aquém da magnitude do problema. Também podemos dizer que a Saúde ficou com muito pouca visibilidade considerando-se o grande esforço feito pela OMS e outras organizações Internacionais e nacionais que marcaram presença com um programa sem precedentes oferecendo uma gama de oportunidades através do [“Pavilhão da Saúde”](#).

Com a liderança da Aliança Global de Clima e Saúde (Global Climate and Health Alliance - GCHA) e a adesão de várias organizações internacionais e nacionais foi elaborado um documento que sintetiza o pensamento da saúde na COP27: [“Recomendações da Comunidade de Saúde da COP27”](#).

O Documento traz recomendações específicas relativas a perdas e danos, adaptação, mitigação e financiamento. Ressalta a saúde como um pré-requisito, indicador e acelerador para a ação climática e faz um apelo à inclusão dos povos indígenas, das mulheres, das crianças e de outras comunidades frequentemente marginalizadas e vulneráveis ao clima na tomada de decisões climáticas a nível internacional, nacional e local.

Pede ainda que a discussão sobre financiamento de perdas e danos se mantenha como um item da agenda das futuras COPs e que seja operacionalizada a Rede de Santiago, a qual deveria incluir orientações técnicas sobre a resolução de perdas e danos relacionados com a saúde. Faz um apelo pelo desenvolvimento de métricas de saúde para medir o progresso em adaptação, incluindo a atenção aos co-benefícios para a saúde e a inclusão da saúde nos planos nacionais de adaptação, ou mesmo desenvolver um Plano Nacional de Adaptação dedicado a Saúde.

Reconhece também o papel que tem o setor saúde na mitigação das emissões e faz um chamado para que o sector dos cuidados de saúde (incluindo, entre outros, hospitais, clínicas,

centros de saúde comunitários, instalações de assistência social e transporte de ambulâncias) que produzem 4-5% das emissões globais para que contribuam para a mitigação.

Pede que se inclua nas Contribuições Nacionais Voluntárias (NDCs) as considerações de saúde, refletindo as interligações entre mitigação e saúde como diz o Programa de Trabalho de Mitigação: "Reconhecer que a redução das emissões de gases de efeito estufa consistente com a meta de temperatura do Acordo de Paris reduzirá os impactos na saúde das mudanças climáticas e também produzirá Co benefícios adicionais para a saúde, incluindo ar limpo, dietas saudáveis e sustentáveis e aumento da atividade física.

Por fim, para que se cumpra a meta de US\$ 100 bilhões deve haver a garantia de mitigação, incluindo as adaptações necessárias para as populações saudáveis, eliminando a lacuna de financiamento para a adaptação à saúde, através da inclusão de objetivos para o financiamento à saúde, priorizando as intervenções que tragam benefícios.

Fechando 2022 com grandes expectativas para o Clima e Biodiversidade: a COP27 e a COP15

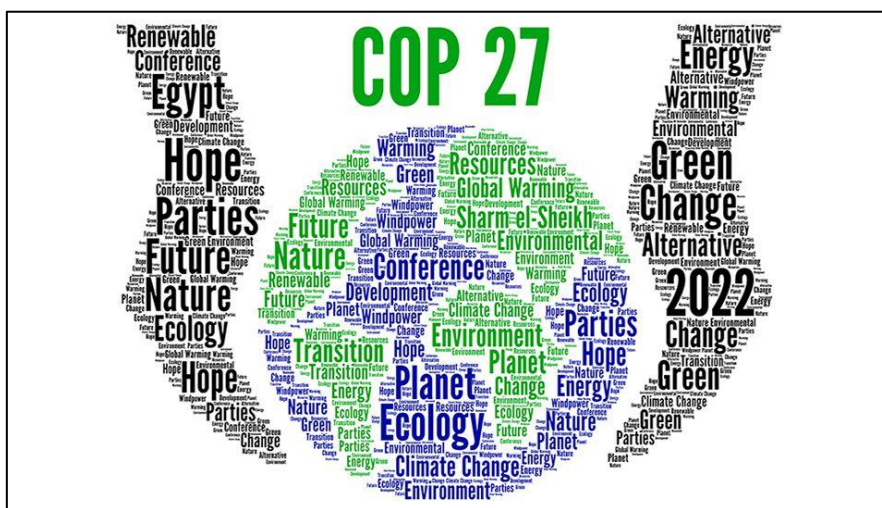
Danielly de Paiva Magalhães & Luiz Augusto Galvão

A COP 27 terminou melhor do que o esperado, trazendo para o acordo o Fundo para Perdas e Danos, que só entrariam nas conversas em 2024. O mecanismo ainda pouco definido, poderá aliviar os danos desproporcionais causados pelo câmbio climático em países vulneráveis. Apesar de ter sido denominada a COP da Implementação, as ações apresentadas para redução das emissões ainda são insuficientes, e restringidas à redução ao uso do carvão – para os outros combustíveis fósseis, a orientação é reduzir os subsídios – ao mesmo tempo que se encoraja a transição energética para fontes renováveis. António Guterres criticou o mal uso do NET Zero e apresentou um relatório de especialistas para que a metodologia traga honestidade ao processo. EUA apresentou plano ambicioso de ajuda. China se comprometeu a NET Zero até 2060, mas não disse como.

Na COP 15 será acordado o novo Plano Global para Biodiversidade pós 2020, composto por 4 objetivos e 23 metas que tem como estratégia principal a conservação de uma área de 30% do planeta até 2030. E a sugestão para implementação de one Health e outros métodos nos Planos de Biodiversidade e vice-versa.

Do ponto de vista da saúde, as duas COPs são fundamentais visto que os resultados e compromissos firmados serão decisivos para o controle e aparecimento de pandemias além da exacerbação de doenças e enfermidades que já acometem milhares de pessoas. Como dois pontos frágeis desse desenvolvimento econômico não sustentável, cada vez mais se faz necessário o diálogo e integração das ações de Saúde e Ambiente.

Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 27)



A Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP27) aconteceu de 6 a 20 de novembro na cidade de Sharm El-Sheikh, no Egito. Reuniu cerca de 200 países e 35 mil participantes, em um cenário político, econômico e ambiental catastrófico. A emissão de poluentes globais atingiu em 2021 volume recorde, somando 36,3 bilhões de toneladas, de acordo com a [Agência Internacional de Energia](#). Milhões de pessoas em todo o mundo enfrentam os impactos de crises simultâneas da pandemia, energia, alimentos, água e custo de vida, agravadas pela guerra entre Ucrânia e Rússia e outras tensões geopolíticas - que culminou na reversão das políticas climáticas e intensificação do uso de combustíveis fósseis por alguns

países. Além de inundações históricas no Paquistão, ondas de calor na Europa, furacões, incêndios, secas... Desastres para os quais os países mais pobres, os mais afetados, reivindicam compensação financeira.

O fundo para Perdas e Danos dominou a cúpula deste ano. Apesar da resistência inicial dos Estados Unidos e da UE por temores de que isso pudesse abrir a porta para dívidas crescentes a pagar, o Mecanismo para Perdas e Danos foi adotado. A decisão estabelece os arranjos institucionais da rede de Santiago para evitar, minimizar e enfrentar perdas e danos associados aos efeitos adversos das mudanças climáticas e permitir sua plena operacionalização. As atenções para perdas e danos ficaram restritas a países classificados como vulneráveis aos efeitos adversos da mudança climática – com forte pressão para excluir a China.

Apesar de ser um passo adiante nessa dívida do abuso de autoridade dos países mais poderosos, ainda ficam muitas perguntas por responder: como será o fundo? quem deve depositar recursos de compensação e qual será a base de cálculo? Quais as regras de qualificação dos beneficiados? Essas e outras perguntas deverão ser respondidas pelos estados-membro, organizados em uma comissão com duração de dois anos

No website da UNFCCC [aqui](#) podem ser visualizados todos os documentos e decisões oficiais resultantes dos vários temas discutidos na conferência. Este informe considerou a **[versão avançada do Plano de Implementação de Sharm El-Sheikh](#)**. O documento sumariza, discute e contextualiza as decisões da reunião em diversos pontos relacionados com o combate às mudanças climáticas - desde mais financiamento até garantias de que os países agirão mais rapidamente para reduzir as emissões que aquecem o planeta, no entanto a redução das emissões ainda se restringe às relacionadas a queima de carvão – A proposta da Índia e de outros países para estender a outros combustíveis fósseis, não foi contemplada no documento. O que há hoje é uma orientação para reduzir progressivamente os subsídios a outros combustíveis fósseis e a transição para fontes energéticas renováveis.

O texto abrangente do acordo, reflete a intensidade das negociações finais, reafirma pontos-chave no acordo COP26 do ano passado em Glasgow e no acordo de Paris 2015 sobre limitar o aumento das temperaturas globais.

Ciência e Urgência

Embora sem o relatório síntese do IPCC, adiado para o próximo ano, os relatórios de acompanhamento [IPCC 6th AR WG II and WG III](#) sobre os últimos seis anos, revelaram resultados catastróficos, aonde o pico de emissões deveria ser alcançado já em 2025 com redução expressiva e crescente até 2050 para manter o aumento 1,5°C dos níveis pré-industriais. A boa notícia desses relatórios e que já temos tecnologias suficientes para baixar ou mitigar as emissões, só falta a ação!

No texto de decisão final da COP 27 foi reiterado o compromisso de tentar manter o limite de aumento de temperatura a 1,5°C, visto que comparado a 2°C, causará impactos significativamente menores. Para isso, o documento exige reduções drásticas nas emissões de gases de efeito estufa globalmente, além de acelerar o repasse financeiro para países em desenvolvimento para mitigação dos impactos climáticos e para diminuir as inequidades e vulnerabilidades ao qual já são acometidos.

Mitigação

O documento final da COP 27 congratula os relatórios de síntese sobre Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs), mas aponta para a necessidade urgente das partes elaborarem seus Planos Nacionais de Contribuição. No entanto, expressa preocupação tendo em vista que o nível total global de emissão de gases de efeito estufa em 2030, levando em conta a implementação de todas as NDCs, é estimado em 0,3% abaixo do nível de 2019, o que não está de acordo com os cenários de menor custo para manter o aumento da temperatura global em 2 ou 1,5 °C.

Dessa forma, pede urgência para que as Partes comuniquem desenvolvimentos novos ou atualizados de estratégias para baixa emissão de longo prazo destinadas a aumentar a contribuição para as emissões globais líquidas zero por volta de meados do século, de acordo com a melhor ciência disponível e alinhadas com suas NDCs, levando em consideração as diferentes circunstâncias nacionais.

Pedem ainda que as Partes acelerem o desenvolvimento, implantação e disseminação de tecnologias, e a adoção de políticas, para a transição para baixo sistemas de emissão de energia, inclusive aumentando rapidamente a implantação de energia limpa, medidas de geração e eficiência energética, incluindo a aceleração dos esforços para a eliminação progressiva da energia do carvão inabalável e subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, reconhecendo a necessidade de apoio para uma transição justa.

Aqui abrimos um parágrafo para citar os dados apresentados pelo Al Gore e seu parceiro, Gavin McCormick, durante o quarto dia da COP27, disponíveis em [Climatetrace.org](https://climatetrace.org). Com uma ferramenta de sensoriamento remoto global e dados de emissões de 72 mil plantas de energia, aeroportos e outras ao redor do mundo, demonstraram que as emissões reais são três vezes maiores das que foram reportadas – ou seja, 0,3% abaixo de 2019 além de insatisfatório, pode ser irreal. *“Precisamos de medições precisas se quisermos cortar as emissões com sucesso. As estimativas de autorrelato são muito propensas a erros e vieses. Além disso, podemos usar esses dados para identificar os principais poluidores, quantificar com precisão a responsabilidade e aproveitar os resultados para fazer as escolhas mais impactantes na mitigação dos impactos climáticos”*, disse Al Gore. Al Gore compara as emissões de indústria com características semelhantes e diz que pequenas modificações tecnológicas nessas plantas industriais poderiam reduzir substancialmente as emissões globais. Segundo ele, a [Climatetrace.org](https://climatetrace.org) prestará esse serviço de graça para as empresas.

Energia e redução das emissões.

Reconhecendo a crise energética global gerada pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, pedem a urgência de rapidamente transformar sistemas de energia e o cumprimento pontual de promessas e compromissos relacionados à transição energética e diversificação energética, para aumentar a quota das energias renováveis, destacando a importância de evitar o retrocesso nas promessas relacionadas à ação e apoio.

Também afirmam o compromisso de continuar os esforços para acelerar as medidas para a redução gradual da energia de carvão para eliminação gradual; e racionalizar os subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, de acordo com as circunstâncias nacionais e reconhecendo a necessidade de apoio para transições justas – Ainda existe um compromisso de reduzir gradualmente a energia a carvão, mas o compromisso mais amplo de reduzir gradualmente todos os combustíveis fósseis pedido pela Índia e outros foi retirado. A Índia queria que os países

concordassem em reduzir gradualmente todos os combustíveis fósseis, em vez de um acordo mais restrito para reduzir gradualmente o carvão, como foi acordado no ano passado.

Segundo o [relatório de revisão da Ember sobre a Eletricidade Global \(2022\)](#), A geração solar aumentou 23% no ano passado e a eólica 14%. Combinados, isso os leva a mais de 10% da geração global de eletricidade. Todas as fontes limpas de eletricidade geraram 38% da eletricidade mundial em 2021, mais do que o carvão (36%). Para estar em um caminho que mantenha o aquecimento global em 1,5°C, a energia eólica e a solar precisam sustentar altas taxas compostas de crescimento de 20% ao ano até 2030. Essa é a mesma taxa de crescimento da média da última década.

Já produção de energia a carvão da Índia (correspondente a três quartos da produção de energia) aumentou muito mais rápido do que qualquer outro país na Ásia-Pacífico desde a invasão da Ucrânia pela Rússia, ressaltando os desafios que o terceiro maior emissor de gases do efeito estufa do mundo enfrenta para reduzir sua pegada de carbono. A União Europeia foi a única região onde a produção de energia a carvão cresceu a um ritmo mais rápido do que a Índia, segundo o relatório da Ember.

Na China, a rígida política "COVID-zero" do governo e as restrições resultantes, além do aumento do uso de fontes renováveis e hidrelétricas de geração de energia, levaram a um declínio no uso de carvão. No entanto, a China é o segundo maior emissor de gases de efeito estufa.

Esse foi o calcanhar de Aquiles da COP 27, as ambições para redução de emissões não foram satisfatórias, sendo a maioria compromissos de atingir emissão líquida zero (NET Zero). Preocupado com "greenwashing" do conceito de "Net Zero", o secretário geral das ONU, António Guterres, nomeou um grupo de especialistas de alto nível para delinear as questões necessárias para que as ações em net zero tragam integridade, transparência e responsabilidade. O [primeiro relatório](#) foi apresentado na COP 27 e aponta que 80% da redução das emissões está ancoradas em promessas NET zero. Guterres chama atenção que as empresas de combustíveis fósseis estão usando o conceito para expandirem e continuarem contaminando o ambiente com propostas irrealistas, e que dessa forma, não seria possível alcançar resultados esperados. O relatório traz 10 recomendações para que os países/empresas realmente se comprometam com transição e redução de emissão. Aqui destacamos duas:

Atores não estatais não podem alegar ser NET zero enquanto continuarem a construir ou investir em novas fontes de combustível fóssil. Carvão, petróleo e gás respondem por mais de 75% do consumo global de emissão de gases de efeito estufa. O Net zero é inteiramente incompatível com o investimento contínuo em combustíveis fósseis. Da mesma forma, o desmatamento e outros impactos ambientais e atividades destrutivas são desqualificantes.

Atores não estatais não podem comprar créditos de carbono baratos que muitas vezes falta integridade antes de cortarem imediatamente suas próprias emissões em toda a sua cadeia de valor. Como as diretrizes emergem para um mercado de crédito voluntário de alta integridade, créditos podem ser usados acima e além dos esforços para atingir metas intermediárias alinhadas de 1,5°C para aumentar fluxos financeiros para áreas sub-investidas, inclusive para ajudar a descarbonizar os países em desenvolvimento.

Adaptação e Implementação Justa

O Plano de Implementação clama por urgência para que as Partes vão além da ação incremental e adotem uma abordagem transformacional para aumentar a capacidade adaptativa, fortalecer a resiliência e reduzir a vulnerabilidade às mudanças climática integrando a adaptação em políticas, programas e orçamentos para acelerar o desenvolvimento resiliente ao clima; Salienta a urgência de cumprir o mandato de ter um objetivo global claro em adaptação para orientar a provisão de financiamento e meios de implementação de países desenvolvidos para países em desenvolvimento para reduzir o risco dos impactos das mudanças climáticas.

No que tange a uma implementação justa, o documento pede solidariedade com os países em desenvolvimento para uma transição equitativa que abrange caminhos que incluem energia, dimensões socioeconômico, força de trabalho e outras, baseadas em prioridades de desenvolvimento definidas nacionalmente e de proteção social para mitigar os impactos potenciais associados à transição e destaca o importante papel dos instrumentos e medidas relacionados com a solidariedade social e pisos de proteção social em mitigar os impactos decorrentes das medidas aplicadas;

Reitera o apelo feito pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para a Dia Meteorológico 2022 para garantir que todos na Terra estejam protegidos por sistemas de alerta precoce contra eventos climáticos e climáticos extremos.

Mecanismo de “Perdas e Danos”

Durante a cerimônia de abertura, a delicada questão de “perdas e danos” foi oficialmente adicionada à agenda de discussões (Assuntos relacionados a acordos de financiamento respondendo a perdas e danos associados aos efeitos adversos da mudança climática, incluindo um foco em lidar com perdas e danos), depois que o grupo G77 de 134 países em desenvolvimento exigiram com sucesso que ela fosse adicionada à agenda pela primeira vez. Até então era apenas objeto de um “diálogo”, previsto para durar até 2024.

A União Europeia, formada por 27 países, apresentou uma proposta para a criação de um fundo especial para cobrir perdas e danos em países mais vulneráveis - mas financiado por uma "ampla base de doadores", incluindo a China. A proposta foi aceita também pelos EUA, e, finalmente, inserida no Plano de Implementação de Sharm El Sheikh. A questão da China ainda está sob discussão, com uma série de restrições imposta pelos EUA e EU para impedir que a China receba qualquer doação. A China é a segunda maior economia do mundo e contribuí hoje com 28% das emissões, porém nas questões climáticas é classificado como país em desenvolvimento, visto que a sua contribuição histórica é pequena em relação aos países ricos.

Os anúncios incluíram US\$300 milhões em financiamento para nações mais pobres prometidas pela Alemanha, Áustria, Estados Unidos e outros, muito longe das centenas de bilhões que os países vulneráveis precisam para lidar com as crescentes secas, inundações e aumento do nível do mar a cada ano. Os instrumentos de financiamento ainda serão discutidos, mas a proposta é a maior vitória da COP 27.

A UE também anexou condições à sua oferta - incluindo que os países concordem em intensificar sua ambição de reduzir as emissões de carvão. A UE tem uma das metas climáticas mais ambiciosas dos principais emissores de gases de efeito estufa e solicitou a China a atualizar as suas.

Apesar da oferta, a UE, juntamente com os Estados Unidos, recusa qualquer resultado que possa tornar as nações ricas legalmente responsáveis pelo pagamento de danos relacionados ao clima, com base em seu histórico de gases de efeito estufa.

Finanças

De acordo com o Plano de Implementação, cerca de US\$ 4 trilhões por ano é necessário para atingir emissões líquidas zero e a transição energética para fontes renováveis até 2050. A transformação para uma economia de baixo carbono requer um investimento adicional de pelo menos USD 4–6 trilhões por ano – Estes números parecem enormes, mas não são muito maiores do que o investimento necessário para se continuar desenvolvendo em uma economia de alto carbono.

O plano chama atenção que esse investimento deve ser alinhado com uma transformação do sistema financeiro e suas estruturas e processos, envolvendo governos, bancos centrais, bancos comerciais, investidores institucionais e outros atores financeiros. Pede atenção para que a crescente lacuna entre as necessidades das Partes de países em desenvolvimento, em particular aquelas devidos aos crescentes impactos das mudanças climáticas, sejam consideradas para que não resulte em maior endividamento. Para os países em desenvolvimento, as necessidades de investimentos atuais estimadas são US\$ 5,8–5,9 trilhões para o período pré-2030. O ímpeto para reformar os bancos de desenvolvimento e reduzir o custo do investimento de capital nos países pobres está crescendo.

Cobra ainda para que os países desenvolvidos cumpram com a promessa de US\$ 100 bilhões por ano desde 2020 para investimento em ações de mitigação significativas, além de transparência de tecnologia e capacitação, para ajudar os países em desenvolvimento.

Mercado de Crédito de Carbono

O prazo para se estabelecer as regras para o mercado de carbono, segundo o Artigo 6 do Acordo de Paris, foi adiado para 2023, quando os projetos de redução de carbono registrados sob as antigas regras da ONU precisam se inscrever para fazer parte do novo sistema. Embora as empresas já estejam negociando créditos de compensação de carbono em mercados privados, ainda há a necessidade de fixar regras, como por exemplo considerar as questões da biodiversidade e dos direitos humanos. O mercado de carbono permitirá aos países atingirem parcialmente suas metas climáticas nacionais comprando esses créditos. Segundo o Greenpeace, as compensações por compra de crédito de carbono são como uma folha de figueira para os poluidores que querem evitar o corte de emissões.

De acordo com o Ecosystem Marketplace, no ano de 2021 foram negociados US\$1 bilhão, representando 300 milhões de toneladas de CO₂ equivalente mudando de mãos. Iniciativas privadas como o Conselho de Integridade para o Mercado Voluntário de Carbono (ICVCM) e a Iniciativa de Qualidade de Crédito de Carbono (CCQI) elaboraram orientações sobre o que consideram uma compensação de carbono de alta qualidade.

China

A questão crucial dos pagamentos por perdas e danos, bem como o ônus do financiamento da transição energética, pesarão nas metas verdes da China. Apesar de ter emitido mais de um terço das emissões globais de CO₂ no ano passado, a China é considerada um país em desenvolvimento pela Organização Mundial do Comércio. A China emite mais de 10

bilhões t/ano de CO₂, mas só tem captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS) para cortar 3 milhões t/ano, de acordo com dados do ministério do meio ambiente.

A China e os Estados Unidos decidiram retomar as negociações sobre o clima, vistas como cruciais para o gerenciamento das mudanças climáticas, depois que entraram em colapso após as tensões sobre Taiwan em agosto. Mas os desafios climáticos da China estão crescendo, com os EUA e os líderes globais aumentando a pressão sobre ela para pagar sua parcela justa de reparações climáticas, além dos já altos custos associados ao cumprimento de suas próprias metas climáticas.

Para alcançar emissões líquidas zero até 2060, a China precisa de impressionantes US\$ 14 trilhões a US\$ 17 trilhões em investimentos adicionais para infraestrutura e tecnologia verdes apenas nos setores de energia e transporte, com US\$ 2,1 trilhões necessários na próxima década para cumprir sua contribuição nacionalmente determinada (NDC).

UE quer que todos os países concordem em aumentar suas metas de redução de emissões em 2023, uma medida bloqueada pela China, que também resiste às tentativas da UE de estabelecer reuniões internacionais regulares para os países trocarem conhecimentos e acompanharem o progresso nas emissões.

O enviado para tratar o tema climático da China, Xie Zhenhua, reiterou o compromisso do país com a neutralidade de carbono, enfatizando que o objetivo é atingir essa meta antes de 2060. A China anunciou um novo plano para combater vazamentos de metano em petróleo e gás, agricultura e resíduos, embora tenha omitido a mineração de carvão, que emite cerca de 24 milhões de t/ano, tornando-o a maior fonte individual de emissões de metano de combustível fóssil globalmente. Os EUA fazem parte do Compromisso Global de Metano, a China não. Washington prometeu novos financiamentos, mas a China não, apesar das crescentes preocupações com o aumento das emissões.

À medida que a China e os EUA retomam as negociações sobre o clima, eles podem avançar juntos em futuras promessas de reduzir as emissões de metano. Mas, por enquanto, os dois países estão tomando medidas separadas para combater a mudança climática, o que poderia colocá-los um contra o outro na questão crítica de quem paga por perdas e danos.

EUA

O presidente Biden anunciou novas iniciativas para fortalecer a liderança dos EUA no enfrentamento da crise climática e para galvanizar ações e compromissos globais. Aqui estão os pontos-chave, conforme declarado no comunicado de imprensa da Casa Branca:

- **Reforço da resiliência climática global**, incluindo a duplicação da promessa dos EUA ao Fundo de Adaptação para US\$ 100 milhões e o anúncio de mais de US\$ 150 milhões em novo apoio para acelerar os esforços do Plano de Emergência do Presidente para Adaptação e Resiliência (PREPARE) em toda a África. Eles se somam aos mais de US\$ 20 milhões que o presidente Biden anunciou este ano para acelerar o trabalho do PREPARE nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento.

- **Acelerar a ação climática global**, incluindo o lançamento de uma nova iniciativa para apoiar o Egito na implantação de 10 GW de nova energia eólica e solar, ao mesmo tempo em que desativa cinco GW de geração ineficiente de gás natural, fortalecendo os regulamentos domésticos de metano propostos no setor de petróleo e gás que reduziriam o metano dos EUA de fontes cobertas em 87% abaixo dos níveis de 2005, bem como outras ações nacionais e

internacionais para combater as emissões de metano e promover o Compromisso Global do Metano, e anunciar novas ações que tornariam os Estados Unidos o primeiro governo nacional a exigir que os principais fornecedores estabeleçam o Acordo de Paris - metas de redução de emissões alinhadas — alavancando o poder de compra anual do governo federal de mais de US\$ 630 bilhões.

- **Catalisar investimentos na escala necessária para enfrentar a crise climática**, incluindo o lançamento de abordagens novas e inovadoras que usam estrategicamente o financiamento público para desbloquear bilhões em investimentos privados, como a iniciativa “Climate Finance +” que apoiará os países em desenvolvimento na emissão de títulos verdes, lançando a Sustainable Banking Alliance para aprofundar os mercados financeiros sustentáveis dos países em desenvolvimento e fazer investimentos estratégicos que ajudem a mobilizar bilhões em financiamento privado e facilitar a exportação de tecnologias limpas dos EUA.

- **Envolver toda a sociedade no enfrentamento da crise climática**, incluindo o lançamento de um Fundo de Igualdade de Gênero Climático, um Mecanismo de Acesso ao Financiamento para Povos Indígenas e novos intercâmbios para capacitar jovens em todo o mundo a serem líderes em resiliência e energia limpa em suas comunidades.

OMS na COP-27 e significância para saúde

A OMS fez um grande esforço patrocinado pela Wellcome e conseguiu projetar e dar visibilidade à saúde, ainda que esta continue não sendo um tema oficial da Agenda do Tratado. As várias atividades podem ser vistas no site do [“Pavilhão da Saúde”](#) e no capítulo sobre a OMS deste caderno.

Destacamos o evento [“Fortalecimento da saúde e mudança climática na região da América Latina e Caribe, com foco específico nos Planos Nacionais de Adaptação \(NAPs\)”](#), organizado pelo Panamá e Granada. Contou com a participação da OMS, OPAS, e os ministério de saúde do Panamá, Granada e Republica Dominicana. Que trouxe um panorama geral de como os países vem identificando suas vulnerabilidades e desenvolvendo seus Planos Nacionais de Adaptação climática para Saúde (Health National Adaptaion Plans - HNAPS). Os líderes falam da dificuldade do diálogo da Saúde com o Ambiente e outros setores, e, portanto, da falta de integração entre o NAPs do país com o HNAPS. Também demonstraram como a intensificação dos eventos climáticos vem atingindo os serviços de saúde e sua infraestrutura, atrasando e impedindo o atendimento de pessoas e tratamento.

Os palestrantes falam de um ponto importante para a preparação que são as instalações de sistemas de alerta precoce para alertas climáticos. A saúde precisa também desenvolver sistemas de alerta que interprete as informações climáticas antecipadas em resposta para prevenção de doenças, como leptospirose, dengue, malária, que são reconhecidas por terem maior incidência devido as mudanças climáticas. Como ponto positivo nessa questão, consta no novo plano de implementação da COP-27 a instalação de sistemas de alerta antecipado em países em desenvolvimento como ação prioritária da Organização Mundial de Meteorologia nos próximos 5 anos.

A 15ª Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas



Compondo a tripla crise planetária, juntamente com as mudanças climáticas está a perda da Biodiversidade e a poluição. A tripla crise é consequência do consumo e produção insustentáveis. Sistemas alimentares insustentáveis. Sistemas financeiros que subsidiam e sustentam as emissões de gases de efeito estufa e práticas insustentáveis de uso da terra. Mas as soluções da natureza e da biodiversidade muitas vezes também são soluções climáticas e de poluição, e vice-versa. Esse é o tipo de medidas que devem ser buscadas no futuro.

A natureza e a biodiversidade, através de soluções baseadas na Natureza, são a chave para um terço da mitigação necessária para cumprir a ambição do Acordo de Paris. Ela é a chave para ajudar nações e comunidades vulneráveis a se adaptarem aos impactos climáticos – porque a natureza, por milênios, protegeu as pessoas dos extremos climáticos.

A COP-15 de Biodiversidade ocorrerá de 5 a 17 de dezembro de 2022 em Montreal, Canadá. O grande momento será a adoção do novo Pacto Global para Biodiversidade pós-2020 ([Global Biodiversity Framework](#)- GBF) – dois anos em atraso, após as fracassadas Metas de Aichi. A COP 15 sobre Biodiversidade estava programada para ocorrer em 2020 e foi adiada por conta da pandemia, por falta de consenso entre as Partes sobre o novo plano e, e até mesmo por questões logísticas. Uma primeira parte da COP-15 sobre Biodiversidade foi realizada virtualmente de 11 a 15 de outubro de 2021, com um número limitado de delegados fisicamente presentes em Kunming, China. Na ocasião, foi adotada a [Declaração de Kunming](#), que pedia ação urgente e integrada para refletir as considerações sobre biodiversidade em todos os setores da economia global. No entanto, a declaração era apenas um depoimento e não continha qualquer tipo de metas ou plano de ação.

Parar a perda da biodiversidade é urgente e as Partes precisam honrar também com esse compromisso. Nos últimos cinquenta anos, houve um declínio médio de 68% nas populações de mamíferos, aves, peixes, répteis e anfíbios. E mais de 12,5% das espécies do mundo já estão em risco de extinção. A perda de biodiversidade é irreversível e não apenas criou uma crise ecológica, mas também exacerbou as mudanças climáticas, a pobreza, a insegurança alimentar, a escassez de água e o declínio dos resultados de saúde para as comunidades mais pobres. Cerca de 75% das doenças emergentes são zoonoses e geralmente ocorrem após o desmatamento de ambientes naturais. Não é possível atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sem interromper a perda de biodiversidade.

O GBF visa deter a perda de biodiversidade até 2030 e alcançar metas ambiciosas de recuperação e restauração até 2050. Medidas efetivas de conservação baseadas na área devem

se expandir para cobrir pelo menos 30% do planeta até 2030. O GBF será composto por quatro objetivos de longo prazo para 2050 relacionadas à Visão 2050 para a Biodiversidade⁷. São eles, objetivo A sobre ecossistemas, espécies e diversidade genética; objetivo B sobre conservação e uso sustentável; objetivo C sobre repartição de benefícios da utilização de recursos genéticos; e objetivo D sobre meios de implementação. Todos os objetivos, exceto o objetivo C, incorporaram metas que devem ser alcançados até 2030, para garantir o progresso em direção aos objetivos de 2050. Para isso, estão sendo estabelecidas 22 metas para 2030. O rascunho com todas as decisões da COP-15 pode ser encontrado [aqui](#).

O [item 25 do documento de decisões](#) (página 254) fala da relação entre Biodiversidade e saúde, chamando atenção para os efeitos da pandemia e a necessidade de se diminuir as pressões ambientais para evitar novos surtos e garantir a Saúde e a proteção da natureza. Orienta para a integração de métodos *One Health* e outros métodos holísticos nos Planos Nacionais de Estratégias e Ações para Biodiversidade, assim como nos Planos Nacionais de Saúde com o objetivo de dar suporte a implementação do GBF.

Outro ponto importante do GBF, é a integração do conhecimento indígena e povos originários ao longo de todo o processo. Os povos indígenas possuem sistemas de conhecimento únicos e experiência em gestão sustentável de recursos naturais, o que é crucial para ajudar a superar os desafios de preservação e mitigação. Além disso, eles devem obter o reconhecimento oficial por seu papel bem desempenhado como guardiões da biodiversidade. Embora os povos indígenas representem menos de 5% da população mundial, eles protegem 80% da biodiversidade global. De acordo com a Declaração de Kunming, reconhecer os direitos dos povos indígenas à autodeterminação é vital para proteger suas tradições e biodiversidade.

Outro ponto esperado é a criação de um fundo para Biodiversidade, assim como o do Clima. A Agenda provisória do evento encontra-se [aqui](#). Todas as sessões da COP-15 serão transmitidas ao vivo em cbd.int/live e a [programação principal](#) também está disponível.

Repartição dos recursos genéticos - ponto crítico na Panorama Mundial sobre a Diversidade Biológica

A COP15 sobre Biodiversidade ocorre juntamente com 10ª Reunião da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Cartagena e a 4ª reunião da Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes do Protocolo de Nagoya. O Protocolo de Cartagena trata das questões sobre Biossegurança, sobre os movimentos de organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna de um país para outro. O Protocolo de Nagoya trata sobre as questões de acesso a recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios – tão importante em tempos de pandemia aonde a troca de dados ajuda nas respostas, porém os mecanismos para a utilização

Um dos itens mais difíceis e controversos da agenda é a informação de sequência digital (ISD) sobre recursos genéticos. O ISD compreende qualquer sequenciamento de genomas ou proteínas e da decifração do material genético encontrado em um organismo ou vírus. Acontece que muitas dessas informações vem sendo compartilhada entre pesquisadores em banco de dados genéticos, dificultando seu rastreamento de origem e, portanto, inviabilizando a aplicação do Protocolo de Nagoya sobre Acesso e Repartição de Benefícios.

⁷ Visão 2050 para a Biodiversidade: até 2050, a biodiversidade será valorizada, conservada, restaurada e utilizada com sabedoria, mantendo os serviços ecossistêmicos, sustentando um planeta saudável e proporcionando benefícios essenciais para todas as pessoas.

Embora existam preocupações socioeconômicas e de biossegurança relacionadas a algumas aplicações de ISD que ainda precisam ser abordadas, os delegados reconhecem a importância de discutir a ISD, mas consideram um desafio o compartilhamento de benefícios relevante do uso da ISD. Esse acordo será necessário para regular o compartilhamento de benefícios e assegurar o acesso contínuo (*open data*) a essas informações, contribuindo para o desenvolvimento tecnológico.

A ISD em acesso aberto vem contribuindo para a criação de medicamentos, desenvolvimento de vacinas ou reparo de defeitos genéticos. Também possibilita outras aplicações amplas e abrem um novo mundo de oportunidades, entre outras questões, pesquisa de ecossistemas, melhoramento de plantas e animais, manejo de pragas de plantas, regulamentação de espécies invasoras e combate ao comércio ilegal.

Artigo na Science Advances sobre os responsáveis pela perda da biodiversidade

Um [recém-publicado artigo](#) aponta que o uso da terra/mar é o maior responsável pela perda da Biodiversidade em todas as regiões do Planeta (figura abaixo). Essa informação é importantíssima para a criação de políticas eficazes para deter a perda de biodiversidade. A exploração direta da natureza e seus recursos ocupam o segundo lugar, e a poluição o terceiro; mudanças climáticas e espécies exóticas invasoras têm sido significativamente menos importante do que os dois primeiros pilotos. A mudança climática é um fator mais importante na mudança da composição da comunidade do que nas mudanças nas espécies. Parar a perda global de biodiversidade requer políticas e ações para lidar com todos os principais impulsionadores e suas interações, não algumas delas isoladamente.

Destacamos aqui um fator crucial, que são os sistemas de produção de alimentos, que insistem em se expandir de uma forma não sustentável, degradando o solo e poluindo o ambiente pelo uso extensivo de pesticidas. Esse setor necessita de ações transformadoras urgentes para suprir as necessidades nutricionais dos seres vivos sem impactar na natureza, reduzir os desperdícios na cadeia de produção e o uso de fertilizantes e pesticidas. Além disso, tem sido o pivô dos problemas de *One Health* e contribuído para a resistência antimicrobiana.

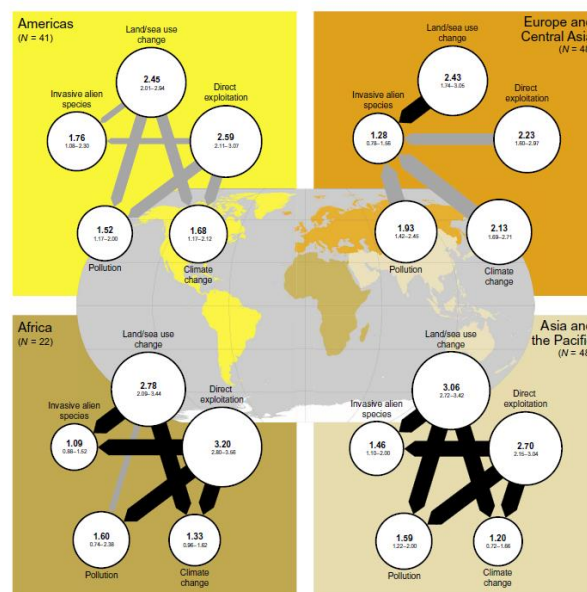


Fig. 2. Land/sea use change and direct exploitation are the main drivers in all regions. Area of the circle for each driver is proportional to its dominance score (20) (indicated inside with 95% confidence interval; possible range = 0 to 4) within each IPBES region. Arrows linking pairs of drivers show the significance of the dominance difference between them based on bootstrapping: Arrow thickness reflects unadjusted P values (thin: $P < 0.1$, intermediate: $P < 0.05$, thick: $P < 0.01$, no arrow: $P \geq 0.1$), and arrow shading reflects P values adjusted for multiple testing (black: $P < 0.05$, gray: $P \geq 0.05$). N gives numbers of studies available for the analysis within each region.

Copa do Mundo no Catar: uma história de suor, sangue e lágrimas de trabalhadores e trabalhadoras migrantes

René Mendes

Introdução

Como bem destacado pela jornalista Sandra Cohen, do jornal digital g1 (Globo), “soou estranho quando, da tribuna de honra do estádio Al Bayt, em [Doha](#), o emir do [Catar](#), Tamim bin Hamad al Thani, conclamou à celebração da diversidade e do diálogo, ao abrir a primeira Copa do Mundo no Oriente Médio”.⁸ As volumosas críticas e campanhas de boicote vêm ofuscando o torneio de futebol no emirado anfitrião, com histórico alarmante de direitos humanos, que oprime mulheres, criminaliza homossexuais e impõe trabalhos forçados a imigrantes da África e Ásia, prossegue a jornalista. A BBC ignorou a cerimônia de abertura e optou por transmitir um programa com críticas ao tratamento do país aos imigrantes, que compõem 75% de sua população, às mulheres e à comunidade LGBTQIA+. Músicos se recusaram a participar do evento. Atletas buscam alternativas para se engajar e mostrar solidariedade às vítimas de abusos, ainda que atrelados às punições da Fifa.

Nenhum país investiu tanto para sediar uma Copa do Mundo. Esta pequena nação do Golfo arcou com US\$ 220 bilhões para assegurar um torneio grandioso e cercado de opulência, mas tem muita dificuldade de desviar o foco da intolerância para o esporte. Como explicou Minky Worden, diretora de iniciativas globais da Human Rights Watch, sediar eventos como o Mundial de Futebol ou os Jogos Olímpicos faz parte de uma estratégia adotada por governos ditatoriais para polir a sua reputação no cenário internacional. China e Rússia, por exemplo, tiveram sucesso anteriormente na empreitada, mas o Catar esbarra na campanha ininterrupta de denúncias de arbitrariedades por parte de entidades de defesa dos direitos humanos.

Estádios foram erguidos às custas de sacrifício e mortes de milhares de imigrantes, numa versão moderna de escravidão conhecida como ‘sistema kafala’. Mulheres são tratadas como cidadãs de segunda classe, sempre guiadas pela tutela de um homem – pai ou marido. O adultério é punido com apedrejamento. Membros da comunidade LGBTQIA+ enfrentam prisão de até 10 anos por relações sexuais consensuais. Não há goleada capaz de superar tantos abusos no país anfitrião. Até agora, a exposição das violações aos direitos humanos está no centro do debate, ainda que o emir tenha insistido em reabilitar a imagem da nação em uma mensagem de conciliação, com prazo de validade para os próximos 27 dias: “As pessoas, por mais que sejam diferentes, com nacionalidades culturais e orientações diversas, vão se reunir em nosso para compartilhar emoções”, assegurou ele, sem esconder o orgulho. Em outras palavras, o recado do monarca: que assim seja, ao menos enquanto durar o torneio.

Até aqui as citações da matéria na seção Mundo, de g1, assinada por Sandra Cohen⁹.

Com este contexto super atual, pois estamos na semana da abertura e início da Copa do Mundo de 2022, promovida pela FIFA, nossa análise neste número do Cadernos CRIS tem como **foco principal a questão dos trabalhadores e trabalhadoras migrantes**, que com muito suor, sangue e lágrimas, viabilizaram o projeto faraônico da monarquia absolutista do Catar, em

⁸<https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2022/11/21/catar-envia-mensagem-de-conciliacao-a-diversidade-com-prazo-de-validade-de-duracao-da-copa-do-mundo.ghtml>

⁹<https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2022/11/21/catar-envia-mensagem-de-conciliacao-a-diversidade-com-prazo-de-validade-de-duracao-da-copa-do-mundo.ghtml>

especial a partir de dezembro de 2010, quando a FIFA anunciou a sede da Copa de 2018 (Rússia) e de 2022.

Algumas questões fundamentais do modo de contratação e regime de trabalho dos migrantes no Catar (e nos países do Golfo)

Como se sabe, o Catar tem uma população estimada em torno de 2.930.000 pessoas, em um território de 11.571 km², porém sua pujante economia e ostentação depende da força de trabalho de migrantes, oriundas, principalmente, de Bangladesh, Índia, Nepal, Sri Lanka, Egito, e, também, do sudeste asiático, como Filipinas, Indonésia e Malásia, entre outros. Aliás, todos os países do Golfo Pérsico dependem de trabalhadores migrantes, e este é o caso dos Emirados Árabes Unidos, de Bahrein, do Kuwait, de Omã e, também, da Arábia Saudita, na Jordânia e no Líbano, entre outros.

Historicamente e naquela região do mundo – mais do que em outras, ainda predomina o “**sistema kafala**”¹⁰, ou “patrocínio” (“sponsorship”), caracterizado por uma relação entre trabalhadores estrangeiros e seu patrocinador local, ou “kafeel”, que geralmente é o empregador ou o intermediário (“gato”, como conhecemos no Brasil). Tanto o Bahrein quanto o Catar afirmam ter abolido o sistema, embora os críticos digam que as reformas são mal aplicadas e não equivalem à abolição.

De acordo com esse sistema, o estado concede permissões de “patrocínio” a indivíduos ou empresas locais para empregar trabalhadores estrangeiros (exceto no Bahrein, onde os trabalhadores são patrocinados por uma agência governamental e não por empregadores individuais). O patrocinador cobre as despesas de viagem e fornece moradia, muitas vezes em acomodações do tipo dormitório ou, no caso de trabalhadores domésticos, na casa do patrocinador. Em vez de contratar um indivíduo diretamente, os patrocinadores às vezes usam agências privadas de recrutamento nos países de origem para encontrar trabalhadores e facilitar sua entrada no país anfitrião.

O sistema geralmente fica sob a jurisdição dos ministérios do interior, e não dos ministérios do trabalho, de modo que os trabalhadores geralmente não têm proteção sob a legislação trabalhista do país anfitrião. Isso os deixa vulneráveis à exploração e nega-lhes direitos como a capacidade de entrar em um processo de disputa trabalhista ou filiar-se a um sindicato. Além disso, como os vistos de trabalho e residência dos trabalhadores estão vinculados e apenas os patrocinadores podem renová-los ou rescindi-los, o sistema concede aos cidadãos privados – e não ao Estado – o controle sobre a situação legal dos trabalhadores, criando um desequilíbrio de poder que os patrocinadores podem explorar.

Na maioria das situações, os trabalhadores precisam da permissão de seu patrocinador para transferir empregos, encerrar o emprego e entrar ou sair do país anfitrião. Deixar o local de trabalho sem permissão é uma ofensa que resulta na rescisão do status legal do trabalhador e potencialmente na prisão ou deportação, mesmo que o trabalhador esteja fugindo de abuso. Os trabalhadores têm poucos recursos diante da exploração, e muitos especialistas argumentam que o sistema facilita a **escravidão moderna**.

¹⁰<https://www.cfr.org/backgrounder/what-kafala-system#:~:text=The%20kafala%2C%20or%20sponsorship%2C%20system%20defines%20the%20relationship%20between%20foreign,well%20as%20Jordan%20and%20Lebanon.>

Relações entre questões climáticas e condições de trabalho nos trabalhos mais pesados a céu aberto

É muito sintomático e extremamente relevante que na semana exata da abertura da Copa do Mundo de 2022, a Revista TIME (edição de 21-28 de novembro), tenha trazido como matéria de capa de grande destaque o tema **“THE DANGEROUS GAME”**, com o subtítulo **“Thousands of migrant workers died preparing Qatar to host the World Cup. In a overheating world, that’s just the beginning”**, com tradução livre para **“O JOGO PERIGOSO: Milhares de trabalhadores migrantes morreram preparando o Catar para sediar a Copa do Mundo. Em um mundo superaquecido, isso é apenas o começo.”**¹¹ Com efeito, a matéria principal tem por título **“Thousands of Migrant Workers Died in Qatar’s Extreme Heat. The World Cup Forced a Reckoning”**, isto é, **“Milhares de trabalhadores migrantes morreram no calor extremo do Catar. A Copa do Mundo forçou um ajuste de contas”**.

A excelente matéria foi produzida pela jornalista Aryn Baker, que é correspondente internacional sênior de Clima e Meio Ambiente da TIME, cobrindo os impactos humanos das mudanças climáticas, juntamente com outros tópicos. Ela mora em Roma e foi anteriormente chefe do escritório da TIME para a África com sede na Cidade do Cabo, para o Oriente Médio com sede em Beirute e para o Afeganistão e Paquistão com sede em Cabul. A matéria, desenvolvida em Kathmandu, capital do Nepal, e em Doha, capital do Catar, contou com o apoio do Pulitzer Center, e focou os impactos do trabalho em condições climáticas adversas – calor extremo – sobre a saúde de trabalhadores migrantes nepaleses no Catar.

Lembra a jornalista, que este ano, a Copa do Mundo começa em novembro, cinco meses depois do normal, para poupar jogadores e torcedores do pior do verão escaldante da região. Mas os preparativos para o torneio – um *boom* de construção em um dos lugares mais quentes do planeta – levaram mais de uma década. Para que isso acontecesse, o Catar contou com uma cadeia de suprimentos global de trabalhadores dispostos a trabalhar em quaisquer condições – um desespero alimentado em parte pelos impactos das mudanças climáticas. **A força de trabalho estrangeira de 2 milhões de pessoas do Catar, que representa mais de dois terços da população**, é em grande parte recrutada no Nepal, Índia e Bangladesh. **“Milhares desses trabalhadores morreram na última década, muitos por causa das más condições de trabalho, tornadas mais perigosas pelo calor excessivo”**, denuncia Aryn Baker.

Como parte do jornalismo investigativo realizado por Baker, ela esteve no Nepal, analisando as condições de recrutamento dos trabalhadores que migram para o Catar (pagando cerca de US\$ 1.200,00 para agentes que intermediam a migração), e também trabalhadores que retornaram ao seu país, com muita frequência, adoecidos (além dos que nunca mais regressam, ceifados pela morte no país onde foram trabalhar). **“As pessoas estão voltando do Catar com doenças renais e ataques cardíacos”**, diz um dos entrevistados. **“Mas estou ignorando isso porque não temos escolha.”** Seu tio, que trabalhou na construção civil no Catar por 12 anos, morreu este ano de ataque cardíaco aos 40 anos, e há forte suspeita de que a morte foi causada por **exposição crônica ao calor extremo**. Certidões de óbito de trabalhadores migrantes falecidos no Catar frequentemente citam **“parada cardíaca”** como a causa, sugerindo que suas mortes não foram relacionadas ao trabalho. Mas a realidade é que a maioria dessas pessoas é jovem e saudável; de fato, todos os trabalhadores devem passar por uma triagem de saúde básica **“adequada para o trabalho”** antes de obter um visto de trabalho no Catar. E assim a alta

¹¹ <https://time.com/6227277/qatar-extreme-heat-world-cup-2022/>

taxa de doenças cardiovasculares listadas como causa de morte entre os trabalhadores migrantes no país aponta para alguma outra causa do problema.

De acordo com um estudo de 2019, publicado na revista *Cardiology*¹² que analisou mais de 1.300 mortes de trabalhadores migrantes nepaleses no Catar, de 2009 a 2017, quase metade foi atribuída nos atestados de óbito a doenças cardiovasculares, uma taxa que excede em muito o padrão global de 15% para homens em situação semelhante. Quando os números foram divididos por época do ano, as taxas de mortalidade por ataque cardíaco caíram para 22% no inverno e saltaram para 58% no verão. Muitas das mortes ocorreram durante os períodos em que o WBGT¹³ excedeu 87°F (31°C), levando os autores a concluir que **pelo menos 200 homens provavelmente morreram de problemas de saúde causados pelo calor, sofridos durante o trabalho, embora a causa tenha sido listada como ‘parada cardíaca’**. A lei trabalhista do Catar exige que os empregadores paguem indenização apenas se a morte estiver relacionada ao trabalho, o que geralmente é interpretado de forma restrita como ocorrendo no local de trabalho. Um ataque cardíaco que ocorre no local de moradia (alojamento) de trabalhadores no final de um dia extenuante, como aconteceu com o tio do entrevistado, não se qualifica. Mas mesmo níveis relativamente baixos de estresse por calor podem causar problemas graves ao longo do tempo, especialmente se acompanhados de desidratação crônica, afirmam os pesquisadores citados.

Faz parte da matéria da TIME, o relato de que quando o nefrologista Dr. Rishi Kumar Kafle lançou o Centro Nacional do Rim de Kathmandu há 25 anos, ele esperava atender pacientes mais idosos que sofriam do tipo de problemas renais que acompanham a idade e doenças crônicas, como diabetes e hipertensão. Mas, com o passar dos anos, o número de pacientes aumentou e a média de idade diminuiu. A maioria de seus pacientes mais jovens tinha uma coisa em comum: emprego recente no exterior. Hoje, ele estima que os retornados dos países do Golfo representem 10% de seus casos. “Esses jovens voltando do Golfo não têm diabetes; eles não são hipertensos. Eles são saudáveis. Então, de repente, eles desenvolvem **insuficiência renal**. Significa que há algo no Golfo que deixa certos jovens doentes.” Vários fatores estão em jogo, diz ele: desidratação contínua, má alimentação, estresse e uso excessivo de analgésicos para atenuar as dores do trabalho duro. Mas o principal problema subjacente é o calor.

Três anos após o Catar ter iniciado a construção dos estádios da Copa do Mundo, em 2011, a Confederação Sindical Internacional (CSI) publicou uma denúncia alertando que **cerca de 4.000 trabalhadores migrantes provavelmente morreriam antes da partida de abertura como resultado das práticas trabalhistas exploradoras do país**. As projeções foram baseadas no número de mortes de trabalhadores migrantes em 2012 e 2013 divulgada pelas embaixadas da Índia e do Nepal, e foram apoiadas por relatórios semelhantes da Anistia Internacional e da Human Rights Watch, que descreviam dormitórios miseráveis, horas de trabalho extenuantes, salários não pagos e práticas perigosas de saúde e segurança no país. Em matéria investigativa publicada pelo jornal britânico *The Guardian*, de fevereiro de 2021, **foi estimado que 6.500 trabalhadores migrantes teriam morrido no Catar desde o anúncio da Copa do Mundo no**

¹² <https://www.karger.com/Article/FullText/500853>

¹³ Wet Bulb Globe Temperature, conhecido no Brasil como IBUTG (Índice de Bulbo Úmido – Termômetro de Globo) que avalia, conjuntamente, temperatura, umidade, velocidade do ar, calor radiante e o metabolismo da atividade.

Catar, e o jornal acusa diretamente a FIFA, como, aliás, vem ocorrendo desde 2010, até esta semana, quando a edição da Copa do Mundo de 2022 teve início.

Segundo a revista TIME, apesar de todo o foco nos estádios da Copa do Mundo, os abusos mais flagrantes acontecem em projetos de construção privados, que têm pouco a ver, diretamente, com o futebol. O Comitê Supremo para Entrega e Legado do Catar¹⁴, encarregado dos preparativos para a Copa do Mundo, empregou apenas 35.000 trabalhadores em seu pico, representando menos de 2% da força de trabalho migrante do país na última década. Alguns desses locais de trabalho não relacionados à Copa do Mundo são bem regulamentados, mas outros não. A TIME conseguiu permissão para visitar uma obra privada, um complexo residencial de luxo que só ficará pronto muito tempo depois da Copa do Mundo, acompanhada de funcionários do Ministério do Trabalho. Os trabalhadores, entrevistados na presença de seus supervisores, pareciam satisfeitos com os regulamentos que regem as proteções térmicas. Eles reclamaram do calor - 112 ° F (44 ° C) às 9h do dia em que visitamos – conta a jornalista - mas disseram que podiam fazer pausas em áreas de descanso resfriadas quando ficava muito quente; que seus supervisores frequentemente distribuíam água e os lembravam de se hidratar; e que se o índice WBGT passasse de um certo ponto, o trabalho externo pararia completamente. Trabalhadores de outros locais que a TIME não teve permissão para visitar descreveram o que fizemos como uma exceção, não a regra.

Em maio deste ano, várias organizações trabalhistas e de direitos humanos¹⁵ exigiram que a FIFA destinasse US\$ 440 milhões – a mesma quantia que distribui em prêmios da Copa do Mundo – para o bem-estar dos trabalhadores que sofreram abusos de direitos humanos no Catar durante os preparativos para a Copa do Mundo de 2022. A campanha recebeu apoio global e a FIFA disse à Anistia que estava “considerando” a proposta. Mas mesmo que a Fifa concorde com algum tipo de esquema de indenização, será difícil diferenciar entre os trabalhadores da Copa do Mundo e aqueles que trabalham em canteiros de obras que podem ou não ter sido estimulados pelo anúncio da Copa do Mundo.

De acordo com uma avaliação divulgada pela Building and Wood Worker's International¹⁶, um sindicato trabalhista com sede em Genebra, os canteiros de obras administrados pelo Comitê Supremo “garantiram um nível de proteção superior ao da indústria, incluindo novos métodos para monitorar e mitigar os efeitos do estresse térmico”. Mahmoud Qutub, diretor executivo do Comitê Supremo para o bem-estar dos trabalhadores e direitos trabalhistas, diz que todos os locais de trabalho da Copa do Mundo ofereceram áreas de descanso resfriadas e intervalos obrigatórios para hidratação. Eles também fechavam durante a parte mais quente do dia no verão, e os trabalhadores recebiam roupas de resfriamento especialmente projetadas. Eles também foram autorizados a fazer pausas sempre que sentiram necessidade. Esses protocolos de saúde e segurança, diz Qutub, reduziram as mortes “relacionadas ao local de trabalho” entre o esforço geral de construção da Copa do Mundo para apenas três em 10 anos, nenhuma devido ao calor, segundo ele. Embora esses números sejam respaldados pelas agências das Nações Unidas, eles refletem uma definição excessivamente rígida de trabalho. Os próprios relatórios anuais do Comitê Supremo¹⁷ citam 36 mortes não

¹⁴ <https://www.qatar2022.qa/en/the-committee>

¹⁵ <https://www.barrons.com/news/canada-soccer-defends-record-on-qatar-human-rights-issues-01667073607>

¹⁶ https://www.bwint.org/web/content/cms.media/2551/datas/BWI%20Qatar%20Report_EN.pdf

¹⁷ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---arabstates/---ro-beirut/---ilo-qatar/documents/publication/wcms_828395.pdf

relacionadas ao trabalho causadas por “insuficiência respiratória”, “ataque cardíaco”, “causas naturais”, um acidente de ônibus a caminho de um local de trabalho e um caso de suicídio. Dito isso, mesmo que essas mortes sejam incluídas, as taxas de mortalidade em canteiros de obras da Copa do Mundo são muito mais baixas do que a taxa de mortalidade no canteiro de obras do Catar como um todo, demonstrando que os trabalhadores podem ser protegidos quando isso é uma prioridade.

Em 2019, o governo fez disso uma prioridade. Perseguido por condenações da imprensa, sindicatos internacionais e grupos de direitos humanos, o Qatar convidou representantes da OIT e outros especialistas para realizar um estudo abrangente das condições de trabalho do país, com o objetivo de implementar reformas. Eles passaram várias semanas de verão em locais de trabalho no Qatar, monitorando as condições de trabalho. Alguns trabalhadores concordaram em ingerir dispositivos eletrônicos que pudessem registrar a temperatura corporal e os níveis de desidratação, para ajudar os pesquisadores a entender os impactos do alto calor e umidade, e testaram esforços de mitigação como roupas de resfriamento, soluções de hidratação, taxas de trabalho e descanso e salas de descanso com ar-condicionado.

No final, os pesquisadores sugeriram que o Ministério do Trabalho do Catar adicionasse uma hora e meia extra à proibição diária de trabalho ao ar livre ao meio-dia no verão, enquanto expandia o cronograma de “verão” por mais quatro semanas – representando uma redução de 586 horas de trabalho por ano. Eles aconselharam as empresas a estabelecer áreas de descanso resfriadas¹⁸ e implementar protocolos de hidratação, e recomendaram definir um limite máximo de WBGT de 89,7 ° F (32,1 ° C), ponto em que todo o trabalho ao ar livre cessaria, independentemente da hora do dia ou do ano.

Isso ainda é muito elevado, de acordo com alguns pesquisadores de calor, mas é um compromisso viável, de acordo com Andreas Flouris, fundador do laboratório FAME da Universidade da Tessália, que o Catar trouxe ao país para avaliar seu ambiente de trabalho. “32,1°C mantém os trabalhadores seguros”, diz Flouris. “Ao mesmo tempo, mantém a economia funcionando, porque ficar desempregado também prejudica a saúde do trabalhador.” Sua equipe também recomendou que todos os trabalhadores externos passassem por exames de saúde anuais para que aqueles com hipertensão, diabetes ou outras condições crônicas pudessem ser identificados, diagnosticados e transferidos para posições menos extenuantes. De acordo com o relatório anual da OIT sobre o Catar, as internações em clínicas de saúde por distúrbios relacionados ao calor caíram de 1.520 no verão de 2020 para 351 na mesma temporada de 2022.

O Ministério do Trabalho do Catar fechou mais de 450 locais de trabalho por violações de sua nova política de proteção térmica neste verão¹⁹. É um sinal de monitoramento eficaz, mas o ministério não tem capacidade de fiscalização, então os infratores muitas vezes voltam a funcionar em poucos dias. O governo também não tem capacidade para inspecionar todos os locais de trabalho com frequência suficiente para garantir a segurança do trabalhador, diz Ambet E. Yuson, secretário-geral da Building and Wood Worker's International.

A extensa matéria da TIME conclui que a maneira mais eficaz de impor a nova política seria capacitar os trabalhadores para defender os direitos que ela agora garante. Lembra,

¹⁸ <https://www.washingtonpost.com/graphics/2019/world/climate-environment/climate-change-qatar-air-conditioning-outdoors/>

¹⁹ <https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/qatar-world-cup-heat-violations-b2130592.html>

porém, que cinquenta e seis trabalhadores migrantes foram presos ou deportados por protestar contra salários não pagos em agosto, diz Yuson. “Se os trabalhadores que não recebem salário há sete meses são deportados por reclamar, o que isso diz sobre os trabalhadores estarem dispostos a defender a implementação adequada de proteções térmicas em seus locais de trabalho?”

Condições e vida e trabalho de nepaleses no Catar são foco de estudos e pesquisas de grande visibilidade

Numa das publicações comemorativas do recente centenário da OIT, intitulada “**The ilo @ 100 Addressing the Past and Future of Work and Social Protection**”, editada por Christophe Gironde e Gilles Carbonnier, o capítulo 9, de autoria de Antonio Domini, foca, com grande profundidade, o tema “**Social Suffering and Structural Violence: Nepali Workers in Qatar**”²⁰

Com efeito, cerca de 400.000 trabalhadores nepaleses não qualificados e predominantemente do sexo masculino trabalham no Catar de acordo com um acordo entre os governos dos dois países. Para o autor, “eles são o nível mais baixo da pirâmide geneticamente modificada de cerca de dois milhões de trabalhadores migrantes que representam cerca de 90% da população residente no Catar. A pirâmide e as inúmeras formas de exploração e discriminação que a acompanham são funcionais para a agenda de desenvolvimento do Catar e, em particular, para os preparativos para a Copa do Mundo de futebol de 2022”. Com base no trabalho de campo etnográfico no Nepal e no Catar, o texto analisa as transformações sociais no Nepal rural, a regulamentação exploradora da migração e a condição humana dos migrantes nepaleses no Catar, bem como os significados atribuídos a ela. Ao final do texto, o autor destaca a pressão exercida por organizações internacionais, nomeadamente a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e sindicatos internacionais, que levaram a reformas recentemente introduzidas pelo Catar e as implicações a longo prazo, se e quando o 'admirável mundo novo' chamado Catar não requerer mais a presença tão massiva de migrantes. O texto é fundamental para a compreensão das questões etnográficas, econômicas e demográficas (lembrando que mais de 90% dos migrantes nepaleses no Catar são jovens do sexo masculino, segregados socialmente e espacialmente), com o desenvolvimento de novos formatos de estratificação social dos nepaleses no Catar, sempre, porém, discriminados e sem qualquer possibilidade de ascender na rígida estrutura social daquele país, marcada por racismo e violência contra trabalhadores migrantes, desqualificados em sua maioria.

Supostas melhorias e o papel das organizações internacionais como a OIT, em promover o Catar, às vésperas da Copa do Mundo

Sabe-se que, desde que se apresentou como sede da Copa do Mundo de 2022, isto no final de 2010, o Catar investiu não apenas na infraestrutura, mas também, em tentar mudar a péssima imagem e reputação que ele tem na comunidade internacional, em especial no campo dos **direitos humanos** e, por óbvio e necessário, nas **condições de vida e trabalho** oferecidas aos milhões de trabalhadores migrantes, essenciais para os seus projetos políticos e econômicos regionais e globais. Houve e continua havendo a necessidade de demonstrar supostos avanços, e no campo dos **direitos trabalhistas e previdenciários**, o cumprimento das normas internacionais do Trabalho, a caminho dos requisitos mínimos do “trabalho digno” (“trabalho

²⁰https://library.oapen.org/bitstream/handle/20.500.12657/37968/9789004399013_webready_content_text.pdf?sequence=1#page=199

decente”). A OIT foi e é uma das agências do sistema Nações Unidas que priorizou atenção especial do Catar e ao seu ‘passo a passo’.

Neste ano de 2022, a OIT se esforçou em promover e divulgar os supostos avanços alcançados pelo país-sede da Copa do Mundo, principalmente às vésperas do início da Copa, em aparente articulação promocional com a FIFA e com o país-sede.

Com efeito, vídeos e textos em diferentes idiomas foram divulgados, em vários idiomas, com o atraente título **“World Cup 2022: What has changed for migrant workers in Qatar?”**²¹

Taremos aqui uma síntese da visão recente da OIT a respeito das mudanças supostamente ocorridas no Catar, para conhecimento, análise crítica e monitoramento. Será mantido o texto literal, sem, necessariamente, o nosso endosso. Por ignorância e por desconfiança deste ‘observador’, não-especialista daquela região.

• **A organização da Copa do Mundo FIFA de 2022 no Catar colocou o país no centro das atenções** - Na última década, relatos de exploração do trabalho de migrantes e até mesmo de trabalho forçado foram generalizados. Em 2014, sindicatos internacionais apresentaram uma queixa na OIT contra o Estado do Catar, alegando que o país não estava resolvendo violações de direitos trabalhistas. Após um período de intensas negociações, o Estado do Catar e a OIT concordaram e lançaram um programa para apoiar grandes reformas trabalhistas. As medidas tomadas já melhoraram as condições de trabalho e de vida de centenas de milhares de trabalhadores, embora sejam necessários esforços adicionais urgentes para garantir que todos os trabalhadores possam se beneficiar.

• **Liberdade para mudar de emprego** - Anteriormente, os trabalhadores no Catar exigiam permissão de seus empregadores para mudar de emprego – um dos elementos mais problemáticos do sistema *kafala*, que tornava os trabalhadores excessivamente dependentes de seus empregadores e criava situações de exploração do trabalho. Após as mudanças no sistema *kafala* em 2020, os trabalhadores agora podem mudar de emprego a qualquer momento, após um período de aviso prévio de até dois meses. Os trabalhadores migrantes, incluindo trabalhadores domésticos, também não precisam mais de uma permissão de saída aprovada pelo empregador para deixar o país. Mais de 350.000 pedidos de mudança de emprego foram aprovados nos dois anos seguintes à introdução da nova legislação, com resultados positivos para a economia do Catar como um todo.

• **Mudança de emprego: o que ainda precisa ser feito?** Essas grandes mudanças na lei trabalhista do Catar reduziram significativamente a vulnerabilidade dos migrantes ao trabalho forçado, resultado do controle excessivo que os empregadores tinham sobre suas vidas. Mas muitos trabalhadores ainda enfrentam obstáculos para deixar empregos e mudar para novos, incluindo retaliação de seus empregadores, como cancelamento de autorizações de residência de trabalhadores ou apresentação de falsas acusações de “fuga” contra eles. O Ministério do Trabalho e o Ministério do Interior do Catar estão conectando seus sistemas eletrônicos para verificar informações e impedir que os empregadores tomem tais ações, mas é necessário mais trabalho para impedir essas práticas de retaliação. A falta de informação sobre a mobilidade laboral é também um importante obstáculo à mudança de emprego. Os procedimentos e regulamentos devem ser esclarecidos, para que sejam bem compreendidos por todos os trabalhadores e empregadores, que poderiam beneficiar das reformas.

²¹ <https://www.ilo.org/infostories/en-GB/Stories/Country-Focus/world-cup-qatar>

• **Os trabalhadores devem receber, pontualmente, os salários que lhes são devidos -**

Em março de 2021, o Catar se tornou o primeiro país da região do Golfo a adotar um salário-mínimo não discriminatório que se aplica a todos os trabalhadores, de todas as nacionalidades, em todos os setores, incluindo o trabalho doméstico. Isso resultou em 13% da força de trabalho – 280.000 pessoas – vendo seus salários subirem para o novo patamar mínimo. Os empregadores são obrigados a transferir os salários dos funcionários por meio dos bancos do Catar, permitindo que o Ministério do Trabalho monitore as transferências e reduza os abusos salariais.

• **Salários: o que ainda precisa ser feito?** Apesar do significativo sucesso das medidas tomadas para proteger os salários, ainda há muitos trabalhadores que esperam meses para ver seus salários pagos. As multas por falta de pagamento de salários foram aumentadas e estão sendo aplicadas com mais rigor. Um fundo estabelecido pelo governo desembolsou US\$ 350 milhões para trabalhadores desde 2019, demonstrando a escala dos abusos salariais. De acordo com os padrões internacionais, os dados, inclusive sobre o custo de vida, devem ser coletados para uma revisão do salário-mínimo. A Comissão do Salário-Mínimo do Catar deve consultar os representantes dos trabalhadores e dos empregadores para revisar periodicamente e propor ajustes ao salário-mínimo.

• **Um único acidente já é muito!** A preparação para a Copa do Mundo da FIFA 2022 desencadeou um enorme programa de construção do Estado do Catar, abrangendo a construção de estádios e outras infraestruturas, como hotéis, estradas e sistemas de transporte público. Os relatos sobre lesões e mortes relacionadas ao trabalho têm variado, levantando questões sobre o número real de acidentes de trabalho no país. Utilizando uma metodologia recém-desenvolvida, a OIT trabalhou com o governo e outras instituições importantes no Catar para publicar um relatório apresentando os dados mais abrangentes disponíveis sobre o assunto²². A adoção e implementação de novas políticas de Segurança e Saúde Ocupacional e de inspeção, bem como a mitigação do estresse térmico também estão entre as prioridades da OIT no Catar.

• **Segurança e saúde: o que ainda precisa ser feito?** O relatório da OIT “One is too many”²³ constatou que pelo menos 50 trabalhadores perderam a vida em 2020 e pouco mais de 500 ficaram gravemente feridos. A OIT está apoiando o governo do Catar para melhorar a qualidade da coleta de dados, processo atualmente conduzido por diversas instituições do país, com diferentes definições e ainda sem uma abordagem harmonizada. Um novo departamento dedicado à Saúde e Segurança Ocupacional no Ministério do Trabalho do Catar está sendo criado e deve se concentrar na prevenção de acidentes de trabalho e no cumprimento das leis para proteger os trabalhadores. O relatório “Um é Demais” da OIT também destacou que são necessários mais esforços para investigar lesões e mortes que podem estar relacionadas ao trabalho, mas que atualmente não são categorizadas como tal. Isso garantirá que os trabalhadores e seus familiares recebam a devida indenização em caso de acidentes de trabalho.

• **Melhor acesso à justiça** - Antes das reformas trabalhistas, os trabalhadores tinham meios muito limitados de apresentar queixas em caso de disputas com seus empregadores. Nos

²² https://www.ilo.org/beirut/countries/qatar/WCMS_828395/lang--en/index.htm

²³ https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---arabstates/---ro-beirut/---ilo-qatar/documents/publication/wcms_828395.pdf

últimos anos, o Catar tomou medidas para melhorar o acesso dos trabalhadores à justiça. Entre 2021 e 2022, o número de reclamações de trabalhadores ao Ministério do Trabalho do Catar aumentou de 11.000 para 25.000. Este crescimento é explicado pela criação de uma nova plataforma online para reclamações dos trabalhadores. Entre outubro de 2021 e outubro de 2022, 67% das reclamações foram resolvidas antes ou na fase de conciliação, sendo o restante encaminhado para a recém-criada Justiça do Trabalho. Na maioria dos casos (84% em 2021-22), esses tribunais decidem a favor dos trabalhadores.

• **Justiça: O que ainda precisa ser feito?** Atualmente, o tempo que os trabalhadores esperam entre a apresentação de uma reclamação e o recebimento dos salários e benefícios devidos ainda pode levar vários meses. Os mecanismos de reclamação podem ser difíceis de manejar e os trabalhadores precisam de mais orientação sobre a documentação necessária e questões como se preparar para audiências judiciais. Um curso de treinamento abrangente sobre resolução de disputas está sendo desenvolvido. Além de capacitar a equipe de conciliação, há planos para elaborar procedimentos operacionais padrão e monitorar a eficiência dos mecanismos de reclamação.

• **Dar voz aos trabalhadores** - A lei do Catar não permite que trabalhadores estrangeiros formem ou participem de sindicatos. Antes das reformas trabalhistas, as plataformas de diálogo entre os trabalhadores e a direção eram extremamente limitadas. Na negociação das reformas com o governo do Qatar, a representação dos trabalhadores e o diálogo social estiveram entre as principais prioridades da OIT. O diálogo social assumiu várias formas, e a nova legislação levou ao estabelecimento de comitês mistos de trabalhadores e gestores no nível da empresa.

• **Diálogo social: o que ainda falta fazer?** A criação ou não de um comitê de gestão de trabalhadores dentro de uma empresa ainda cabe às empresas decidirem por si mesmas. Um estudo da OIT está explorando a viabilidade de tornar obrigatórios os comitês conjuntos para empresas de determinado porte. Com o apoio da OIT, o Ministério do Trabalho do Catar está aumentando o número de comitês conjuntos (mistos) e desenvolvendo sua capacidade de diálogo em setores como transporte, construção e hotelaria. A OIT também está propondo a criação de órgãos setoriais para apoiar o objetivo de um diálogo social mais amplo no nível da indústria.

• **Cadeias de recrutamento mais justas para trabalhadores migrantes** - A prática de trabalhadores migrantes de baixa renda pagando taxas de recrutamento está profundamente enraizada em todo o mundo. Apesar da legislação em vigor em vários países de origem e destino para proibir ou limitar as taxas de recrutamento e custos relacionados, o desafio persiste. Este também é o caso do Catar. Desde 2019, o Governo do Catar estabeleceu 14 Centros de Vistos do Catar em 6 países para fornecer informações apropriadas aos migrantes e reduzir as chances de fraude contratual. O Governo encerrou 45 agências de recrutamento não conformes em 2022. Com o apoio da OIT, está avaliando o sistema existente de licenciamento e monitoramento de agências privadas de recrutamento.

• **Recrutamento: o que ainda precisa ser feito?** A lei do Catar afirma que os trabalhadores não devem pagar taxas de recrutamento, mas uma pesquisa recente realizada pelo Instituto de Pesquisa Social e Econômica do Catar constatou que 54% dos trabalhadores de baixa renda pagaram para vir para o Catar. A dívida contraída muitas vezes coloca os trabalhadores em situações vulneráveis, nas quais eles são mais propensos à exploração ou

abuso. Práticas justas de recrutamento e lições aprendidas precisam ser promovidas e expandidas para as operações dos setores público e privado.

• **Medidas para empoderar trabalhadores domésticos** - Atualmente no Catar, existem mais de 160.000 trabalhadores domésticos migrantes, dos quais 60% são mulheres, que estão cobertos pela Lei nº 15 de 2017 sobre Trabalhadores Domésticos. Em 2021, o Ministério do Trabalho adotou um contrato de trabalho padrão revisado para trabalhadores domésticos para alinhar seus direitos com os de outros empregados do setor privado em termos de pagamento de horas extras, rescisão de contrato de trabalho e licença médica. Por meio dos Centros de Vistos do Catar, os trabalhadores domésticos que migram para o Catar de Bangladesh, Índia, Paquistão e Sri Lanka agora estão assinando seus contratos de trabalho, com base no contrato padrão revisado, antes de suas partidas. Aumentar a conscientização tem sido fundamental para promover o trabalho decente no setor de trabalho doméstico (consulte o Guia para Empregar Trabalhadores Domésticos Migrantes no Catar e Conheça Seus Direitos²⁴).

• **Trabalho doméstico: o que ainda falta fazer?** Apesar das melhorias na lei e dos esforços de conscientização, os trabalhadores domésticos ainda lutam para exercer seus direitos, incluindo os relativos ao horário de trabalho e o direito a pelo menos um dia de folga por semana. A folga (repouso) não é importante apenas para descansar, mas também para apresentar possíveis reclamações às autoridades competentes. Mais treinamento e conscientização são necessários – para trabalhadores domésticos, seus empregadores e agências de recrutamento. Além disso, os(as) trabalhadores(as) domésticos(as) enfrentam desafios específicos no exercício de seus direitos de proteção salarial e mobilidade laboral, uma questão que requer maior atenção.

• **A Copa do Mundo não é o ponto final da corrida** - Há um reconhecimento universal de que o trabalho não está completo e mais precisa ser feito para aplicar e fazer cumprir plenamente as reformas da legislação trabalhista do Catar. Entre as principais prioridades da OIT, destaca-se a necessidade de: (a) garantir que todos os trabalhadores e empregadores possam se beneficiar das reformas *kafala* sobre mobilidade laboral; (b) agilizar o acesso à justiça e a cobrança dos salários devidos; (c) garantir que a lei que protege os trabalhadores domésticos seja totalmente implementada.

Além da Copa do Mundo, a OIT afirma que continuará a trabalhar com o governo, trabalhadores e empregadores para apoiar ainda mais o alinhamento das leis e práticas do Catar com os padrões internacionais de trabalho. Segundo a OIT, **esse terá sido o legado mais duradouro da Copa.**

Na torcida...

²⁴https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---arabstates/---ro-beirut/documents/publication/wcms_748391.pdf

Migrações, Refúgio e Saúde Global

*Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek,
Jameson Martins, Júlia Moraes,
Marina Sujkowski, Deisy de Freitas Lima Ventura*

ACNUR exige cadeira para refugiados e deslocados na mesa da COP 28

A COP 27 terminou em 20 de novembro em Sharm El Sheikh, no Egito, e o ACNUR, a Agência da ONU para Refugiados, fez uma alerta em nome dos refugiados e deslocados, para quem a emergência climática está se agravando ao longo do tempo.²⁵ Pela primeira vez, vozes dos refugiados e deslocados da linha de frente do clima foram manifestadas na conferência da ONU sobre mudanças climáticas. Este ano, na COP 27, pessoas deslocadas do Sudão, Iêmen, Níger e outros alertaram que a velocidade das mudanças climáticas supera em grande parte as suas tentativas de adaptação ao ambiente.²⁶

Sendo assim, o ACNUR fez um apelo à inclusão de refugiados e deslocados no documento final da COP 27. Refugiados e deslocados estão entre os mais expostos à crise climática. Muitos buscam segurança em países que menos contribuíram para a mudança climática, mas têm menos recursos para se adaptar. Além disso, os deslocados esperam participar nas mesas de negociação da COP 28 para garantir que as decisões não sejam tomadas por eles sem eles.²⁷

Os líderes mundiais têm a responsabilidade de garantir que o financiamento da ação climática não chegue apenas a países vulneráveis ao clima, mas também a pessoas deslocadas e suas comunidades anfitriãs, destaca Andrew Harper, Conselheiro Especial para Ação Climática do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados. Com mais de 70% das pessoas deslocadas do mundo provenientes dos países mais vulneráveis ao clima, devemos ver o reconhecimento explícito dos refugiados e deslocados no documento final da COP 27.²⁸

O ACNUR ficou satisfeito em ver a questão das perdas e danos causados pelas mudanças climáticas na agenda pela primeira vez na conferência deste ano. Há limites para a adaptação e é importante se preparar para perdas e danos inevitáveis, como deslocamentos, para os quais recursos adicionais devem ser mobilizados. A voz das pessoas deslocadas e de suas comunidades e países anfitriões tende a crescer, e é por isso que perdas e danos devem se tornar um tópico padrão da agenda da COP.²⁹

Moçambique foi citado como exemplo por Harper, onde testemunhou os impactos devastadores dos desastres climáticos e conflito violento que desalojou cerca de um milhão de pessoas desde 2017. Como um dos países mais vulneráveis ao clima, agora é o lugar onde as

²⁵ <https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/11/637746ec315/unhcr-refugees-displaced-people-need-seats-cop28-table.html>

²⁶ <https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/11/637746ec315/unhcr-refugees-displaced-people-need-seats-cop28-table.html>

²⁷ <https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/11/637746ec315/unhcr-refugees-displaced-people-need-seats-cop28-table.html>

²⁸ <https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/11/637746ec315/unhcr-refugees-displaced-people-need-seats-cop28-table.html>

²⁹ <https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/11/637746ec315/unhcr-refugees-displaced-people-need-seats-cop28-table.html>

mudanças nos padrões climáticos que induzem eventos climáticos extremos, como ciclones e tempestades tropicais, estão se tornando mais frequentes e intensos. O país sofreu cinco tempestades tropicais e ciclones já neste ano.³⁰

ONU alerta para o agravamento de conflitos e deslocamento forçado na região do Sahel sem ação climática imediata

Conforme o relatório *“Da reação à ação: antecipando pontos críticos de vulnerabilidade no Sahel”*, se a emergência climática continuar de maneira desenfreada, acabará colocando as comunidades sahelianas em situação de maior perigo, sob enchentes devastadoras, secas e ondas de calor que dificultam o acesso à água, alimentos, meios de subsistência e aumentam o risco de conflitos. Este contexto forçará cada vez mais pessoas a deixarem seus lares. O relatório analisa os 10 países cobertos pela Estratégia Integrada da ONU para o Sahel e seu Plano de Apoio na África Ocidental e Central – Burkina Faso, Camarões, Chade, Gâmbia, Guiné, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria e Senegal.³¹

Abdoulaye Mar Dieye (Coordenador Especial da ONU para o Desenvolvimento do Sahel) afirma haver uma conexão no Sahel entre a crise climática, a crescente instabilidade e o baixo nível de investimentos em desenvolvimento, que acabam sobrecarregando as comunidades sahelianas, além de conter um risco adicional de comprometer a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ele também afirmou que há soluções voltadas para a autonomia das pessoas e nos investimentos em larga escala, porém, elas necessitam de comprometimento e dedicação de todas as partes.³²

O projeto Análises Preditivas no Sahel, em que o relatório é baseado, propõe-se a orientar os atores tomadores de decisão, podendo prever e identificar de maneira rápida onde os diversos riscos se sobrepõem, com o intuito de permitir uma melhor preparação e análise de contexto, planejamento, treinamento e capacitação, ao mesmo tempo em que traça a necessidade de dados adicionais. O financiamento desta iniciativa de análise preditiva é realizado pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha e apoiada pelo ACNUR em contribuição com o Escritório do Coordenador Especial da ONU para o Desenvolvimento no Sahel. O relatório consegue compilar previsões de curto, médio e longo prazos a partir de várias fontes de dados e metodologias viabilizados por um consórcio de 19 organizações líderes internacionais que investigam as interações e os ciclos de mudanças climáticas, segurança alimentar, conflito, migração e deslocamento forçado.³³

Tanto o coordenador especial das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Sahel quanto a Agência da ONU para os Refugiados, Acnur, alertaram que a região pode enfrentar longos anos de conflitos armados e deslocamentos caso não haja investimentos urgentes em

³⁰ <https://www.unhcr.org/news/briefing/2022/11/637746ec315/unhcr-refugees-displaced-people-need-seats-cop28-table.html>

³¹ <https://www.acnur.org/portugues/2022/11/16/onu-alerta-para-o-agravamento-de-conflitos-e-deslocamento-forcado-na-regiao-do-sahel-sem-acao-climatica-imediata/>

³² <https://www.acnur.org/portugues/2022/11/16/onu-alerta-para-o-agravamento-de-conflitos-e-deslocamento-forcado-na-regiao-do-sahel-sem-acao-climatica-imediata/>

³³ <https://www.acnur.org/portugues/2022/11/16/onu-alerta-para-o-agravamento-de-conflitos-e-deslocamento-forcado-na-regiao-do-sahel-sem-acao-climatica-imediata/>

mitigação e adaptação climática. Essas questões seriam principalmente por conta do aumento das temperaturas, a escassez de recursos e a insegurança alimentar.³⁴

As comunidades no Sahel vivem à base da agricultura e da pecuária, atividades que são tidas como altamente vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas. Registros regionais apontaram que a insegurança alimentar já alcança níveis de emergência em algumas áreas. De acordo com as previsões, a longo prazo, as colheitas de milho, painço e sorgo poderão diminuir por causa dos choques climáticos, tornando difícil a resiliência das populações locais. Da mesma forma, espera-se que as temperaturas no Sahel subam cerca de 2,5°C até 2080, podendo chegar a 4,3°C se as medidas urgentes forem adiadas.³⁵

Para a agência, somente um enorme impulso na mitigação e adaptação coletiva do clima pode ajudar a diminuir as consequências humanitárias atuais e futuras. Mesmo com as tendências negativas, a região é próspera em recursos naturais e se localiza em um dos maiores aquíferos da África. Outro ponto positivo, é o potencial para energias renováveis, incluindo energia solar. A ONU acredita que é necessária uma ação mais audaciosa na mitigação e adaptação climática que seja tomada a tempo e que seja em conjunto com os campos humanitário, de desenvolvimento e construção da paz, para conseguir alterar a trajetória da região.³⁶

OMS: Emergência de saúde e alimentar no Chifre da África

O Escritório da OMS para o Mediterrâneo denuncia a grave emergência de saúde e de fome vivida no Chifre da África, numa crise sem precedentes³⁷. A região é palco das consequências das mudanças climáticas, conflitos armados e crises econômicas, levando a um elevado nível de insegurança alimentar e colocando sua população em risco.

Hoje, 47 milhões dos 300 milhões de habitantes estão em situação de intensa subnutrição ou pior, e a expectativa é de que a fome aumente com a piora das secas que atingem a região. Também somam-se mais de 13 milhões de deslocados internamente e 4,5 milhões de refugiados, impondo obstáculos para acesso a abrigos, saneamento e serviços de saúde. A OMS destaca o ciclo de subnutrição que gera doenças e doenças que geram subnutrição, o que agrava esse cenário.

A situação demonstra a forma como as mudanças ambientais têm um impacto direto sobre a saúde e o fluxo migratório nas regiões mais atingidas. As mudanças climáticas são fatores agravantes para surtos de doenças infecciosas, como tem ocorrido no Chifre da África, os quais, somados a defasagens na cobertura vacinal e às dificuldades para acessar o sistema de saúde, colocam em risco a vida da população.

³⁴<https://news.un.org/pt/story/2022/11/1805592#:~:text=O%20coordenador%20especial%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es,em%20mitiga%C3%A7%C3%A3o%20e%20adapta%C3%A7%C3%A3o%20clim%C3%A1tica>

³⁵<https://news.un.org/pt/story/2022/11/1805592#:~:text=O%20coordenador%20especial%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es,em%20mitiga%C3%A7%C3%A3o%20e%20adapta%C3%A7%C3%A3o%20clim%C3%A1tica>

³⁶<https://news.un.org/pt/story/2022/11/1805592#:~:text=O%20coordenador%20especial%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es,em%20mitiga%C3%A7%C3%A3o%20e%20adapta%C3%A7%C3%A3o%20clim%C3%A1tica>

³⁷ <https://www.emro.who.int/media/news/who-is-on-the-ground-as-climate-driven-health-emergency-in-the-greater-horn-of-africa-threatens-47-million-lives.html?format=html>

COP 27: A migração climática é uma realidade cada vez mais presente

A Federação Internacional da Cruz Vermelha afirma suas preocupações de que os compromissos feitos na COP 26 em Glasgow estão sendo cada vez mais flexibilizados e pouco cumpridos. O mundo não está conseguindo cumprir a meta de deixar a temperatura global aumentar um máximo de 1,5 grau Celsius no final do século. Enquanto os negociadores tentam cada vez mais abaixar as metas nacionais, cada vez mais as pesquisas e relatórios técnicos revelam os enormes problemas humanitários, financeiros e naturais da catástrofe climática emergente.

Por essa razão, os membros da Federação têm lutado para que os países cumpram com seus compromissos, e sejam cada vez mais ambiciosos, em vez de apenas flexibilizar as metas nacionais indefinidamente. Segundo eles, agora é a hora de agir: 86% dos desastres da última década estão relacionados com as mudanças climáticas, afetando quase 2 bilhões de pessoas por todo o globo. Além disso, esses desastres afetam sistematicamente populações de países de baixa renda, como o Quênia, que vê frequentemente cheias e secas que trazem desnutrição e fome também por todo o chamado chifre da África.³⁸

A Federação Internacional da Cruz Vermelha afirma que nas últimas duas semanas, famílias em grande parte dos países mais pobres vêm sofrendo com fenômenos climáticos extremos. Há alertas colocados há duas semanas pela Cruz Vermelha sobre 14 enchentes na África, 18 nas Américas, 35 na Ásia do Pacífico, 5 na Europa e 2 no Mashreq e Maghreb. Houve incêndios e tempestades tropicais avassaladoras e crescimento da insegurança alimentar na grande maioria dos países da América Latina e África. Para conseguir resultados efetivos diante desse cenário de catástrofe climática, é preciso agir agora e transformar em ação as promessas da COP 27.³⁹

É nesse contexto que a Organização Internacional para as Migrações (OIM) aponta para a seriedade das Migrações Climáticas, e a necessidade de que acordos firmados na COP 27 priorizem a inclusão e implementação efetiva de medidas para diminuir os impactos da catástrofe climática sobre os migrantes climáticos (que serão mais de 216 milhões em 2050, fora os deslocados internamente).⁴⁰

Human Rights Watch: Trabalhadores migrantes no Qatar exigem indenização por abusos

A Copa do Mundo no Qatar, que teve início na última semana, tem chamado a atenção da comunidade internacional devido às diversas denúncias de exploração do trabalho de populações migrantes na construção da infraestrutura do evento. As famílias de trabalhadores migrantes agora aguardam indenizações da FIFA e do Qatar pelos abusos que sofreram durante as preparações para a Copa⁴¹.

Para a Human Rights Watch (HRW), os trabalhadores migrantes, que, em sua maioria, se deslocaram da Índia, do Nepal e de Bangladesh, foram essenciais para que o país pudesse sediar a Copa, mas isso trouxe altos custos para as famílias. Embora haja disputas sobre a quantidade de mortos ou feridos nessas obras, somam-se denúncias sobre as más condições de

³⁸ <https://www.ifrc.org/press-release/cop27-negotiations-are-missing-ambition-needed-protect-those-hardest-hit-climate>

³⁹ <https://www.ifrc.org/press-release/cop27-now-time-transform-words-action>

⁴⁰ <https://www.iom.int/cop27-addressing-human-mobility-driven-climate-change>

⁴¹ <https://www.hrw.org/news/2022/11/17/fifa/qatar-migrant-workers-call-compensation-abuses>

trabalho, os riscos do calor extremo e acidentes fatais, demonstrando a ausência de políticas que protejam a saúde de trabalhadores migrantes no país. A ONG também destaca que os números de mortos fornecidos pelo Qatar podem ser incertos, visto que a causa da morte é muitas vezes atribuída a causas naturais.

O governo do Qatar começou a elaborar reformas trabalhistas importantes no país, mas muitos migrantes não se beneficiaram delas, pois foram medidas tardias ou mal implementadas. Em 2020, o Qatar desembolsou mais de US\$300 milhões para o fundo de Apoio aos Trabalhadores, um programa estabelecido com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), mas as autoridades se opõem a aumentar as concessões. Segundo a HRW, a Fifa, que está gerando milhões em receita com a Copa do Mundo, não se comprometeu a estabelecer um fundo para remediar a situação, negligenciando as reparações a esses trabalhadores vulnerabilizados pelo evento.

Instituições Financeiras Multilaterais

Isis Pillar Cazumbá

BID

Pela primeira vez na história um brasileiro irá presidir o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). [Ilan Goldfajn](#) foi eleito presidente do BID durante uma Reunião Especial da Assembleia de Governadores do Banco. A reunião foi realizada na sede do BID em Washington, D.C., com delegações presentes virtualmente e pessoalmente.

Com a demissão de Claver-Carone em setembro, o BID convocou novas eleições para substituí-lo. Ilan Goldfajn foi uma escolha do atual governo brasileiro, que num primeiro momento causou desconforto na equipe de transição do governo eleito, chegando ao ponto de tentar postergar as eleições, algo totalmente descartado pelo Banco.

Nascido em Israel, Ilan veio para o Brasil ainda jovem, tornou-se cidadão brasileiro e economista. Foi diretor do Departamento do Hemisfério Ocidental do Fundo Monetário Internacional (FMI) e comandou o Banco Central do Brasil entre 2016 e 2019. Entre 2000 e 2003, foi diretor de Política Econômica da mesma instituição.

Como presidente, Goldfajn administrará as operações e a administração do Banco, que trabalha com o setor público da América Latina e do Caribe. Além disso, presidirá a Diretoria Executiva do BID e a Diretoria Executiva do BID Invest, que trabalha com o setor privado da região. O presidente também preside o Comitê de Doadores do Laboratório do BID, o laboratório do Banco para projetos de desenvolvimento inovadores.

Para ser eleito presidente, um candidato deve receber a maioria do poder total de voto dos países membros do BID, bem como o apoio de pelo menos 15 dos 28 países membros regionais (26 países membros mutuários, mais Canadá e Estados Unidos). O BID tem um total de 48 países membros, com escritórios em todos os países mutuários, bem como na Europa e na Ásia.

Goldfajn tomará posse para um mandato de cinco anos em 19 de dezembro de 2022.

O BID obteve destaques importantes na área econômica e no comprometimento em financiar projetos essenciais para a região latino-americana.

Na economia, de acordo com o [Monitor de Comércio e Integração](#), novo relatório lançado pelo BID, que analisa a evolução dos fluxos comerciais na América Latina e do Caribe, o valor das exportações de bens da região continuou a crescer no primeiro semestre de 2022, mas em um ritmo mais lento do que no mesmo período do ano anterior.

Depois de crescer 27,9% em 2021, o valor das exportações da região aumentou 20,6% no primeiro semestre de 2022. Essa taxa de crescimento supera a do comércio mundial, que caiu de 25,8% para 17,5% no mesmo período. Como já é do conhecimento de todos, as exportações desaceleraram em resposta a uma série de choques globais: o conflito na Ucrânia, a política de zero COVID da China e o aperto das políticas monetárias.

Em contraste, as exportações de serviços – que subiram 26,8% em 2021 – continuaram a crescer de forma constante no primeiro trimestre de 2022. Eles cresceram a uma taxa excepcionalmente alta (53,6%), superando a média mundial, impulsionados pela recuperação das viagens e transportes internacionais.

O aumento dos preços de exportação foi responsável por quase 70% do aumento ano a ano no valor das vendas externas da América Latina e do Caribe no primeiro semestre de 2022. O relatório destaca a dinâmica dos preços dos principais bens de exportação da região: por exemplo, o preço do petróleo aumentou 69,1%, o café 60,6% e o açúcar 14,4%.

O relatório aponta que, embora as vendas para os Estados Unidos tenham contribuído mais para a recuperação do comércio na América Latina e no Caribe, o comércio na região foi mais dinâmico do que para o resto do mundo (33,5% vs. 18,5%, respectivamente). Como consequência, a participação do comércio intrarregional aumentou 1,4 ponto percentual na comparação com 2021, representando 15,8% do total no primeiro semestre de 2022.

A conclusão do relatório é que os recorrentes choques globais que afetaram o desempenho comercial da região apontam para uma tendência de instabilidade no médio prazo. Com algumas exceções, as economias da região tornaram-se menos competitivas externamente, particularmente no mercado intrarregional. Neste contexto, é necessário dar uma nova vida às estratégias de integração internacional, enfatizando as agendas de integração regional.

A respeito do financiamento de projetos, foram aprovados cerca de US\$ 26 bilhões em financiamento climático para a América Latina e o Caribe entre 2016 e 2021. Este valor representa aproximadamente 60% de todo o financiamento climático na região de bancos multilaterais de desenvolvimento durante este período.

Do total, US\$ 8,3 bilhões foram para adaptação climática e resiliência, uma prioridade em uma região onde a frequência de desastres naturais triplicou nos últimos 50 anos. A contribuição do BID Invest para a adaptação cresceu de US\$400.000 para US\$1,5 milhão nos últimos cinco anos.

Ainda no âmbito do clima, o BID seguiu aprovando projetos. A Argentina receberá um financiamento de até US\$ 150 milhões para melhorar o fornecimento dos serviços de água potável e esgoto para a população de Buenos Aires.

O Banco disponibilizou US\$40 milhões em recursos imediatos que incluem subsídios de emergência para Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e República Dominicana; empréstimos contingentes na Nicarágua; e uma realocação de fundos dentro da carteira de Honduras. Esses recursos fazem parte uma resposta de emergência para esses países que foram atingidos nos últimos meses pelos furacões Julia, Fiona e Lisa, bem como outras tempestades tropicais e fortes chuvas, que provocaram inundações e deslizamentos de terra que tiraram vidas e danificaram infraestruturas.

O BID e o governo da Suíça anunciaram uma parceria para estimular o desenvolvimento sustentável e inclusivo na região amazônica por meio da Iniciativa Amazônia do BID.

A Iniciativa Amazônia do BID foi criada em resposta ao pedido dos oito países amazônicos de um esforço concentrado destinado a promover modelos de desenvolvimento sustentável baseados no capital humano, na biodiversidade e no patrimônio cultural da região.

A iniciativa, que atualmente tem US\$ 340 milhões em fundos prometidos, está sendo implementada em estreita coordenação com os países amazônicos e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). A Unidade Amazônia do BID lidera a coordenação estratégica interna e externa e a implementação dos instrumentos financeiros da iniciativa. A parceria também inclui o BID Invest e o BID Lab, o laboratório de inovação do Banco.

Fontes:

<https://www.iadb.org/en/news/ilan-goldfajn-elected-idb-president>

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2022/11/5053183-membros-do-governo-comemoram-eleicao-de-ilan-goldfajn-para-o-bid.html>

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/exports-latin-america-and-caribbean-grow-more-world-trade-despite-slowdown>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-and-idb-invest-provided-26-billion-climate-financing-over-five-years>

<https://www.iadb.org/en/news/argentina-expand-water-and-sanitation-greater-buenos-aires-idb-support>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-aids-central-america-and-dominican-republic-hurricane-response>

<https://www.iadb.org/en/news/idb-and-switzerland-boost-sustainable-development-amazon>

BANCO MUNDIAL

Durante a COP27, o Banco Mundial (BM) anunciou as criações dos programas de Economia Azul para o continente africano e Parceria Hidrogênio para o Desenvolvimento.

O Programa de Economia Azul foi desenvolvido para fornecer financiamento e resposta operacional aos desafios de desenvolvimento em áreas costeiras-marinhas do continente africano. O programa procura responder ao desafio que os países costeiros enfrentam para gerir os seus recursos costeiros e marinhos, para estimular o crescimento econômico e reduzir a pobreza, ao mesmo tempo que se adaptam aos efeitos das alterações climáticas. De acordo com o BM, parceiros do programa anunciaram US\$ 13,5 milhões em investimentos e assistência técnica para o primeiro Programa Piloto de Carbono Azul de Manguezais do BM na África.

Sobre a criação da Parceria de Hidrogênio para o Desenvolvimento, trata-se de uma nova iniciativa global para impulsionar a implantação de hidrogênio de baixo carbono nos países em desenvolvimento.

Segundo o BM, a iniciativa ajudará a catalisar um financiamento significativo para investimentos em hidrogênio nos próximos anos, tanto de fontes públicas quanto privadas. A parceria promoverá a capacitação e soluções regulatórias, modelos de negócios e tecnologias para a implantação de hidrogênio de baixo carbono nos países em desenvolvimento. Através da parceria, os países em desenvolvimento terão mais acesso a financiamento concessional e assistência técnica para ampliar projetos de hidrogênio.

Fontes: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/11/16/world-bank-announces-new-blue-economy-financing-program-for-african-countries>

<https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/11/15/hydrogen-for-development-partnership-h4d-launch>

FMI

Durante a Cúpula do Grupo dos Vinte (G20), a diretora-gerente do FMI, Kristalina Georgieva, discursou sobre os temas segurança alimentar e energética.

Georgieva classificou o “momento particularmente difícil” ao se tratar desses dois temas, pois o atual cenário econômico que antes caminhava para a recuperação está sofrendo forte desaceleração. A saber, a fala da diretora-gerente do FMI vai de encontro com as

perspectivas econômicas mundiais que já alertavam sobre o assunto, que inclusive prevê um forte [risco de recessão a nível mundial para o ano de 2023](#).

Pontuou em seu discurso que com a desaceleração da economia, os mercados emergentes encontram mais dificuldades para promover a recuperação de seus países:

Isso é difícil para todos, mas especialmente para os mercados emergentes e as economias em desenvolvimento. Estão a experimentar, em muitos casos, elevados níveis de endividamento e depreciação das suas moedas e, neste momento tão difícil, a sofrer ainda mais com as elevadas taxas de juros.

Kristalina afirmou que o **G20** pode ajudar na mudança das perspectivas mundiais com [algumas soluções que já foram defendidas por ela na COP27](#), como remoção de barreiras, especialmente para alimentos e fertilizantes, o desafio da renegociação das dívidas dos países e o investimento na resiliência.

Fonte: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2022/11/15/sp111522-imf-managing-director-kristalina-georgieva-remarks-at-the-g20-leaders-summit>

Tecnologia verde, crescimento populacional e desigualdades: Informe sobre a OMPI e UNCTAD

Claudia Chamas

OMPI: Livro de Tecnologia Verde

Em 10 de novembro, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2022 (COP 27), no Egito, a [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI) lançou a primeira edição do “[Livro de Tecnologia Verde](#)” (“Green Technology Book”) com foco na adaptação às mudanças climáticas, posicionando suas recomendações no escopo das medidas de mitigação (Fotos 1 e 2). O Livro foi criado em cooperação com o [Climate Technology Center and Network](#) (CTCN) e a [Egyptian Academy of Scientific Research and Technology](#) (ASTR). A publicação abrange “tecnologias de adaptação às mudanças climáticas que visam reduzir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência aos impactos climáticos, especialmente nos países em desenvolvimento”. Há três áreas de concentração nas quais a abordagem dos impactos climáticos é particularmente urgente: agricultura e silvicultura, água e regiões costeiras e cidades. O guia apresenta 200 tecnologias atualmente disponíveis, bem como tecnologias de ponta que ainda estão em desenvolvimento. A Figura 3 exemplifica como a tecnologia está apresentada no catálogo. Esta “publicação viva” (“living publication”) baseia-se no trabalho da plataforma [WIPO GREEN](#), que conecta fornecedores de tecnologia verde de todo o mundo com indivíduos que buscam soluções ecologicamente corretas (OMPI, 2022).

Nas palavras de Daren Tang, diretor-geral da OMPI:

“Sabemos que a janela de oportunidade para a ação climática está se estreitando. Como o relatório mais recente do IPCC afirma com confiança, o aumento das temperaturas é ameaça séria e crescente à vida humana, à biodiversidade e à infraestrutura. O acesso a um guia equilibrado e neutro sobre o estado global da inovação e tecnologia verdes é, portanto, fundamental. Ao focar a atenção nas tendências tecnológicas atuais e emergentes, esperamos que o Livro de Tecnologia Verde possa ser esse recurso, dando impulso às áreas que estão estimulando a mudança necessária.” (OMPI, 2022)⁴²

Seguem os principais pontos da publicação (OMPI, 2022):

1. O investimento na adaptação às mudanças climáticas ficou em segundo plano em relação à mitigação (esforços para interromper o processo de mudança climática global), mas para países em desenvolvimento em particular os investimentos de adaptação mostram maior impacto imediato

2. Já existem tecnologias de adaptação inovadoras disponíveis no mercado. No entanto, há necessidade urgente de impulso político e acesso a financiamento para implementar e ampliar essas soluções.

⁴² Do original em inglês: “We know that the window of opportunity for climate action is narrowing. As the most recent IPCC report states with high confidence, rising temperatures are a serious and mounting threat to human life, biodiversity and infrastructure. Access to a balanced and neutral guide on the global state of green innovation and technology is therefore critical. By focusing attention on current and emerging technology trends we hope the Green Technology Book can be that resource and add momentum to those areas that are driving much-needed change.” (OMPI, 2022)

3. Os países enfrentam níveis muito diferentes de vulnerabilidade às mudanças climáticas. Embora já exista uma ampla gama de tecnologias de adaptação no mercado, elas nem sempre são acessíveis aos mais necessitados.

4. É necessária consideração do contexto local previamente à transferência de tecnologia. O apoio do ecossistema de inovação local pode ajudar a mitigar os riscos.

5. Ainda há preferência por ferramentas de engenharia ao combater os efeitos das mudanças climáticas, mas soluções baseadas na natureza, inclusive aquelas enraizadas no conhecimento dos povos locais e indígenas, estão em ascensão e podem oferecer opções para combater as mudanças climáticas. Por exemplo, a restauração de florestas de mangue e a proteção ou reconstrução de recifes de coral podem fornecer proteção costeira e, ao mesmo tempo, reabilitar ecossistemas.

6. Dados e digitalização são cada vez mais importantes no desenvolvimento de tecnologia de adaptação, mas são necessários apoio e treinamento para garantir que essas tecnologias cheguem aos mais necessitados.

7. Com base em dados de patentes, China, Japão e Estados Unidos juntos respondem pela maior parte da inovação tecnológica para lidar com as mudanças climáticas em muitas áreas-chave, como sistemas de defesa contra inundações e biotecnologia.

**Green
Technology
Book 2022**
Solutions for
climate change
adaptation



WIPO



Fonte: Victor Owade

Reverse osmosis of seawater SafBon Water Technology



Photo: Getty Images / iStockimages

Reverse osmosis (RO) is the most common desalination technology (Curto et al., 2021). During an osmosis process, water with different concentrations of salts for example is separated by a semi-permeable membrane. As these different concentrations come into contact through the membrane, water with a lower concentration naturally crosses over to water with a higher concentration until equilibrium is reached. In RO, pressure is added to highly concentrated water (e.g., seawater), forcing it through the membrane to obtain

clean, and salt-free water. SafBon Water Technology, part of Shanghai SafBon Water Service Co. Ltd, provides various RO treatment systems for seawater and brackish water. The technology has been developed as a modular system to enable shipping and installation worldwide. Water can be treated for municipal use as drinking water or to supply industrial sectors such power and mining.

- Contracting type: For sale
- Technology level: High
- Country of origin: China
- Availability: Worldwide
- Contact: WIPO GREEN Database

UNCTAD: 8 bilhões de pessoas no mundo

Nota da [Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento](#) (em inglês, United Nations Conference on Trade and Development, UNCTAD) chama a atenção para a marca de 8 bilhões de pessoas no mundo, de acordo com estimativas da ONU, em 15 de novembro. Nos últimos 25 anos, o número de pessoas aumentou em um terço, ou 2,1 bilhões. Até 2050, espera-se que haja pouco menos de 10 bilhões de pessoas. O número atual reflete especialmente o crescimento nas economias em desenvolvimento, “principalmente na Ásia e Oceania (1,2 bilhão de pessoas a mais) e na África (mais 700 milhões de indivíduos)”. Essa tendência deve se manter até 2050, “com metade do aumento projetado da população mundial previsto para ocorrer em alguns países maiores na África e na Ásia” (ver Figura 4). A proporção da população em países menos abastados leva à necessidade de enfrentar os desafios das desigualdades econômicas como “fome, acesso a água potável, saneamento e serviços de saúde, fontes acessíveis de eletricidade sustentável e Internet” (UNCTAD, 2022)

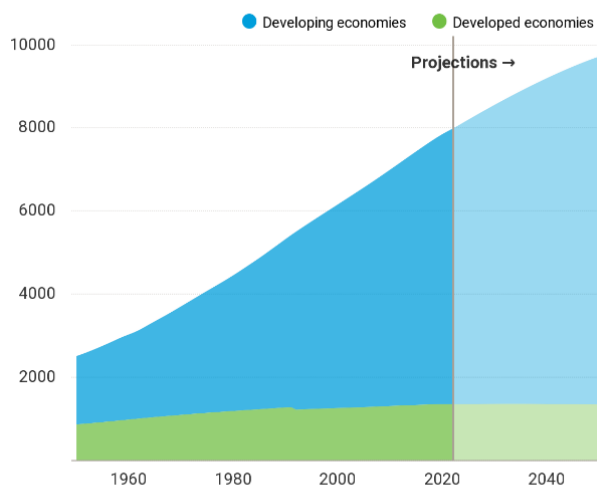
Segundo a nota: “Estima-se que 828 milhões de pessoas vão para a cama com fome todas as noites, a grande maioria nos países em desenvolvimento. Em mais de três quartos dos países africanos, metade da população não tem acesso a água limpa. E em alguns países em desenvolvimento, apenas uma em cada 100 pessoas tem uma conexão à Internet de banda larga.” (UNCTAD, 2022)

Esses países também terão de lidar com as emergências climáticas e demandas futuras de populações sem uso excessivo de recursos naturais, poluição e geração de resíduos. A nota recomenda: “Os países desenvolvidos, que geram o dobro de resíduos per capita, devem redobrar seus esforços para um futuro de baixas emissões, ao mesmo tempo em que fornecem aos países em desenvolvimento as tecnologias, as habilidades e o apoio financeiro necessários para mover suas economias para indústrias e setores menos poluentes. Isso deve ser uma prioridade na cúpula do clima COP27. Embora o rápido crescimento populacional nos países em desenvolvimento apresente muitos desafios, também pode ser uma fonte de novas oportunidades econômicas – por exemplo, na África, onde o tamanho da população em idade ativa está aumentando em relação às gerações mais jovens e mais velhas.” (UNCTAD, 2022)



World population growth is mostly in developing economies

People living in developing and developed economies, billions



Source: UNCTADstat based on UN DESA Population Division, World Population Prospects 2022.
Note: The graph provides estimates from 1950 to 2021 and projections from 2022 to 2050 of total population

Referências

OMPI. WIPO Launches New Flagship Report “Green Technology Book”; First Edition Focuses on Climate-Change Adaptation. Disponível em: https://www.wipo.int/pressroom/en/articles/2022/article_0012.html Acesso em: 21 de novembro de 2022.

UNCTAD. Now 8 billion and counting: Where the world’s population has grown most and why that matters. Disponível em: <https://unctad.org/data-visualization/now-8-billion-and-counting-where-worlds-population-has-grown-most-and-why> Acesso em: 21 de novembro de 2022.

A discussão de gênero que se destaca em mais uma quinzena

Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes
Karinne Marieta Carvalho

CEPAL - Conferência Regional Sobre Mulheres da América Latina e Caribe

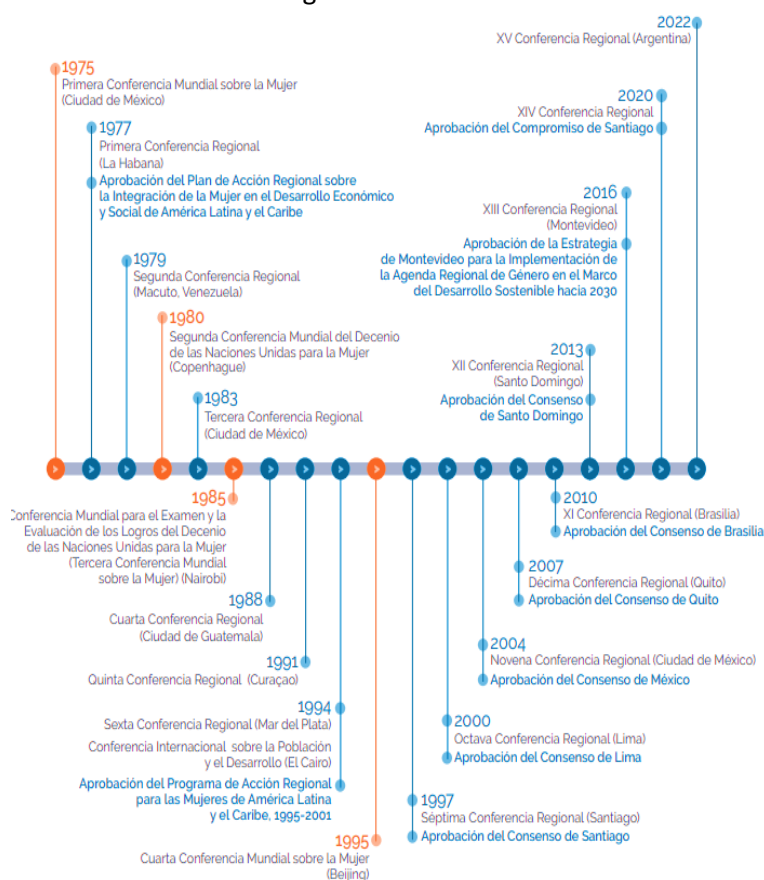
Entre os dias 8 e 11 de novembro de 2022, aconteceu em Buenos Aires, a XV Conferência de Mulheres da América Latina e Caribe, que teve como tema principal "A sociedade do cuidado como horizonte para uma recuperação sustentável com igualdade de gênero".

A Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe, subsidiária da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), é o principal fórum intergovernamental sobre os direitos da mulher e a igualdade de gênero na região. É organizado pela CEPAL, com o apoio da ONU Mulheres.

A Conferência ocorre com frequência não superior a três anos, e tem o objetivo de analisar a situação regional e sub-regional em relação à autonomia e direitos das mulheres, apresentar recomendações de políticas para a igualdade de gênero e realizar avaliações periódicas das atividades realizadas a partir de acordos regionais e internacionais.

A Primeira Conferência Mundial para a Mulher foi realizada em 1975, na Cidade do México e a Primeira Conferência Regional sobre a Integração da Mulher no Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina, foi realizada em Havana, em 1977.

Marcos Globais da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe



A CEPAL preparou e disponibilizou três documentos para a conferência:

- 1) [A sociedade do cuidado: horizonte para uma recuperação sustentável com igualdade de gênero](#)
- 2) [Quebrando o silêncio estatístico para alcançar a igualdade de gênero em 2030: aplicação do eixo sobre sistemas de informação da Estratégia de Montevideu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Marco do Desenvolvimento Sustentável para 2030](#)
- 3) [Financiamento de sistemas e políticas de atenção na América Latina e no Caribe: contribuições para uma recuperação sustentável com igualdade de gênero](#)

Dentre outras informações, as publicações apontam que as mulheres da América Latina e Caribe:

- Gastam 3 vezes mais tempo com o trabalho doméstico e cuidado que os homens;
- Pelo menos uma em cada 10 mulheres que trabalha de forma remunerada, o faz como trabalhadora doméstica;
- 91% das trabalhadoras domésticas são mulheres, sendo que 73% delas trabalham na informalidade e uma em cada 4 vivem em situação de pobreza;
- 7 em cada 10 pessoas que trabalham na educação são mulheres, as quais se concentram em níveis primários e pré-escolares, setores que exigem maior demanda de cuidado;
- 4 em cada 10 mulheres não têm acesso à internet por não poder custeá-la;
- 73% das pessoas que trabalham na área de saúde são mulheres e ganham 39% menos que os homens;
- Das mulheres com 20 a 24 anos, uma em cada 5 se casou antes dos 18 anos - os casamentos e uniões infantis e forçadas são uma violação dos direitos humanos e um obstáculo para a autonomia das mulheres;
- As mulheres maiores de 60 anos dedicam entre 20 e 40 horas semanais em trabalhos domésticos e de cuidados não remunerados - entre 2020 e 2025 a demanda de cuidados da população maior de 65 anos será maior que a de meninas e meninos menores de 15 anos;
- As tarefas de cuidado mudam em cada território - em zonas rurais, onde vivem 20% da população na região, as mulheres dedicam 2 a 5 horas semanais carregando água.

Como resultado da Conferência, os estados membros aderiram ao que chamaram de "[Compromisso de Buenos Aires](#)". Nele, os países concordaram em "desenhar, implementar e avaliar as políticas macroeconômicas e, especialmente, as políticas fiscais (receita, gasto e investimento), a partir de uma perspectiva de igualdade de gênero e direitos humanos, salvaguardando os avanços alcançados e mobilizando o máximo de recursos disponíveis com vista a aumentar o investimento público sustentável ao longo do tempo em políticas e infraestruturas de cuidados, a fim de garantir o acesso universal a serviços de cuidados acessíveis e de qualidade".

Da mesma forma, os representantes prometeram "que as medidas de ajuste fiscal ou cortes orçamentários que visam enfrentar situações de desaceleração econômica estejam de acordo com os princípios dos direitos humanos e da não discriminação, evitando especialmente

cortes em programas e apoios que possam gerar um aumento dos níveis de pobreza e sobrecarga de trabalho e cuidados não remunerados que afetam as mulheres”.

A resolução também incentiva os governos da América Latina e do Caribe e de outras regiões, países desenvolvidos, agências, fundos e programas das Nações Unidas e outros atores relevantes a contribuir com recursos financeiros para a sustentabilidade do Fundo Apoio Regional a Organizações e Movimentos de Mulheres e Feministas.

Participaram da Conferência delegados de 30 países da América Latina, Caribe e outras regiões, além de representantes de 17 agências das Nações Unidas e 14 organizações intergovernamentais. A eles se juntaram parlamentares de 15 países da região e mais de 750 membros da sociedade civil. No total, a Conferência contou com 1.168 participantes. A XVI Conferência Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe será realizada no México, em 2025.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#). Para acessar o vídeo produzido para a Conferência Regional, [clique aqui](#). Para acessar o Compromisso de Buenos Aires, [clique aqui](#). Para acessar outras notícias da Conferência, [clique aqui](#).

UNFPA - Estratégia para Planejamento Familiar, 2022-2030: Expandindo Escolhas – Garantindo Direitos em um Mundo Diversificado e em Mudança

A UNFPA lançou uma nova estratégia global de planejamento familiar, "Expandindo Escolhas – Garantindo Direitos em um Mundo Diverso e em Mudança", que amplia o papel da agência no sentido de abordar uma gama de políticas e serviços de fertilidade e anticoncepcionais necessários para acabar com as necessidades não atendidas de planejamento familiar até 2030.

O rápido crescimento populacional, conflitos, migração, urbanização, degradação ambiental e declínio da fertilidade são megatendências e questões emergentes que estão remodelando comunidades e sociedades inteiras. À medida que o mundo muda, alcançar o acesso universal ao planejamento familiar assume uma nova urgência. A nova estratégia da UNFPA é pautada nas premissas:

- Construir uma liderança decisiva para o planejamento familiar como base da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. Essa visão vai além da contracepção para abranger uma série de questões de saúde sexual e reprodutiva – incluindo infertilidade – bem como uma resposta do setor de saúde às normas, leis e políticas sociais em mudança para permitir que todos os indivíduos realizem suas intenções reprodutivas.
- Acabar com a fragmentação para integrar o planejamento familiar em tudo que a UNFPA faz. Reposicionar o planejamento familiar como base da saúde, desenvolvimento e crescimento econômico, por meio da inovação, uso de práticas de alto impacto baseadas em evidências e resposta às necessidades emergentes.
- Promover uma mudança da dependência dos países de financiamento externo para financiamento sustentável, incluindo o apoio aos países para investir recursos próprios.

A publicação ainda lembra que os Estados são obrigados a garantir que o uso de contraceptivos seja voluntário, plenamente informado e livre de coerção e discriminação, e eles devem prestar atenção especial aos grupos que têm sido historicamente sujeitos a práticas coercitivas de planejamento familiar, como povos indígenas, pessoas com deficiência e

mulheres vivendo com HIV. Os Estados também devem garantir o direito de buscar, receber e divulgar informações relacionadas a métodos contraceptivos, incluindo adolescentes.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

UNFPA - Relatório Justiça Sexual e Reprodutiva como Veículo para Cumprir os Compromissos da Cúpula de Nairobi

A Cúpula de Nairobi

O ano de 2019 marcou o 25º aniversário da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (ICPD - International Conference on Population and Development), realizada no Cairo, em 1994, onde 179 estados-membros adotaram um Programa de Ação histórico que visava capacitar mulheres e meninas para o seu bem estar, para o benefício de suas famílias, comunidades e nações. Muitos avanços foram alcançados desde então, mas muitas pessoas ainda estão sendo deixadas para trás.

De 12 a 14 de novembro de 2019, os governos do Quênia e da Dinamarca e a UNFPA convocaram a Cúpula de Nairobi sobre a ICPD25, uma conferência de alto nível com objetivo de mobilizar a vontade política e os compromissos financeiros necessários para implementar o Programa de Ação proposto pela ICPD. Esses compromissos foram centrados em alcançar zero necessidade não atendida de informações e serviços de planejamento familiar, zero mortes maternas evitáveis e zero violência sexual e de gênero e práticas nocivas contra mulheres e meninas.

A Cúpula reuniu: chefes de estado, ministros, parlamentares, formadores de opinião, especialistas técnicos, organizações da sociedade civil, organizações de base, jovens, líderes empresariais e comunitários, organizações religiosas, povos indígenas, instituições financeiras internacionais, pessoas com deficiências, acadêmicos e muitos outros interessados na busca de saúde e direitos sexuais e reprodutivos.

A Cúpula adotou uma abordagem integrada, abrangendo cinco temas e destacando o poder da igualdade de gênero, liderança juvenil, liderança política e comunitária, inovação e dados e parcerias para acelerar o progresso.

- Acesso universal à saúde e direitos sexuais e reprodutivos como parte da cobertura universal de saúde.
- Financiamento necessário para concluir o Programa de Ação da CIPD e para sustentar os ganhos obtidos.
- Aproveitar a diversidade demográfica para impulsionar o crescimento econômico e alcançar o desenvolvimento sustentável.
- Acabar com a violência de gênero e práticas nocivas.
- Defender o direito à saúde sexual e reprodutiva mesmo em contextos humanitários e frágeis.

Desde a Cúpula de Nairobi, este é o segundo relatório lançado. O primeiro, [Sem Exceções, Sem Exclusões: garantindo a saúde sexual e reprodutiva, direitos e justiça para todas](#), foi publicado há um ano, em novembro de 2021. Enquanto o primeiro relatório ressoou mais o tema da justiça reprodutiva, essa publicação abordou seus princípios e buscou demonstrar como as partes interessadas podem aplicar estes ensinamentos em seus ambientes e contextos.



O relatório é organizado em 6 partes:

→ Capítulo 1 - introduz o quadro de justiça sexual e reprodutiva e como isso ajuda a entender e responder aos contextos e estruturas específicas, os relacionamentos que ajudam a moldar a autonomia corporal e as escolhas. A proposta é ir além de um foco estreito no acesso individual aos serviços, que muitas vezes exclui mulheres e meninas à margem da sociedade, e busca fornecer uma análise interseccional que reforça a implementação e responsabilidade pelos compromissos de Nairobi.

→ Capítulo 2 - coloca os aspectos do quadro de justiça sexual e reprodutiva no contexto de outras agendas e conceitos de justiça. A justiça sexual e reprodutiva é um pré-requisito para alcançar a justiça de forma mais ampla. Ela cria oportunidades para atores em diversos movimentos construir solidariedade e formar uma ampla base de poder, necessária para mudanças que causam efeito.

→ Capítulo 3 - demonstra como a justiça sexual e reprodutiva é essencial para alcançar o desenvolvimento sustentável e o enfrentamento de crises humanitárias.

→ Capítulo 4 - a Comissão considera exemplos de como a justiça reprodutiva tem contribuído para o progresso na realização dos compromissos assumidos na Cúpula de Nairobi e os desafios que permanecem. A Comissão baseia-se nos relatórios mais recentes da Estrutura de Monitoramento de Compromissos Globais e um novo conjunto de perfis de países para destacar o que os dados mais recentes revelam de boas práticas emergentes.

→ Em sua seção final, o relatório apresenta reflexões e sugere ações que, se adotadas, irão acelerar e garantir mudanças na responsabilidade por questões de saúde sexual e direitos reprodutivos, justiça e desenvolvimento, de acordo com a Declaração de Nairóbi, o Programa ICPD e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

→ Os Anexos A, B e C apresentam a atualização de 2022 do Monitoramento de Compromissos Globais, de um conjunto de países para rastrear os principais indicadores por região, a fim de possibilitar aprofundar a compreensão das realidades dos territórios e direcionar investimentos em conformidade com os compromissos de Nairobi.

O relatório ainda lembra o caso Alyne Pimentel, ocorrido em 2007, no Rio de Janeiro. Embora o caso tenha sido julgado há mais de uma década, seu legado justifica sua inclusão no relatório, uma vez que foi o primeiro caso de mortalidade materna julgado por um órgão internacional de direitos humanos, resultando na primeira decisão global de apoiar a sexualidade e justiça reprodutiva.

Para saber mais sobre os compromissos da Cúpula de Nairóbi, [clique aqui](#). Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).

ONU Mulheres - Rumo a medidas aprimoradas de desigualdade de gênero: uma avaliação do Índice de Desigualdade de Gênero do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e Proposta para Adoção de Dois Novos Índices

O documento, publicado pela ONU Mulheres, propõe substituir o Índice de Desigualdade de Gênero do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) por dois novos índices de gênero: o Índice Global de Paridade de Gênero (Global Gender Parity Index - GGPI) e o Índice de Empoderamento das Mulheres (Women's Empowerment Index - WEI).

A proposta baseia-se em uma revisão dos conceitos de igualdade de gênero na abordagem de capacidade que sustenta o paradigma de desenvolvimento humano do PNUD e as estruturas políticas internacionais da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, a Plataforma de Ação de Pequim e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Também implementa propostas atuais de reforma, que enfatizam a medição da desigualdade de gênero nas capacidades (em vez de insumos ou recursos institucionais que permitem ou restringem essas capacidades) e a medição das lacunas nas conquistas entre mulheres e homens e o nível do potencial de empoderamento das mulheres por diferentes índices.

Avaliando as opções de medição, o documento identifica vários indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e novos dados como potencialmente úteis para traduzir as capacidades selecionadas em novos índices. O primeiro índice, o GGPI, é uma medida relativa ao bem-estar, que engloba as dimensões de saúde, educação, padrão de vida decente e tomada de decisão. O segundo, o WEI, concentra-se exclusivamente nas mulheres e mede a liberdade da maternidade precoce, a liberdade da escolha reprodutiva e da violência praticada pelo parceiro íntimo, bem como a capacidade das mulheres de buscar educação, obter diplomas em ciência, tecnologia, engenharia e matemática, ter voz em e órgãos governamentais locais, e ocuparem cargos de liderança econômica.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

OMS - Dia de Ação Global para Eliminação do Câncer de Colo do Útero - 17 de Novembro

O dia 17 de novembro marca dois anos desde que o mundo se reuniu para um dia global de ação para a eliminação do câncer do colo do útero. Em 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou a Estratégia Global para acelerar a eliminação do câncer do colo do útero até 2030.

Líderes mundiais, sobreviventes, defensores, parceiros e outras partes interessadas exigem ação para eliminar o câncer do colo do útero por meio do diálogo. Juntos, é possível compartilhar histórias e recursos educacionais para rastrear, prevenir, tratar e, finalmente, eliminar o câncer cervical.

Por que agir para eliminar o Câncer do Colo do Útero?

- Salvar vidas no mundo - 1 mulher morre a cada 2 minutos de câncer cervical, que é evitável, tratável, detectável e curável.
- Rumo à igualdade em saúde - Em 2021, globalmente apenas 12% das meninas foram totalmente vacinadas contra o papilomavírus humano (HPV). Quase 90% dos casos de mortes por câncer cervical ocorrem em países de baixa e média renda onde a oferta, o acesso à triagem e ao tratamento são limitados.
- Apoie a força de trabalho global - 250.000 mulheres saudáveis continuarão a ser membros produtivos da força de trabalho até 2030, contribuindo com aproximadamente US 28 bilhões para a economia mundial.
- Criando um futuro sem câncer do colo do útero - Até 2040, 70 milhões de casos e 62 milhões de mortes por câncer cervical podem ser evitados. Sem ação nos países de baixa e média renda, as mortes por câncer cervical aumentarão em quase 50%.

Para acessar o toolkit OMS para o Dia de Ação Global para Eliminação do Câncer de Colo do Útero, [clique aqui](#). Para acessar materiais de apoio e outras informações sobre o Câncer de Colo no Portal de Boas Práticas do IFF/Fiocruz, [clique aqui](#).

Nações Unidas - Dia Mundial da Prevenção e Cura da Exploração, Abuso e Violência Sexual Infantil - 18 de novembro

Uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, publicada em 7 de novembro de 2022, definiu o dia 18 de novembro como o Dia Mundial da Prevenção e Cura da Exploração, Abuso e Violência Sexual Infantil.

O documento ainda convida todos os estados-membros, organizações e sistemas relevantes das Nações Unidas e outras organizações internacionais, líderes mundiais, atores religiosos, sociedade civil, incluindo organizações não-governamentais, instituições acadêmicas e o setor privado para comemorar a data anualmente, da forma que cada um julgar mais adequada, inclusive por meio de compromissos para garantir uma educação de qualidade e sensibilizar a opinião pública para aqueles que são afetados pelo abuso sexual infantil e a necessidade de prevenir e eliminar a exploração, abuso e violência, incluindo online e offline, e o imperativo de responsabilizar os perpetradores, garantir o acesso de sobreviventes e vítimas à justiça e cuidados, bem como facilitar a discussão aberta sobre a necessidade de prevenir e eliminar a sua estigmatização, promover a sua cura, afirmar a sua dignidade e proteger os seus direitos.

Para acessar a resolução, [clique aqui](#).

UNICEF - Educação Pré-Primária Transformadora de Gênero

Apesar da paridade global de gênero no acesso à educação pré-primária, meninas e meninos continuam a ter diferentes experiências em sala de aula. Preconceitos e estereótipos de gênero são frequentemente reproduzidos nas interações professor-aluno, brincadeiras, currículos da educação pré-primária e materiais de ensino e aprendizagem. A igualdade de gênero é fundamental para alcançar a visão de um mundo equitativo em todas as escolas, em todos os países, para todas as crianças e para alcançar este objetivo a UNICEF estruturou 5 documentos que destacam as principais considerações – O objetivo destes documentos é auxiliar governos e formuladores de políticas a incorporar a responsividade ao gênero na concepção e implementação de políticas e programas de educação na escola pré-primária.

1) Abordar as desigualdades de gênero por meio da educação infantil

O acesso à educação pré-primária aumentou significativamente nas últimas duas décadas e, com base nas taxas globais de matrícula, meninos e meninas estão participando igualmente. No entanto, apesar dessa paridade de gênero no acesso, o sistema de educação pré-primária nem sempre cumpre o seu potencial para combater as desigualdades de gênero e abordar estereótipos e normas de gênero prejudiciais enquanto eles estão sendo internalizados e formados pelos mais jovens aprendizes. Há, portanto, a necessidade de incorporar de forma pró ativa as questões sensíveis e transformadoras de gênero conforme os itens:

- Há uma necessidade de incorporar proativamente e explicitamente a responsividade de gênero no projeto e implementação de serviços de educação pré-primária e promover ousadamente transformações de gênero estratégicas com uma perspectiva sistêmica;
- As políticas devem ser alinhadas aos cinco componentes principais dos sistemas de educação pré-primária de qualidade: planejamento e orçamento, desenvolvimento e implementação do currículo, desenvolvimento da força de trabalho, família e envolvimento da comunidade e garantia de qualidade;
- Os professores desempenham um papel crucial na construção de sistemas de educação pré-primária transformadores de gênero e influenciando as práticas de cuidado nos lares. Os profissionais devem trazer a consciência de gênero para suas práticas de sala de aula, refletindo sobre quaisquer atitudes estereotipadas de gênero que possam ter, especialmente em relação às crianças, e sendo críticos sobre como os materiais de ensino e aprendizagem que eles selecionam podem perpetuar preconceitos de gênero.

2) Apoiar a paternidade transformadora de gênero por meio de sistemas de educação pré-primária

Os pais são os principais agentes de socialização de gênero. Como as crianças estão em processo de formação, sua própria identidade de gênero, seus cuidadores primários podem reforçar seus comportamentos e atuar como modelos de como se comportar e interagir com os outros.

As crianças começam a aprender sobre os estereótipos de gênero já aos dois anos de idade. O sistema de educação pré-primária nem sempre cumpre o seu potencial para combater e abordar estereótipos de gênero prejudiciais enquanto estão a ser absorvidos pelos alunos mais jovens. Todos os componentes do sistema pré-primário têm um papel a desempenhar na quebra desses estereótipos. Isso inclui os pais, que são os principais agentes de socialização de gênero para seus filhos. Como as crianças pequenas estão no processo de formação de sua própria identidade de gênero, seus cuidadores primários podem reforçar seus comportamentos e atuar como modelos de comportamento e interação com os outros. Os destaques abaixo mostram as principais estratégias e considerações para garantir que os membros da família e da comunidade sejam agentes ativos de mudança para a educação e o desenvolvimento transformadores de gênero:

- As escolas pré-primárias podem ser caminhos para a educação parental, com potencial para apoiar a parentalidade transformadora de gênero e aumentar o envolvimento dos pais na educação. Os professores desempenham um papel crucial para promover a participação igualitária e ativa de pais e mães na aprendizagem de seus filhos e processos de desenvolvimento;

- A parentalidade sensível ao gênero deve ser incluída na formação inicial e em serviço dos professores. Os professores da educação pré-primária requerem competências específicas e conhecimento de estratégias eficazes para apoiar os pais e promover práticas parentais transformadoras de gênero;
- Os sistemas de educação pré-primária têm implicações importantes para a igualdade de gênero no emprego e na renda. O acesso a uma variedade de modalidades de serviços de educação e atenção à primeira infância, e em diferentes localidades, pode contribuir para aumentar a aceitação de oportunidades de emprego por parte dos cuidadores, especialmente para as mães.

3) Ferramentas para políticas e programas transformadores de gênero

A educação pré-primária transformadora de gênero requer um sistema coerente que integre as considerações de gênero em todos os seus componentes principais para uma prestação de serviços de qualidade. Este resumo apresenta um conjunto de ferramentas para apoiar os formuladores de políticas e/ou profissionais a progredir em direção a uma política e programação de educação pré-primária transformadora de gênero.

Existem várias ferramentas que podem ser usadas por formuladores de políticas e/ou profissionais para progressos no sentido de uma educação pré-primária transformadora de gênero. As ferramentas devem ser conectadas umas às outras. A transformação de uma educação pré-primária sensível ao gênero e um sistema de educação transformador de gênero exige que todos os componentes trabalhem juntos de forma coerente.

Alcançar uma educação pré-primária transformadora de gênero é um processo e não uma mudança imediata. Em primeiro lugar, é importante identificar as prioridades imediatas do país e depois trabalhar progressivamente para a integração ao nível do sistema.

4) Abordagem sistêmica para combater as desigualdades desde os primeiros anos

A integração do gênero na educação pré-primária é uma prioridade no combate às desigualdades relacionadas com o gênero desde os primeiros anos.

- Essa integração requer o compromisso de uma variedade de partes interessadas dentro do sistema educacional e, além dele, como diferentes unidades dentro dos ministérios da educação, professores de pré-serviço e em serviço, provedores de treinamento e sindicatos de professores, outros ministérios, academia e organizações da sociedade civil;
- A atuação do direito para a educação pré-primária transformadora de gênero deve centrar-se nos cinco núcleos dos componentes dos sistemas de educação pré-primária de qualidade, já mencionados.

5) Investir no desenvolvimento da força de trabalho da educação pré-primária para a igualdade de gênero

Os professores do ensino pré-primário desempenham um papel crucial na determinação de como o sistema educativo contribui para a igualdade de gênero. Usando abordagens transformadoras de gênero para realizar o recrutamento, treinamento e medidas de retenção que são necessárias para garantir uma força de trabalho de qualidade que promova transformações de gênero em ambientes de aprendizagem.

- A formação inicial e em serviço para professores deve incluir uma pedagogia transformadora de gênero. Os programas devem oferecer oportunidades para a força de trabalho pré-primária refletir sobre seu próprio gênero e preconceitos, além de receberem apoio contínuo na sala de aula e na escola.
- A educação pré-primária é um subsetor altamente feminizado. As estratégias de recrutamento de professores devem ser orientadas para atrair professores do sexo masculino para uma força de trabalho de educação pré-primária mais equilibrada em termos de gênero. Preconceitos de gênero na alocação de papéis de liderança devem ser desafiados de forma proativa e homens e mulheres devem ser apoiados para desempenhar papéis não estereotipados.
- As condições de emprego da força de trabalho da educação pré-primária devem ser melhoradas. Medidas como aumentos salariais, treinamentos, desenvolvimento profissional contínuo e carreira estabelecida podem ser caminhos para tornar o subsetor mais atraente para todos os candidatos, mas especialmente para as mulheres que constituem mais de 90 por cento da força de trabalho pré-primária em todo o mundo.

Multiplicidade de compromissos globais em alimentação e nutrição e participação do setor privado: fortalecimento ou fragmentação da agenda?

Denise Oliveira e Silva, Eduardo Nilson e Erica Ell

Nas últimas décadas, a agenda global de alimentação e nutrição tem apresentado múltiplos fóruns e movimentos, desde a II Conferência Internacional de Nutrição (ICN2)⁴³ até a Década de Ação sobre a Nutrição⁴⁴ e a Cúpula das Nações Unidas sobre Sistemas Alimentares⁴⁵, além das interfaces com iniciativas como o *Scaling Up Nutrition (SUN)*⁴⁶ e *Nutrition for Growth*⁴⁷, bem como com compromissos mais ampliados incluindo os ODS e as metas para mudanças climáticas e para doenças crônicas não-transmissíveis.

Com isso, é reconhecido um grande aumento da visibilidade da agenda, porém uma primeira questão que se apresenta é o quanto essa ubiquidade do tema da nutrição nas pautas pode fortalecer ou fragmentar as ações e compromissos e a governança da agenda. Nesses processos, o multilateralismo vem dando lugar a um enfoque de múltiplos atores, em que a participação e os compromissos de governos nacionais se reduzem e a participação de financiadores externos cresce, incluindo corporações ligadas ao agronegócio, indústrias de alimentação e mercado financeiro. Por fim, e não menos importante, os espaços de participação da sociedade civil internacional nesses processos têm sido reduzidos e o manejo de potenciais conflitos de interesse, insuficiente.

No campo da governança global da agenda, particularmente na coordenação entre as próprias agências das Nações Unidas, o *UN Nutrition* (sucessor do Comitê Permanente de Nutrição da ONU – SCN) tem buscado preencher algumas dessas lacunas e, em outubro deste ano, lançou a “Estratégia UN Nutrition 2022-2030 – Uma ONU para a Nutrição” (“*UN-Nutrition Strategy 2022–2030 – One UN for Nutrition*”)⁴⁸. Esse passo é de grande importância na governança da agenda de nutrição entre as agências, visto que, desde sua criação, não havia proposta formal de atuação do *UN Nutrition*, comprometendo a capacidade de exercer efetivamente seu mandato.

A proposta para o *UN Nutrition* tem como seus dois objetivos principais promover ação conjunta consistente e implementação de políticas e promover políticas, abordagens e posições coerentes para os desafios da nutrição em todo o Sistema das Nações Unidas. Para tanto, se coloca como necessário desenvolver um apoio estratégico coordenado para os governos em todos os níveis, gerenciar o conhecimento coletivo e promover conjuntamente comunicação e advocacia para eliminar todas as formas de má nutrição. Além disso, o documento propõe um Comitê Permanente coordenado pelo *UN Nutrition* e formado pela FAO, OMS, IFAD, UNICEF e PMA, além de constituir um Hub de Coordenação de Sistemas Alimentares para dar sequência às propostas da Cúpula de Sistemas Alimentares.

A ação do *UN Nutrition* é bem-vinda, ainda que tardia, mas não soluciona os riscos da atual fragmentação das agendas e compromissos globais em nutrição, visto que as novas

⁴³<https://www.fao.org/about/meetings/icn2/en/>

⁴⁴<https://www.un.org/nutrition/>

⁴⁵<https://www.un.org/en/food-systems-summit>

⁴⁶<https://scalingupnutrition.org/>

⁴⁷<https://nutritionforgrowth.org/>

⁴⁸https://www.unnutrition.org/wp-content/uploads/UN-Nutrition-Strategy-2022-2030_WEB_28Oct2022_EN.pdf

iniciativas trazem naturalmente muitas sobreposições com as anteriores e o que pode ser visto, por um lado, como reforço aos compromissos e prioridades, também gera críticas por possível redundância e dificuldades de articulação. Inicialmente, o ICN2 representou um grande marco internacional, ao propor uma prioridade ao enfrentamento da múltipla carga da má nutrição e trazer nada menos que 58 recomendações aos atores nacionais e internacionais, destacando a responsabilidade primária dos governos nacionais, a partir dos quais deveriam ser construídas articulações com outros atores, incentivando o estabelecimento de compromissos com objetivos finais e intermediários. Dentre essas recomendações, são destacados pontos de grande relevância para os sistemas alimentares inclusivos, sustentáveis e resilientes, como a participação feminina e da juventude e o fortalecimento da agricultura familiar e da diversidade dos cultivos incluindo variedades tradicionais, entre outros, além da importância da cadeia da produção ao consumo e do enfrentamento das consequências da alimentação inadequada sobre a saúde.

Na sequência, a Década de Ação sobre a Nutrição fortalece o pedido para o engajamento de todos os atores envolvidos na agenda de nutrição para acelerar o alcance dos compromissos do ICN2 e pedindo novos compromissos nacionais (SMART – específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e delimitados no tempo), em alinhamento com os ODS e com as metas de enfrentamento das DCNTs, para eliminar todas as formas de má nutrição e não deixar ninguém para trás. Para tanto, a partir dos governos, é recomendada a busca de apoio, sempre que necessário, de organizações da sociedade civil, academia e setor privado, buscando evitar conflitos de interesses nessas interações. Como suas áreas estratégicas de ação estão: sistemas alimentares sustentáveis e resilientes para dietas saudáveis, sistemas de saúde alinhados e com cobertura universal de ações essenciais de nutrição, proteção social e educação nutricional, comércio e investimento para melhor nutrição ambientes seguros e apoiadores para a nutrição em todas as idades e fortalecimento da governança e prestação de contas para a nutrição.

Depois, com a Cúpula de Sistemas Alimentares, é estabelecida a prioridade a fortalecer e transformar os sistemas alimentares e, com a criação de um Hub de Coordenação, catalisar da relação entre o Sistema das Nações Unidas e os sistemas alimentares e a Agenda 2030, apoiando países na transformação de seus sistemas alimentares por meio da coordenação do apoio técnico e político. Dentre seus eixos de ação, destacam-se a garantia do acesso a alimentos seguros e nutritivos para todos, a mudança para padrões de consumo sustentáveis, o incremento da produção positiva para a natureza, o avanço em modos de vida equitativos e a construção de resiliência a vulnerabilidades, choques e estresse. Entretanto, há denúncias de falta de espaço para a participação ativa da sociedade civil e de captura da coordenação global da Cúpula, por exemplo favorecendo interesses da agricultura industrial, promovendo o neocolonialismo, em detrimento dos saberes ancestrais e formas populares de manejo agrário, resultando no risco de tornar os pequenos produtores, principalmente no continente africano, reféns de novas tecnologias estrangeiras e das demandas do mercado globalizado, e de reduzir a produção local de alimentos para a própria população.

Apesar da coerência lógica do racional comum, assim como do esforço para buscar o alinhamento, integração e a continuidade das iniciativas, na prática as novas iniciativas têm trazidos diferentes mecanismos de atuação das agências e dos países que as próprias agências têm apresentado redundância de compromissos e dificuldade em diferenciar e articular esses mecanismos, como no caso das Redes de Ação propostas pela Década de Ação pela Nutrição e as Coalizões propostas pela Cúpula de Sistemas Alimentares.

Contudo, conforme já discutido o Informe 14 dos Cadernos CRIS Fiocruz ⁴⁹, o enfoque de múltiplos atores nas agendas de nutrição tem substituído o multilateralismo, de modo que os compromissos dos governos nacionais com políticas estruturantes têm se reduzido e a participação de entidades do setor privado tem aumento, inclusive no financiamento das agendas e das próprias agências. Igualmente preocupante é o fato de que a um constante chamamento pelas próprias agências pela participação do setor privado sem a incorporação e aplicação de mecanismos de identificação e manejo de conflitos de interesses.

Além disso, também em outros informes anteriores, foi discutida a responsabilidade dos agentes dos sistemas alimentares hegemônicos, como as corporações do agronegócio e dos alimentos industrializados, nas atuais crises epidemiológica, de segurança alimentar e de impactos ambientais, como representada pela sindemia de desnutrição, obesidade e mudanças climáticas. Dessa maneira, esses agentes não podem o centro da solução dessas crises e a transformação nos sistemas alimentares para gerem saúde, sustentabilidade, resiliência e inclusão depende de priorizar outros modelos de sistemas alimentares baseados em direitos humanos que se contrapõem a esses sistemas hegemônicos, concentradores de riqueza, conhecimentos, tecnologias e recursos.

O chamamento à participação do setor privado nas agendas tem sido crescente desde o ICN2, muitas vezes colocada em conjunto com a participação da sociedade civil, sem reconhecer as assimetrias de poder e de espaço de participação nem os mecanismos necessários para gerenciar os conflitos de interesses envolvidos. No contexto da atual crise e da necessidade de envolver todos os atores sociais nas agendas de nutrição, essa participação é incentivada e as parcerias público-privadas são elevadas a uma responsabilidade que frequentemente conflita ou até diminui o espaço de compromissos dos governos nacionais.

Não se trata de excluir parcerias público-privadas das agendas, tampouco as possibilidades de financiamento pelo setor privado, mas sem a devida governança dos processos, atividades emergenciais, imediatistas e localizadas são incentivadas em detrimento de soluções estruturantes, lideradas por governos nacionais e coordenadas por agências globais e regionais, comprometendo a continuidade das políticas e gerando risco de dependência externa principalmente em regiões mais vulneráveis. A redução dos espaços de participação da sociedade civil nessas agendas agrava ainda mais esses riscos, deixando fora do centro das discussões e decisões atores chaves das mudanças necessárias aos sistemas alimentares, como pequenos agricultores, camponeses e populações indígenas, entre outros.

Alguns exemplos das consequências desse problema estão nas denúncias de risco de captura corporativa das agências e suas agendas⁵⁰, de “*blue washing*” (associado ao *green, social, health e pink washing*) e da influência crescente do filantropocapitalismo.

Exemplos claros estão na participação do setor privado como ator-chave em iniciativas como o *Scaling Up Nutrition* (SUN) e o *Nutrition for Growth*, que atuam de maneira mais independente da agenda geral, ainda que remetam a elas sempre que conveniente, sem mecanismos aparentes de controle e manejo de conflitos de interesses.

O *Nutrition for Growth* se apresenta oficialmente, inclusive, como um esforço global de governos, doadores, filantropias, negócios, ONGs e outros atores (“*country governments, donors and philanthropies, businesses, NGOs and beyond*”), ou seja, colocando explicitamente o

⁴⁹<https://portal.fiocruz.br/documento/cadernos-cris-fiocruz-informe-14-2022>

⁵⁰<https://www.fian.org/files/files/Corporate-Capture-FAO-ES.pdf>

papel do setor privado e suas entidades como centro da agenda. Assim, utilizam princípios como a adoção de políticas baseadas em evidências, o aumento do financiamento de intervenções específicas e sensíveis à nutrição e o alinhamento e harmonização de ações entre setores e atores, para fomentar a adoção de medidas localizadas e frequentemente associadas a interesses dos doadores e financiadores, tanto comerciais quanto de responsabilidade social, sem fortalecer em paralelo a responsabilidade dos governos ou estabelecer mecanismos de governança nacional dos processos, com a participação ativa das populações e suas organizações e formas de prestação de contas à população interessada.

Nesse contexto, o filantropocapitalismo, ou seja, uma espécie de filantropia que envolve entidades e abordagens capitalistas, baseadas no mercado e orientadas para lucros para resolver os grandes problemas globais, particularmente na nutrição, tem ganhado grande espaço na agenda, tanto associado a iniciativas como o SUN e o *Nutrition for Growth*, quanto diretamente junto aos países. Em sua lógica de economia liberal, os filantropocapitalistas colocam-se como solução para a miríade de problemas globais a partir da lógica do mercado de maximização do lucro, em que o mesmo princípio que ajudou aos bilionários a acumular suas fortunas seria o mecanismo para redistribuir a riqueza entre os mais vulneráveis, maximizando o bem-estar social e a qualidade das políticas sociais. Ainda, a atuação do filantropocapitalismo normalmente envolve a coordenação e às vezes a própria execução das intervenções pelas próprias instituições, se sobrepondo ao papel dos governos nacionais e ameaçando a soberania e a autonomia locais, enquanto aumentam o risco de descontinuidade das intervenções e replicam ciclos de dependência externa.

Novamente, apresenta-se o risco de promover a agricultura industrial, apoiada nas monoculturas de commodities e variedades agrícolas de interesse comercial e vinculada ao processamento industrial de alimentos, em vez de promover a diversidade da dieta, a valorização da cultura alimentar e o estímulo à produção e consumo local, para discutir a implementação de sistemas circulares de produção de alimentos, com minimização dos insumos externos e redução dos impactos ambientais da produção. Dessa forma, baseando-se principalmente na premissa do aumento da produtividade da agricultura, distanciam-se da mitigação do câmbio climático, da necessidade de aumentar a resiliência dos sistemas agroalimentares e de contribuir para a erradicação da fome no mundo, e trazem ameaças adicionais como o uso de agrotóxicos (bem como suas consequências ao meio ambiente e à saúde humana), o aumento na oferta de alimentos ultraprocessados, a redução da biodiversidade local e o aumento da dependência de sementes e insumos.

Mesmo em entidades reconhecidas com relação ao mérito dos objetivos gerais, como a Fundação Bill e Melinda Gates na saúde e nutrição, têm sido alvo de críticas em relação a conflitos de interesses em relações com as indústrias farmacêuticas e sua atuação em países de baixa renda. Mesmo na agenda de nutrição, iniciativas da Fundação como o *Grand Challenges*, que financia pesquisas e iniciativas locais focadas em grandes problemas de saúde e de desenvolvimento, possui grandes méritos na busca de tecnologias locais e seleção de propostas baseadas fundamentalmente no mérito e não no currículo de seus autores e a promoção de intercâmbio de experiências e conhecimentos entre diferentes regiões do mundo, enfrenta grandes desafios em dar escala a iniciativas locais e garantir a incorporação das soluções às políticas nacionais por meio da articulação com os governos.

Algumas possibilidades para esses desafios podem envolver reduzir ou eliminar a interferências diretas das instituições filantrópicas nas intervenções, maior participação das populações locais, na seleção das propostas e como agentes das mudanças e transformações.

Por exemplo, experiências exitosas foram apoiadas pela *Bloomberg Philantropies* como apoiadora de agendas de enfrentamento das doenças crônicas não-transmissíveis na América Latina, mediante o financiamento da produção de evidências e do *advocacy* para políticas regulatórias e fiscais, como a taxação de bebidas adoçadas e a rotulagem nutricional frontal de advertências em países da região, promovendo a autonomia das entidades locais e preservando as agendas de conflitos de interesses.

As discussões de fragmentação da agenda global de nutrição e participação do setor privado nessas agendas também podem ser analisadas à luz das políticas nacionais ao longo dos últimos 4 anos e o atual processo de transição de governo no Brasil, a partir da articulação das políticas nacionais com os movimentos e compromissos internacionais.

Primeiramente, as agendas globais, particularmente em termos dos compromissos internacionais assumidos (como, por exemplo, de frear o crescimento da obesidade no país), bem como a liderança brasileira em Redes de Ação da Década de Nutrição para temas como redução do consumo de sódio e guias alimentares baseados no grau de processamento dos alimentos, permitiram alguma preservação da agenda nacional e proteção contra interferências externas e possíveis retrocessos. Além disso, o protagonismo técnico das equipes brasileiras permitiu a abertura de possibilidades de participação em coalizões temáticas no âmbito da Cúpula de Sistemas Alimentares referentes à alimentação escolar e de sistemas alimentares sustentáveis e saudáveis.

Ao mesmo tempo, porém, vale a reflexão sobre retrocessos como o aumento da insegurança alimentar e nutricional no país desde antes da pandemia de Covid-19 levaram o Brasil a retornar ao Mapa da Fome da FAO, em consequência das crises econômicas e do desmonte e enfraquecimento técnico e orçamentário das políticas intersetoriais de segurança alimentar e nutricional e de sua governança no país. O Brasil recentemente mostrou claramente o impacto da retirada de prioridade sobre sistemas alimentares e segurança alimentar e nutricional e do desmonte de estruturas de governança e planejamento sobre a saúde e nutrição da população e sobre a imagem e participação internacional do país. Por exemplo, com a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) nacional, perdeu-se o espaço de discussão das políticas de segurança alimentar e nutricional pelos representantes da sociedade civil e com o enfraquecimento de programas e políticas, e de seu planejamento e coordenação intersetorial deixaram agendas à deriva.

Em consequência desse quadro, os atuais níveis de insegurança alimentar e nutricional na população estão em patamares maiores do que os encontrados em 2003 e um dos grandes desafios da atual transição é reconstruir a governança das políticas (particularmente por meio da reconstituição do Consea), retomar as políticas intersetoriais e sua articulação por meio do planejamento e metas dos Planos de Segurança Alimentar e Nutricional (Plansan) e articulados no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), retomando e fortalecendo políticas descontinuadas e enfraquecidas que abrangem desde a produção de alimentos pela agricultura familiar e pequenos agricultores, reforço a estoques reguladores e compras institucionais até a coordenação das políticas de proteção social, emprego, agricultura, meio ambiente, saúde e educação. Foram, inclusive essas políticas que tiraram o Brasil anteriormente do Mapa da Fome e que fortaleceram o protagonismo nacional nessas agendas, tanto nas discussões no âmbito das agências quanto na cooperação sul-sul com outros países da América Latina e da África, e devem ser o caminho para o reverter os retrocessos que vemos agora.

Ainda no contexto das agendas internacionais essa desarticulação e inversão de prioridades se manifestaram fortemente. Vale lembrar, por exemplo, principalmente nas discussões das Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU, que houve grande dominância das posições e narrativas do agronegócio sobre a saúde e o meio ambiente nas posições oficiais do Governo Brasileiro, ao ponto de incorporar interna e externamente discursos de negacionismo em relação ao problema da fome e do impacto ambiental dos sistemas alimentares hegemônicos dominados pelo agronegócio no país. Ainda, os discursos e posições trouxeram retrocessos nos direitos humanos, particularmente relativos a mulheres, negros, populações indígenas e outros grupos vulneráveis e discriminados, retirando do Brasil o protagonismo das discussões de segurança alimentar e nutricional, sustentabilidade e nutrição e saúde e isolando o país nas temáticas e fóruns.

Diante disso, além do desafio da transição no Brasil em atuar sobre a reconstrução das políticas nacionais de segurança alimentar e nutricional, é fundamental recolocar o país em sua posição de coerência, vanguarda e liderança nas agendas regionais e internacionais para que se possa voltar à retomada de avanços nas metas da Agenda 2030, bem como de alcance de outros compromissos assumidos pelo país. Os primeiros passos dados durante a COP27 pelo governo eleito são promissores em relação aos compromissos ambientais do Brasil, junto com a prioridade já assumida em relação ao enfrentamento da fome no país, e espera-se que ações semelhantes se sigam na transformação dos sistemas alimentares no país a partir da abordagem de direitos e redução das desigualdades.

A construção e implementação de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, resilientes e inclusivos vem sendo reforçada nas iniciativas globais promovidas pelas Nações Unidas e suas agências, contudo é preciso retomar o verdadeiro multilateralismo, com responsabilidades e compromissos dos países e apoio pelas agências, enquanto a gestão de conflitos de interesses deve mediar a participação do setor privado, enquanto deve haver maior espaço de participação e decisão por representantes da sociedade civil. Ao mesmo tempo, é necessário agregar esses mecanismos de gestão de conflitos de interesses também às agendas paralelas como o *Scaling Up Nutrition* e o *Nutrition for Growth* e criar mecanismos que impeçam efeitos negativos do filantropocapitalismo e outros representantes do setor privado, mas fomentem um financiamento isento e transparente por esses atores das agendas prioritárias.

Em paralelo, espera-se que se fortaleça a coordenação entre as agências que possuem interface com a alimentação e nutrição pelo *UN Nutrition*, buscando igualmente articular suas iniciativas, para que efetivamente se reforcem compromissos e apoios sem fragmentar as agendas e preservando as melhores formas de governança, reconhecendo o papel central da nutrição no alcance dos ODS. A experiência recente do Brasil, mostrou o quanto perdas na prioridade e na governança das agendas podem comprometer a situação da população, resultando em retrocessos em todos os indicadores, mas é oportunidade para que a América Latina, reforçada pelo retorno do Brasil, aproveite o momento para exercer seu protagonismo e vanguarda nos sistemas alimentares.

Repetindo a conclusão de informes anteriores e reforçando os caminhos necessários para as transformações nos sistemas alimentares e para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados à saúde e à segurança alimentar e nutricional, são princípios e prioridades a saúde, a sustentabilidade, a inclusão e a resiliência. Soluções devem ser baseadas nos interesses coletivos e preservados de interesses comerciais. Não deixar ninguém para trás significa reconhecer que não tratamos de números e cifras, mas de pessoas e seus direitos e da saúde planetária.

Conferência Mundial sobre Cuidados e Educação com a Primeira Infância

**Vitor Rodrigues, Gisele Sanglard
e Fabiane Gaspar**

A primeira Conferência Mundial sobre Cuidados e Educação com a Primeira Infância (WCECCE, sigla em inglês) foi realizada em 2010, em Moscou, sua principal contribuição foi declarar a educação e cuidados na primeira infância (ECPI) como um serviço social, um imperativo de desenvolvimento humano e econômico, além de adotar uma definição sobre o conceito de ECPI como “o fornecimento de cuidados, educação, saúde, nutrição e proteção de crianças de zero a oito anos de idade” (UNESCO, 2010). Pesquisas realizadas em diversos campos, como economia, neurociência e educação apontam que investimento na educação na primeira infância seja fundamental, pois estabelece os fundamentos para o desenvolvimento de uma pessoa ao longo da vida, como a realização educacional, saúde e produtividade econômica. Apesar das fortes evidências dos benefícios da ECPI, os números mais recentes da UNESCO mostram que, até 2020, 25% das crianças do ensino fundamental que ingressam no ano pré-escolar nunca frequentaram nenhuma forma de aprendizagem organizada. Isso representa 33 milhões das 134 milhões de crianças em todo o mundo. A maioria destes são crianças de países de baixa renda, principalmente da zona rural. Além disso, embora o direito à educação tenha sido consagrado em tratados internacionais de direitos humanos, incluindo a amplamente ratificada Convenção sobre os Direitos da Criança, apenas metade dos 193 países têm legislações que garantam educação pré-escolar gratuita.

O agravamento de conflitos, emergências e crises no mundo, como a pandemia de covid-19 e as mudanças climáticas comprometem a qualidade de vida das crianças, acarretando uma taxa baixa de inscrições em programas voltados para a educação na primeira infância, principalmente entre países de baixa renda. Segundo dados da Unesco, em 2019, a taxa global de matrícula na pré-escola foi de 75%, enquanto na África Subsaariana foi de aproximadamente 50%. Durante a Conferência, os representantes dos Estados-membros reconheceram a negligência em relação à ECPI nas agendas políticas nacionais e internacionais mediante o compromisso no Marco de Moscou para a Ação e Cooperação firmado na Primeira WCECCE em 2010, além da meta 4.2 presentes na ODS 4. Ainda assim, ocorreu um aumento significativo entre os anos de 2010 e 2020, a maioria dos países na Europa e na América do Norte tiveram altas matrículas taxas em 2010 e mantiveram ou aumentaram para chegar perto de 100% de frequência em 2020. A maioria dos países do Centro e O sul da Ásia mostraram um bom progresso no sentido de aumentar a taxa de matrículas na educação pré-escolar, em Bangladesh teve o maior aumento, globalmente, de 40,85 pontos percentuais entre 2010 e 2019.

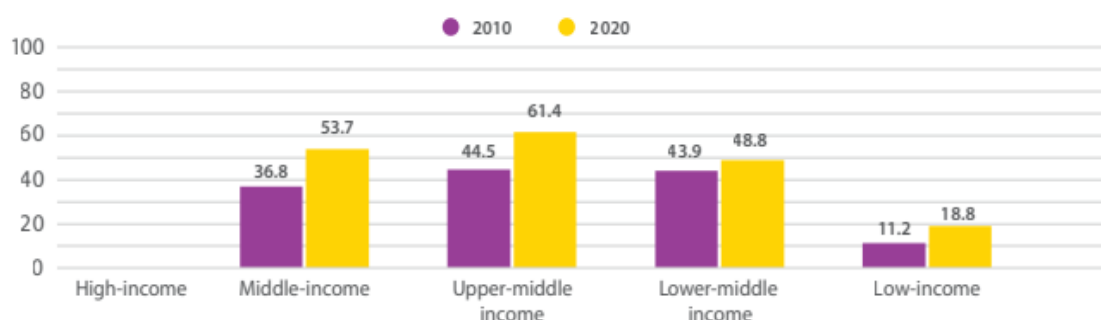
Figura 1. Taxa bruta de matrículas na educação infantil, por faixa de renda e por região.⁵¹

⁵¹ <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000383668>

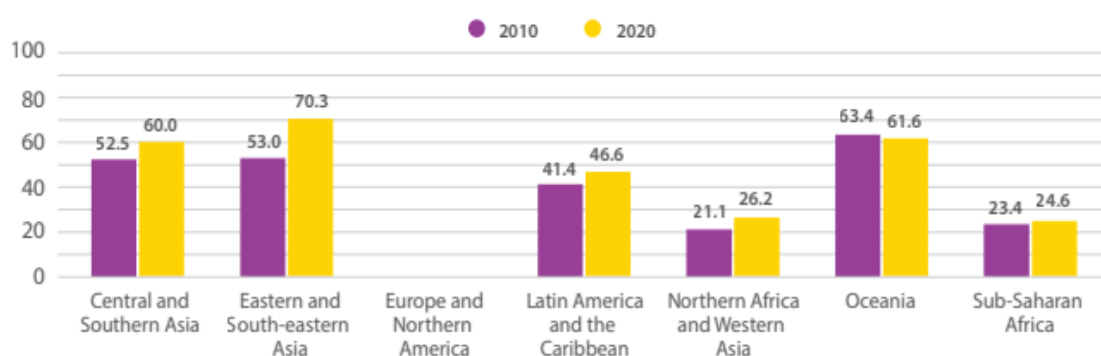
<https://www.unesco.org/sites/default/files/medias/fichiers/2022/11/tashkent-declaration-ecce-2022.pdf>

Early childhood education

Gross enrolment ratio, by wealth



Gross enrolment ratio, by region



Fonte de dados: Instituto de Estatística da UNESCO. Lançamento de dados em setembro de 2022. <http://data.uis.unesco.org/>.

Pesquisas realizadas em várias áreas do conhecimento mostram que os primeiros anos da vida humana são fundamentais para o desenvolvimento humano, devido ao seu ritmo acelerado desde o nascimento até os 8 anos de idade. (Centre on the Developing Child, 2010; Shonkoff, 2010). Por isso, a importância da colaboração dos países no desenvolvimento da educação e cuidado na primeira infância (ECPI) contribuindo para o bem-estar e capacidade de aprendizagem do indivíduo, desempenho acadêmico, aprendizagem ao longo da vida, maior igualdade de gênero, desenvolvimento sustentável e cidadania global.

Devido ao impacto que a educação na primeira infância causa no desenvolvimento dos indivíduos, foi adotado pelos Estados-Membros na declaração da Convenção, os princípios orientadores e estratégias que serão utilizados para a transformação da ECPI.

- Melhorar a relevância e a qualidade dos currículos e da pedagogia da ECPI.
- Assegurar serviços de ECPI de qualidade equitativos e inclusivos para todas as crianças, priorizando os mais vulneráveis.
- Proteger e garantir o direito à ECPI durante e após emergências e crises prolongadas
- Estabelecer sistemas relevantes de monitoramento e avaliação da ECPI.

- Introduzir e fortalecer intervenções na primeira infância que reconheçam os desafios e necessidades de todas as crianças e as capacitem a prosperar e atingir seu potencial.
- Melhorar as transições dentro da ECPI e para o ensino primário.
- Fortalecer a educação para a paz e o desenvolvimento sustentável desde a primeira infância.

Alguns exemplos podem ser utilizados pelos Estados-membros podem ser utilizados para estratégias futuras de transformação da ECPI. O Uzbequistão promoveu uma reforma educacional que levou à criação do Ministério da Educação Infantil e unificou as leis e regulamentos educacionais a serem implementados pelo ministério (Odinakulovna, 2021). Criando regulamentos sobre qualificações mínimas para professores e investimentos substanciais na reconstrução de escolas e instalações. O Ministério da Educação formou uma parceria público-privada com o Banco Mundial em 2019 por meio da Promoção do Desenvolvimento na Primeira Infância Projeto. O projeto alavancará US \$73,85 milhões como fonte de financiamento entre 2019 e 2024 para impulsionar o investimento na melhoria do acesso e qualidade na ECPI, particularmente nas áreas rurais (Banco Mundial, 2019). O governo da Austrália lançou o Programa Famílias como Primeiros Professores (FaFT) em 2009 para famílias indígenas do Território do Norte. O objetivo do programa é promover a aprendizagem das crianças antes da escola primária. Desde 2009, o programa FaFT se expandiu para 53 locais: 48 em comunidades rurais e cinco em áreas urbanas. No Brasil, existem dois tipos de serviços de ECPI. As creches oferecem educação e cuidados para crianças até aos 3 anos de idade, e pré-escolas atendem crianças de 4 a 6 anos. Historicamente, a ECPI não fazia parte do sistema de ensino básico. Uma transformação ocorreu quando a Constituição Federal de 1988 incorporou as creches ao sistema educacional. Além disso, em 2009, foram aprovadas emendas constitucionais para alterar a idade de início da escolaridade obrigatória para 4 anos, tornando obrigatória a frequência pré-escolar. A taxa de frequência da ECPI no ano anterior ao ensino primário aumentou, portanto, de 79,04 por cento em 2010 para 99,67 por cento em 2018 (UIS, 2022a).

Uma forma de desenvolver a educação pré-primária e colaboração entre os Estados-membros e a comunidade internacional, desta forma os países conseguirão para aproveitar as evidências científicas e as tecnologias digitais para transformar ainda mais os currículos e a pedagogia além de desenvolver as habilidades que as crianças precisam em um mundo acelerado e cada vez mais digital. Além de uma aproximação entre Estado e sociedade civil na criação de políticas públicas. No Camboja, o sistema educacional inclui o desenvolvimento de estruturas de suporte para a cooperação com atores não-estatais. O SmartStart programa na África do Sul serve como um exemplo de colaboração multissetorial e coordenação entre atores não-estatais e o governo central para fornecer serviços de desenvolvimento infantil integrados e inclusivos para crianças vulneráveis.

Os responsáveis pela crise climática e pela iniquidade do acesso a vacinas precisam assumir compromissos efetivos de enfrentamento dos problemas urgentes e estruturais

Ana Carol Aldapi Vaquera, Danielle Keylla Alencar Cruz, Diana Reyna Zeballos Rivas, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice de Jesus Alves Pires, Marciglei Brito Moraes, Patrícia Lewis Carpio, Renan Amaral Oliveira, Rosa Castália F. Ribeiro Soares e Luis Eugênio de Souza

Introdução

Com a realização da COP-27, nesta quinzena, a crise climática foi o tema de maior destaque nas manifestações das organizações da sociedade civil (OSC). As OSC reconhecem as responsabilidades comuns, mas diferenciadas dos distintos países, segundo as respectivas capacidades. A justiça climática exige que os causadores da crise climática assumam a responsabilidade e paguem pelos danos que atingem a populações e países mais vulneráveis. As OCS chamaram a atenção também para os compromissos pouco confiáveis e a falta de ações do setor privado, salientando que as decisões sobre o enfrentamento da crise climática devem envolver os grupos vulneráveis, os saberes dos grupos indígenas e as vozes das mulheres e meninas do Sul Global.

Também foram abordados os temas dos direitos humanos na luta por uma vida digna para todos, a migração e o deslocamento forçado, denunciando as condições de vida de refugiados, o desembarque seletivo de migrantes e as deportações em massa que perpetuam a violação de direitos humanos de imigrantes e refugiados.

No contexto da COVID-19, destacaram-se a pesquisa da longa covid, as campanhas para incrementar a aceitação da vacina e as demandas pelo fim das barreiras de propriedade intelectual que impedem os países em desenvolvimento fabricar suas próprias vacinas, inclusive para a vacina da varíola do macaco.

da longa covid, as campanhas para incrementar a aceitação da vacina e as demandas pelo fim das barreiras de propriedade intelectual incluindo os cuidados da saúde mental e as medidas de prevenção da violência contra profissionais da saúde.

Outras temáticas levantadas pelas OCS foram as doenças negligenciada - principalmente as leishmanioses, o ebola e as pneumonias em populações vulneráveis - o conflito da Ucrânia, agrotóxicos, a saúde digital e a saúde mental.

Organizações da sociedade civil de interesse público

COP 27

Por ocasião da COP 27, a Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)⁵² divulgou duas declarações.

Na primeira, intitulada [Declaração sobre o Imperativo de Saúde Pública para Financiar Ações Reparativas para Lidar com Perdas e Danos devido às Mudanças Climáticas](#), a WFPHA convoca os delegados da COP 27 a: (a) estabelecer um novo mecanismo de financiamento,

⁵² <https://www.wfpha.org/>

distinto dos atuais canais de mitigação e adaptação, para permitir o fluxo de fundos climáticos de países de alta renda para países de baixa e média renda; (b) estruturar este novo mecanismo de acordo com os princípios da justiça climática, que estabelecem que os poluidores devem pagar pelos danos que causaram, e com o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas segundo as respectivas capacidades; (c) fortalecer as metas nacionais de redução de emissões; (d) garantir que a promessa de financiamento climático de US\$ 100 bilhões seja cumprida; (e) avançar no Global Stocktake para definir o ritmo da ação climática; e (f) converter os compromissos climáticos de Glasgow em ação.

Na segunda, a [Declaração sobre proteção de ecossistemas e suporte a soluções baseadas na natureza para melhorar a saúde pública](#), a WFPHA convoca os delegados da COP 27 a: (a) priorizar soluções baseadas na natureza (promovedoras da saúde) para adaptação às mudanças climáticas, incluindo, reflorestamento, proteção de habitats, práticas agrícolas restaurativas, conservação de manguezais, crescimento de espaços verdes urbanos e expansão de sumidouros naturais de carbono; e (b) defender o conhecimento de grupos indígenas e identificar as melhores práticas para conservação, restauração de ecossistemas e gestão ambiental.

A International Federation of Medical Students' Associations (IFMSA) divulgou notícia sobre sua participação na [17ª Conferência da Juventude da ONU sobre Mudanças Climáticas \(COY17\)](#), que antecedeu a COP27, no Egito, na quinzena de 06 a 18 de novembro de 2022. O representante da IFMSA participou da sessão "Grupos vulneráveis no contexto das mudanças climáticas e saúde", quando salientou a importância do envolvimento dos grupos vulneráveis nas ações de enfrentamento da crise climática.

A Public Citizen⁵³ emitiu uma declaração sobre o chamado que o Secretário Geral das Nações Unidas fez na COP27 para acabar com os erros de classificação nos [pedidos de Net-Zero](#), dado que os compromissos do setor privado para reduzir as emissões para 2050 não são confiáveis enquanto continuarem investindo em novos suprimentos de combustíveis fósseis. Compromissos confiáveis de net-zero devem cobrir todos os tipos de emissões e ter planos de ação transparentes e mensuráveis. A declaração também pede que reguladores financeiros ajudem as instituições financeiras a gerenciar o risco financeiro relacionado ao clima.

Na mesma linha, 80 organizações assinaram uma [carta à Treasury](#) para pedir a transição das instituições financeiras para o apoio à economia verde, reforçando a mensagem de que sob o termo net-zero estão se propondo soluções falsas que não pretendem deter as causas do câmbio climático.

A NCD Alliance⁵⁴, a World Heart Federation⁵⁵ e mais 58 organizações ao redor do mundo enviaram uma [carta aberta](#) direcionada do Secretário Executivo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) em protesto a Coca-Cola ser a patrocinadora da COP27. A carta indica a necessidade da UNFCCC criar mecanismos que reduzam o conflito de interesses e a influência indevida de empresas para que o interesse público seja assegurado.

A Women in Global Health⁵⁶, através de sua Diretora Executiva, retomou nas redes sociais o artigo [Climate change and gender-based health disparities](#), publicado em fevereiro de

⁵³ <https://www.citizen.org/>

⁵⁴ <https://ncdalliance.org/>

⁵⁵ <https://world-heart-federation.org/>

⁵⁶ <https://wgh.org>

2020 em que ressalta a vulnerabilidade ao impacto da mudança climática de acordo com o gênero.

Em sua seção de notícias em perspectiva, a *CARE International*⁵⁷ diz: “Prezada COP27: [Justiça climática deve ser justiça de gênero](#)”. Ao descrever o panorama da seca na Somália às inundações no Paquistão e, dos ciclones em Madagascar às chuvas torrenciais na Nigéria, a CARE destaca que os efeitos da mudança climática estão tendo um impacto devastador nos países mais vulneráveis do mundo. Além disso, ressalta o efeito desproporcional sobre mulheres e meninas que, no entanto, são excluídas de muitas das conversas sobre como responder a esta crise. A CARE afirma em sua posição que a “justiça climática - para ser justiça - também deve ser justiça de gênero”. Esta manifestação ocorreu no período da Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2022, a COP27, com o objetivo de exigir a integração desta pauta na organização global, em que conclui: “O mundo tem soluções. Mas precisamos de vontade política.”

No período observado, a ActionAid⁵⁸ seguiu em campanha por assinaturas para a petição que pede que Estados Unidos, União Europeia, Reino Unido e Austrália concordem em estabelecer um mecanismo de financiamento internacional para ajudar os países mais vulneráveis a se recuperarem e reconstruírem na sequência de desastres climáticos, na ocasião da COP27.

No mesmo sentido, se manifestou principalmente repercutindo as discussões do encontro. Sobre o dia dedicado a discussões sobre gênero na reunião, a [ActionAid chama os líderes mundiais a colocar as vozes das mulheres e meninas do Sul Global](#) vivendo a realidade da crise climática no centro das negociações da COP27. A organização também exorta os governos a criarem um novo mecanismo de financiamento para que as mulheres e meninas possam se reconstruir e se recuperar diante das perdas e danos causados pelas mudanças climáticas.

Também dentro das discussões do evento, a ActionAid [reagiu aos anúncios do AIM4Climate and Fertiliser Challenge](#) feitos pelos Estados Unidos no “Dia da Agricultura” na COP27. A líder global da ActionAid Internacional sobre Justiça Climática, Teresa Anderson disse que o anúncio do 'Desafio dos Fertilizantes' dos EUA leva a agricultura “a uma direção completamente errada, protegendo os interesses das grandes corporações agrícolas às custas dos agricultores e de nosso clima”. A iniciativa AIM for Climate foi lançada pelos Estados Unidos e Emirados Árabes durante a COP26 para aumentar investimentos e o apoio mundial à agricultura inteligente e à inovação dos sistemas alimentares. Ao longo de um ano, a iniciativa promoveu investimentos na agricultura inteligente e na inovação de sistemas alimentares, com dezenas de bilhões de dólares levantados através de 275 parceiros em todo o mundo. Ainda sobre o assunto, Anderson acrescentou que a iniciativa passa a impressão da iniciativa de que os verdadeiros heróis que alimentam o mundo são “os caras da tecnologia em ternos e jalecos, generosamente compartilhando sua sabedoria com os agricultores necessitados do mundo. É paternalista, e é prejudicial”, concluiu.

Teresa Anderson também [comentou sobre as negociações sobre perdas e danos](#) durante a COP27. Segundo a líder sobre Justiça Climática, apesar dos discursos por parte das nações desenvolvidas, não houve avanço efetivo no sentido de estabelecer um mecanismo de

⁵⁷ <https://www.care.org/>

⁵⁸ <https://actionaid.org/>

financiamento para lidar com perdas e danos causados pela mudança climática. Segundo ela, uma vez mais se escondem atrás das alegações de necessidade de mais informações sobre os impactos climáticos, o que vêm fazendo há anos. "É frustrante porque, como os países ricos continuam atrasando, milhões estão perdendo suas vidas e meios de subsistência devido à mudança climática". Anderson ainda demonstrou certa esperança de que os ministros, que chegarão na próxima semana, finalmente cheguem a um acordo sobre o assunto.

Ainda sobre a COP27, o professor adjunto da Geneva Graduate Institute, Jorge Viñuales, publicou artigo questionando se ainda há tempo para a COP27 fazer alguma diferença. Segundo Viñuales, os efeitos de ações agora abrem o caminho para consequências sérias e irreversíveis no futuro, e é difícil que pessoas em todo o mundo compreendam as implicações de suas ações. Ainda, alega que a década de 2020-2030 é uma janela crítica para ações que podem acelerar uma transformação fundamental para uma economia de baixa emissões de carbono ou cruzar o ponto em que não há mais volta. Segundo ele, as evidências dos benefícios ambientais, econômicos e até geopolíticos de atuar sobre a mudança climática são bem claras, assim como o são os efeitos adversos deste processo. O professor conclui dizendo que não restam dúvidas sobre a direção na qual devemos seguir, e só o tempo dirá se a COP27 terá sucesso em priorizar essas ações.

Intersecções com a Crise Climática

A *CARE International*⁵⁹ aponta que o [agravamento da seca no Quênia](#) leva ao aumento do abandono escolar. A seca severa e crescente no país afetou a retenção escolar, pois os alunos são forçados a abandonar a escola para ajudar seus pais na busca por comida, pasto e água. Uma pesquisa realizada pela CARE no território, revelou que 99% das crianças que abandonaram a escola entre setembro e outubro de 2022 o fizeram devido à situação da seca. Ao mesmo tempo, 46% das 50 escolas analisadas relataram absenteísmo persistente, com 3 escolas relatando frequência de menos de 50% dos alunos. Os professores relataram que 84% dos alunos que frequentavam as aulas tinham falta de atenção e concentração e a maioria dos alunos adormecia devido à fome.

A *CARE International* também afirma que o povo do Paquistão está pagando o preço pela [inacção climática](#). Entre junho e setembro deste ano, o Paquistão foi atingido por inundações que mataram mais de 1.000 pessoas e afetaram mais de 33 milhões. A assistente de comunicação da CARE Paquistão, Maryam Imtiaz, testemunhou histórias de perda, resiliência e solidariedade no Baluchistão, uma das duas províncias mais afetadas. Ela compartilha essa experiência e pede ação para conter as mudanças climáticas e seus danos irreversíveis.

O [Greenpeace](#)⁶⁰ [relata que a atmosfera da COP27 é de ansiedade pela presença do presidente-eleito do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva](#). A citação indireta de Al Gore, ex-vice-presidente dos Estados Unidos, na COP ao dizer que "há apenas alguns dias, o povo do Brasil escolheu parar a destruição da Amazônia" é para a ONG a representação verbal do que a Convenção toda sinaliza: o anseio de voltar a dialogar com o Brasil.

A organização também [fez algumas considerações sobre a primeira semana da COP27](#): a estimativa de 2.4°C de aquecimento global embora novos compromissos de redução de emissão de gases tenham sido feitos; O tema "perdas e danos" entrou oficialmente na agenda da COP se referindo à implementação de mecanismos para que países mais vulneráveis sejam

⁵⁹ <https://www.care.org/>

⁶⁰ <https://www.greenpeace.org/international/>

compensados ou ressarcidos pelos impactos negativos causados pela crise climática; há uma disparidade de representação da sociedade civil, que pode ser observada na presença de 293 delegações indígenas x 636 lobistas de combustíveis fósseis.

[Segundo a Oxfam, um bilionário emite um milhão de vezes mais gases estufa do que um cidadão comum.](#) Por isso, uma das frentes de luta da organização na COP27 é mostrar a responsabilidade dos ricos na mudança climática e propor que eles sejam pressionados e taxados.

[A Oxfam Brasil⁶¹ faz um chamado à necessidade da COP27 de atender as urgências climáticas.](#) De acordo com o Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC 2022), quase metade da população mundial, cerca de 3,6 bilhões de pessoas, já vivem em um contexto de alta vulnerabilidade às mudanças climáticas. A Oxfam ressalta a necessidade da participação do Brasil na COP27, uma vez que a floresta amazônica vem sendo alvo de crimes ambientais que põem em risco toda a vida humana.

Com o início da COP27, a *Uniting to Combat Neglected Tropical Diseases*⁶², destacou em matéria postada a [entrevista com Stuart Halford](#), diretor de mobilização e defesa de recursos da entidade, em que ele falou sobre os desafios interligados das mudanças climáticas e doenças tropicais negligenciadas, e qual seria um bom resultado da COP este ano. Halford opinou que as mudanças climáticas aumentarão a propagação de doenças tropicais negligenciadas (DTN), que são diretamente influenciadas por mudanças na temperatura, precipitação, umidade relativa e clima. Há uma dimensão de iniquidade que deve ser destacada; tanto as mudanças climáticas quanto as DTN afetam desproporcionalmente as comunidades vulneráveis. A África é particularmente afetada por ambos os desafios. O continente africano responde por cerca de 35% da carga global de DTN e carrega o peso dos impactos das mudanças climáticas; abriga sete dos dez países do mundo considerados mais ameaçados pelas mudanças climáticas.

Direitos humanos

No dia 17 de novembro, os [trabalhadores do setor de petróleo do Brasil](#), por meio de seu sindicato, a Federação Única dos Petroleiros (FUP), unem à Internacional Progressista⁶³ para avançar na luta por uma vida digna para todos, no Brasil e no mundo, e assim expressar suas demandas industriais, econômicas, políticas, sociais e culturais.

Migração e deslocamento forçado

Médicos Sem Fronteiras⁶⁴ (MSF) publicou um relatório chamado [“Entre dois incêndios: perigo e desespero no campo de Al-Hol na Síria”](#) denunciando as trágicas condições de vida no campo de refugiados no nordeste da Síria, onde em 2021 morreram 79 crianças e mais de 53.000 pessoas, a maioria deles menores de idade, ainda hoje estão detidos. O relatório destaca que Al Hol é, na verdade, uma enorme prisão a céu aberto, onde as crianças têm suas infâncias roubadas e condenadas a uma vida de violência e exploração, sem educação, apoio médico limitado e nenhuma esperança à vista.

⁶¹ <https://www.oxfam.org/>

⁶² <https://unitingtocombatntds.org/>

⁶³ <https://progressive.international/>

⁶⁴ <https://www.msf.es/>

O coordenador geral de operações no Mediterrâneo Central de MSF denuncia que o processo de [desembarque seletivo de migrantes](#), com base nas condições médicas dos sobreviventes, adotado pela Itália é uma medida desumana, inaceitável e ilegal.

A organização também denuncia as [deportações em massa](#) e as violações aos direitos humanos com imigrantes venezuelanos que tentam cruzar a fronteira aos Estados Unidos. De acordo com a denúncia, como consequência da expansão do Título 42 - título criado na pandemia de Covid-10, que autoriza a expulsão de adultos solteiros e famílias que adentrem, sem autorização, as fronteiras terrestres dos Estados Unidos, com a justificativa de frear o vírus- os abrigos no México estão em colapso e os sem-teto são deixados à própria sorte.

Monkeypox

Um [relatório](#) da Public Citizen⁶⁵ [informou](#) que nove fabricantes globais de vacinas situados em seis países de renda baixa e média, têm experiência na produção de vacinas similares à da varíola dos macacos a um preço quase 30 vezes menor do preço atual. Faz um chamado para que o governo dos EUA e grandes financiadores possam exercer pressão sobre a Bavarian Nordic, que hoje detém o monopólio da produção da vacina contra a varíola dos macacos, para que compartilhe a tecnologia e trabalhe com fabricantes de países em desenvolvimento, de forma a aumentar a disponibilidade de vacinas, permitindo, assim, o desenvolvimento de um plano de ação contra a doença.

Profissionais da saúde

O presidente da World Medical Association⁶⁶, Dr. Osahon Enabulele chamou a atenção para o bullying, assédio e sobrecarga de trabalho em médicos recém-formados, que tem como consequência o incremento da fadiga [mental e física](#). A longo prazo, essa situação impacta na qualidade do atendimento aos pacientes e nos resultados em saúde. Enabulele pede, ainda, por melhorias no treinamento de médicos.

A OMS assinou, juntamente com cinco organizações membro da World Health Professions Alliance, entre elas a World Medical Association, um [memorando](#) sobre as prioridades em relação à Força de Trabalho em Saúde, com o compromisso de proteger e investir da força de trabalho para que seja possível oferecer um atendimento seguro, de qualidade e equitativo em todos os ambientes.

A World Medical Association apresentou uma [carta aberta](#) ao Presidente do Irã para alertar sobre as taxas de violência contra os profissionais de saúde. Também denunciou o uso indevido de ambulâncias e utilização da força para emitir certificados médicos e de óbito falsos.

Ajuda humanitária

A [CARE International](#) divulgou o trabalho de sua equipe humanitária com a UPS (United Parcel Service), a gigante global de transporte e logística, para projetar uma solução baseada em software para rastreamento e suporte às operações de distribuição de suprimentos. A cadeia de suprimentos global é uma necessidade não apenas para bens de consumo, mas também para ajuda humanitária. Para que alimentos, água potável e kits de higiene sejam entregues, a cadeia de abastecimento deve estar em boas condições de funcionamento, mesmo em partes do

⁶⁵ <https://www.citizen.org/>

⁶⁶ <https://www.wma.net/>

mundo que podem ser de difícil acesso. Em grande parte do mundo, o processo da CARE para levar ajuda aos países e aos participantes do programa é manual e baseado em papel.

Iniquidades de Gênero

A *CARE International* divulgou uma pesquisa sobre o contexto das mulheres empreendedoras. Os dados apontam que apesar de algum progresso na inserção no ramo empresarial, as normas de gênero ainda impedem que as mulheres em todo o mundo alcancem suas ambições de negócios. Foram realizadas entrevistas individuais, grupos focais e pesquisas no Vietnã, Peru e Paquistão para descobrir mais sobre as crenças e regras de comportamento não declaradas que continuam a impedir as mulheres de alcançar seus objetivos. A pesquisa revelou como essas “normas sociais” estão arraigadas, bem como quem as defende e como essas crenças e comportamentos continuam a impedir que as mulheres empreendedoras tenham sucesso total. Um dos principais obstáculos é a glorificação em toda a comunidade das multi tarefas a serem realizadas pelas mulheres.

COVID-19

O coordenador da People’s Vaccine Alliance Ásia⁶⁷ reagiu ao comunicado do G20 indicando que [“Falar é barato” na resposta global à COVID-19](#), mas no comunicado não há especificações sobre os esforços para que vacinas e medicamentos estejam disponíveis e acessíveis para todos, em todos os lugares ao mesmo tempo. Também chama a atenção a necessidade dos membros do G20 falarem das barreiras de propriedade intelectual que impedem os países em desenvolvimento de fabricar vacinas e tratamentos para si próprios e transformar palavras em ações.

A Assembleia Geral da IANPHI⁶⁸ reconheceu como importante conquista de saúde pública o projeto de pesquisa sobre os [efeitos a longo prazo da infecção por SARS CoV-2](#) para melhor caracterizar os fatores de risco e a prevalência na África do Sul, do que ficou conhecido como pós-COVID-19 (PCC) ou “COVID longo”. O estudo foi conduzido pelo Instituto Nacional de Doenças Transmissíveis da África do Sul (NICD) e ajuda a preencher uma lacuna de conhecimento no continente e nos países de baixa e média renda.

A *CARE International* apresentou suas estratégias de abordagens criativas para [campanha de vacinação contra COVID-19](#). Como parte de uma parceria com a Meta (Facebook), a CARE realizou uma série de campanhas de verão que promovem a confiança nas vacinas e práticas preventivas em 16 países em todo o mundo. Por meio de uma parceria inovadora com o Facebook, os escritórios nacionais da CARE começaram a entender que tipo de mensagem funciona melhor para aumentar os comportamentos de prevenção da COVID e a aceitação das vacinas. Essas campanhas foram avaliadas por um estudo para testar sua eficácia em abordar a mensagem-alvo de cada campanha, sua importância, segurança, reforços ou medidas preventivas de segurança da vacina.

Conflito na Ucrânia

A *CARE International* analisa a escalada de ataques na Ucrânia e aponta que o período do inverno pode levar a um aumento dramático nas necessidades humanitárias no país. Após os últimos ataques a infraestrutura vital de abastecimento de energia, juntamente com a piora das

⁶⁷ <https://peoplesvaccine.org/>

⁶⁸ <https://www.ianphi.org/>

condições de inverno, a organização expressa preocupação com a segurança de civis, em particularmente com a situação das mulheres e meninas, que em situações de conflito passam por maiores riscos de sofrerem violência de gênero e várias formas de exploração e abuso.

Doenças Negligenciadas

A DNDi⁶⁹ destacou o artigo de Luís Pizarro e Pedro Bouchon sobre o trabalho com doenças negligenciadas no Chile. Ao apontar que o progresso da ciência e da medicina mudou o panorama da saúde global, melhorando significativamente a vida de muitas pessoas, os autores destacam o panorama no qual uma em cada cinco pessoas no mundo ainda permanece à margem dessa revolução. Doenças ainda presentes no Chile não recebem investimento suficiente para pesquisa e desenvolvimento, e os tratamentos permanecem antigos, ineficazes, tóxicos ou simplesmente inexistentes. O artigo destaca que o país tem um papel fundamental a desempenhar na liderança do desenvolvimento de novos tratamentos e ferramentas para avançar na agenda de DTN.

Na seção “[Vozes da leishmaniose](#)”, a DNDi compartilha o depoimento da Dra. Juliana Quintero, médica e pesquisadora em Medellín, sobre o tratamento ideal para os pacientes com leishmaniose, que eles pudessem fazer em casa. Como o tratamento atual da leishmaniose é inacessível para muitas pessoas na Colômbia, a médica compartilha a esperança no desenvolvimento de tratamentos simples e orais.

A DNDi divulgou o [Projeto Leish Access](#), para promover o acesso a tratamentos para pacientes com leishmaniose. O projeto foi lançado na África Oriental e busca contribuir para as metas do roteiro de Doenças Tropicais Negligenciadas da Organização Mundial da Saúde para o controle e eliminação da leishmaniose visceral.

Mudanças climáticas e Doenças Tropicais Negligenciadas (DTN)

75ª Assembleia Mundial da Saúde

A DNDi divulgou a [resposta](#) enviada à Consulta Pública relacionada à 75ª Assembleia Mundial da Saúde, sobre o “Fortalecimento de ensaios clínicos para fornecer evidências de alta qualidade sobre intervenções de saúde, para melhorar a qualidade e a coordenação da pesquisa”. Espera-se que essas contribuições possam ser consolidadas em um relatório a ser submetido ao Conselho Executivo da OMS e à 76ª Assembleia Mundial da Saúde em 2023.

Força de Trabalho em Saúde

[Conselho Internacional de Enfermeiros](#)⁷⁰ (*International Council of Nurses-ICN*), divulgou o memorando de entendimento sobre as prioridades da força de trabalho em saúde, assinado pela OMS e membros da World Health Professions Alliance. A cerimônia foi um evento histórico, reunindo as cinco organizações globais que representam os dentistas, farmacêuticos, enfermeiros, fisioterapeutas e médicos do mundo com a OMS, para aprimorar sua colaboração conjunta na proteção e investimento na força de trabalho de saúde, para fornecer cuidados seguros, de qualidade e equitativos em todas as dimensões do trabalho.

O [Conselho Internacional de Enfermeiros](#) (ICN) declarou apoio ao novo programa de treinamento da OMS para melhorar a saúde mental, recuperação e inclusão na comunidade. O curso, disponível em 11 idiomas, abrange uma ampla gama de questões, incluindo cuidar da

⁶⁹ <https://dndi.org/>

⁷⁰ <https://www.icn.ch/>

própria saúde mental, apoiar amigos, familiares e colegas com sua saúde mental e combater o estigma, a discriminação, o abuso e a coerção nos serviços de saúde mental. Enfermeiros e estudantes de enfermagem que concluírem todo o curso receberão 24 Créditos Internacionais de Educação Continuada em Enfermagem (ICNECs), reconhecendo a conclusão de 24 horas de estudo de desenvolvimento profissional contínuo. O treinamento eletrônico QualityRights da OMS está disponível gratuitamente [aqui](#).

Organizações da sociedade civil de interesse privado

Intersecções com a Crise Climática

[Greenpeace Brasil reafirma seu compromisso em defender o desmatamento zero](#) assim como o Presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva em seu discurso de vitória. Eles ressaltam que esse conceito deve ser utilizado por todas as entidades, países e pessoas que querem o fim dos crimes ambientais e uma solução para a catástrofe climática.

[Greenpeace denuncia que a JBS e Minerva](#), duas grandes produtoras de carne bovina, compraram animais de origem criminosa, em que os responsáveis estão presos por crimes como escravidão e desflorestamento ilegal da Amazonia. Ainda que essas empresas tenham assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) no Ministério Público Federal, aderindo aos “Critérios Mínimos para operações com gado e produtos bovinos em escala industrial no bioma Amazônia”, elas continuam negociando com agentes criminosos.

Através de três vídeos curtos, a Fundação Gates divulgou seus trabalhos e parcerias na área de Pesquisa e Desenvolvimento. [O primeiro](#) se trata de um projeto de satélites para a África Subsaariana para prever condições climáticas adversas, com finalidade de repassar as informações encontradas aos fazendeiros da região. [O segundo](#) se trata de um aplicativo de celular voltado a diagnosticar doenças em plantas, a finalidade seria ajudar pequenas fazendas a cuidar melhor de suas plantações. [O terceiro](#) se trata da criação de uma startup africana que prestará serviço especializado de seguro para as fazendas dessa região. Todas as inovações prometidas vêm com os dizeres “A mudança climática está mudando a maneira como os agricultores cultivam alimentos. Eles precisam de novas ferramentas para sobreviver”.

[A Fundação Bill & Melinda Gates ecoou os apelos dos líderes africanos](#) para que os países aumentem rapidamente o financiamento para a adaptação climática e prometeu investir US\$ 1,4 bilhão para ajudar os pequenos agricultores a lidar com os impactos imediatos e de longo prazo das mudanças climáticas.

[A Gates Foundation publicou uma matéria jornalística sobre as mulheres fazendeiras e suas adaptações à crise climática global](#). Uma iniciativa da Fundação em conjunto ao Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola visa melhorar a vida de mais de 20 milhões de pessoas rurais em 20 nações até 2030. Trata-se de um projeto que utiliza recortes de gênero e socioambiental para distribuição de fundos de adaptação às mudanças climáticas.

Agrotóxicos

[Greenpeace alerta que só no primeiro semestre deste ano](#), mais de 5,6 mil famílias foram vítimas por contaminação de agrotóxicos. Além dos danos à saúde, o uso de veneno causa prejuízos ambientais e econômicos.

[Greenpeace alerta para pacotes de projetos que estão sendo viabilizados no fim do governo Bolsonaro nas Câmaras Legislativas](#). A ONG considera urgente que a sociedade se

mobilize para frear essas novas leis que permitam a volta da exploração da mata Atlântica e um aprofundamento da exploração dos outros biomas brasileiros. [Ainda, o Pacote do Veneno também está em vias de ser aprovado](#). Este torna o registro mais fácil e o banimento mais difícil, exclui das decisões tanto o Ibama quanto a Anvisa, além de mudar a nomeação desses produtos de Agrotóxico para Pesticida, evitando a estigmatização que o nome anterior carrega.

Vacinas

GAVI⁷¹ realiza um curso para apoiar a [fabricação sustentável de vacinas](#) na África. Com este objetivo, publicou um [plano de 10 pontos](#) para delinear as principais prioridades para alcançar a visão da União Africana (UA) de expandir de forma sustentável a capacidade de fabricação de vacinas em toda a África até 2040. O plano é uma resposta ao apelo da UA à ação para Gavi e outras partes interessadas para apoiar concretamente a segurança do abastecimento no continente.

Surto do Ebola

A Gavi e outras agências globais de saúde traçam planos para apoiar a resposta liderada pelo governo de Uganda ao [surto da doença do vírus Ebola](#). Após a declaração de um surto de Ebola em Uganda em 20 de setembro de 2022, o surto agora se espalhou para sete distritos (distritos de Kasanda, Kyegegwa, Bunyangabu e Kagadi além do epicentro original no distrito de Mubende e depois para a cidade de Kampala e Wakiso). A resposta liderada pelo governo ativou o Sistema de Gerenciamento de Incidentes para controlar o surto. Em apoio aos esforços liderados pelo Ministério da Saúde, o CEPI, a Gavi e a OMS delinearão um plano para acelerar a pesquisa durante o surto, garantir o acesso a doses experimentais e facilitar a ampliação e o acesso a qualquer vacina licenciada subsequente.

Doenças infecciosas

[A Fundação Gates divulga relatório de 2022 sobre pneumonia e diarreia da International Vaccine Access Center at BSPH](#). Neste estudo ficou-se constatado que a pneumonia mata atualmente cerca de 740.000 crianças por ano. A Gates Foundation argumenta que esses dados explicitam a necessidade de aumentar o acesso a vacinas que protejam dessa doença ainda mortal em diversas partes do mundo.

[A Fundação Gates faz um pequeno relatório sobre o vírus sincicial respiratório \(RSV\)](#). Este é a principal causa de morte por pneumonia em bebês nos primeiros seis meses de vida. Quando uma criança contrai RSV, o resultado depende muito de onde ela mora: mais de 95% das mortes por VSR ocorrem em países de baixa renda. A multinacional farmacêutica Pfizer anunciou recentemente uma vacina bivalente para o tratamento, que ainda está em fase final de produção e averiguação dos pares cientistas. É esperado que até 2024 as doses dessa vacina estejam disponíveis em países de baixa renda por um baixo preço.

A Federação Internacional sobre Envelhecimento(IFA)⁷² publicou declaração alusiva à passagem do [Dia Internacional da Pneumonia](#), celebrado em 12 de novembro. Nesta declaração, afirma-se que adultos com 70 anos ou mais têm a maior incidência de pneumonia globalmente e, no entanto, a maioria das pesquisas e intervenções visa a prevenção e o tratamento da

⁷¹ <https://www.gavi.org/>

⁷² <https://ifa.ngo/>

pneumonia em crianças menores de cinco anos. Ressalta que os avanços alcançados na prevenção de pneumonia em crianças podem ser estendidos aos idosos.

Saúde mental

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) está conduzindo uma pesquisa sobre as percepções do público sobre a [saúde do cérebro e o declínio cognitivo](#), tendo em conta que a prevenção e o tratamento do declínio cognitivo em nossa comunidade são cruciais para apoiar os indivíduos com declínio cognitivo e seus cuidadores. Essa pesquisa faz parte de um esforço para combater o preconceito de idade e o estigma relativo a pessoas com declínio cognitivo.

Doenças crônico-degenerativas

A associação mundial dos médicos de família (WONCA)⁷³ manifestou na passagem do Dia Internacional do Diabetes, em 14 de novembro, convidando o público a se juntar ao Movimento de Jovens Médicos do Sul da Ásia, participando de um [webinar sobre acesso ao cuidado da diabetes](#).

International Federation of Medical Students' Associations (IFMSA)[4]

Saúde digital

A International Federation of Medical Students' Associations(IFMSA)⁷⁴ publicou um posicionamento sobre [saúde digital e força de trabalho em saúde](#). Nesta publicação, afirma que para garantir que todos se beneficiem das transformações digitais da saúde e dos cuidados de saúde, há uma necessidade urgente de orientar as prioridades de saúde digital para o estabelecimento de uma forte força de trabalho em saúde, levando em consideração o papel crítico que os jovens desempenham.

Eventos

●A [Reunião Anual](#) da American Society of Tropical Medicine and Hygiene - ASTMH foi realizada de 30 de outubro a 03 de novembro, em Seattle – EUA. A pandemia de Covid-19 e a epidemia de Monkeypox estiveram no centro das discussões. O palestrante principal, nas palavras do próprio presidente e demais organizadores do evento, foi o Professor Dr. Maurício L. Barreto, professor emérito da Universidade Federal da Bahia no Brasil e pesquisador Sênior da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). O Dr. Daniel G. Bausch proferiu o Discurso do Presidente, “Pobreza, Desigualdades, Justiça Social e Saúde: Notas do Brasil”. A Saúde Global, em suas múltiplas interfaces, foi objeto de vários simpósios e sessões científicas, sendo 04 com os seguintes temas: Segurança da Saúde Global e COVID-19; Líderes de Saúde Global em análise e modelagem: uma nova geração de modeladores em países de baixa e média renda; Saúde Global e Planetária; e, Saúde Global: Doenças Tropicais Negligenciadas e Não Transmissíveis. Os simpósios versaram sobre os temas: Democratização e Descolonização da Medicina Tropical e Saúde Global; Resiliência do Sistema de Saúde: Lições das Pandemias e Mudanças Climática; O Papel das Mulheres nos Avanços da Saúde Global; e Capacitação em Vigilância Genômica para a Saúde Global. Nesta edição da reunião anual houve o retorno da Pitch Competition de inovações populares que apresentou cinco finalistas propondo soluções inovadoras para a saúde global e compartilhamento equitativo de conhecimento. Outros destaques foram o Simpósio de

⁷³ <https://www.globalfamilydoctor.com/>

⁷⁴ <https://ifmsa.org/>

Erradicação da Malária, quando o Dr Alan J. Magill analisou alguns dos desafios enfrentados no processo de eliminação da doença, além de conteúdo de ponta sobre protozoários e infecções virais.

- Representantes de todo o mundo participaram da [Conferência Trienal da InterAcademy Partnership \(IAP\) e do Encontro Mundial de Jovens Acadêmicos](#) que ocorreu de 1 a 3 de novembro de 2022, online, e na Biosfera da Universidade do Arizona 2. O evento Excelência Inclusiva: Aproveitando o Conhecimento para Sociedades Sustentáveis levantou discussões sobre o rol da pesquisa para acionar mudanças globais e sobre como os processos e estruturas da pesquisa silenciam sistemas de conhecimento e vozes valiosas.

- A InterAcademy Partnership⁷⁵ informou que estão [presentes na COP27](#). A organização contribuiu para a realização do evento “Parcerias além do setor de saúde para acelerar a absorção do conhecimento científico”. O objetivo do evento foi fortalecer a compreensão entre e dentro dos setores sobre a necessidade da colaboração e parcerias além do setor de saúde; destacou-se também a importância da ação nas mudanças climáticas para os benefícios da saúde e bem-estar humanos. O [vídeo](#) do evento já está disponível.

- Em 14 de novembro de 2022, por iniciativa do Comitê de Mudanças Climáticas e Saúde Pública da IANPHI, a IANPHI realizou um webinar sobre [Desenvolvimento de Indicadores para Impulsionar Ações Relevantes sobre Mudanças Climáticas e Saúde](#). A sessão ocorreu um ano após o lançamento do Roteiro da IANPHI para Ação em Saúde e Mudanças Climáticas na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP26) em Glasgow, Escócia.

- A World Federation of occupational Therapist (WFOT)⁷⁶ divulgou o [OT Mental Health Fórum 2022](#), que será realizado no dia 25 de novembro em Sydney, com o tema “Visão para o Futuro”, considerando que nos últimos dois anos foram de grandes desafios relacionados ao COVID-19, os quais forçaram a adaptação e inovação dentro da profissão em toda a diversidade de contextos de prática de saúde mental.

- No dia 30 de novembro a IANPHI⁷⁷ organizará um evento intitulado [“Resposta Epidemiológica de Campo à Crise Climática e de Saúde: Enchentes”](#). Especialistas do Paquistão e do Brasil discutirão os impactos das inundações na saúde, apresentando o Programa de Treinamento em Laboratório e Epidemiologia de Campo do Paquistão (FELTP) e do FETP do Brasil.

- A [Federação Internacional dos Hospitais](#), em conjunto com o Conselho Internacional de Enfermeiros, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e a Associação Médica Mundial realizará um webinar “Proteger os cuidados de saúde da violência-um diálogo global para troca de boas práticas entre pares”, no dia 1º de dezembro às 13:00 CET. Inscrição e envio de perguntas aos palestrantes: <https://bit.ly/3DhPjS6>

- [World Federation for Mental Health \(WFMH\) divulga o Congresso que realizará em conjunto com a Associação Mundial de Psiquiatria Social \(WASP\)](#). Este evento ocorrerá em janeiro de 2023 de forma presencial em Londres como também virtual, trabalhando sob a temática “Recovery from mental illness: Challenges and solutions from across the globe”.

⁷⁵ <https://www.interacademies.org/>

⁷⁶ <https://www.wfot.org/>

⁷⁷ <https://www.ianphi.org/>

●O membro do Consortium of Universities for Global Health (CUGH), Stellenbosch University, liderou a conferência global de saúde liderada pela África no mês passado. O evento reuniu especialistas de toda a África e de todo o mundo para mostrar seu trabalho em uma ampla gama de questões contemporâneas. Experiências vividas e inovações do continente foram compartilhadas.

Conclusão

A crise climática continuou a ser destacada nessa quinzena, um importante desafio para a saúde global, sendo que as repercussões já estão impactando as populações mais vulneráveis e as ações que serão tomadas nos próximos anos vão determinar se o mundo vai chegar ou não ao ponto de não retorno. As OSC exigem que os principais responsáveis pela crise climática devem tomar ações claras e não ficar apenas em promessas. A COP27 foi fundamental para levantar essas preocupações e determinar as futuras ações, além de que se manifestou a expectativa das ações que o Brasil tomará frente à crise climática como o novo governo.

A COVID-19 ainda precisa do compromisso de pesquisadores que estudam a Covid longa e o desenvolvimento de vacinas; a respeito da desigualdade no acesso das vacinas. As OSC denunciam que nada mudou por parte da indústria que manteve o monopólio da vacina contra a varíola do macaco, deixando de lado as lições aprendidas durante a COVID-19.

Doenças negligenciadas foram mencionadas novamente, assim como outras doenças infecciosas que precisam de atenção. Interseções dos temas apresentados com a crise climática e a perspectiva de gênero também foram levantados, assim como os cuidados da saúde mental dos profissionais de saúde que vem sendo uma temática de discussão relevante que repercute na saúde das populações.

A sociedade civil global em defesa dos serviços e bens públicos em saúde e a centralidade dos conflitos laborais

**Armando De Negri Filho
Rafaela Venturella De Negri**

Em informe do mês de agosto de 2022, tínhamos destacado a crise dos sistemas de saúde europeus e sua expressão principalmente no âmbito laboral, como expressão direta da fragilização dos sistemas públicos e a forte ascensão dos serviços privados.

Em vários outros informes destacamos o avanço insidioso das “alianças público-privadas”, do “filantrocapitalismo” e do “multistakeholderismo” como expressão da perda dos limites entre interesses públicos e privados e a naturalização dos conflitos de interesse, conduzindo a uma privatização da esfera pública em saúde, tudo isto em um ambiente de restrições do financiamento público (por endividamento dos estados e redução drástica dos espaços fiscais – políticas de austeridade) e crescente dependência de fundos privados.

Da sociedade civil de interesse público surgem ou persistem inúmeras formas de resistência a este estado de coisas.

Destacamos a Conferência “Nosso futuro é público”, a realizar-se em Santiago de Chile, de 29.11 a 02.12.22, culminando um longo processo de mobilizações e formulação do Manifesto - “O futuro é público: um manifesto global em favor dos serviços públicos”. Uma iniciativa potente que integra importantes organizações sindicais e de base social e acadêmica do Mundo. Onde sinalizamos também uma interessante reflexão sobre o acesso social à moradia como bem público.

Igualmente cabe destacar o novo estudo patrocinado pelo “Geneva Global Health Hub – G2H2”, sobre “Justiça Financeira para Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias”, destacando o imperativo de enfrentar as barreiras econômicas e financeiras impostas pelos grupos dominantes, mediante a naturalização das políticas de austeridade fiscal como única forma de enfrentar a crise econômica, mas sacrificando de forma igualmente natural a condição de vida das populações e suas expectativas de vidas. Reivindicar a materialidade do direito à saúde passa ser crucial e a forma para alcançá-la passa pela transformação do sistema econômico e a submissão do capital financeiro aos interesses da sociedade.

Sobre os conflitos laborais no centro da defesa dos interesses públicos, relatamos as lutas em curso na Argentina, na Espanha, na Sérvia e no Reino Unido como exemplos de resistência e construção de alternativas públicas. De igual maneira destacamos os esforços da OMS na proteção das trabalhadoras e dos trabalhadores da saúde.

Igualmente sublinhamos as denúncias sobre os efeitos das desigualdades injustas no balanço da mortalidade mundial por Covid19 e a “invisibilização” da varíola símia quando se trata de proteger as populações do Sul Global.

A seguir os extratos das notícias e documentos destacados:

1. “Nosso futuro é público”. [Nuestro futuro es público - Inicio \(eventdrive.com\)](https://eventdrive.com)

A Conferência “Nosso futuro é público” #OFiP2022, reunirá movimentos sociais e organizações da sociedade civil de todo o mundo em Santiago do Chile, de 29 a 02 de dezembro de 2022, com o objetivo de desenvolver estratégias e narrativas para fortalecer os serviços públicos para a realização dos direitos econômicos, sociais e culturais e abordar os efeitos das

alterações climáticas. Os dois primeiros dias serão dedicados a reuniões setoriais sobre saúde, educação, agricultura, justiça econômica e proteção social, energia, sistemas alimentares, habitação, transportes, resíduos e água; enquanto os últimos dois dias reunirão todos os movimentos e organizações que participam da conferência para uma discussão coletiva sobre questões transversais, incluindo a emergência climática, a igualdade de gênero, a justiça econômica e fiscal e a propriedade democrática.

A Conferência tem como substrato um processo de vários eventos preparatórios continentais que produziram um manifesto global.

2. O futuro é público: um manifesto global em favor dos serviços públicos.

[O-futuro-e-public-um-manifesto-global-em-favor-dos-servicos-publicos.pdf](https://futureispublic.org/O-futuro-e-public-um-manifesto-global-em-favor-dos-servicos-publicos.pdf)
(futureispublic.org)

Seção I. O quê: os serviços públicos que desejamos.

1. Serviços públicos universais e de qualidade são a fundação de uma sociedade justa. Eles constituem um pacto social que implementa os valores-chave de solidariedade, igualdade e dignidade humana. Também são uma maneira eficaz de agregar recursos que podem ser usados para enfrentar desafios coletivos e fazer frente a necessidades comuns. Os serviços públicos viabilizam os direitos humanos e satisfazem necessidades comuns. Além disso, como são definidos socialmente, seu escopo pode aumentar com o tempo.

2. O conceito de serviços públicos é construído histórica e socialmente. A sociedade define o que são e decide como organizá-los, como custear sua produção e prestação, e como exercer o controle público e democrático sobre sua operação. Por serem definidos social e politicamente, e não apenas de maneira técnica, o escopo dos serviços públicos pode variar e mudar dependendo da época, do lugar e da sociedade.

3. Os serviços públicos abrangem uma gama de serviços vitais e necessários para que vivamos uma vida digna, como educação, energia, alimentação, serviços de saúde e de cuidados, moradia, segurança social, telecomunicações, transporte, coleta e gestão do lixo e tratamento de água e esgotos. São reconhecidos como direitos humanos ou estão profundamente relacionados a seu usufruto. O acesso equitativo a estes serviços é essencial para a redução das desigualdades e para se alcançar a justiça social. Um exemplo da grande variedade destes serviços é a categorização feita pela Classificação das Funções de Governo da Organização das Nações Unidas.¹ Os serviços públicos são de propriedade do povo e para o povo

4. Os serviços públicos são definidos e desenvolvidos de maneira coletiva e democrática para produzir e prover bens públicos, comuns e coletivos, tornar efetivos os direitos humanos individuais e coletivos, permitir uma vida digna, permitir que as sociedades sejam justas e inclusivas do ponto de vista social e proteger os bens comuns, incluindo o meio-ambiente e a sustentabilidade do planeta.

5. Os serviços públicos são um compromisso social coletivo e o Estado e/ou outras autoridades públicas são os maiores responsáveis e têm obrigações para com eles. Podem ser organizados e prestados de diversas maneiras, seja pelos governos locais, regionais ou centrais, por uma mistura de competências ou por um organismo público, o qual é controlado de forma democrática e pública e conta com o reconhecimento e a confiança do povo. Serviços públicos universais e de qualidade são estruturados e financiados para satisfazer às necessidades individuais e coletivas, reduzir desigualdades e proteger a dignidade de todos.

6. Os serviços públicos constituem um agrupamento comum de recursos por todos os membros de uma sociedade, de maneira justa e segundo sua capacidade e habilidade de pagamento, com vistas a satisfazer as necessidades e concretizar os direitos de todos. Não são benevolência ou caridade, mas um sistema público coletivo de redistribuição, redução de diversas iniquidades e processos de exclusão social, extensão de solidariedade e garantia de que os Estados cumprirão suas obrigações relativas aos direitos humanos.

7. Há uma percepção errônea a respeito dos serviços públicos que é promovida e em parte constitutiva de uma narrativa neoliberal fomentada por interesses privados poderosos. Na prática, estes serviços nem sempre foram desenvolvidos e administrados como verdadeiros serviços públicos. Ao contrário, muitas vezes servem aos interesses dos ricos e poderosos em vez dos interesses do público, contribuindo desta forma para a opressão e exclusão de alguns grupos. Rejeitamos essas práticas, que refletem a privatização do que é público em benefício de indivíduos, empresas ou grupos específicos.

8. Os serviços públicos de qualidade devem respeitar os seguintes princípios: 1) Universalidade e acessibilidade para todos. Este princípio inclui a acessibilidade tanto econômica quanto física. Todos devem ter acesso a serviços que lhes permitam viver com dignidade e fazer valer seus direitos, independentemente de status social ou econômico ou localização geográfica. Os serviços devem estar acessíveis a todos, independentemente de renda, e devem estar localizados o mais próximo possível dos usuários. Alguns deles, como a educação e serviços de saúde essenciais, deveriam ser gratuitos para todos os usuários no local onde são usados. 2) Participativos, transparentes, confiáveis e sujeitos à prestação de contas democrática. Todos os membros da comunidade ou sociedade devem poder participar do desenho, organização, governança, financiamento, prestação e monitoramento dos serviços públicos. São transparentes e há informações abrangentes a seu respeito disponíveis publicamente. Devem responder ao público e, desta forma, são fundados e incentivam a confiança e o respeito na sociedade. 3) Passíveis de melhoria e adaptáveis, adequados e transformadores para quem os utiliza. Evoluem, são ajustados às mudanças técnicas e às novas necessidades das pessoas, podendo ser expandidos para novas áreas. Adaptam-se a diferentes necessidades e não fazem discriminação. Respeitando o princípio de não regressão, melhoram qualitativamente com o tempo e não baixam o padrão, o que significa que não deve haver diminuição no alcance ou na qualidade dos serviços públicos. 4) Estabelecidos sobre uma fundação sólida de financiamento público de longo prazo. Este princípio reflete sua natureza como a concretização da função redistributiva do Estado e garante a continuidade da prestação dos serviços no longo prazo, com base principalmente na tributação progressiva. 5) Baseados na solidariedade. Devem apresentar ou conter mecanismos redistributivos baseados no princípio da solidariedade entre aqueles que possam contribuir para o sistema de maneira proporcional a suas posses e aqueles que não tenham como contribuir. 6) Comprometidos com a igualdade, incluindo a de gênero, e com a justiça social. Este princípio se aplica a todos os níveis de organização, gerenciamento e operações. Os serviços públicos universais de qualidade devem reconhecer e desafiar ativamente os desequilíbrios de poder, a discriminação estrutural e sistêmica e os sistemas de opressão, o que inclui um compromisso com a promoção da igualdade, incluindo a de gênero, em sua organização, liderança, gerenciamento e prestação. 7) Consciência ambiental e ecológica. Trabalham para cuidar das pessoas e do planeta e contribuem para a construção de um futuro mais sustentável. Todos os aspectos de seu gerenciamento, incluindo os mecanismos de governança, a estrutura de custos e a organização de suas operações, contribuem de forma decisiva para a solução da crise ecológica. Têm uma perspectiva de longo prazo, colocando o interesse das gerações presente e futuras no centro do

processo decisório e incorporando preocupações sociais, culturais e ecológicas mais amplas. 8) Proximidade. Serviços públicos universais de qualidade são acessíveis localmente e são gerenciados, prestados e monitorados no ponto de uso mais próximo do usuário, financiados com recursos de todos os níveis governamentais relevantes, nos níveis local, regional, nacional e internacional, conforme apropriados, e baseados em uma distribuição de recursos justa e eficaz. Estão disponíveis quando e onde forem necessários para realmente efetivar na prática o acesso universal. 9) Justos, garantidos e seguros para quem os usa e para aqueles que os prestam. Os trabalhadores se sentem física e mentalmente seguros no trabalho ou no trajeto entre a casa e o trabalho. Os serviços públicos universais de qualidade devem valorizar as pessoas que trabalham para eles assim como aquelas que os utilizam, inclusive ao oferecer empregos, salários e condições de trabalho dignas. Devem ser dotados de pessoal e financiados em quantidade apropriada para assegurar a prestação de um serviço de qualidade a todos. 10) Protegidos da economia de mercado, comercialização e financialização. Os serviços públicos universais e de qualidade são acessíveis como um direito de todos para que possam atender às necessidades da vida, não como produtos e serviços comerciais transformados em commodities para serem consumidos. As decisões sobre os serviços públicos não são tomadas com base na realização de lucros, mas são integralmente guiadas pela efetivação da dignidade humana e satisfação de necessidades coletivas. 3

Seção II. Por quê: serviços públicos são importantes A construção da sociedade justa que desejamos

9. O acesso universal a serviços públicos de qualidade, sem qualquer marginalização, discriminação ou exclusão, é fundamental para a efetivação dos direitos humanos e a satisfação das necessidades da vida. Eles melhoram a qualidade de vida para todos, fortalecem nossas comunidades e nos unem em sociedade. Ao garantir serviços essenciais para todos, eles permitem uma vida digna, garantem a inclusão socioeconômica e promovem a afirmação dos direitos.

10. Os serviços públicos são uma expressão da democracia e personificam o compromisso social coletivo de solucionar os desafios econômicos, sociais e ecológicos atuais. São também exemplos de trabalho significativo, oferecendo oportunidades para que todos participem do projeto coletivo de construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

11. Serviços públicos universais de qualidade têm papel central na redistribuição da carga do trabalho doméstico e da prestação de cuidados não remunerada, que, devido a normas sociais e barreiras estruturais, é carregada de maneira desproporcional pelas mulheres. São ferramentas essenciais no esforço de concretização da verdadeira igualdade de gênero e da transição para uma sociedade justa do ponto de vista de gênero. Reação às crises mundiais: desigualdade e colapso ecológico

12. Os serviços públicos são fundamentais para a resposta às múltiplas desigualdades e outras crises que nos afetam e que, com frequência, se sobrepõem. Usando o financiamento progressivo para fornecer igualmente tudo aquilo que só estaria disponível para quem consegue pagar, eles podem corrigir uma distribuição de renda e riqueza distorcida e lançar as fundações de uma sociedade mais justa, na qual riqueza e poder sejam distribuídos de forma íntegra.

13. Serviços públicos universais de qualidade são fundamentais para se alcançar uma igualdade inclusiva entre grupos, ajudando a reequilibrar relações de poder que são assimétricas, injustas e muitas vezes sobrepostas, incluindo as que se baseiam em raça, gênero,

etnia, casta, deficiência, idade, orientação sexual, classe e qualquer outra forma de discriminação. Por exemplo, ao transformarmos a prestação de cuidados em uma responsabilidade social coletiva, ajudamos na promoção da igualdade de gênero.

14. Os serviços públicos têm a capacidade de gerenciar e proteger os recursos naturais para as gerações futuras, e por isso são decisivos para qualquer resposta às atuais crises climáticas e ecológicas, sempre respeitando a dignidade das pessoas. Mesmo que os Estados tenham que implementar políticas públicas e regulamentos vigorosos para responder à crise ecológica, é preciso que cuidem para que o acesso aos serviços públicos não seja prejudicado. Os serviços públicos deveriam estar no centro da transição para construir comunidades resistentes aos impactos climáticos e à degradação ambiental. Ao garantir a proteção coletiva do meio ambiente e a governança sustentável, são componentes essenciais para se obter a paz e a justiça intergeracional. Serviços públicos universais de qualidade são fundamentais para fomentar a resiliência e inclusividade em nossas sociedades e garantir que tenham a capacidade de responder com dignidade às tensões que surgirão por causa das mudanças sociais e físicas advindas da crise ecológica. 4 Seção III. Como: é possível financiar serviços públicos universais de qualidade Espaço fiscal e de políticas públicas para financiar serviços públicos de qualidade

15. A mobilização doméstica de recursos públicos é essencial para que os Estados financiem serviços públicos universais de qualidade. No entanto, no caso de vários países, os esforços de mobilização de recursos são prejudicados por problemas sistêmicos e internacionais, como acordos de comércio injustos, dívidas ilegítimas ou insustentáveis, abuso do sistema tributário por corporações multinacionais, paraísos fiscais, condições em empréstimos e aconselhamento coercitivo que levam a medidas de austeridade e a falta de mecanismos de tomada de decisão democráticos e inclusivos na governança econômica e fiscal internacional.

16. A tributação equitativa e progressiva é a fonte mais confiável e sustentável para o financiamento dos serviços públicos, ajudando também a fortalecer o contrato social entre o governo e a população. A tributação progressiva de capital, empresas com fins lucrativos, riqueza, ativos, propriedade e mão de obra deve ser a fonte primária de financiamento dos serviços públicos de qualidade. É importante reduzir a carga tributária injusta que recai sobre as mulheres e implementar um sistema tributário progressivo e redistributivo que não sofra de um viés de gênero implícito ou explícito (incluindo novas formas de tributação da riqueza, dos lucros corporativos e da propriedade ou ativos), para que possamos assegurar o financiamento adequado de serviços públicos transformadores com respeito a questões de gênero. Um sistema de cobrança de impostos eficaz e confiável, que seja financiado e dotado de funcionários em níveis adequados, é um pré-requisito para se garantir o financiamento sustentável. A transparência tributária é necessária para recuperar os bilhões que fluem para as contas bancárias offshore, devendo este dinheiro ser usado na reconstrução dos serviços públicos.

17. O cancelamento da dívida soberana é uma ferramenta que também deve ser usada para financiar serviços públicos, já que o ônus da dívida e as obrigações de pagamento insustentáveis e ilegítimas geralmente fazem com que recursos financeiros públicos vitais sejam alocados para o pagamento da dívida em detrimento do financiamento de serviços públicos domésticos. Um novo mecanismo de renegociação da dívida externa que seja justo e transparente é essencial no apoio aos serviços públicos universais de qualidade.

18. Os governos devem se esforçar ao máximo para financiá-los, usando todos os meios adequados à sua disposição: a expansão da base de receitas, transferências

intergovernamentais adequadas para o financiamento das atribuições de prestação de serviços públicos, eliminação de fluxos financeiros ilícitos, corrupção e abusos tributários por parte de corporações multinacionais e indivíduos extremamente ricos, além do desenvolvimento e adoção de um arcabouço macroeconômico flexível. A priorização de dotações orçamentárias e a realocação de despesas públicas em favor do financiamento de serviços públicos, para que atinjam ao menos aos padrões internacionais mínimos, é em muitos casos uma das ações importantes que muitos governos podem tomar de imediato. O financiamento público é uma obrigação do Estado para garantir o acesso universal a serviços públicos de qualidade

19. Os Estados devem garantir a prestação de serviços públicos universais de qualidade que concretizem os direitos humanos. Isto deve ser feito por meio de mecanismos de financiamento previsíveis, responsáveis e sustentáveis. Há uma conexão direta entre a confiabilidade e adequação do financiamento dos serviços públicos e a sua qualidade, equidade e acessibilidade.

20. Onde existam, as uniões supranacionais de Estados devem se comprometer a apoiar o desenvolvimento de serviços públicos universais de qualidade com ações e dotações orçamentárias.

21. Recursos públicos coletados de maneira justa e progressiva e (re)distribuídos são indispensáveis para o financiamento dos serviços públicos, já que esta é a única maneira de garantir que todos tenham acesso a serviços de qualidade, independentemente de sua capacidade de pagamento. 5 Financiamento público com controle público e democrático

22. Os serviços públicos não devem ser relegados ao mercado ou sujeitos a políticas de austeridade. Ao contrário de uma commodity, seu valor é determinado pelo papel que desempenham na concretização da dignidade que é inerente às pessoas e não pela sua posição de mercado ou possibilidade de lucro. Por isso, para que atendam às necessidades comuns de todos, precisam ser controlados pública e democraticamente e usufruir de formas coletivas de financiamento.

23. A filantropia e o financiadores privados são cada vez mais importantes para o financiamento dos serviços públicos. Ambos podem contribuir para seu financiamento em contextos específicos, mas devem ter um papel subsidiário ao das receitas tributárias e devem ser usados com cuidado para não criar ou ampliar dinâmicas de poder que beneficiem aos mais ricos e prejudiquem o processo decisório, o controle e a prestação de contas democráticos.

24. Os governos devem permitir que a sociedade civil tenha uma participação significativa nos debates e nos processos decisórios orçamentários através de mecanismos participativos e transformadores com relação ao gênero, e especialmente pelo maior acesso à informação. Cooperação internacional que permita a mobilização doméstica de recursos

25. É necessário aumentar a cooperação internacional em matéria fiscal, especialmente para que os países doadores cumpram suas obrigações extraterritoriais, de maneira a assegurar a igualdade de direitos de tributação entre os Estados e eliminar todas as formas de abuso tributário pelas corporações multinacionais e pelos super-ricos, que afetam especialmente os países em desenvolvimento. Os Estados devem evitar uma corrida global para a implementação do menor denominador comum na tributação de empresas, o que limita o investimento em serviços públicos.

26. Os Estados doadores devem aumentar a quantidade e a qualidade da ajuda oficial ao desenvolvimento destinada aos serviços públicos universais de qualidade. Esse processo deve respeitar a autonomia nacional, ser previsível, transparente, harmonizado às prioridades nacionais e em linha com as obrigações legais e os compromissos assumidos internacionalmente. Deve também ser feito pelo apoio direto à despesa pública dos países através de apoio orçamentário, e não por meio de projetos definidos pelos doadores e pelo incentivo ao uso de recursos públicos na alavancagem de financiamentos privados. No longo prazo, os países precisam ter a capacidade de mobilizar recursos domésticos suficientes para assegurar o financiamento confiável e resiliente dos sistemas de serviços públicos de que necessitam para atender às necessidades da população. As parcerias público-privadas estão prejudicando os serviços públicos

27. Os mecanismos promovidos como soluções para o financiamento limitado de serviços públicos, como o financiamento misto e as parcerias público-privadas, são modelos financeiros caros, opacos, de curto prazo e pouco confiáveis que escapam dos mecanismos democráticos de transparência e prestação de contas, geram obrigações para o erário público, podem erodir o controle público e democrático e não geram os recursos necessários para o financiamento dos serviços públicos. Valorização e remuneração dos servidores públicos

28. O valor dos servidores públicos precisa ser reconhecido e remunerado da maneira adequada. Os Estados devem garantir condições justas e favoráveis de trabalho, incluindo condições de trabalho seguras e sadias, horário de trabalho razoável e férias remuneradas anuais. Os funcionários do setor público devem ter acesso a seguridade social e sua remuneração deve ser justa, permitindo que vivam decentemente com suas famílias. Deve-se garantir que trabalhos de igual valor recebam a mesma remuneração e que não haja qualquer tipo de discriminação, sendo que o conceito de valor deve ser redefinido para reconhecer contribuições sociais e não a remuneração de mercado. As autoridades públicas não deveriam economizar nos custos dos serviços públicos usando mão de obra sem capacitação, barata ou não remunerada, como funcionários mal pagos. 6

Seção IV. Quem: assegurando o controle público e democrático Os Estados têm a obrigação de garantir a prestação de serviços públicos universais de qualidade

29. Segundo as normas de direitos humanos, o Estado tem a obrigação de garantir a prestação de serviços públicos universais de qualidade de acordo com os padrões de direitos humanos e os princípios descritos acima. Rumo a uma abordagem realmente pública e não comercial para os serviços públicos

30. Os serviços públicos são desenvolvidos, organizados, gerenciados e prestados publicamente, e não por atores de mercado. Os órgãos públicos têm capacidade para considerar perspectivas de longo prazo, além de estar sujeitos ao controle público e democrático, à prestação de contas e à participação do público.

31. Serviços públicos universais de qualidade podem ser organizados de várias maneiras, mas são sempre controlados, governados, custeados e prestados com vistas ao interesse público e de maneira transparente, participativa e democrática. Devem prestar contas ao público e se sujeitar ao controle público democrático e à avaliação contínua.

32. Atores de mercado, como empresas privadas com fins lucrativos e firmas privadas de investimento, encaram os serviços públicos como commodities a serem produzidas e vendidas, resultando na motivação para competir com outras instituições públicas e maximizar

os lucros. Eles seguem a lógica de mercado, que é incompatível com a natureza fundamental dos serviços públicos e a sua prestação como bens públicos, e um de seus objetivos ou incentivos principais é a proteção do interesse próprio. Em contraste, os serviços públicos de qualidade não geram lucro e qualquer superávit, conforme o caso, é reinvestido segundo o interesse público no próprio serviço ou em outro serviço público relacionado, de modo a melhorar sua qualidade e acesso, remunerar os trabalhadores com salários decentes, promover a capacitação e proteger o meio ambiente. Apoio a esforços comunitários.

33. A provisão comunitária, radicalmente diferente da provisão comercial em seus objetivos e atividades, geralmente tem papel fundamental na prestação de serviços necessários em muitas partes do mundo. Os governos e demais autoridades públicas podem trabalhar junto às comunidades locais e organizações de base comunitária, mantendo seu papel de regulação e supervisão na prestação e concretização de serviços públicos universais de qualidade, mas respeitando as contribuições comunitárias e garantindo que tenham acesso aos recursos de que necessitam para trabalhar. Manutenção do controle público e democrático sobre a digitalização, aquisição e gerenciamento de dados

34. A digitalização e a inteligência artificial estão mudando a maneira como os serviços públicos funcionam, tanto para os usuários quanto para aqueles que trabalham na sua prestação. As tecnologias digitais podem ter um papel positivo, sob algumas circunstâncias e com a regulação e supervisão adequadas. Quando usadas nos serviços públicos, devem contribuir para a melhoria do serviço e não aumentar a exclusão digital, a qual exacerba a discriminação de grupos e indivíduos marginalizados, ou aumentar os impactos ambientais negativos, especialmente em decorrência do armazenamento e transferência de dados. As tecnologias digitais devem ser sempre direcionadas e controladas pelo público e não deveriam se tornar um veículo ou gerar incentivos para a privatização de serviços ou a terceirização de elementos essenciais dos serviços públicos.

35. As tecnologias e ferramentas digitais devem ser usadas apenas nos casos em que melhorem a prestação dos serviços, em linha com o conteúdo deste manifesto, e mesmo assim devem estar sujeitas ao controle, regulação e supervisão públicos e democráticos, garantindo o gerenciamento democrático igualitário do conteúdo dos serviços e os direitos de privacidade e segurança relativos aos dados. Além disso, os Estados devem assegurar que a infraestrutura utilizada na coleta, armazenamento, processamento e uso dos dados, assim como na prestação do serviço, estejam sob controle público.

36. A aquisição e contratação dos bens e serviços necessários ao funcionamento dos serviços públicos deve ser transparente. Todos os dados públicos devem ser armazenados com segurança e responsabilidade e de modo a proteger a privacidade e os direitos humanos daqueles aos quais os dados sejam pertinentes. ”

3.Sair do mercado para ganhar moradias lindas para todas e todos, adequadas, seguras e sustentáveis para as carteiras e para a natureza. Enfrentando a exclusão social no âmbito da habitação. [Sair do mercado para ganhar moradias lindas para todas e todos, adequadas, seguras e sustentáveis para as carteiras e para a natureza](#)

A crise habitacional e global revelada pela pandemia da COVID 19 e agravada pelas guerras em curso deixou claro o fracasso das políticas neoliberais de privatização e financeirização do setor habitacional, implementadas pelas classes sociais dominantes, pela maioria dos governos, instituições financeiras e organismos supranacionais e internacionais.

Chegou o momento de construir conscientemente, também no setor de habitação, o objetivo estratégico alternativo para o qual organizações sociais, redes internacionais, universidades e governos progressistas querem contribuir cada um a partir de sua própria competência, reconhecendo-se em [O Futuro é Público: Manifesto Global para Serviços Públicos \(EN/ES/FR/PT/RU/SW/CR\)](#) e decidindo convergir na [Conferência Internacional Nosso futuro é público: das desigualdades globais à justiça social, econômica e climática \(Santiago do Chile, 29/11- 02/12/2022\)](#) para decidir esta mobilização comum.

Extração parasitária de lucros, a verdadeira face de "todos proprietários" para atacar o serviço público de habitação

"Todos somos proprietários" é o slogan usado para unificar uma base social popular, um mote para atacar a intervenção pública no setor habitacional que foi proeminente em muitos países, e ao mesmo tempo um legado de realizações socialistas e respostas concretas à crise habitacional após a Segunda Guerra Mundial.

As privatizações do serviço público de habitação, as tentativas de sua marginalização ao assistencialismo e sua transformação mercantil, os obstáculos ao seu desenvolvimento nos países colonizados e empobrecidos, os vetos à regulamentação e contenção dos preços imobiliários, tudo isso exalta a habitação como uma mercadoria especial da qual se pode extrair o lucro parasitário necessário para uma reprodução capitalista ilimitada. Isto contribuiu muito para o fracasso evidenciado pela injustiça das enormes concentrações de riqueza financeira, baseada em imóveis muitas vezes vagos, o impulso desenfreado para construções que destroem o meio ambiente e contribuem para a crise climática, a extensão do empobrecimento e da insegurança habitacional das classes baixa e média nos países colonizados e empobrecidos e dentro dos próprios países imperialistas.

Nenhum tratado internacional protege este direito ilimitado.

A moradia como um direito só pode existir se houver serviço público

A essência da moradia se baseia em seu valor de uso, portanto em um direito inalienável que também é protegido pela lei internacional de direitos humanos ratificada por quase todos os países.

Entretanto, este conceito fundador é desafiado pelas abordagens contraditórias dos diferentes setores do sistema da ONU. O Alto Comissariado para os Direitos Humanos e o Relator da ONU sobre o Direito à Moradia estão empenhados na defesa do direito à moradia, tanto em casos específicos como com análises e propostas políticas. Em contraste, a ONU Habitat, particularmente com a Nova Agenda Urbana produzida por Habitat III em 2016, afastou-se progressivamente da abordagem dos direitos humanos, baseando sua intervenção na parceria-público-privada funcional para o desenvolvimento ilimitado do setor urbano.

Portanto, a partir da Assembléia Mundial dxs Habitantes, estamos comprometidos com a implementação da [Agenda Solidária dxs Habitantes](#).

Apelo à convergência das mobilizações, à resistência e às políticas alternativas para o direito à moradia e à cidade.

Portanto, lançamos um Apelo à convergência de organizações populares e redes internacionais de habitantes, sindicatos dos trabalhadores e dos inquilinos, centros sociais, cooperativas, universidades, autoridades locais e governos progressistas comprometidos em

todos os continentes com a moradia como um direito, um bem comum inalienável e impenhorável, sobre o qual devemos nos basear para promover políticas alternativas ao fracasso do neoliberalismo.

As mobilizações contra os custos inacessíveis de moradia, contra os despejos, em particular as campanhas Despejos Zero, contra a privatização e pela re-municipalização, contra a especulação imobiliária, destacam as resistências necessárias para dar lugar a políticas habitacionais alternativas ao neoliberalismo.

A multiplicidade de políticas alternativas, articuladas em nível local, mostra a eficácia da intervenção pública na qual as instituições desempenham a função de promover o serviço público e social, seja diretamente, ou com a parceria-público-privada (não privada), ou com a regulação e contenção de preços.

Nosso futuro é público: uma agenda de transformação comum a partir de agora

O objetivo estratégico é tirar o setor habitacional do mercado para ganhar moradias lindas para todas e todos, pois são adequadas, seguras e economicamente sustentáveis, em assentamentos urbanos em harmonia com o campo e a natureza, e não predadores.

Esta meta converge com os objetivos das mobilizações para a defesa e desenvolvimento do serviço público de setores que promovem os direitos sociais que fazem parte do direito à cidade (água, energia, saúde, mobilidade, entre outros), de uma agenda de transformação que responde a quatro desafios intersetoriais: a emergência climática, a igualdade de gênero e o cuidado, a justiça econômica e a propriedade democrática dos serviços públicos.

É por isso que estamos engajados, juntamente com outras organizações sociais, sindicatos e redes, na preparação e participação da **Conferência Internacional Nosso Futuro é Público**, para construir a base de uma narrativa e mobilização comum para uma continuação das lutas transformacionais que se concentram na redistribuição da riqueza em favor dos serviços públicos.

Objetivos

Nossos objetivos são baseados na nota conceitual [Sair do mercado para ganhar moradias lindas para todas e todos, adequadas, seguras e sustentáveis para as carteiras e para a natureza](#):

- Envolver os líderes dos habitantes na articulação dos diferentes aspectos das atividades: sessões temáticas e intersetoriais, encontros e intercâmbios entre as diversas organizações de moradores e com as organizações e redes dos demais setores para dar continuidade à mobilização solidária para a defesa e o desenvolvimento do setor de habitação pública e dos demais setores vinculados ao direito à cidade.
- Incentivar o intercâmbio, a reflexão e a solidariedade internacional com as organizações de base que têm apoiado a introdução do direito à moradia na nova Constituição do Chile.

Divulgação das lições aprendidas, boas práticas e histórias de sucesso na operacionalização do direito ao desenvolvimento e do dever de cooperação através da elaboração e implementação de políticas. Construir até o evento do aniversário de 2023 e fortalecer o papel dos Estados e outras partes interessadas, o sistema das Nações Unidas e seus mecanismos de direitos humanos na operacionalização do direito ao desenvolvimento e reflexões para preparar o terreno para este evento de maneira que se reforce mutuamente.

4. "Justiça Financeira para Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias." <https://g2h2.org/posts/financialjustice-media/>

Dia 15 de novembro, a plataforma formada por mais de 40 organizações civis que lutam pela saúde pública global - Geneva Global Health Hub (G2H2) - publicou seu relatório 'Justiça Financeira para Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias', documento que visa a incidência no tratado pandêmico, documento que está sendo construído pela Organização Mundial da Saúde. O relatório da G2H2 articula pontos entre a necessidade de se ajustar a justiça financeira a fim de fortalecer e construir uma seguridade social em saúde e um sistema de saúde que não dependa ou ecoe para serviços privados ou privatizações, tornando direitos privilégios comercializados e monetizados; além disso é frisada a necessidade de entender que este não é um momento para medidas de austeridade: "O relatório também desmistifica a ideia de consolidação fiscal e comercialização de serviços de saúde, duas áreas de soluções de financiamento implementadas em todo o mundo, que falharam sistematicamente em trazer Saúde para Todos. Em 2021, cerca de 134 países começaram a reduzir os gastos governamentais com saúde e nada menos que 143 deverão implementar uma nova rodada de medidas de austeridade malignas até 2023. A austeridade ou a consolidação fiscal devem ser evitadas, acrescentou Isabel Ortiz, diretora do Programa de Justiça Social Global da Iniciativa de Joseph Stiglitz para o Diálogo de Políticas. "Todo o sofrimento humano causado pelos cortes de austeridade pode ser evitado. Existem alternativas mesmo nos países mais pobres, os governos podem aumentar seus orçamentos para garantir serviços públicos de qualidade e proteção social universal, buscando opções de financiamento como tributação mais justa, redução de dívidas e fluxos financeiros ilícitos". Na maioria dos casos, as medidas de austeridade como parte da consolidação fiscal levaram a uma deterioração maciça das condições de saúde de populações inteiras."

Sobre os conflitos laborais no centro da defesa dos interesses públicos

1. "A rápida transformação de essenciais para descartáveis"

<https://www.pagina12.com.ar/497436-el-veloz-pasaje-de-esenciales-a-descartables>

A publicação de 14 de novembro traz à luz a luta e a mobilização que a classe dos trabalhadores da saúde vem articulando na cidade de Buenos Aires durante os últimos dois meses. Uma avaliação sistêmica e estrutural é proposta, uma vez que, durante os dois anos de alta nos casos de COVID-19 a saúde e os trabalhadores da saúde foram considerados essenciais e sua presença foi valorizada ao extremo, porém, com o acesso à vacina e a baixa nos casos, o grupo foi novamente desvalorizado e se perdeu a chance de re-estruturação da saúde pública, seus trabalhadores e suas instituições; o problema estrutural desnuda uma realidade de baixos pisos salariais, falta crônica de leitos e profissionais o bastante para atender a todos e uma fuga massiva de profissionais para o setores privados, nos quais os salários são normalmente mais altos. Um futuro sem trabalhadores de saúde pública se anuncia: "A reivindicação, paralelamente, expõe as deficiências de uma estrutura de saúde colapsada, com vigilantes que não dão conta, pacientes que se acumulam como gado nos corredores e profissionais que começam a fugir para o setor privado, ou melhor, preferem se dedicar diretamente a outros áreas. Nesse ritmo, não há termômetro que aguente: chegará o momento em que ninguém vai querer se dedicar à saúde, mas o silêncio continua no governo de Buenos Aires."

2. Boletim nº 38: **Profissionais de saúde e pacientes exigem forte atenção primária à saúde.** People's Health Dispatch - Bulletin #38: Health workers and patients demand strong primary health care View in browser: <https://tinyurl.com/peopleshealthdisp38>

“Os cuidados de saúde primários de âmbito comunitário são de particular importância para alcançar a Saúde para Todos”. No entanto, quando se trata de implementar políticas de saúde e financiar sistemas de saúde, os cuidados primários de saúde são frequentemente ignorados.”, o boletim número 38 da organização internacional de mídia “People’s Health Dispatch” traz o paradoxo entre a construção de uma “Saúde para Todos - Health for All” - e a dificuldade de compreender e então construir e implementar políticas públicas na saúde comunitária como área essencial para garantia desse plano de acesso à saúde como uma norma pública. O Boletim 38 nos traz processos internacionais que estão atrás da garantia desses direitos e ações públicas, de Madri ao Reino Unido, a Sérvia, a elaboração de normas internacionais para a proteção de trabalhadores da saúde e a distribuição equitativa de vacinas contra o COVID-19 “

3. **Profissionais de saúde e população de Madri se unem na luta pela atenção primária à saúde.** <https://tinyurl.com/phd38madrid>

Desde o dia 13 de novembro, os trabalhadores da atenção primária / comunitária de saúde de Madri - apoiados em peso pela população que vem participando das marchas e atividades - vem organizando mobilizações contra a crescente deterioração da saúde e suas instituições. E a partir do dia 21, médicos de família e pediatras de nível primário entrarão em greve, ação que culmina 20 anos de problemas estruturais e um sistema de saúde colapsando que foi ainda mais testado durante o ápice da epidemia de COVID-19, tudo isso em meio a uma falta crônica de recursos. A região de Madri, uma das regiões mais ricas da Espanha, tem também um dos menores investimentos per capita em saúde. A desassistência da atenção primária comunitária contribui para hospitais superlotados que também estão sendo alvos de planos de privatização, o que agrava a falta de acesso à saúde para populações em situação de carência econômica: “Isso novamente coloca as comunidades rurais e pobres em maior risco. Pois são as comunidades que mais dependem do sistema público. Eles não podem ir para o setor privado. Sem investimento na saúde pública, em um momento em que também estão expostos aos efeitos do aumento do custo de vida e da alimentação, o que devem fazer se adoecerem?”

4. **Da otimização à descentralização da saúde: Um novo plano para reformar os cuidados de saúde na Sérvia deixa dúvidas sobre quanta otimização de direitos e acessibilidade de cuidados trará.** <https://tinyurl.com/phd38serbia>

A pandemia de COVID-19 foi dura com e para todos países, porém, os problemas enfrentados foram desiguais e ainda mais brutais em países com pouco ou quase nenhum fortalecimento na rede primária de saúde. A Sérvia, mesmo com seus planos de remodelamento do sistema de saúde baseados em centralização e distanciamento da população e despersonalização dos trabalhadores da saúde que seriam colocados em um esquema de plantões não fixos e sem escolha, enfrentou problemas gravíssimos que iluminam a coerência em depositar responsabilidades extremas num sistema sem designar para esse o orçamento e o investimento social necessários: “Ou seja, como já vimos tantas vezes em outros contextos, uma determinada entidade recebeu uma enorme responsabilidade, mas quase sem recursos e mecanismos para cumpri-la, levando assim a um resultado inadequado. Com isso, a entidade é declarada incapaz de administrar as funções que lhe foram confiadas, as quais lhe são retiradas. E, sério, quem não gostaria de fugir de tamanha responsabilidade e recursos limitados?”

5. Construir normas internacionais para proteger os profissionais de saúde: Uma mesa redonda de especialistas composta por profissionais de saúde e sindicalistas discutiu o papel das normas legais internacionais na proteção dos profissionais de saúde e se elas podem ser melhoradas por um novo instrumento da OMS. <https://tinyurl.com/phd38internationalhws>

A mesa composta por especialistas discutiu desdobramentos da pandemia e de novas infecções junto com a necessidade de envolver múltiplas organizações internacionais - OMS, OIT, AMS, e o ainda não oficializado Tratado Pandêmico da OMS e juntas locais e regionais - para o desenvolvimento e a proteção dos trabalhadores da saúde com a construção de novos instrumentos e legislações, “Reunir as experiências locais de desfinanciamento dos sistemas de saúde e outros fatores que afetam os profissionais de saúde com a análise internacional deve levar a documentos e legislação mais informados. Osahon Enabulele, da Associação Médica Mundial, concordou com isso e ilustrou a possibilidade de compartilhar seu trabalho em nível nacional e os esforços internacionais para desenvolver um memorando conjunto com a OMS, exigindo a proteção dos direitos dos trabalhadores da saúde.”

6. Trabalhadores do NHS do Reino Unido se preparam para uma ação massiva exigindo salários justos: O Serviço Nacional de Saúde (NHS) e seus trabalhadores, já sobrecarregados devido à crise do COVID-19, estão em pé de guerra contra a austeridade em meio à crise contínua do custo de vida. <https://tinyurl.com/phd38unitedk>

O mês de novembro está e será marcado por intensos protestos organizados por sindicatos de trabalhadores da saúde no Reino Unido. Movidos pelas crescentes políticas de austeridade e os baixos salários, o sindicato de enfermagem já enfatizou seu plano de entrar em greve antes do período dos feriados de Natal como uma resposta a marcante falta de investimentos no Serviço Nacional de Saúde. “Nos últimos anos, especialmente sob o governo do Partido Conservador, o NHS tem visto subfinanciamento constante e licitações para privatização. O serviço de saúde foi estendido além de seu limite durante a pandemia do COVID-19. Os trabalhadores grosseiramente mal pagos do NHS agora estão encontrando dificuldades para sobreviver em meio à crise contínua do custo de vida. Enquanto isso, de acordo com relatos, em vez de estender qualquer apoio às seções da classe trabalhadora, o atual governo conservador está se preparando para mais políticas de austeridade no próximo orçamento.”

Sobre as persistentes injustiças em saúde

7. Preso político norte-americano Mutulu Shakur recebe liberdade condicional.

Depois de mais de 36 anos de prisão, Mutulu Shakur, ancião do movimento, preso político e trabalhador de saúde revolucionário, recebeu liberdade condicional com menos de seis meses de vida. <https://tinyurl.com/phd38mutulushakur>

No dia 10 de Novembro foi anunciada pelo governo norte americano a concessão de liberdade ao ativista Mutulu Shakur. Shakur ficou encarcerado por 36 anos após ser acusado de participar de um assalto a banco. O processo movido contra o ativista é considerado problemático e incompleto, não justificando a condenação de Mutulu. Reconhecido por sua liderança e importância na construção do Lincoln Detox Center, Mutulu é um ativista pela libertação negra e um revolucionário trabalhador da saúde, tratando adictos de classes pobres e trabalhadoras de forma holística e humanizada: “Fiel à sua base ideológica, o programa de desintoxicação usou metadona, uma droga para tratamento de vícios, depois incorporou métodos de cura holísticos, como a acupuntura, para afastar os pacientes lentamente da medicação. O programa também utilizou a educação política socialista e o serviço comunitário

como métodos de cura.” A concessão de liberdade veio pouco após o diagnóstico de que lhe restam apenas poucos meses de vida, de qualquer modo essa é considerada uma vitória histórica não somente para o movimento da libertação negra e para os presos políticos, mas também para uma visão social e integrada da medicina voltada para os povos.

8. Compartilhamento mais equitativo de vacinas COVID-19 teria salvado um milhão de vidas: estudo. <https://tinyurl.com/phd38equitablevax>

Foi amplamente assumido que a disparidade na distribuição de vacinas levou à perda de vidas durante a pandemia. Mas a nova pesquisa apresentou uma estimativa da perda global, o que pode ser útil no planejamento de futuras pandemias.

“Países do primeiro mundo podem vacinar todas as pessoas com mais de 60 anos para proteger a população mais vulnerável, antes de ajudar outras nações a alcançá-las. Mesmo que não seja equitativo, talvez haja algum tipo de espaço para ajudar outros países, uma vez que você consiga colocar sua própria vacina em algum grau.”

Segundo estudo recentemente publicado pela Nature Medicine, no qual dados de 152 países aliados a projeções matemáticas foram usados, a distribuição e o acesso equitativo a vacina contra COVID-19 teria salvado um milhão de vidas; apesar da rápida descoberta e produção do imunizante, o que vimos foram países ricos produzindo e armazenando vacinas, enquanto os países mais pobres eram desconsiderados, tendo seu acesso equitativo negado. Esse dado e seus desdobramentos factuais não são preocupantes somente no alarmante número de vidas perdidas e na desigualdade produzida pelas condições sócio-econômicas, mas também para o surgimento de novas variantes que poderiam inutilizar os imunizantes já aplicados.

9. Por que o surto global de varíola do macaco desapareceu dos noticiários? <https://tinyurl.com/phd38monkeypox>

A situação paradoxal frente a pandemia da varíola do macaco: a infecção não foi contida e as vacinas disponíveis foram desigualmente distribuídas, ao mesmo tempo que após uma onda de notícias entre julho a agosto, hoje vivemos - novamente e cedo demais, como na COVID - o fim social da pandemia, com um grupo de países ricos tendo acesso privilegiado às vacinas e, com o norte global estando seguro, colocam a varíola como uma enfermidade superada. Enquanto isso, o continente Africano, que vem sofrendo com episódios endêmicos da doença por anos, ainda não teve acesso a uma dose sequer. O mesmo ocorre na América Latina: o Brasil, mesmo sendo o segundo país com mais casos registrados, ainda não teve como possível vacinar sua população.

“Os casos vêm diminuindo nos Estados Unidos e na Europa desde meados de agosto, e modelos epidemiológicos sugerem que a varíola símia não se tornará uma pandemia nesses países de alta renda. No entanto, há uma disparidade significativa em quem está adquirindo o vírus – tanto dentro quanto entre os países. Por exemplo, relatórios nos EUA indicam que homens negros e homens que fazem sexo com homens têm maior probabilidade de contrair a varíola símia. Essas mesmas populações são as menos propensas a ter acesso à vacina.”

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaques do UNOSSC no G-20



1) A Vice- Secretária Geral da ONU, Amina J Mohammed, discursou na Cúpula do G-20, destacando que o mundo deve impulsionar totalmente a Cooperação Sul-Sul e Triangular para enfrentar a escala dos desafios atuais.

Apoiados pelo UNOSSC, a ONU está implementando uma estratégia sistêmica para promover essa agenda, disse a vice-secretária-geral.

Esta reunião do G-20 aconteceu em um momento de grande turbulência devido a Covid-19 e a Guerra na Ucrânia e todo o seu impacto no aumento dos custos de alimentos e energia e também de aumento dos impactos climáticos.

A Vice- Secretária ressaltou que a solidariedade internacional é mais necessária do que nunca, já que 54 países em desenvolvimento estão à beira do superendividamento, com dezenas prestes a ficar para trás. Neste sentido, a liderança da Indonésia e o engajamento ativo do G-20 para fortalecer a cooperação internacional para o desenvolvimento são mais necessários do que nunca.

Ela lembrou que a Indonésia foi o berço da Cooperação Sul-Sul com a Conferência de Bandung em 1955. Sua liderança foi ainda mais presente pela incorporação da Cooperação Sul-Sul em seus planos de desenvolvimento nacional, estabelecendo a ajuda da Indonésia e um fundo de doação, e hoje, traz esta discussão para a reunião do G-20.

A Cooperação Sul-Sul e Triangular é uma fonte dinâmica e inovadora para apoiar os países em desenvolvimento com ações imediatas e de longo prazo.

O documento final do BAPA+40 define o caminho para o avanço da Cooperação Sul-Sul e Triangular para o desenvolvimento sustentável, respondendo e adaptando-se aos contextos dos países.

Ao longo da pandemia, os países do Sul se apoiaram mutuamente com vacinas, equipamentos de proteção individual e soluções digitais. E a transferência de tecnologia e a construção de infraestrutura digital melhoraram a conectividade nas regiões em desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, os países em desenvolvimento intensificaram seu apoio às vítimas de desastres relacionados ao clima. Os bancos de desenvolvimento no Sul Global estão investindo cada vez mais em financiamento climático e as formas financeiras e não financeiras da Cooperação Sul-Sul e Triangular continuam a evoluir.

No entanto, é preciso enfrentar a escala dos desafios atuais e para isso, é preciso transformar totalmente a Cooperação Sul-Sul e Triangular.

No mundo multipolar de hoje, com seus desafios transfronteiriços em constante evolução, é hora de ouvir e possibilitar a criação e o compartilhamento de soluções para o Sul Global que possam acelerar as transições energéticas; os sistemas alimentares; promover a igualdade de gênero e fortalecer as medidas de proteção social.

Como o secretário-geral sempre diz, não pode haver solução para as múltiplas crises de hoje sem resolver a desigualdade econômica.

Ele sugere um Plano de Estímulo para os ODS, que implica um aumento maciço nos compromissos do setor público, no valor de 2% do PIB global, para apoiar os esforços de recuperação.

Isso requer um melhor incentivo de empréstimos de bancos de desenvolvimento, inclusive por meio de empréstimos de longo prazo com baixas taxas de juros, ao mesmo tempo em que alinha todos os investimentos com os ODS.

Neste sentido, os bancos de desenvolvimento multinacionais, regionais e nacionais do Sul têm um importante papel a desempenhar, facilitando o acesso à financiamento concessional com cooperação técnica devendo ser um financiamento inovador e sustentável em escala e reforçando a solidariedade.

Lembrando que muitas das melhores soluções do nosso mundo vieram do Sul Global.

A Vice- Secretária destacou que a ONU continuará a defender a Cooperação Sul-Sul e Triangular por meio de seu sistema de desenvolvimento revitalizado, apoiando programas liderados por países e promovendo esforços regionais que melhorem o compartilhamento de conhecimento e a colaboração entre os países.

Em nível global, plataformas como o Fórum de Cooperação para o Desenvolvimento, a Expo Global de Desenvolvimento Sul-Sul e a South-South Galaxy destacam oportunidades para Cooperação Sul-Sul e Triangular de alta qualidade e alto impacto para melhor responder às necessidades dos países, especialmente para os mais vulneráveis.

As Nações Unidas estão prontas para apoiar todos os países, fortalecendo o multilateralismo, garantindo que os mais afetados pelas crises globais não sejam deixados para trás.

Para ler o discurso completo de Amina J Mohammed, [clique aqui](#)



2) Durante a reunião do G-20, em Bali, na Indonésia, o Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) promoveu um evento paralelo para discutir o estado da cooperação internacional: desafios e oportunidades, com forte apoio do UNOSSC que apresentou as novas tendências compartilhadas da Cooperação Sul-Sul e triangular.

O IsDB é um banco de desenvolvimento multilateral que promove o desenvolvimento em 57 países membros e entre comunidades muçulmanas em países não membros.



3) UNOSSC também esteve presente no evento paralelo do G-20, “Proporcionando Desenvolvimento inclusivo através da Cooperação Sul-Sul e Triangular” destacando que muitas das melhores soluções do mundo, vêm do Sul Global e que o UNOSSC continuará a defender Cooperação Sul-Sul e Triangular por meio de seu sistema de desenvolvimento revitalizado da ONU.

Para ver o tweet, [clique aqui](#)

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁷⁸, Nairóbi (UNEP)⁷⁹, Paris (UNESCO)⁸⁰, Roma (FAO/IFAD)⁸¹, Viena (UNIDO)⁸² e Washington ((G-24)⁸³.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

⁷⁸ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

⁷⁹ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁸⁰ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁸¹ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁸² UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁸³ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Em 2023 a presidência do G-77 estará a cargo da República de Cuba.

Entre os dias 08 a 21 de novembro de 2022, o G-77 e a China participaram de 3 reuniões da AGNU, mas também tiveram participação fundamental durante a COP27.

New York, 09 de novembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Jibran Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 141 da agenda: Padrão de conferências no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O G-77 e a China agradecem ao pessoal do Departamento da Assembleia Geral e Gestão de Conferências por seus esforços contínuos, ao lado de outros departamentos-chave do Secretariado da ONU, para assegurar a vitalidade dos trabalhos da Organização, após dois anos enfrentando a pandemia de Covid-19.

O Grupo elogia o Comitê de Conferências pelo trabalho realizado durante o ano de 2022 e pela qualidade de seu relatório e do projeto de resolução proposto que servirá de estrutura para a consideração deste item.

O Grupo reconhece as iniciativas implementadas durante este último ano para adaptar o seu trabalho às novas circunstâncias impostas pela atual situação sanitária, permitindo à Organização cumprir os seus mandatos em tempos difíceis. Embora reconhecendo a utilidade das ferramentas digitais empregadas até o momento, o Grupo continua preocupado com o fato de a porcentagem de reuniões virtuais realizadas com interpretação, permanecem relativamente baixa. Apelamos que mais esforços sejam feitos para aumentar a disponibilidade destes serviços, alinhados com o multilinguismo, um valor fundamental das Nações Unidas.

O Grupo está ciente de que a escassez de recursos financeiros enfrentada pela Organização tem levado a um congelamento das contratações, afetando especialmente os profissionais dos serviços linguísticos. No entanto, encorajamos o Secretariado a dar prioridade ao recrutamento de profissionais para o Departamento de Línguas, visando a diversificação dos idiomas e promovendo a representação geográfica equitativa deste pessoal.

O G-77 e a China relembram a instrução administrativa atualizada sobre o uso do espaço para reuniões, conferências, eventos e exposições na Sede da ONU em Nova York. Continuamos a incentivar outros locais de conferência a atualizar seus respectivos informativos sobre o uso das instalações das Nações Unidas, tendo em mente que todas as atividades realizadas em suas instalações devem ser consistentes com os propósitos e princípios da ONU.

Apoiamos as medidas tomadas para aumentar a acessibilidade de pessoas com deficiência às instalações das Nações Unidas e aos serviços de conferência. Encorajamos o Secretário-Geral a continuar seus esforços para garantir a acessibilidade de todos os indivíduos a todos os postos de trabalho. Aguardamos mais informações sobre a implementação de um mecanismo de recuperação de custos para reuniões não relacionadas a processos intergovernamentais, realizadas nas dependências da ONU.

Com relação às instalações de conferência, o Grupo observa que o relatório do Secretário-Geral carece de maiores informações. O Grupo tem dúvidas, especialmente no que diz respeito à Comissão Econômica para África, onde são necessárias renovações regulares e

melhorias tecnológicas para garantir que a Comissão mantenha sua capacidade de oferecer serviços de ponta.

O Grupo continua preocupado com a deterioração das condições do centro de conferências de Nairobi, que prejudica fortemente sua capacidade de prestação de serviços, especialmente para as reuniões de calendário regular dos órgãos das Nações Unidas com sede em Nairobi.

O Grupo aguarda com expectativa o início do projeto que deverá preencher as referidas condições de deterioração.

New York, 10 de novembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 149 da agenda: Administração da Justiça no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

A administração da Justiça continua sendo de grande importância para o G-77 e a China como um mecanismo independente, transparente e profissionalizado para a gestão eficaz dos recursos humanos da Organização. O Grupo acredita firmemente que é necessário explorar a resolução de conflitos laborais e garantir a responsabilização e o respeito pelos direitos e obrigações dos colaboradores.

O Grupo reitera que um sistema de administração da justiça sustentável, com recursos adequados e descentralizado, consistente com as regras relevantes do direito internacional, os princípios do estado de direito e o devido processo legal é necessário para o gerenciamento eficaz dos recursos humanos que é o ativo mais valioso da Organização.

O G-77 e a China observam que a Unidade de Avaliação de Gestão recebeu 248 solicitações a mais em 2021 do que em 2020. Também observam que a esmagadora maioria das solicitações de avaliação de gestão do secretariado (85%) não necessitou do Tribunal de Disputas das Nações Unidas, indicando que a função de avaliação da gestão continua desempenhando um papel importante para a resolução de disputas.

O Grupo reconhece o progresso feito para reduzir o acúmulo de casos pelo Tribunal de Disputas e incentiva o Secretário-Geral a continuar esses esforços para garantir a realização da resolução de casos e disputas relacionadas ao trabalho dentro do prazo estipulado. No entanto, notamos um aumento nas novas solicitações do Tribunal de Conflitos no ano de 2022, o que será discutido com mais detalhes posteriormente.

O Grupo reitera o seu apoio ao Serviço de Ouvidoria e Serviços de Mediação como um mecanismo de resolução informal e encoraja a manutenção desta tendência positiva de resolução informal de litígios, quando apropriado. O Grupo espera envolver e discutir o reforço do Serviço de Ouvidoria e Serviços de Mediação para executar o seu mandato.

O G-77 e a China observam com grande preocupação a alta taxa de rotatividade de funcionários e cargos não preenchidos em alguns escritórios regionais devido ao congelamento do recrutamento que afetou as atividades planejadas de divulgação e engajamento do Gabinete do Ouvidor. O Grupo espera uma discussão mais aprofundada sobre esta importante questão.

O Grupo também toma nota do relatório do Conselho de Justiça Interna que incorpora recomendações destinadas a melhorar o desempenho e melhorar a eficiência operacional e a transparência da administração do sistema de justiça das Nações Unidas. Avaliaremos e analisaremos minuciosamente este relatório e esperamos considerar as recomendações nele contidas.

New York, 10 de novembro de 2022

Declaração feita pelo Sr Jibrán Khan Durrani, primeiro secretário da Missão permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 146 da agenda: Sistema de pensão da ONU no 5º Comitê durante a parte principal da 77ª sessão da Assembleia Geral da ONU

O 5º Comitê da AGNU é responsável pelas questões administrativas e orçamentárias da ONU.

O Grupo reconhece a importância do Fundo de Pensões do Sistema das Nações Unidas (UNJSPF) como sendo um fundo que fornece benefícios relativos a pensões, morte, invalidez e outros benefícios relacionados para os profissionais das Nações Unidas e outras organizações da ONU admitidos como membros do Fundo.

Nesse sentido, gostaríamos de destacar os seguintes pontos:

Nosso Grupo reconhece as melhorias no desempenho do Fundo, como pode ser percebido pelo aumento na taxa de financiamento do Fundo de 107,1% em 31 de dezembro de 2019 para 117% em 31 de dezembro de 2021. O valor de mercado do Fundo foi de \$ 91,5 bilhões em 31 de dezembro de 2021. Como resultado, o Fundo também atingiu ou superou com sucesso seu objetivo de taxa de retorno de investimento de longo prazo de 3,5% nos últimos anos. (Ref: Relatório da Diretoria e Relatório do Secretário-Geral).

No entanto, nosso Grupo observa a diminuição do valor de mercado do Fundo para US\$ 79,1 bilhões em 31 de agosto de 2022. A esse respeito, gostaríamos de atualizar as informações do escritório do Representante do Secretário-Geral, bem como as opiniões e recomendação para ajudar a mitigar os riscos da atual volatilidade do mercado.

O nosso Grupo agradece o trabalho do Conselho Fiscal e deseja que o Conselho Fiscal e a Administração continuem a implementar as recomendações do Conselho Fiscal.

Em matéria de Governança, e em particular quanto à proposta do Conselho de Administração para a aprovação da Alteração ao Artigo 1º do Regulamento do Fundo de Pensões, o nosso Grupo aguarda com expectativa os debates sobre esta proposta de alteração e as suas possíveis implicações para os beneficiários e associados do Fundo.

Ainda sobre Governança, o nosso Grupo reconhece a importância da constituição e do papel da Comissão do Orçamento, bem como o seu contributo para um melhor acompanhamento das necessidades de recursos face às necessidades operacionais e rigor orçamental do Fundo de Pensões.

Apelamos ainda ao Fundo de Pensões a prosseguir os seus esforços no sentido de garantir uma representação geográfica equitativa e o equilíbrio de género nas nomeações e nomeações para os vários cargos do Fundo de Pensões e a todos os níveis.

Relativamente à conversão de cargos de Assistência Temporária Geral (GTA) em cargos permanentes, o nosso Grupo concorda que a mesma deve ser devidamente justificada face ao

que se espera do posto. Nosso Grupo espera receber informações atualizadas da conversão da primeira fase, em particular, se a eficiência e a eficácia melhoraram ou não, e estamos ansiosos para discutir a nova fase da conversão.

Finalmente, o Grupo continua incentivando o Secretário-Geral e o Gabinete do Comitê de Investimentos a exercer constantemente a responsabilidade fiduciária sobre os ativos do Fundo e seus investimentos, levando em consideração os quatro principais critérios de segurança, rentabilidade, liquidez e conversibilidade.

Também apoiamos uma maior diversificação dos investimentos do Fundo em países em desenvolvimento e países em transição. Dito isto, esperamos obter informações atualizadas sobre os investimentos do Fundo por país e regiões, bem como por tipos de ativos.

G-77 e a China na COP27



Em seu discurso na sessão de abertura, o embaixador paquistanês Munir Akram, como presidente do G-77 e da China, destacou que o Grupo estava unido em sua demanda pelo estabelecimento de um mecanismo para apoiar um financiamento novo e adicional para os países em desenvolvimento destinado a compensar as “perdas e danos” associados com os impactos adversos da mudança climática.

O item da agenda da COP27 “Assuntos relativos a arranjos de financiamento para perdas e danos” havia sido proposto pelo próprio G-77 e a China, em junho de 2022, em Bonn na Alemanha.

E finalmente, depois de meses de negociação, foi possível alcançar um acordo no sábado dia 19 de novembro, à noite. Posteriormente, o item foi aprovado, por consenso, no plenário da conferência. Este item sobre “perdas e danos” foi o único dos oito itens adicionais da agenda, propostos por diferentes grupos, que foi adotado. Todos os demais foram descartados por falta de consenso.

A adoção deste item é o primeiro passo para o estabelecimento de um mecanismo de financiamento independente para lidar com perdas e danos nos países em desenvolvimento causados pelos impactos da mudança climática. É também o reconhecimento de que países como o Paquistão, que enfrentam desastres induzidos pelo clima, não devem ser deixados à própria sorte. Os países atingidos por impactos climáticos devem ter a oportunidade de acessar recursos para se recuperar e mitigar os impactos dos desastres.

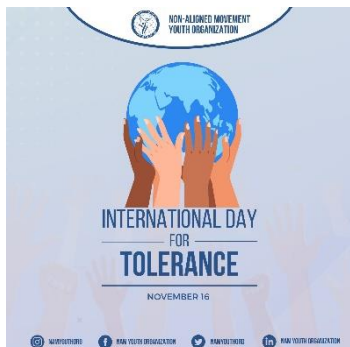
O acordo sobre este item da agenda sobre o financiamento de “perdas e danos” está sendo considerado como uma conquista singular desta COP27 e o embaixador Munir Akram elogiou a sua aprovação.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as

partes do mundo. Existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

Destaque no Twitter do Movimento Jovem dos Não Alinhados



A Organização do Movimento Jovem dos Não Alinhados celebrou no dia 16 de novembro, o **Dia Internacional da Tolerância**, com o objetivo de conscientizar as pessoas sobre a importância da tolerância e do respeito mútuo.

Na ocasião a organização apresentou um vídeo preparado pelo secretariado e os capítulos nacionais.

Para ver o tweet, [clique aqui](#)



No dia 20 de novembro, foi celebrado o Dia Mundial da Criança.

Nesse dia, a Organização Jovem do Movimento dos Não Alinhados destacou e promoveu a união internacional e formas de melhorar o bem-estar das crianças em todo o mundo.

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

O destaque do South Centre foi a Declaração do Diretor Executivo, Carlos Correa durante a COP 27



Todos nós estamos cientes da magnitude da crise climática que o mundo está enfrentando.

Também estamos cientes de que seu impacto não é o mesmo para todos os países e populações.

Os desastres a que assistimos afetam mais severamente os países em desenvolvimento que historicamente não são responsáveis pelas emissões que colocam em risco a vida no planeta. Os países mais afetados, têm menor

capacidade de enfrentar os efeitos devastadores das mudanças climáticas e de se adaptar e mitigá-los.

A mudança climática é uma questão transversal. No entanto, o sistema internacional opera em silos e tem sido incapaz de garantir a adoção das políticas múltiplas e coordenadas necessárias para enfrentá-lo.

O South Centre, como uma organização intergovernamental de países em desenvolvimento, atribui particular importância e concentra seu trabalho na interseção de políticas de mudança climática com outros quadros políticos. Assim, o financiamento para o desenvolvimento e o financiamento climático estão intimamente interligados. O cumprimento e maior expansão dos compromissos dos países desenvolvidos sobre o financiamento climático, em total coerência com o princípio da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC) de responsabilidades comuns e diferenciadas, exige acréscimos genuínos à Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA).

O financiamento climático não deve vir de orçamentos de ajuda existentes e sobrecarregados, realocados de outras áreas, como infraestrutura, saúde ou educação. O financiamento climático também não deve aumentar o peso da dívida dos países em desenvolvimento beneficiários. Da mesma forma, é necessário que seja estabelecido um mecanismo de financiamento eficaz para perdas e danos, distinto do financiamento de adaptação.

A esse respeito, é decepcionante que o impacto nos direitos humanos tenha sido mencionado apenas duas vezes no documento final da COP26. Saudamos o reconhecimento pelo Conselho de Direitos Humanos e pela Assembleia Geral da ONU do direito a um ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano. O acesso à água potável também é um direito humano reconhecido pela Assembleia Geral da ONU em 2010. No entanto, mais de 2 bilhões de pessoas não têm acesso à água potável e a crescente escassez de água é agravada por eventos climáticos sem precedentes. Esperamos que a COP27 concorde com ações para concretizar esses direitos.

A ação contra a mudança climática não é possível sem acesso amplo e oportuno às tecnologias. É indispensável o efetivo cumprimento das obrigações dos países desenvolvidos a esse respeito. Um regime internacional adequado para a apropriação e transferência de tecnologias de ponta precisa ser estabelecido. Deve garantir que as tecnologias verdes sejam tratadas como “bens públicos” e facilitar a transferência e disseminação de tecnologia verde sem patente por meio da UNFCCC e outros mecanismos. Tal regime deve afastar-se de uma abordagem puramente baseada no mercado e basear-se nos princípios da cooperação e da solidariedade.

Existem iniciativas para vincular a mudança climática às regras comerciais. No entanto, a Organização Mundial do Comércio (OMC) é competente apenas para tratar da condução das relações comerciais entre seus membros. É improvável que as novas regras comerciais contribuam efetivamente para lidar com a mudança climática; podem sim criar barreiras comerciais à participação dos países em desenvolvimento no mercado mundial.

A UNFCCC e o Acordo de Paris devem continuar sendo a principal estrutura para a transição verde e a adoção das medidas necessárias para compensar e apoiar os países em desenvolvimento no enfrentamento das mudanças climáticas. O regime de investimento internacional é inadequado para promover projetos verdes que reduzam as emissões de CO₂ e

promovam o desenvolvimento sustentável. Além disso, as cláusulas de exclusão em acordos internacionais de investimento têm se mostrado insuficientes para proteger as ações dos governos guiados por preocupações ambientais. Uma reforma profunda desse regime é fundamental para alinhá-lo com ações contra as mudanças climáticas.

A mudança climática também tem a ver com impactos na saúde humana.

Os danos a vários ecossistemas ameaçam a saúde humana. Doenças infecciosas e transmitidas por vetores ligadas ao aquecimento global colocam pressão adicional sobre o já sobrecarregado sistema de saúde dos países em desenvolvimento. Esta é outra questão que requer atenção no contexto das mudanças climáticas e não apenas como uma questão puramente de saúde pública.

Finalmente, a Cooperação Sul-Sul e Triangular pode desempenhar um papel importante e complementar à cooperação Norte-Sul, um papel importante na assistência aos países em desenvolvimento para combater a mudança climática de maneira compatível com suas necessidades de desenvolvimento. Seu potencial deve ser totalmente explorado por meio de ecossistemas nacionais apropriados que lhes permitam se envolver e se beneficiar dessa cooperação.

Outros destaques do Centro Sul

1) Difusão Internacional de Tecnologia Limpa: Caminhos e Perspectivas

A difusão internacional de tecnologias limpas é essencial para mitigar e se adaptar às mudanças climáticas, enquanto a difusão rápida e otimizada pode ser evitada pelo acesso pago às patentes.

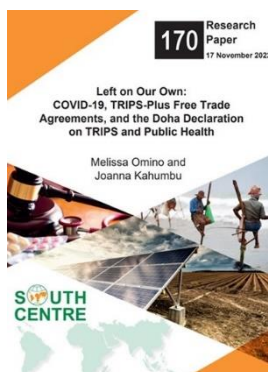
Este artigo examina três caminhos para promover a difusão internacional de tecnologia limpa: a) por meio da restrição da propriedade intelectual, incluindo a imposição de restrições externas na lei ambiental; b) atingir um equilíbrio interno para maximizar as flexibilidades do TRIPS; e c) mantendo o status quo.



A autora, Wenting Cheng, conclui que os dois primeiros caminhos baseados em tratados podem não funcionar. Um caminho operável para promover a difusão de tecnologia limpa é maximizar e consolidar as flexibilidades do TRIPS nas leis nacionais. Esta opção desafia a proposta popular de uma declaração “semelhante a Doha” sobre o acordo TRIPS e mudanças climáticas devido ao mecanismo de comércio multilateral paralisado, poder de negociação assimétrico dos países em desenvolvimento, processo de negociação prolongado e problema de categorização nas negociações de tratados.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#).

2) Deixados por conta própria: Covid-19, Acordos de Livre Comércio TRIPS-Plus e a Declaração de Doha sobre TRIPS e Saúde Pública



A iminência do vigésimo aniversário da Declaração de Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre o [Acordo TRIPS e Saúde Pública](#) foi marcada por uma pandemia global. A Declaração e sua iteração no Acordo sobre Aspectos Comerciais dos Direitos de Propriedade Intelectual deveriam ter ajudado a conter a devastação nos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento.

A realidade é que a pandemia ainda está em curso, e o Sul Global liderado pela África do Sul e Índia está buscando uma isenção às disposições do Acordo TRIPS para garantir que a terapêutica, diagnóstico e vacinas para a Covid-19 cheguem a seus cidadãos a fim de conter a disseminação do vírus (“a isenção do TRIPS”). Esses cidadãos são especialmente vulneráveis pela impossibilidade de acesso às vacinas devido aos seus preços e à escassez causada pela recusa em compartilhar tecnologia de fabricação.

A Declaração de Doha visa reafirmar a interpretação e implementação do Acordo TRIPS para apoiar o direito dos membros da OMC de proteger a saúde pública e promover o acesso a medicamentos. No entanto, a operacionalização da Declaração por meio do Artigo 31bis do Acordo TRIPS tem sido incômoda e processualmente difícil de navegar.

Este artigo argumenta que a atual interação da Declaração de Doha dentro do Acordo TRIPS não atende aos objetivos da Declaração de Doha, conforme demonstrado pela necessidade de uma nova isenção ao acordo TRIPS. Também tenta “reimaginar” o Artigo 31 bis à luz da isenção do TRIPS da posição do Sul Global para torná-lo mais equitativo e praticável e manter o espírito da Declaração.

Para ler o artigo completo, [clique aqui](#).

Percepções sobre a Cúpula do G20: saúde, clima, segurança alimentar e recuperação econômica

*Vitória Kavanami, Nina Bouqvar, Thaiany Medeiros,
Pedro Burger e Paulo Esteves*



Os líderes de governo e representantes das maiores economias do mundo se reuniram em Bali, Indonésia, durante os dias 14 e 16 de novembro para participarem do principal evento que marcou a quinzena, a Cúpula do G20 de 2022. Joko Widodo, presidente da Indonésia e anfitrião da conferência, estabeleceu três agendas prioritárias⁸⁴ para o encontro que refletem os pilares que foram perseguidos durante a gestão do país na liderança do bloco: o fortalecimento da infraestrutura global de saúde, a transformação inclusiva da economia digital e a promoção de uma transição energética sustentável.

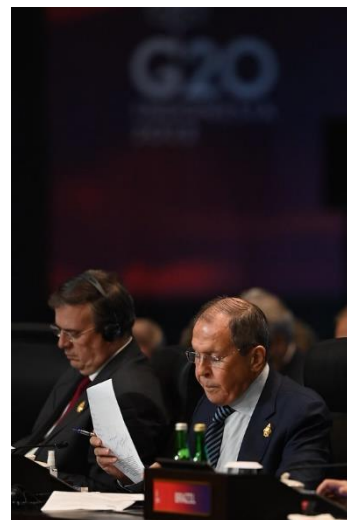
A temática da guerra na Ucrânia e todos os seus desdobramentos, como questões relacionadas às crises energética e alimentar, no entanto, permearam grande parte das discussões. Na verdade, os apelos pelo fim do conflito e pela paz foram enfatizados logo na fala inicial de Widodo, que durante o ano permaneceu com um posicionamento neutro diante da situação. O presidente indonésio disse que o mundo não pode se dar ao luxo de passar por outra Guerra Fria e que os membros do G20 devem ser responsáveis, o que significa trabalhar conjuntamente para acabar com a guerra⁸⁵.

⁸⁴ Encontro de líderes do G20 começa em Bali, na Indonésia. **G1**. 14 nov 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/14/encontro-de-lideres-do-g20-comeca-em-bali-na-indonesia.ghtml>> Acesso em: 18 nov 2022.

⁸⁵ Indonesia's Widodo calls on G20 to work to 'end the war'. **Aljazeera**. 15 nov 2022. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2022/11/15/indonesias-widodo-calls-on-g20-to-work-to-end-the-war>> Acesso em: 18 nov 2022.

Em relação aos participantes, dos 20 chefes de Estado que compõem o grupo, compareceram ao evento 17 deles⁸⁶. Como comunicado anteriormente, o presidente russo Vladimir Putin enviou o Ministro das Relações Exteriores, Sergei Lavrov, para representar o país. Desde que o conflito começou, diversos países dentro do bloco se mostraram contrários à permanência da Rússia no G20. E caso Putin comparecesse ao evento, muito provavelmente seria alvo de duros constrangimentos. Os presidentes dos países ocidentais, inclusive, alertaram que não iriam posar para a tradicional foto oficial na presença de representantes russos em Bali⁸⁷.

Apesar das tensões, Lavrov participou dos painéis que trataram da segurança alimentar e energética e da sessão sobre saúde. Além disso, realizou algumas reuniões bilaterais com representantes da China, da Turquia, com o presidente francês, Emmanuel Macron, com o chanceler alemão, Olaf Scholz, e com o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres⁸⁸. Em comparação a outros momentos em que adotou uma postura mais combativa, o Ministro das Relações Exteriores da Rússia permaneceu mais aberto ao diálogo e não se retirou do evento, até mesmo diante do discurso proferido em videoconferência pelo presidente ucraniano Volodimir Zelensky, o qual fez questão de se referir ao grupo como G19 em uma clara exclusão da Rússia⁸⁹. A única exceção foi ter finalizado os compromissos mais cedo e retornado para seu país um dia antes da Cúpula ser encerrada.



Outra ausência comentada, mas nem tanto sentida, foi a do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. Esta é a segunda vez em que um presidente brasileiro não comparece ao evento, sendo a primeira ocorrida em 2010 quando Lula cancelou sua participação em razão das fortes enchentes que afetaram o Nordeste na ocasião⁹⁰. Diferentemente deste cenário, Bolsonaro não justificou sua ausência e o país foi representado pelo chanceler Carlos França.

Desde que perdeu o segundo turno das eleições presidenciais, Bolsonaro está recluso na residência oficial do Palácio da Alvorada e com poucos compromissos públicos na agenda. Para além da Cúpula do G20, o presidente de igual forma se ausentou da 27ª Conferência do Clima das Nações Unidas, a COP 27, realizada também nesta quinzena em Sharm El Sheikh, Egito.

⁸⁶ G20 Country Leaders Set to Start the G20 Summit. **G20**. 14 nov 2022. Disponível em: <<https://www.g20.org/g20-country-leaders-set-to-start-the-g20-summit/>> Acesso em: 18 nov 2022.

⁸⁷ World leaders to forgo G20 'family photo' over Russia's presence. **The Guardian**. 11 nov 2022. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2022/nov/11/leaders-forgo-g20-russia-family-photo>> Acesso em: 19 nov 2022.

⁸⁸ Lavrov ends his program at G20 summit in Bali, flies back to Russia. **TASS**. 15 nov 2022. Disponível em: <<https://tass.com/politics/1537001>> Acesso em: 18 nov 2022.

⁸⁹ Ukraine: Zelensky snubs Russia as he addresses 'G19' at G20. **BBC**. 15 nov 2022. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-asia-63632161>> Acesso em: 19 nov 2022.

⁹⁰ Ausência de Bolsonaro do G20 é a segunda de um presidente brasileiro; Lula faltou em 2010. **G1**. 15 nov 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/11/15/ausencia-de-bolsonaro-do-g20-e-a-segunda-de-um-presidente-brasileiro-lula-faltou-em-2010.ghtml>> Acesso em: 18 nov 2022.

De acordo com a coluna de Jamil Chade⁹¹, uma das principais motivações para essa decisão foi o fato de que nenhuma reunião bilateral havia sido agendada com ele.

Tal atitude reflete a irrelevância internacional do governo Bolsonaro, sobretudo em um momento em que o foco da comunidade internacional está no presidente recém eleito, Lula da Silva. Válido destacar que no ano anterior, Bolsonaro também esteve em posição de pária e foi ignorado pelos demais líderes durante o encontro do G20 que ocorreu em Roma. Dessa forma, a representação latino-americana ficou restrita à participação do presidente argentino, Alberto Fernández, tendo em vista que o presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, também se ausentou da conferência.

Assim sendo, as primeiras sessões do encontro foram dedicadas à segurança alimentar e energética. Junto da crise de abastecimento provocada pelo COVID-19, o conflito na Ucrânia provocou uma escassez de grãos no mercado e tem contribuído para o aumento da inflação nos países. Algo que dificulta o objetivo principal do G20 neste ano, que é a recuperação econômica global. Como consequência direta vivenciamos um cenário de aumento da pobreza e da vulnerabilidade, especialmente nos países de média e baixa renda, além do risco de recessão generalizada.

Entre os países que fazem parte do bloco, Turquia e Argentina estão entre os mais atingidos pela inflação, onde os preços subiram 66% e podem chegar a 100% ainda neste ano. O chanceler argentino Santiago Cafiero, que substituiu Fernández nos debates iniciais devido a um mal estar do presidente, chegou a declarar que “no hemisfério sul o que mata não são armas e bombas, mas sim a pobreza e a fome”⁹².

Apesar das divergentes opiniões a respeito da guerra na Ucrânia e do uso de sanções contra a Rússia, como resultado desses primeiros debates, as delegações presentes formularam um rascunho de comunicado final, posteriormente aprovado. Até mesmo países mais alinhados com Moscou, como a China e a Índia, aderiram a esses apelos, ainda que sem mencionar diretamente o país. Xi Jinping, presidente da China, contudo, acentuou que o uso de problemas alimentares e energéticos não devem ser politizados e utilizados como armas⁹³.

No documento, então, os membros incluíram um apelo à renovação da Iniciativa de Grãos do Mar Negro, que expirou no dia 19 deste mês, para permitir a exportação de cereais ucranianos. O acordo assinado em Istambul há três meses possibilitou a exportação de 20 milhões de toneladas de grãos bloqueados pelo conflito, e é considerado essencial para controlar os preços dos alimentos e fertilizantes de modo a evitar uma crise alimentar global⁹⁴. Além disso, o comunicado também sublinhou que a maioria dos membros do G20 condena

⁹¹ Bolsonaro e Putin ficam de fora da cúpula do G20. **Uol**. 16 nov 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/11/12/parias-bolsonaro-e-putin-ficam-de-fora-da-cupula-do-g20.htm>> Acesso em: 18 nov 2022.

⁹² G20's dysfunctional family show little sign of working together in a crisis. **The Guardian**. 15 nov 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/nov/15/little-sign-of-recovery-at-g20-at-either-political-or-economic-level>. Acesso em: 19 nov 2022.

⁹³ Cúpula do G20 pressiona Rússia para acabar com guerra na Ucrânia. **Uol**. 15 nov 2022. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/11/15/cupula-do-g20-pressiona-russia-para-acabar-com-guerra-na-ucrania.htm>> Acesso em: 19 nov 2022.

⁹⁴ Chefe da ONU celebra renovação da Iniciativa de Grãos do Mar Negro. **ONU News**. 17 nov 2022. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2022/11/1805517>> Acesso em: 19 nov 2022.

veemente a guerra e o imenso sofrimento humano que a mesma tem ocasionado⁹⁵. O direito internacional e a inadmissibilidade do uso de armas nucleares, de igual maneira, foi mencionado.

Já no âmbito da saúde, os líderes discutiram a recuperação saudável e sustentável que se tornou uma pauta central após a pandemia de COVID-19. O fortalecimento da arquitetura da saúde global está entre as discussões que ganharam força nos últimos dias, principalmente com o encontro dos Ministros das Finanças e da Saúde do G20 (na sua sigla em inglês, JFHMM) que ocorreu em 12 de novembro⁹⁶. Essa arquitetura global será responsável por garantir uma cobertura de saúde universal. Para tal, no *Summit 2022*, os líderes deram boas vindas ao novo “Fundo Pandêmico”, um fundo estabelecido pelo Banco Mundial para prevenção, preparação e resposta a futuras pandemias. Elaborado em 8 de setembro de 2022, mas oficialmente lançado no encontro JFHMM, o Fundo conta com, até o momento, mais de US\$1,4 bilhões de compromissos financeiros anunciados por 24 doadores⁹⁷, incluindo países e organizações filantrópicas. O Brasil não está entre os doadores⁹⁸. O objetivo do Fundo é elaborar o orçamento para saúde nos próximos 5 anos, considerando os 2 últimos anos de pandemia.

Os líderes também reforçaram o compromisso com a governança global da saúde, com a OMS assumindo seu papel de liderança e coordenação junto ao apoio de outras organizações internacionais⁹⁹. O vírus não tem fronteiras, portanto urge uma ação reconhecidamente conjunta e coordenada dos países. Exemplo dessa ação coordenada é a intensa discussão sobre vigilância genômica, que demanda capacitação, parcerias científicas e compartilhamento de conhecimento entre as nações do bloco¹⁰⁰. Outro exemplo foi a conversa bilateral entre China e Indonésia para estreitar a cooperação sobre produção de vacinas. A Indonésia, como país que mais compra vacinas de fabricação chinesa, teve o apoio reforçado de Xi Jinping na construção de um centro regional de produção de vacinas, bem como na promoção da pesquisa e desenvolvimento. Para além da temática da saúde, os dois países também discutiram sobre temas infraestruturais, como a construção da linha férrea que vai ligar Jakarta a Bandung, como parte do plano de cinturão da China¹⁰¹.

⁹⁵ G20 leaders' declaration says most members strongly condemn war in Ukraine. **Reuters**. 17 nov 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/g20-leaders-declaration-says-deplores-russian-aggression-against-ukraine-2022-11-16/>> Acesso em: 19 nov 2022.

⁹⁶ G20 Joint Finance and Health Minister Meeting Concludes the Year to Affirm Commitment to Strengthen Global Health Architecture. **G20**. 13 nov 2022. Disponível em: <<https://www.g20.org/g20-joint-finance-and-health-minister-meeting-concludes-the-year-to-affirm-commitment-to-strengthen-global-health-architecture/>>. Acesso em: 18 nov 2022.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ G20 cria fundo contra pandemia, ainda sem contribuição do Brasil. **Valor Econômico**. 13 nov 2022. Disponível em: <<https://valor.globo.com/mundo/noticia/2022/11/13/g20-cria-fundo-contr-pandemia-ainda-sem-contribuio-do-brasil.ghtml>>. Acesso em: 19 nov 2022.

⁹⁹ G20 summit, 15-16 November 2022. **European Council**. Disponível em: <<https://www.consilium.europa.eu/en/meetings/international-summit/2022/11/15-16/>>. Acesso em 18 nov 2022.

¹⁰⁰ G20 Health and Finance Ministers Agree to Launch Pandemic Fund. **G20**. 12 nov 2022. Disponível em: <<https://www.g20.org/g20-health-and-finance-ministers-agree-to-launch-pandemic-fund/>>. Acesso em: 19 nov 2022.

¹⁰¹ Chinese and Indonesian presidents pledge more COVID vaccine cooperation. **REUTERS**. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/asia-pacific/chinese-indonesian-presidents-pledge-more-covid-vaccine-cooperation-2022-11-16/>>. Acesso em: 19 nov 2022.

Tem sua devida importância a reiteração de aspectos que já nos soam como repetitivos nesses encontros. Isso, pois no caso do Brasil, nos deparamos com uma nova cepa, variante da Ômicron, que vem se disseminando, intitulada BQ.1. O reconhecimento da imunização em massa como um bem público global é importante para incentivar que todo cidadão de qualquer parte do mundo tenha acesso, de forma equitativa e universal, a não apenas uma ou duas doses, mas às doses de reforço também. De acordo com o encontro, os líderes não medirão esforços na garantia desse acesso tanto a vacinas, como também terapias e diagnósticos eficazes¹⁰². Widodo ressalta que, inclusive, para ampliar esse acesso, a renúncia de propriedade intelectual "deve ser ampliada" para todas as soluções de saúde, incluindo diagnósticos e terapias¹⁰³.

Ainda anterior ao início da Cúpula, outros encontros paralelos ocorreram e geraram repercussões importantes, como o encontro bilateral entre China e Estados Unidos. A reunião com os respectivos presidentes ocorreu um dia antes da Cúpula do G20 e marcou o primeiro encontro pessoal dos líderes desde a posse do governo de Biden, ainda em 2021. Embora tensões, disputas e rusgas se façam presentes no histórico recente da relação entre as gigantes potências, o tom do encontro realizado em solo indonésio foi caracterizado pela imprensa como conciliatório¹⁰⁴.

Segundo comunicado oficial publicado pela Casa Branca, a discussão se voltou principalmente para as respectivas prioridades e suas intenções sobre uma série de temas e desafios globais¹⁰⁵. Dentre os tópicos de discussão, a expectativa pela cooperação entre ambos para o enfrentamento de desafios transnacionais, como mudanças climáticas, saúde global e estabilidade macroeconômica global; a demanda por esforços construtivos e mecanismos para uma melhor comunicação bilateral e o entendimento da importância de desenvolver princípios que promovam a competição "saudável" entre os dois foram discutidos e acordados para serem melhor tratados em futuras iniciativas e diálogos.

Na pauta do encontro também se encontrava a discussão de temáticas como a tensão em Taiwan, a guerra na Ucrânia e as ambições nucleares da Coreia do Norte, sendo esses pontos particularmente sensíveis devido aos contrastes de posicionamentos entre as nações. Ressalta-se ainda que o presidente estadunidense reiterou que a competição entre os países deve ser mantida. No entanto, a mesma não deve escalar para um conflito, cabendo então à ambos administrarem a disputa com responsabilidade e com linhas de comunicação aberta. Posterior à reunião, a representante do Ministério do Comércio do país asiático, Shu Jueting, afirmou que a China adotará as principais medidas de consenso decididas nas negociações entre os

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ Indonesia leader says intellectual property waiver must be widened on health issues. **REUTERS**. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/indonesia-leader-says-intellectual-property-waiver-must-be-widened-health-issues-2022-11-15/>>. Acesso em: 19 nov 2022.

¹⁰⁴ BELCHIOR, Luisa. Em encontro inédito, Biden descarta 'nova guerra fria', e Xi coloca Taiwan como 'única linha vermelha' na relação com os EUA. **G1**. 14 nov 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/11/14/biden-xi-jinping-indonesia.ghtml>> Acesso em: 18 nov 2022.

¹⁰⁵ THE WHITE HOUSE. Readout of President Joe Biden's Meeting with President Xi Jinping of the People's Republic of China. 14 nov 2022. Disponível em: <<https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/11/14/readout-of-president-joe-bidens-meeting-with-president-xi-jinping-of-the-peoples-republic-of-china/>> Acesso: 18 nov 2022.

presidentes Xi Jinping e Joe Biden, pois entende que o desenvolvimento sólido e estável chinês e a cooperação econômica e comercial estadunidense beneficiará ambos os países e o mundo¹⁰⁶.

Finalmente, é interessante analisar brevemente a conclusão da Cúpula e seu principal documento final produzido conjuntamente: a Declaração dos Líderes do G20¹⁰⁷. Em meio aos efeitos duradouros da pandemia de coronavírus e da guerra em território ucraniano, é perceptível que a cooperação e o consenso foram pouco alcançados nas discussões ao longo do ano da presidência indonésia. Na verdade, diversas foram as tentativas frustradas e dificuldades no avanço de pautas relatadas em Informes anteriores a este, afetando, sobretudo, o progresso no desenvolvimento do fórum multilateral.

No entanto, a expectativa ao fim da Cúpula, sendo este o evento principal do G20, era o de entregar parcerias concretas para a recuperação econômica global e indicar a contribuição feita através de um viés de recuperação conjunta e reforçada – mote defendido pela gestão indonésia neste ano. Dessa forma, ao longo dos 52 pontos presentes na declaração final, buscou-se abordar formalmente variados temas relevantes ao grupo intergovernamental, explicitando o reconhecimento e o comprometimento dos membros aos mesmos após os numerosos debates e reuniões promovidos anteriormente até aquele momento e seus frutos. Além dos já abordados neste informe, é válido salientar os assuntos relativos à promessa de medidas para a promoção da segurança alimentar e energética¹⁰⁸, o reforço do compromisso de ações para limitar o aquecimento global em 1,5°C¹⁰⁹¹¹⁰, a preocupação com a biodiversidade e a ratificação de metas e objetivos presentes na Agenda 2030 e no Acordo de Paris.

Diante disso, é possível extrair duas leituras com base nos resultados do evento. Por um lado, uma primeira análise revela a fragilidade intrínseca do grupo em razão da disfuncional interação entre os membros para o alcance de consenso e ações concretas. Algo que coloca a credibilidade do G20 enquanto fórum de cooperação em dúvida. Por outro, é possível utilizar de uma perspectiva que privilegia o fato de que apesar das dificuldades relacionadas com as pautas abordadas, o cenário não amigável e a heterogeneidade dos participantes da organização, foi possível chegar a um documento final que acena variados posicionamentos e que combina a responsabilidade conjunta para futuros feitos e comprometimentos. O que se pode afirmar, desse modo, é que não há uma resposta absoluta e definitiva, seja ela negativa ou positiva, sobre o G20, tampouco a indicação de um desenvolvimento linear para seu destino, seus avanços e a cooperação promovida.

¹⁰⁶ China to adopt consensus reached in talks with United States, ministry says. **REUTERS**. 17 nov 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/china-adopt-consensus-reached-talks-with-united-states-ministry-says-2022-11-17/>> Acesso em: 18 nov 2022.

¹⁰⁷ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **G20 Bali Leader's Declaration - Bali, Indonésia - 15 e 16 de novembro de 2022**. 17 nov 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/g20-bali-leaders2019-declaration-bali-indonesia-15-e-16-de-novembro-de-2022>. Acesso em: 18 nov 2022.

¹⁰⁸ Líderes do G20 prometem medidas urgentes contra crise alimentar. **AGÊNCIA BRASIL**. 16 nov 2022. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-11/lideres-do-g20-prometem-medidas-urgentes-contracrise-alimentar>>. Acesso em: 18 nov 2022.

¹⁰⁹ Declaração do G20 defende 1,5°C e traz impulso às negociações climáticas. **CLIMAINFO**. 17 nov 2022. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2022/11/16/declaracao-do-g20-defende-15oc-e-traz-impulso-as-negociacoes-climaticas>>. Acesso em: 18 nov 2022.

¹¹⁰ G20 breathes new life into UN climate talks. **FRANCE 24**. 16 nov 2022. Disponível em: <<https://www.france24.com/en/live-news/20221116-g20-breathes-new-life-into-un-climate-talks>>. Acesso em: 18 nov 2022.

Por fim, algumas críticas foram duramente cunhadas acerca do G20 como sucessor do G7. Tal acontecimento seria improvável, uma vez que sua característica ampla acarreta na superficialidade das decisões¹¹¹. Ao que parece, a deflagração da guerra da Ucrânia impediu qualquer avanço na colocação do G20 como um organismo com status de governança global. Nesse sentido, apesar do comunicado e dos esforços para uma recuperação econômica e sustentável, a guerra acaba confinando a comunicação em um lugar comum, tal como um obstáculo no meio do caminho percorrido. Deve-se, portanto, afastar-se da justificativa utilizada para a inação de que o G20 é puramente um espaço econômico e que, assim, questões geopolíticas não devem ser parte das discussões. Até mesmo porque o término do conflito é a única condição plausível para alavancar a retomada da economia global.

Figura 1: Líderes do G20 reunidos na Cúpula de 2022 em atividade ecológica em Bali, Indonésia.



Fonte: Reuters, 2022

¹¹¹ G20's dysfunctional family show little sign of working together in a crisis. **THE GUARDIAN**. 15 nov 2022. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2022/nov/15/little-sign-of-recovery-at-g20-at-either-political-or-economic-level>>. Acesso em: 20 nov 2022.

Com diversos países interessados, possível expansão do BRICS preocupa os EUA

Claudia Hoirisch

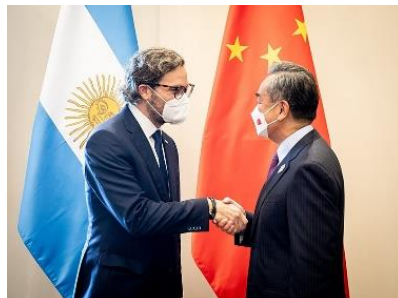


Foto: Os MRE da Argentina, Santiago Cafiero e Wang Yi da China se cumprimentam após reunião

Os Estados-Membros dos BRICS estão contestando a ordem econômica hegemônica dos EUA e Europa e isso tem atraído novos interessados para o grupo. Após a última cúpula, realizada em junho em Beijing, **Argentina e Irã** se inscreveram para ingressar no grupo.

A entrada do Irã poderia contribuir para estabilizar a região da Ásia Central e do Oriente Médio, cuja localização é parte central das rotas de transporte na esfera na BRI.

A Argentina ingressou recentemente na BRI e aparece como um aliado estratégico da China e um candidato em potencial para ingresso nos BRICS. Essa possibilidade é reforçada pelo refluxo da atuação do Brasil na América do Sul e da proximidade com os EUA, além do interesse declarado do país em aceder à OCDE. A Argentina tem no bloco três de seus principais sócios comerciais: Brasil, em primeiro, seguido de China, e a Índia em terceiro (o quarto lugar no ranking é ocupado pelos Estados Unidos). A Argentina vê no bloco um mecanismo de destaque no mundo para trabalhar as agendas do sul global, com um importante braço financeiro no Banco dos BRICS.

Os laços entre Buenos Aires e Beijing se intensificaram de forma importante ao longo das últimas décadas, com elevação não só dos intercâmbios comerciais, mas forte presença de recursos chineses na construção de infraestruturas e o desenvolvimento de laços de cooperação financeira, envolvendo realização de acordos de *swap cambial* que atenuam a já frágil estabilidade financeira e macroeconômica da Argentina - além de abrir caminho para a construção de uma gradual redução de dependência em relação ao dólar e ao próprio FMI.

Além da China, a Rússia observa a expansão dos BRICS como uma oportunidade para diversificar suas parcerias e evitar o isolamento internacional. Para os outros membros, porém, os benefícios ainda são incertos, pairando dúvidas sobre os procedimentos e o ritmo do processo de expansão. Na visão brasileira, se por um lado a adesão da Argentina aos BRICS poderia ofuscar o papel de liderança regional no bloco, acrescentando um competidor comercial em grandes mercados agroindustriais como China e Índia, por outro, fortaleceria os BRICS como uma alternativa de governança do sul global.

Para a presidente do Fórum Internacional do BRICS, a indiana Purnima Anand, Turquia, **Egito e Arábia Saudita** podem “muito em breve” se juntar ao grupo das maiores economias em desenvolvimento. O décimo país pode ser a Argélia, último a se candidatar formalmente.

A Turquia permanece sendo um aliado dos EUA e membro da Otan e não pretende sair da Aliança. Seu desejo em se juntar ao Brics se dá por causa de interesses econômicos com a Rússia.

O Egito, é uma economia importante no continente africano e na região do Oriente Médio e um ator chave em instituições financeiras de desenvolvimento. Conseguiu ingressar no NBD em 2021, o que significa meio caminho andado para ingressar no grupo.

A guerra na Ucrânia e consequentes sanções ocidentais pintaram um novo quadro, colocando o BRICS no centro das atenções, principalmente por conta do combustível fóssil¹¹². China, Índia, Rússia e África do Sul são os países que têm como base da sua matriz energética os combustíveis fósseis, só a China consome 49% do carvão mineral mundial. No Brasil, ao contrário, a base são as fontes renováveis. Isso explica o interesse pela Argélia e outros países na África onde as reservas de gás natural são numerosas. A Argélia é o maior exportador de gás natural do continente africano, já possui dutos que conectam à Europa, porém, o grande empecilho são os desafios de infraestrutura e segurança enfrentada pelos produtores locais, impossibilitando o aumento das exportações de energia. Ou seja: enquanto a UE luta para se livrar da energia russa¹¹³, a Argélia está entre as alternativas em discussão^{114,115,116}.

Dentro do pacote de preocupações ocidentais, o desejo da Arábia Saudita em se juntar ao bloco também causa preocupações. Semanas depois que a *Opec+* (Organização dos Países Exportadores de Petróleo e aliados) decidiu cortar a produção global de petróleo em dois milhões de barris por dia, piorando o clima entre Washington e Riad, enquanto o presidente Joe Biden lutava para manter os preços dos combustíveis baixos, seu homônimo russo, Vladimir Putin¹¹⁷, apoiou abertamente a ideia da adesão da Arábia Saudita.

A Arábia Saudita é um país em rápido crescimento, líder na produção de hidrocarbonetos e extração de petróleo. Para Putin, o príncipe herdeiro e o governo saudita têm planos grandes para diversificar a economia. A China endossou os comentários de Putin. O porta-voz do MRE chinês, Wang Wenbin, disse em uma coletiva de imprensa que Beijing “apoia ativamente o processo de expansão do BRICS”.

O presidente chinês Xi estará se preparando para visitar a Arábia Saudita antes do final do ano. O encontro deve ocorrer dentro de um contexto em que Beijing e Riad “lutam por uma ordem mundial mais multipolar”.

¹¹² Os BRICS são grandes consumidores de energia, tendo demandado 223 Exajoules de energia primária (5,3 bilhões de toneladas de petróleo equivalente) em 2019, ou 38% do total mundial. O consumo de energia do grupo cresceu à taxa de 3,3% a.a. na última década, bem superior à média mundial, 1,9%. Essa dinâmica de consumo é liderada pela China que representa 64% do consumo dos BRICS, seguida por Índia (15%) e Rússia (13%). Seu consumo de energia primária é muito concentrado em recursos fósseis. Em todos os países, os fósseis constituem a principal fonte energética, com predomínio do carvão na China, Índia e AS e do gás natural na Rússia. O Brasil possui consumo fóssil mais diversificado entre petróleo e derivados, gás e carvão, que somam 55% do total. A diversidade e a abundância de fontes de energia, bem como a elevada participação de fontes renováveis no sistema elétrico e no setor de transporte particularizam o caso brasileiro.

¹¹³ <https://areferencia.com/europa/uniao-europeia-planeja-investir-em-energia-verde-para-dar-fim-a-dependencia-da-russia/>

¹¹⁴ <https://areferencia.com/europa/uniao-europeia-planeja-investir-em-energia-verde-para-dar-fim-a-dependencia-da-russia/>

¹¹⁵ [Gás da Argélia, uma resposta à procura energética europeia? | NOTÍCIAS | DW | 03.10.2022](#)

¹¹⁶ A Argélia fornece cerca de 21 bilhões de metros cúbicos de gás natural para a Itália, sendo o segundo maior fornecedor do país, atrás apenas da própria Rússia.

¹¹⁷ <https://areferencia.com/europa/os-mortos-de-putin/>

Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

Sebastián Tobar e Miryam Minayo

UNASUL? Sete ex-presidentes e 11 chanceleres pedem a sua reconstrução¹¹⁸

No dia 14 de novembro, sete ex-presidentes latino-americanos acompanhados de ex-chanceleres, ex-ministros, ex-parlamentares, atuais congressistas, professores, diretores de organismos internacionais e ex-embaixadores enviaram uma carta¹¹⁹ a 12 presidentes da região para pressioná-los a construir uma nova UNASUL (a União das Nações Sul-americanas).

A Unasul foi criada em 2008 e, uma década depois, com um giro à direita na região, foi perdendo influência e deixou de funcionar em 2019.

A carta recebida por Alberto Fernández (Argentina), Luis Arce (Bolívia), Lula da Silva (presidente eleito do Brasil), Guillermo Lasso (Equador), Gabriel Boric (Chile), Gustavo Petro (Colômbia), Irfaan Ali (Guiana), Mario Abdo Benítez (Paraguai), Pedro Castillo (Peru), Luis Lacalle Pou (Uruguai), Chan Santokhi (Suriname) e Nicolás Maduro (Venezuela) expressa que “a integração é mais necessária hoje do que nunca”.

O texto assinado pelos ex-presidentes Michelle Bachelet (Chile), Rafael Correa (Equador), Eduardo Duhalde (Argentina), Ricardo Lagos (Chile), José Mujica (Uruguai), Dilma Rouseff (Brasil) e Ernesto Samper (Colômbia) começa com a descrição do novo cenário internacional: uma pandemia que assola o mundo há quase três anos, a guerra da Rússia contra a Ucrânia e o acirramento da disputa entre China e Estados Unidos.

“A globalização como foi organizada até hoje está em questão”, mas acrescenta que, embora “o novo mundo emergente carregue ameaças”, ele também representa “oportunidades que não podem ser desperdiçadas novamente”. Fala de “uma crise climática que continua a agravar-se” e “uma anomia em termos de respeito pelo direito internacional” que “gera uma espécie de caos global em que existe até o risco de uma tragédia causada por armas nucleares”. A conclusão, para os signatários da carta, parece óbvia: “É necessária uma intervenção urgente dos organismos multilaterais, hoje infelizmente enfraquecidos e muitas vezes impotentes”.

Os ex-presidentes são apoiados por um grupo de ex-chanceleres: Celso Amorin (Brasil), Rafael Bielsa (Argentina), Belela Herrera (Uruguai), José Miguel Insulza (Chile), Jorge Lara (Paraguai), Guillaume Long (Equador), Heraldo Muñoz (Chile), Rodolfo Nin (Uruguai), Aloizio Nunez (Brasil), Felipe Solá (Argentina) e Jorge Taiana, atual ministro da Defesa da Argentina. A carta analisa o espaço mundial que tende a se reorganizar em torno de grandes blocos regionais que, “na medida em que se fecham, podem se tornar verdadeiras fortalezas”.

O documento segue analisando que “a hegemonia norte-americana é desafiada pelo surgimento da China, uma nação milenar governada de forma centralizada. Por seu lado, a União Europeia procura defender o seu modelo de coesão social e abrir, sem sucesso até agora, espaços que lhe permitam conquistar a sua autonomia estratégica. Ao mesmo tempo, o chamado Sul Global com novas potências emergentes, busca romper e influenciar o desenho de uma nova governança do planeta”. Diante desse cenário, “noções como saúde, alimentação ou

¹¹⁸ <https://elpais.com/internacional/2022-11-15/nuestra-region-puede-mas-siete-expresidentes-y-11-cancilleres-istan-a-reconstruir-la-unasur.html>

¹¹⁹ https://ep00.epimg.net/descargables/2022/11/14/55676485efe8dd1cf9df992a98dab285.pdf?rel=mas_sumario

soberania energética ganham nova moeda” e “neste mundo de blocos regionais, nossa América Latina aparece como uma região marginal e irrelevante”. Para os signatários, a região “é de longe a mais atingida pela pandemia e pela crise econômica e social que se lhe seguiu” e a região “viveu uma recessão duas vezes mais profunda que a da economia mundial e viu um aumento de quase 50 milhões em o número de pessoas que vivem em condições de pobreza.

Quando, na recente Cúpula das Américas, a falta de posição comum de nossos governantes foi demonstrada com toda aspereza, a ponto de o centro da discussão ser ocupado por exclusões e ausências —continua o texto—, há um desânimo que, no entanto, “não é inexorável”: “Nossa região pode fazer mais”, observa a carta, “aos poucos o processo de integração está sendo reativado”. Exemplifica a iniciativa do presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador que permitiu a reativação da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), criada em 2010 e paralisada desde 2017 – da qual o Brasil não faz parte. “Uma América Latina integrada, não alinhada e pacífica recuperará prestígio internacional e conseguirá superar a irrelevância em que nos encontramos”, o que alcançaria “melhores condições para enfrentar os quatro maiores desafios que ameaçam a região: mudanças climáticas, pandemias, desigualdades sociais e regressão autoritária”.

O texto segue analisando que “quando os recentes processos eleitorais permitiram o triunfo de governantes e coligações políticas favoráveis ao relançamento da integração regional” configurou-se “uma oportunidade que não se pode perder” porque “juntos podemos fazer ouvir a nossa voz”. Recorde-se que enquanto na UE o comércio inter-regional representa mais de 70% do total, na América Latina, após quedas sucessivas, atualmente não chega a mais de 13%. “Portanto, a reconstrução de um espaço efetivo de consulta sul-americana é urgente”. “A Unasul ainda existe e é a melhor plataforma para reconstituir um espaço de integração na América do Sul.”

Para os signatários da carta, “não se trata de uma reconstituição puramente nostálgica de um passado que não existe mais”, mas sim “uma nova Unasul deve assumir autocriticamente as deficiências do processo anterior”, como “garantir o pluralismo e sua projeção para além das afinidades ideológicas e políticas dos governos no poder”.

Na sua agenda prioritária, continua a carta, deverá ser incluído:

- ✓ um plano de autossuficiência sanitária, especialmente vocacionado para a produção e compra conjunta de vacinas e insumos essenciais de saúde;
- ✓ acordos para facilitar a migração ordenada; um programa integrado de combate às mudanças climáticas em conformidade com os Acordos de Paris;
- ✓ obras prioritárias rodoviárias, ferroviárias e de conectividade energética;
- ✓ a recuperação para a região do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o fortalecimento do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF);
- ✓ medidas que favoreçam a cooperação entre empresas da região e
- ✓ políticas conjuntas para regular a ação de grandes monopólios tecnológicos, entre outras medidas.

SEGIB: “A virada progressista na América Latina facilita a relação com a Europa; seria absurdo negar”¹²⁰

Em entrevista ao jornal El País, Andrés Allamand, atual secretário-geral ibero-americano fala sobre os desafios econômicos da região e as relações entre UE e América Latina com o avanço progressista na região. A entrevista foi transcrita na íntegra.

Depois da pandemia, um episódio de preços altos e dólar forte. Como você vê a América Latina economicamente?

Claramente, é uma situação econômica complexa. Há um contexto de alta inflação, que era um fenômeno que estava sob controle. Minha impressão é que os países latino-americanos têm reagido bem, com uma gestão econômica séria, para a qual contribuiu a existência de bancos centrais autônomos. Mas há algo que me preocupa mais: uma perspectiva de baixo crescimento, que é uma das deficiências endêmicas da região. Compartilho da preocupação daqueles que temem uma nova década perdida: as perspectivas voltam a ser particularmente modestas a partir do ano que vem. Deixar essa profecia para trás é um dos maiores desafios da região.

A situação das matérias-primas caras, no entanto, favorece muitos países do bloco.

É uma oportunidade que você deve aproveitar, como entre 2004 e 2014, quando o boom impulsionou o crescimento, reduziu a pobreza e a desigualdade. Neste momento há uma trilogia de oportunidades para a região: energia, mineração e alimentos. Mas, para aproveitá-la e receber mais investimentos, é preciso melhorar sua governança e aumentar seus níveis de confiança.

A UE está em busca de energia e alimentos, e a América Latina os tem.

A região tem o que a Europa precisa: alimentos, energia e minerais. Dois terços das reservas mundiais de lítio estão na Argentina, Bolívia e Chile, por exemplo. Mas os investidores precisam de estruturas de longo prazo: a lucratividade de um projeto de energia não é medida em anos, mas em décadas.

A guerra, então, aproxima os dois blocos?

Estamos no alvorecer de um relançamento das relações entre a América Latina e a União Europeia, e tudo o que eu puder fazer em meu cargo de Secretário-Geral será direcionado para isso. São várias as razões para que isso surja: a coincidência de interesses contingentes, a presidência espanhola da Comissão [europeia] no segundo semestre de 2023 e uma reconfiguração da ordem mundial em que as alianças são necessárias. A América Latina e o Caribe, junto com a UE, respondem por um terço dos votos nas Nações Unidas. Tudo vem junto.

O acordo UE-Mercosul ainda está pendente de conclusão?

A eternização das negociações, inclusive para a modernização dos tratados de associação do México e do Chile, está pendente. Saudamos a cúpula entre a UE e a Celac [Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos], anunciada para o segundo semestre de 2023 e que não é realizada há oito anos.

Será no ano 2023, então?

¹²⁰ <https://elpais.com/economia/2022-11-19/el-giro-progresista-en-america-latina-facilita-la-relacion-con-europa-seria-absurdo-negar-lo.html>

Parece mais fácil nos acordos do México e do Chile do que no Mercosul, mas esperamos ver progressos nos três. Estão reunidas as condições políticas para que se concretizem e para que uma nova etapa se inicie.

Eleição após eleição, a América Latina continua girando para a esquerda. Pela primeira vez, as cinco maiores economias do bloco têm governos desse signo.

As mudanças são elementos naturais ao exercício da democracia e não afetam o futuro da comunidade latino-americana. De fato, há uma mudança de orientação e, se olharmos para os resultados eleitorais mais recentes, há um deslocamento para posições de centro-esquerda em países muito importantes, como Colômbia, Chile ou Brasil. E há algo muito significativo: nas últimas 14 eleições na região, exceto na Nicarágua, a oposição venceu em todas elas. Isso significa que há desconforto com o partido no poder.

Você acha que essa virada da região para posições progressistas pode facilitar sua relação com a Europa? O caso do Brasil é muito claro, com a derrota de Bolsonaro e a vitória de Lula, muito melhor visto em Bruxelas.

Objetivamente, facilita: há, neste minuto, uma coincidência que pode favorecê-lo. Seria absurdo negá-lo, e esta oportunidade deve ser aproveitada. Mas, a médio e longo prazo, a relação entre as duas regiões deve ser dissociada dos ciclos políticos, sob pena de perder força.

Quando você ganhou a votação para a Secretaria Geral Ibero-Americana, a realidade política era radicalmente diferente. Você é claramente um conservador, se sente confortável com essas novas lideranças?

Meu cargo não tem perfil político, mas técnico, administrativo. Há duas características que tornam o seu exercício independente dos ciclos políticos: que tem de ser por consenso, por unanimidade, e que o mandato é de quatro anos, com apenas uma possibilidade de reeleição.

Mas requer uma certa afinidade com os líderes?

Mantenho um relacionamento muito bom com muitos dos chefes de Estado e com os ministros das Relações Exteriores, muitos dos quais conheci da minha gestão anterior. Mas esta não é apenas uma questão pessoal, mas institucional.

Como é sua relação com o presidente chileno, Gabriel Boric?

Um muito bom. Não desempenho um papel político, nem intervenho na política chilena. De fato, quando assumi o cargo, assinaléi que estava encerrando definitivamente minha carreira política no Chile. Não cabe ao secretário-geral da comunidade ibero-americana envolver-se em questões políticas internas dos países.

O que acontece é que o senhor tem um perfil político muito marcado, muito superior ao de seus antecessores. Chegou mesmo a ter aspirações presidenciais?

Não nego: tenho uma longa e intensa carreira política, que foi plenamente conhecida por aqueles que me indicaram por unanimidade. Mas, quando assumi, encerrei minha carreira política. Me dedico 100% a esse cargo e não interfiro na política interna de nenhum país. Começando pelo meu.

CEPAL: Efeitos demográficos da pandemia de COVID-19¹²¹

O Observatório Demográfico 2022, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), revela que a América Latina e o Caribe é uma das regiões mais impactadas

¹²¹<https://www.cepal.org/es/noticias/america-latina-caribe-es-regiones-mas-impactadas-demograficamente-la-crisis-sanitaria>

demograficamente pela pandemia da Covid-19. Esta é uma publicação anual da organização que, em sua nova edição, destaca a urgência de fortalecer os sistemas estatísticos nacionais e calcular estimativas e projeções populacionais de boa qualidade para o diagnóstico e planejamento de políticas públicas.

O *Observatório Demográfico 2022: Efeitos demográficos da pandemia de COVID-19*¹²² apresenta estimativas e projeções populacionais elaboradas pelo Centro Demográfico da América Latina e Caribe (CELADE) -Divisão de População da CEPAL, em conjunto com a Divisão de População das Nações Unidas, trabalho que também é complementado com assessoramento técnico aos Institutos Nacionais de Estatística dos países da região na elaboração de suas próprias estimativas e projeções populacionais.

A publicação foi apresentada em evento virtual inaugurado por José Manuel Salazar-Xirinachs, secretário executivo da CEPAL, e Florbela Fernandes, diretora regional adjunta do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA).

“Para elaborar políticas públicas que contribuam para a transformação do modelo de desenvolvimento com foco na produção, inclusão e sustentabilidade, é importante saber não só quantos seremos, mas também características como sexo, idade, localização geográfica, etnia, entre outros”, afirmou José Manuel Salazar-Xirinachs, Secretário Executivo da CEPAL, durante a apresentação do documento.

Ele destacou que, apesar das adversidades da pandemia, vários países da região conseguiram elaborar suas estatísticas vitais de óbitos e nascimentos em tempo hábil, o que permitiu estimar o impacto da pandemia na mortalidade e suas consequências para a dinâmica da população. No entanto, nem todos os países tinham essa capacidade e as informações disponíveis apresentam alguns desafios em relação à sua integridade e precisão, alertou o representante máximo da CEPAL.

Por tanto, o Secretário afirmou que “isso mostra a necessidade de continuar trabalhando para melhorar as estatísticas vitais nos níveis nacional e subnacional, para que as autoridades dos países possam tomar decisões com base em informações oportunas e de qualidade. Precisamos de informações cada vez mais precisas e desagregadas, por isso é fundamental investir nas estatísticas vitais, cuja importância tem sido evidenciada pela pandemia”.

Florbela Fernandes, Diretora Regional Adjunta do UNFPA, observou que “hoje que a população chega a 8 bilhões de habitantes, é importante ressaltar que as pessoas são a solução, não o problema. E com 8 bilhões, vemos 8 bilhões de oportunidades e por isso defendemos a medição e antecipação das alterações demográficas para estarmos melhor preparados para as consequências que daí advenham”.

A publicação indica que a população da América Latina e Caribe passou de 168,3 milhões de habitantes em 1950 para 660,3 milhões de pessoas em 2022, cifra que representa 8,3% da população mundial.

¹²² <https://www.cepal.org/es/publicaciones/48488-observatorio-demografico-america-latina-caribe-2022-tendencias-la-poblacion>

O crescimento decrescente da população, decorrente principalmente da diminuição da fecundidade, levará a região a atingir seu máximo populacional no ano de 2056, com um total de 751,9 milhões de pessoas.

A publicação aponta que na atual década se projeta uma queda no número de habitantes com menos de 30 anos e um crescimento positivo da população adulta na região, especialmente aqueles com mais de 50 anos. Se os pressupostos das projeções populacionais forem atendidos, até o final deste século o único grupo populacional que continuará aumentando em nível regional é o das pessoas com 80 anos ou mais.

A análise confirma que a região perdeu 2,9 anos de expectativa de vida ao nascer entre 2019 e 2021, passando de 75,1 anos em 2019 para 72,2 anos em 2021, tornando a América Latina e o Caribe a região do mundo que mais perdeu anos de expectativa de vida em decorrência da pandemia. A queda entre 2019 e 2021 foi maior na América Central (-3,6 anos).

O documento afirma que “a perda de anos de vida em 2020 e 2021 é maior do que em qualquer outro período da história recente da região. As projeções preveem uma recuperação em 2022, que terá ritmos diferentes nos países devido às diferenças no processo de vacinação e nas medidas adotadas para combater a pandemia. No entanto, a expectativa de vida ao nascer não retornará aos níveis pré-pandêmicos até 2025”.

O Observatório Demográfico 2022 também analisa a dinâmica da migração intrarregional e revela que o fluxo de migrantes venezuelanos para países da região como Colômbia, Peru, Chile, Equador e Brasil é inédito, em termos de intensidade, na história recente das Américas A América Latina e o Caribe. Ele aponta que o movimento de pessoas da República Bolivariana da Venezuela começou por volta de 2016, quando 283.300 pessoas deixaram o país, e atingiu seu máximo em 2018, quando aquele país perdeu cerca de 1,4 milhão de habitantes devido à migração. Porém, com o fechamento das fronteiras após o início da pandemia de Covid-19, esse movimento foi reduzido e as projeções apontam para um movimento de retorno gradual a partir de 2022.

Finalmente, o documento destaca que a pandemia evidenciou a necessidade de sistemas robustos e oportunos de coleta e divulgação de dados populacionais, discriminados pelo menos no nível subnacional por idade, sexo e causa de morte. Os países que possuem sistemas de compilação e processamento rápidos de informações de qualidade passaram a contar com melhores ferramentas para monitorar o avanço ou declínio do coronavírus e melhores possibilidades de definir seus planos de ação.

Nicarágua: o grave cenário político

O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, deu mais um passo para o estabelecimento de um regime de partido único em seu país.

Sem o menor respeito pelo sistema democrático, a pluralidade de partidos ou a liberdade de opinião, o presidente do país centro-americano e sua esposa Rosario Murillo, que é a vice-presidente, obtiveram vitória em todos os municípios em disputa nas eleições municipais.

O atual processo eleitoral, assim como os últimos, parece haver estado muito distante da lisura e do processo democrático. A sensação de fraude pública e impunidade é difícil de esconder diante de uma demonstração de autoritarismo. Dados preliminares indicam que a Frente Sandinista (ainda aquele mesmo sintagma que deu esperança a tantos 40 anos atrás)

assumiu o controle de 100% das prefeituras —até um total de 153—, desta vez destituindo inclusive os partidos aliados incentivados pelo partido no poder para simular uma competição grotesca.

Daniel Ortega, confirmou o quarto mandato consecutivo, ao receber 75% dos votos. As eleições não tiveram uma real concorrência: 7 pré-candidatos da oposição foram detidos para que não pudessem concorrer.

Com 14 anos de poder, Ortega é acusado pelos críticos de nepotismo e de instaurar uma ditadura. O ex-guerrilheiro alega que seu governo é do povo e defende a soberania do país dos “ataques” dos Estados Unidos. O presidente dos EUA, Joe Biden, chamou as eleições deste país da América Central de farsa.

O dia das eleições foi marcado pelo desinteresse dos nicaraguenses e uma abstenção muito alta, que a organização independente Urnas Abiertas eleva a mais de 80% do eleitorado. O casal Ortega empreendeu um voo de natureza claramente autoritária, denunciando qualquer possível resquício da revolução sandinista, e não parece disposto a ceder.

As prisões de opositores, incluindo ex-companheiros de armas do próprio Ortega, como a heroína do sandinismo Dora María Téllez, o assédio brutal da imprensa ou o assédio da Igreja Católica indicam que a situação no país é atualmente insustentável e o tempo irreversível em termos de qualidade democrática.

As eleições também definiram os 90 deputados do Congresso, que, assim como todos os poderes do Estado está sob controle do governo. A Urnas Abiertas afirmou que a votação foi marcada pela abstenção, pelo controle paramilitar e pelo assédio a funcionários públicos para forçá-los a votar.

As eleições aconteceram três anos e meio após os protestos de 2018, que exigiram a renúncia de Ortega. A repressão deixou pelo menos 328 mortos e mais de 100 mil exilados, o que provocou uma grande crise no país de 6,5 milhões de habitantes da América Central.

Todas as tentativas de diálogo falharam, tanto as abordagens dos Estados Unidos quanto as mediações do Vaticano. Ortega e Murillo, imbuídos de uma velha e oca retórica anti-imperialista, rejeitaram categoricamente contatos com o governo Biden e veem o espectro da ingerência em qualquer cenário de negociação.

Segundo Antonia Urrejola¹²³, presidente da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), o processo de concentração de poder e enfraquecimento da democracia na Nicarágua foi gradual, e o país abriga um estado policial, não qual ou governo instalou um regime para suprimir todas as liberdades por meio do controle e vigilância de duas cidades e repressão. “Todos os poderes são alinhados e dirigidos pelo Executivo e, portanto, não representam limites ao exercício do poder nem impedem arbitrariedades; pelo contrário, facilitamos ou consolidamos”.

Se na Europa ou em outras latitudes existe um amplo acordo —mesmo nas fileiras dos partidos de esquerda e pós-comunistas— condenando a deriva abertamente autoritária do regime de Manágua, a configuração de um novo eixo progressista na América Latina poderia ser uma oportunidade de passar de pronunciamentos e meias medidas para ações esclarecedoras.

123

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/11/08/nicaragua-daniel-ortega-conquista-quarto-mandato-consecutivo-na-nicaragua-pais-e-um-estado-policial-sem-separacao-de-poderes-diz-cidh.ghtml>

Tanto o governo de Gustavo Petro, na Colômbia, quanto o de Gabriel Boric, no Chile, que até agora tem sido o mais claro em seu repúdio aos excessos do regime, e o de Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil, estão em condições de dar um passo à frente e obrigar Ortega a sentar para conversar e reconstruir a destruição cometida nos últimos anos.

Organização dos Estados Americanos (OEA)

A CIDH publica relatório sobre Concentração do Poder e Enfraquecimento do Estado de Direito na Nicarágua¹²⁴

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) publicou o relatório: Concentração de Poder e Enfraquecimento do Estado de Direito na Nicarágua¹²⁵, que aborda a grave crise política, social e de direitos humanos na Nicarágua em um contexto de completo enfraquecimento do Estado de Direito e de uma profunda deterioração em matéria de direitos humanos no período que antecedia as eleições gerais no país.

A concentração do poder pelo Executivo facilitou a transformação da Nicarágua em um estado policial, no qual o Governo instalou um regime de supressão de todas as liberdades, por meio do controle e da vigilância da cidadania e da repressão através dos órgãos de segurança estatais e paraestatais, endossados pelos demais poderes do Estado, e em acordo com as instituições de controle. Não existe no país um sistema de pesos e contrapesos, já que todas as instituições respondem às decisões do Executivo.

Neste ano, a CIDH constatou a intensificação da repressão através da detenção arbitrária e da criminalização de mais de 30 pessoas sob acusações infundadas e sem as devidas garantias judiciais, incluindo 7 pessoas pré-candidatas à Presidência, que permanecem privadas de liberdade, e algumas das quais contam com medidas provisórias da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH). Nesse sentido, durante o ano de 2021, a CIDH emitiu 32 resoluções de medidas cautelares para pessoas beneficiárias, em sua maioria, pessoas defensoras, líderes de opinião e/ou opositoras ao Governo, entra as quais se encontram lideranças de movimentos sociais, jornalistas, mulheres defensoras de direitos humanos e pessoas pré-candidatas presidenciais.

Também se observou a supressão da personalidade jurídica de 3 partidos políticos e o contínuo assédio às organizações civis e de direitos humanos mediante o contínuo fechamento do espaço democrático e da imprensa independente. Com tais ações, o Governo busca se perpetuar no poder através de eleições que não dão as mínimas garantias de liberdade, acesso à informação, transparência e pluralidade, em um contexto de fechamento de todos os espaços democráticos e de impunidade estrutural.

A Comissão analisa como esta situação veio sendo gestada desde há mais de duas décadas, com o chamado pacto “Alemão-Ortega” de 1999, pelo qual se instaurou no país um sistema bipartidário com o objetivo de facilitar a cooptação dos mais altos cargos da administração pública, e que segue vigente no presente. O processo de concentração do poder no Executivo se intensificou no ano de 2007 quando o Presidente Daniel Ortega assumiu seu segundo mandato na Presidência da República, e terminou por se consolidar a partir da crise de direitos humanos iniciada em abril de 2018.

¹²⁴ <https://www.oas.org/pt/cidh/jsForm/?File=/pt/cidh/prensa/notas/2021/284.asp>

¹²⁵ https://www.oas.org/es/cidh/informes/pdfs/2021_Nicaragua-ES.pdf

Desse modo, apesar de existir uma vedação constitucional para a reeleição, em 2010 o Pleno da Corte Suprema permitiu que o Presidente Daniel Ortega se apresentasse como candidato à presidência nas eleições de novembro de 2011. Posteriormente, mediante uma reforma constitucional, a Assembleia Nacional habilitou a reeleição presidencial indefinida. Na recente Opinião Consultiva OC-28-21 “A figura da reeleição presidencial indefinida em sistemas presidenciais no contexto do Sistema Interamericano de Direitos Humanos”, a Corte IDH estabeleceu que a habilitação da reeleição presidencial indefinida é contrária aos princípios de uma democracia representativa e, portanto, às obrigações estabelecidas na Convenção Americana e na Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

O Poder Judiciário da Nicarágua carece de independência e imparcialidade, devido, entre outros fatores, à sua conformação bipartidária e às reformas legais que desde 2010 permitiram processos de designação e permanência contrários ao princípio da independência judicial. A tais fatores se soma uma carreira judicial sem garantias de imparcialidade. Além disso, a designação de pessoas de filiação partidária e próximas ao Executivo no Ministério Público tem significado a progressiva perda da sua independência e autonomia por meio da sua instrumentalização aos interesses do governo, conforme se observa claramente nos fatos ocorridos neste ano.

Toda essa situação não teria sido possível sem que houvesse o controle dos organismos e instituições encarregadas da segurança do Estado, como a Polícia Nacional, o Exército e a criação de aparatos de controle e vigilância da cidadania como os Conselhos de Poder Cidadão (CPC). Tudo isso ficou em evidência na repressão estatal aos protestos sociais iniciadas em 2018 e conforme tem reiterado a CIDH em seus diversos relatórios e comunicados de imprensa nos últimos anos.

A Comissão identificou, entre outros, assédio e repressão contra qualquer pessoa considerada como opositora ao Governo, o uso arbitrário da força letal e não letal, o que resultou em violações ao direito à vida e à integridade pessoal, detenções arbitrárias, buscas, ameaças, maus-tratos, criminalização mediante processos judiciais com acusações infundadas, irregularidades nas garantias judiciais e no acesso à justiça, o fechamento de espaços democráticos, suspensão de liberdades e violações da liberdade de expressão. Tudo isso perpetrado por grupos policiais e milícias afins ao Executivo.

O grande desafio que hoje a Nicarágua enfrenta é o restabelecimento das garantias e liberdades fundamentais de um Estado Democrático de Direito que permitam retomar a democracia representativa e participativa e a separação efetiva dos poderes. Para tanto, devem ser garantidas as condições para a realização de eleições justas, livres e transparentes em conformidade com os princípios estabelecidos na Carta Democrática Interamericana. Nesse contexto, a Comissão realiza no relatório uma série de recomendações voltadas ao Estado da Nicarágua e à comunidade internacional.

VII Congresso de Latino-Americano de Saúde Global

Entre os dias 16 e 18 de novembro, foi realizado o VII Congresso Latino-Americano e Caribenho de Saúde Global, em Santiago do Chile. A ALASAG é uma Aliança de Instituições Latino-Americanas, que promove a saúde global a partir de uma perspectiva latino-americana.

No último dia do encontro, como de costume, foi realizada a Reunião Ordinária da Aliança. Nela, foi apresentada a avaliação do Plano de Trabalho 2021-2022, com a realização de atividades importante e alcançando os resultados planejados.

A ALASAG teve sua presença marcada e expandida por meio de seminários, atividades e declarações que acompanham a conjuntura e governança da saúde global. Outro ponto que mereceu destaque foi a criação da Ediciones ALASAG, que no curto espaço de tempo desde a sua criação, já publicou dois livros gratuitos com artigos de autores que refletem uma perspectiva latino-americana de saúde global.

Também foram realizadas eleições para o novo presidente da Aliança, que culminou na reeleição do atual Presidente Paulo Buss.

A ALASAG, no seu VII Congresso, exarou a **Declaração de Santiago sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina**, que constitui o próximo capítulo deste Caderno 22.



DECLARACIÓN DE SANTIAGO SOBRE SALUD GLOBAL Y DIPLOMACIA DE LA SALUD EN AMÉRICA LATINA

Nosotros:

Las Instituciones¹²⁶ que formamos parte de la Alianza Latinoamericana de Salud Global (ALASAG), nos hemos reunidos en ocasión del VII Congreso Latinoamericano y del Caribe de Salud Global: *Perspectivas y desafíos en un escenario post-pandemia - Fortaleciendo Alianzas de Salud Global en América Latina y el Caribe*, realizado los días 16 y 17 de noviembre, en Santiago de Chile.

Hemos analizado el escenario regional de la salud global frente a la crisis climática y ambiental global, las migraciones intrarregionales, la respuesta a la pandemia, el combate al hambre y la inseguridad alimentaria y la malnutrición, analizando éxitos y desafíos, la necesidad del fortalecimiento y la mejora continua de la vigilancia integrada de las enfermedades y la preparación para emergencias sanitarias, así como la necesidad de articular los esfuerzos de cooperación.

En tal sentido,

Expresamos:

1. Somos conscientes de que la salud individual y colectiva es totalmente dependiente de causas que trascienden la esfera individuo-enfermedad, y que se ubican en las condiciones políticas, sociales, económicas y ambientales en que nacen, viven, trabajan y mueren las personas – los determinantes sociales de la salud.
2. Consideramos que, en el escenario actual, el modelo de desarrollo es generador de crecientes desigualdades sociales, que determinan graves inequidades en las condiciones de salud y donde es necesario un nuevo modelo de producción de la salud, basada en la estrategia de atención primaria de salud y con énfasis en la promoción, prevención y atención de la salud, y que promueva la acción intersectorial para abordar la determinación social.
3. Llamamos la atención sobre la necesidad de revertir el modelo de desarrollo vigente de forma global. De persistir el mismo, su impacto en los 17 Objetivos de Desarrollo

¹²⁶ Instituciones que componen ALASAG: Fundação Osvaldo Cruz, Brasil; Centro de Investigación en Cuidado de Enfermería y Salud (CICES), Universidad de Costa Rica; Universidad del Norte, Colombia; Universidad ISALUD, Argentina; Instituto Nacional de Salud Pública, México; Universidad Peruana Cayetano Heredia; Escuela de Salud Pública 'Salvador Allende', Universidad de Chile; Universidad do Estado do Rio de Janeiro, Brasil; Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo; Facultad de Salud Pública 'Héctor Abad Gómez', Universidad de Antioquia, Colombia

Sostenibles, como el cambio climático, la deforestación, la pérdida de la biodiversidad, entre otros, auguran la amenaza de nuevos episodios con potencial pandémico, así como la proliferación de violencia interpersonal y conflictos armados, al interior y entre las naciones.

4. Nuestra profunda preocupación por la crisis multidimensional vigente radica en el profundo impacto que tiene en la salud de los individuos, las familias, y sus comunidades. La crisis necesita una respuesta adecuada del Estado y de la sociedad, en los niveles nacionales y locales, pero también en el nivel global, regional y subregional, y en estas esferas, las respuestas se referencian a la *salud global y la diplomacia de la salud*.
5. En nuestro VII Congreso hemos abordado los interrogantes y las soluciones de la crisis en la que el mundo y nuestra región se encuentran inmersos, así como vislumbrado soluciones. En tal sentido, somos conscientes del papel de la investigación y las instituciones académicas involucrados con esta diada de la salud global y la diplomacia de la salud.
6. Somos conscientes que un aspecto político de esta crisis multidimensional incluye, en muchas partes del mundo, la negación de la democracia como valor civilizatorio fundamental. El alza de la extrema-derecha y sus posturas golpistas en contra del Estado Democrático de Derecho amenaza la sobrevivencia de las reglas fundamentales de convivencia social y lo rechazamos de forma firme y decidida.
7. Observamos con extrema preocupación el escenario de **fragilización del multilateralismo global y regional**, que se traduce en la distancia entre una 'retórica adecuada' que utilizan los Estados-miembros, y la concretización, en la práctica, de las propuestas y decisiones tomadas. Tal es la realidad, que se observó en los últimos dos años con relación al acceso equitativo a las vacunas para la Covid-19, por citar apenas un ejemplo. Pero también verificamos la distancia entre la retórica y la práctica en diversos campos importantes, como el socioeconómico, el ambiental, el de nuevas gobernanzas, sea a nivel de las Naciones Unidas, sus agencias, fondos y programas, o a nivel del multilateralismo regional y subregional en América Latina.
8. Saludamos a los pueblos latinoamericanos, que han apostado por la democracia en elecciones nacionales en años recientes y por el rechazo al modelo de desarrollo neoliberal, excluyente y desigual, y la opción por un desarrollo más equitativo, justo e incluyente de los grupos mas vulnerables de la población.
9. En tal sentido, vivimos la perspectiva esperanzadora del impulso de una **diplomacia de la salud progresista** en Latinoamérica, en la cual tengamos en la **cooperación internacional solidaria** un valor central en la relación entre nuestros países. Para aprovechar y consolidar la 'ventana de oportunidades' que se abre para una 'diplomacia en salud progresista' en la región, los gobiernos nacionales y las instituciones multilaterales regionales y subregionales deben buscar, de inmediato, a través de la diplomacia en salud, una agenda convergente de cooperación en salud, capaz de colaborar en la formulación e implementación de **políticas socio-económicas y de salud** integrales, resolutivas y apoyadas por la población.
10. Asimismo, el actual modelo de producción y consumo, vigente a nivel global, ha incrementado los desafíos globales que han sido analizados en este VII Congreso, como el cambio climático, la inseguridad alimentaria, las migraciones, los refugiados y la necesidad de extender la protección social. En este escenario, resulta necesario potenciar la cooperación y la convergencia de las agendas a nivel subregional en salud, así como propiciar el trabajo conjunto entre la Organización Panamericana de la Salud (OPS), la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), la Comunidad de Estados

Latino Americanos y del Caribe (CELAC), el Consejo de Ministros de Salud de Centro América y República Dominicana (COMISCA), las Reuniones de Ministros de Salud del MERCOSUR, las Reuniones de Ministros de Salud Andinos del ORAS/CONHU, y con otros foros subregionales de integración en salud, propiciando un dialogo virtuoso y propiciando convergencias de agendas, así como diseñando los arreglos de gobernanza necesarios para abordar los desafíos de salud de la región.

11. La crisis ambiental global, que es producto del actual modelo de desarrollo, afecta a la salud. En tal sentido, las gobernanzas a nivel regional y subregional en salud deben tener un papel estratégico, produciendo conocimiento e información tendiente a la mitigación de sus efectos, sensibilización de los actores de la sociedad civil y propiciando el trabajo intersectorial al respecto.

Por todo lo expuesto,

Instamos:

A los **Gobiernos** de la región y al multilateralismo regional en salud a trabajar en forma conjunta, dialogar y priorizar problemas y desafíos comunes, procurando un accionar conjunto para el cumplimiento del ODS 3 Salud, sobre la base de la estrategia de APS, la Agenda 2030 con sus 17 ODS, que constituyen importantes determinantes de la salud de nuestras poblaciones, y el compromiso de “*no dejar a nadie atrás*”. ALASAG se encuentra plenamente movilizada para apoyar los esfuerzos regionales en esta dirección.

A las **instituciones académicas** de la región a que se movilicen para contribuir en la producción del conocimiento necesario para construir políticas adecuadas destinadas a enfrentar la situación socio-epidemiológica, ambiental y de los sistemas de salud, vigentes;

Que se movilicen para formar la fuerza de trabajo necesaria para hacer avanzar el campo de la salud global y diplomacia de la salud en la región;

Que se articulen con los movimientos sociales para tener certeza de que estén correspondiendo a las expectativas sobre las respuestas del mundo académico a las necesidades de la sociedad;

Expresamos la necesidad de avanzar en la autosuficiencia en la producción de medicamentos, vacunas e insumos estratégicos, articulando las iniciativas del multilateralismo regional en salud, tales como el desarrollo y la producción regional de sustancias químico farmacéuticas (IFAs), los mecanismos de negociación de precios y de compras conjuntas; el desarrollo de consorcios de investigación y desarrollo para la producción de vacunas; el desarrollo regional de ensayos clínicos, y el desarrollo de estrategias de flexibilización de los sistemas de propiedad intelectual, anteponiendo la salud pública sobre los intereses comerciales, así como estrategias tendientes a la homologación de registros farmacéuticos y reconocimiento mutuo, promoviendo la soberanía sanitaria y un mayor acceso universal a vacunas, medicamentos e insumos estratégicos en salud.

A trabajar mancomunando esfuerzos, por medio de la cooperación y la solidaridad de Gobiernos, iniciativas de integración regional en salud e instituciones académicas sinergizando esfuerzos en pro de los desafíos de salud de los pueblos de nuestra región.

Santiago de Chile, 17 de noviembre de 2022

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

*Augusto Paulo Silva, Tomé Cá
Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

OS ECOS DA COP DA COP AFRICANA



Parceiros Africanos e Globais lançam Aliança Bilionária para uma Infraestrutura Verde

A União Africana, o Grupo Banco Africano de Desenvolvimento e o Africa50 - juntamente com vários parceiros mundiais - lançaram a [Aliança para as Infraestruturas Verdes em África](#) (AGIA), uma iniciativa para ajudar a dimensionar e acelerar o financiamento de projetos de infraestruturas verdes em África. Os parceiros globais colaboradores que trabalham com a União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e o Africa50 são a Agência de Desenvolvimento da União Africana, o Banco Europeu de Investimento, o Banco Europeu de Reconstrução e Desenvolvimento, a Agência Francesa de Desenvolvimento, a Fundação Rockefeller, a Agência de Comércio e Desenvolvimento dos EUA, o Centro Global de Adaptação, o Grupo de Desenvolvimento de Infraestruturas Privadas, e o Fórum de Investidores Africanos Soberanos.

A cerimônia de lançamento foi realizada em 9 de novembro à margem da 27ª Cúpula climática global (COP27) em *Sharm El-Sheikh*, no Egito. A missão da Aliança é angariar capital significativo para acelerar a transição justa e equitativa da África para as *Emissões Líquidas Zero*. Tem dois objetivos estratégicos. O primeiro é gerar uma sólida carteira de projetos transformadores financiáveis. O segundo é catalisar o financiamento à escala e rápido para as infraestruturas africanas.

Na sequência do anúncio da Aliança, na 6ª Cúpula/Cimeira União Europeia-União Africana em Bruxelas, em fevereiro deste ano, os parceiros iniciaram o seu trabalho de colaboração e identificaram quatro pilares para a ação coletiva:

❖ **Preparação e desenvolvimento de projetos** - Este pilar apoia a transformação de projetos desde a conceção até ao financiamento. Desenvolve também uma forte carteira de projetos de infraestruturas verdes financiáveis.

❖ **Classificações de projetos** - Este pilar estabelece critérios de elegibilidade ecológicos e diretrizes de classificação para projetos de infraestruturas. Fornece também assistência técnica para o desenvolvimento de capacidade dentro do setor público.

❖ **Cofinanciamento e retirada de risco (*Desrisking*)** - Este pilar fornece os instrumentos de retirada de risco necessários para facilitar os investimentos e desenvolver um quadro claro para mobilizar o financiamento de capital e de dívida para infraestruturas verdes dos membros da AGIA e outras fontes.

❖ **Investidores Institucionais** - O pilar dos Investidores Institucionais facilita a mobilização de fundos de investidores institucionais globais e africanos e a alavancagem dos mercados de capitais africanos e internacionais para impulsionar as emissões de obrigações verdes e financiamento de projetos.

A Aliança para as Infraestruturas Verdes em África (*Alliance for Green Infrastructure in Africa*) irá angariar até US\$ 500 milhões para fornecer capital para o desenvolvimento de projetos em fase inicial. Trata-se de capital que construirá uma sólida linha de projetos financiáveis, começando com a fase de pré-viabilidade até à conclusão comercial e financeira. Prevê-se que isto gere até US\$10 bilhões de investimentos em infraestruturas verdes. Isto será mobilizado a partir de uma combinação de coinvestimentos, cofinanciamento, mitigação de riscos e financiamento misto fornecido pelos membros da Aliança. Este capital será igualmente retirado de outras instituições financeiras e fundações, investidores institucionais públicos e privados mundiais e africanos, patrocinadores de projetos, operações soberanas de bancos multilaterais de desenvolvimento, e de doadores bilaterais do G-20.

Os setores prioritários da Aliança são energia, transportes, água e saneamento, infraestruturas de saúde, de banda larga e urbanas e rurais. Apoiará programas de grande escala, tais como megaprojetos solares ou projetos de hidrogênio verde, bem como iniciativas menores de capital de risco como projetos de *'cleantech'*, armazenamento de energia ou soluções de mobilidade elétrica (*'e-mobility'*).

Nos comentários iniciais, o Presidente do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, Dr. Akinwumi Adesina, afirmou: "*A plataforma AGIA é uma nova plataforma que está totalmente alinhada com o apelo global dos líderes do G7 em junho deste ano, quando apelaram à parceria em infraestruturas e investimentos globais para mobilizar US\$ 600 bilhões em infraestruturas até 2027, especialmente para apoiar infraestruturas sustentáveis, de qualidade e resistentes ao clima*". Adesina acrescentou: "*Precisamos de todos vós, uma vez que as necessidades em África são simplesmente enormes. Só trabalhando juntos e reunindo os nossos recursos poderemos fazer impactos transformadores e colocar a África num caminho claro para alcançar as emissões líquidas zero e mitigar as alterações climáticas. África precisa de financiamento para infraestruturas, estimado entre 130 bilhões a US\$ 170 bilhões por ano, com um défice de financiamento de infraestruturas de até US\$108 bilhões por ano. Mas a maior parte das infraestruturas para a África ainda está por construir. Isto representa uma enorme oportunidade para o fazer bem. Construir infraestruturas verdes que sejam inteligentes em termos climáticos resistentes ao clima*".

A Comissária da União Africana para Energia e Infraestruturas, Dra. Amani Abou-Zeid, afirmou: "*Como instituições africanas, devemos concentrar-nos na preparação de projetos em fase inicial, em intervenções que tirem risco e na construção de um ambiente empresarial robusto para atrair investidores de todas as partes do mundo. Queremos galvanizar os investidores em torno de projetos prioritários que combinem todos os nossos esforços para a concretização. Temos agora de intensificar os nossos esforços e avançar mais rapidamente e à escala*".

O CEO do Africa50, Alain Ebobissé, afirmou: *"Estou entusiasmado com o mandato da AGIA. Trata-se de uma iniciativa orientada para os resultados, que estrutura rapidamente os projetos, desde a fase de conceção até à conclusão financeira. Estou ansioso por estabelecer parcerias com mais instituições de desenvolvimento e agentes do setor privado em África e a nível global, para alavancar recursos adicionais, de modo a podermos utilizar os 10 mil milhões de dólares que estabelecemos como meta para os investimentos em infraestruturas verdes e sustentáveis da AGIA"*.

Realizada no Pavilhão África da COP27, a cerimónia reuniu líderes mundiais, chefes de instituições financeiras de desenvolvimento e representantes empresariais do setor privado. Incluiu um painel de discussão sobre o tema **"Aliança para Infraestruturas Verdes em África: um modelo para os países africanos acelerarem a sua transição para as Emissões Zero"**.

O painel contou com a presença da Comissária da União Africana, Dr. Amani Abou-Zeid; do CEO da Africa50, Alain Ebobissé; do CEO da Ithmar Capital e Presidente do Fórum dos Investidores Soberanos de África, Obaid Amrane; do CEO do Centro Global de Adaptação, Patrick Verkooijen; do Presidente da Fundação Rockefeller, Dr. Rajiv J. Shah; do Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento (BEI), Ambroise Fayolle, e do ex-Primeiro-Ministro do Reino Unido, o Honorável Tony Blair.

O Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento, Ambroise Fayolle, comentou: *"A preparação do projeto e o acesso ao financiamento estão entre as principais barreiras para tornar as infraestruturas de África verdes e resistentes às alterações climáticas. O anúncio de hoje da Aliança para as Infraestruturas Verdes em África é um marco importante para acelerar e aumentar o financiamento de fontes públicas e privadas. O BEI está encantado por aderir à Aliança e trabalhar em estreita colaboração com a União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento, o África50 e os parceiros para fazer desta nova iniciativa um sucesso"*.

"África está na linha da frente das crises mundiais de clima, energia e alimentação, mas tem sido a que menos contribuiu para estas crises. O continente é apenas responsável por cerca de 3% das emissões históricas de gases com efeito de estufa. Com iniciativas inovadoras como a Aliança para Infraestruturas Verdes em África, o povo de África pode liderar uma revolução energética limpa que evita a catástrofe climática e alarga o alcance do acesso à eletricidade e das oportunidades económicas em todo o continente", disse Rajiv Shah, da Fundação Rockefeller.

"A AGIA está aqui para trazer algumas soluções. Estou convencido de que podemos tornar a África verde, tanto na produção de eletricidade como para ajudar a Europa a tornar a sua indústria verde. É também uma oportunidade de criar empregos para a juventude", disse Obaid Amrane, da Ithmar Capital.

Pelo Banco Europeu de Investimento, Ambroise Fayolle afirmou: *"O que nos agrada nesta iniciativa é que ela toca em duas coisas que são primordiais: a oportunidade de impulsionar a preparação de projetos e de angariar capital privado. Teremos todo o prazer em trazer o capital necessário para que estes projetos tenham sucesso. O clima é uma prioridade fundamental para o BEI e para a União Europeia. O nosso mandato é assegurar o nosso apoio a projetos verdes em África. África já é quase metade da nossa carteira. A abordagem pragmática desta aliança torna-me otimista. Temos de trazer coisas que sejam replicáveis e que possamos repetir em projetos em várias partes de África. O que importará é saber se somos capazes de entregar rapidamente"*.

Nas suas observações finais, Tony Blair disse: *"Só vamos resolver este problema tomando ações fortes que se baseiem em planos práticos e na implementação. É importante que os governos cresçam de uma forma sustentável. A questão não é apenas como conseguimos obter financiamento e investimento em África, mas também como os próprios governos se preparam para a absorção desse financiamento e esse é o outro lado da equação, e é por isso que a preparação de projetos é tão importante"*.

"É sempre uma parceria. Não creio que o problema seja a falta de vontade ou de apetite por parte do povo africano ou dos seus governos. É uma questão de organização, de conseguir os elementos certos para tornar a visão uma realidade. E se aprendi alguma coisa no governo, é que o mais difícil é conseguir que as coisas se façam. Podemos escrever os relatórios e ter as grandes visões. Mas, em última análise, trata-se da implementação", concluiu Tony Blair.

A COP27, comumente referida como a COP africana, é uma oportunidade para destacar as necessidades, circunstâncias e oportunidades especiais do continente africano. O Banco Africano de Desenvolvimento, juntamente com a Comissão da União Africana, a Comissão Económica das Nações Unidas para África e a Agência de Desenvolvimento da União Africana, acolheram um Pavilhão de África na conferência.

O Pavilhão de África proporcionou o espaço para África se reunir e definir estratégias para defender as suas posições e interesses comuns na COP27, oferecendo uma plataforma para reforçar parcerias estratégicas para mobilizar novos recursos financeiros e moldar a narrativa global da COP27 sobre questões críticas, tais como a transição energética justa, soluções baseadas na natureza, financiamento da adaptação, e perdas e danos.

Líderes globais apoiam e financiam o Programa de Aceleração da Adaptação de África para fazer face às alterações Climáticas no continente



Os líderes mundiais reuniram-se para debater a adaptação climática em África num Evento de Líderes de Adaptação para África, convocado pelo **Presidente do Senegal e da União Africana, Macky Sall**, pelo Diretor Executivo do Centro Global de Adaptação, Patrick Verkooijen, e pelo Presidente do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, Akinwumi Adesina.

O evento teve lugar na cimeira global sobre o clima (COP27) em Sharm El Sheikh, Egito. Sublinhou a necessidade crítica da adaptação climática em África e respondeu ao apelo para a capitalização do Programa de Aceleração da Adaptação de África (AAP).

"Este é um passo fundamental na luta contra as alterações climáticas", disse o Presidente da União Africana, Macky Sall. *"Os compromissos assumidos pelos parceiros africanos darão ao Programa de Aceleração da Adaptação de África o impulso de que necessita para*

transformar a trajetória de desenvolvimento do continente mais exposto ao clima do mundo; estou confiante na capacidade do AAAP de produzir resultados para África", salientou.

O **Programa de Aceleração da Adaptação de África** é uma iniciativa lançada e liderada por africanos, sendo desenvolvida pelo Centro Global de Adaptação (GCA) e pelo Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB) em estreita colaboração com a União Africana. Serve como a implementação da **Iniciativa de Adaptação de África** (AAI) para mobilizar 25 bilhões de dólares para implementar, escalar e acelerar a adaptação climática em toda a África. Desde 2021, o AAAP tem integrado a adaptação climática em mais de 3,5 bilhões de dólares de investimentos em 19 países.

"Quero expressar a minha total solidariedade para com o Programa de Aceleração da Adaptação de África [...] Exorto a comunidade internacional a apoiar África a mobilizar os recursos técnicos e financeiros para aumentar a adaptação transformadora", disse o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres.

"Com este programa inovador, a África desenvolveu um plano para crescer, criar empregos e oportunidades para as pessoas, e ser resistente à crise climática", disse o Presidente do Gana, Akufo-Addo. "O singular enfoque do AAAP na questão da adaptação climática também contribuirá para uma maior estabilidade e progresso em África e em todo o mundo; o AAAP está alinhado com os planos do Gana para enfrentar as alterações climáticas, uma vez que preside o Fórum da Vulnerabilidade Climática (CVF) para liderar os esforços dos países mais vulneráveis ao clima para estimular e mobilizar o investimento através dos Planos de Prosperidade Climática", disse o Chefe de Estado.

James Cleverly, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Commonwealth e Desenvolvimento do Reino Unido, anunciou que o Reino Unido fornecerá 200 milhões de libras esterlinas à Janela de Ação Climática do Banco Africano de Desenvolvimento. Isto vem juntar-se aos 20 milhões de libras anunciados na COP26 em Glasgow para o Mecanismo de Financiamento a Montante do AAAP.

Cleverly afirmou: *"As alterações climáticas estão a ter um impacto devastador nos países da África Subsaariana que enfrentam secas e padrões climáticos extremos, que historicamente têm recebido uma ínfima proporção do financiamento climático. Este novo mecanismo [...] verá os fundos vitais serem entregues aos mais afetados pelos impactos das alterações climáticas, muito mais rapidamente".*

O Primeiro-Ministro dos Países Baixos, Mark Rute, deu seguimento ao compromisso assumido na Cimeira de Adaptação de África, realizada no Centro Global sobre Adaptação, em setembro, para confirmar que os Países Baixos irão contribuir com 110 milhões de euros para o AAAP, com 10 milhões de euros em apoio ao Mecanismo de Financiamento a Montante acolhido pela GCA e 100 milhões de euros para a Janela de Ação Climática do Fundo Africano de Desenvolvimento, no Banco Africano de Desenvolvimento, como parte do compromisso dos Países Baixos de dedicar metade do seu financiamento climático, totalmente baseado em subvenções, à adaptação ao clima, com enfoque na África.

O Primeiro-Ministro norueguês, Jonas Gahr Støre, ecoou os apelos dos líderes africanos para que os países aumentassem rapidamente o financiamento para a adaptação climática, afirmando: *"A crise climática está aqui e agora. Anos de progresso estão em risco".*

"O Mecanismo de Financiamento a Montante do AAAP é o mecanismo de execução da adaptação e irá utilizar milhões para alavancar os milhares de milhões que são necessários para a adaptação", continuou o Primeiro-Ministro da Noruega. *"Os projetos AAAP irão gerar resultados eficazes na adaptação ao clima. A adaptação é uma agenda de crescimento. Uma agenda de emprego. E uma agenda de prosperidade. Em nome da Noruega, estou ansioso por continuar esta parceria, investindo nela, e apoiando-a com o Centro Global sobre Adaptação",* acrescentou.

A Diretora Executiva do Fundo Monetário Internacional, Kristalina Georgieva, enfatizou a necessidade de acelerar a adaptação em África, afirmando: *"É primordial apoiar a adaptação de África porque sem ela África não alcançará o seu tremendo potencial. O AAAP complementa o Fundo de Resiliência e Sustentabilidade do FMI, que ajuda os países a enfrentar choques externos como as alterações climáticas e a assegurar um crescimento sustentável que pode dar a África uma oportunidade de saltar modelos de desenvolvimento ultrapassados"*.

O Presidente do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento, Dr. Akinwumi Adesina, disse: *"África está a sofrer os efeitos devastadores das alterações climáticas. O nosso continente está a ser alterado em pouco tempo pelo financiamento climático. As contribuições para o Mecanismo de Financiamento a Montante do Programa de Adaptação de África e a Janela de Ação Climática - que o Banco Africano de Desenvolvimento gere - irão ajudar a capitalizar o programa. Com o aumento do capital, podemos realizar melhor o investimento necessário para colmatar a lacuna do financiamento da adaptação. Queremos assegurar que as comunidades mais vulneráveis possam beneficiar de um futuro sustentável e próspero"*.

Endossando os resultados da reunião de alto nível, Patrick Verkooijen, CEO do Centro Global sobre Adaptação, encerrou com uma declaração enfatizando o impacto do AAAP até à data, observando que *"não há pausa na crise climática. África deve adaptar-se à ameaça das alterações climáticas, e deve adaptar-se agora"*.

"Através do AAAP", continuou, *"a África traçou o seu caminho para um futuro resistente ao clima para a sua juventude, para o seu crescimento económico, e para a sua prosperidade"*.

Sobre o Centro Global sobre Adaptação

O [Centro Global sobre Adaptação](#) (GCA) é uma organização internacional que trabalha como intermediária de soluções para acelerar a ação e o apoio a soluções de adaptação, desde o internacional ao local, em parceria com o setor público e privado, para assegurar que aprendemos uns com os outros e trabalhamos em conjunto para um futuro resiliente ao clima. Fundada em 2018, o GCA é acolhido pelos Países Baixos, trabalhando a partir da sua sede em Roterdão com um centro de conhecimento e investigação sediado em Groningen. O GCA tem uma rede mundial de escritórios regionais em Abidjan, na Costa do Marfim, Dhaka, no Bangladesh e Pequim, na China. Através desta rede evolutiva de escritórios e equipas globais e regionais do GCA, a organização envolve-se em atividades políticas de alto nível, novas contribuições de pesquisa, comunicações, e assistência técnica a governos e ao setor privado.

Sobre o Programa de Aceleração da Adaptação de África

O [Programa de Aceleração da Adaptação de África](#) (AAAP) é uma iniciativa conjunta do Banco Africano de Desenvolvimento e do Centro Global sobre Adaptação (GCA). O seu objetivo é mobilizar 25 mil milhões de dólares, ao longo de cinco anos, para acelerar e escalar a ação de adaptação climática em todo o continente. Esta ambição é concretizada através do AAAP

Mecanismo de Financiamento a Montante, gerido pelo Centro Global sobre Adaptação, e pela janela de ação climática do Banco Africano de Desenvolvimento no reabastecimento do ADF. O AAAP trabalha em quatro pilares para alcançar resultados transformacionais: Pilar Tecnologias Digitais Resilientes ao Clima para a Segurança Agrícola e Alimentar; Pilar Africano de Aceleração da Resiliência das Infraestruturas, Pilar Empoderamento da Juventude para o Empreendedorismo e Criação de Empregos em Adaptação e Resiliência Climática, e o Pilar Iniciativas Financeiras Inovadoras para África. O AAAP já orientou mais de 3,5 bilhões de dólares de investimentos a montante em 19 países, com cada dólar gasto a influenciar 100 dólares a jusante.

CDC ÁFRICA

Oficina sobre revisão da estratégia de [testes diagnósticos e vigilância da Covid-19](#): Transição de resposta à emergência para a integração em serviços de saúde de rotina

Em resposta à pandemia, em 2020, a União Africana através do CDC África lançou a parceria para acelerar a realização de testes diagnósticos da Covid-19 (*The Partnership to Accelerate Covid-19 Testing*, PACT). A iniciativa continental ajudou os Estados-Membros a limitarem a transmissão, garantindo ao mesmo tempo um maior acesso a diagnósticos e suprimentos médicos, bem como a capacitação através do fortalecimento das competências do pessoal de saúde da linha de frente necessário para apoiar a resposta no país. Entre o lançamento da PACT e a Estratégia Revisada de Teste e Vigilância, vários documentos de orientação foram elaborados e divulgados pelo CDC África e parceiros. Estas diretrizes incluem, entre outras: a orientação interina sobre o uso de testes de diagnóstico rápido do antígeno SARS-CoV-2 (Ag RDTs); diretrizes de autoteste, e COVID-19 Test & Treat diretrizes com o objetivo de complementar os protocolos de testes baseados na facilidade, melhorar o acesso aos testes diagnósticos e vigilância genômica.

Entretanto, com a rápida evolução epidemiológica e as múltiplas alterações recentes à resposta globalmente e em nível continental, como o levantamento de *lockdowns*, a expansão da vacinação, o declínio generalizado da demanda por testes, há uma necessidade urgente de ação para garantir que as orientações revisadas para a estratégia de testes e vigilância sejam efetivas e eficientemente implementadas em todos os Estados Membros da União Africana, garantindo ao mesmo tempo sistemas de vigilância permanecem funcionais para detectar oportunamente quaisquer ressurgências potenciais.

Esta oficina consultiva de três dias reuniu diretores de laboratório, responsáveis pela vigilância e gerentes de incidentes da Covid-19 dos 46 Estados Membros da União Africana para, em conjunto, deliberar, explorar e formular abordagens e intervenções práticas que promoverão a integração e expansão dos serviços de testes de diagnóstico e vigilância da Covid-19 no serviço de saúde de rotina ao mesmo tempo em que aproveita as estruturas existentes nos outros programas de controle e prevenção de doenças.

SADC: Ministros da Saúde analisam estado de saúde na região¹²⁷

A capital da República Democrática de Congo (RDC), Kinshasa, acolheu a reunião de Ministros da Saúde e chefes de programas de HIV/AIDS ao nível dessa região com objetivo de rever e atualizar os indicadores da qualidade de vida e saúde. Entre os países que participaram da reunião, destacam-se **Angola**, Botswana, RDC, Eswatini, Lesotho, Malawi, **Moçambique**,

¹²⁷ <https://www.sadc.int/latest-news/health-ministers-review-state-health-region>

Namíbia, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue, para além de representantes do Escritório Regional Africano da Organização Mundial da Saúde (OMS/AFRO), do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV e AIDS (UNAIDS) para África Austral e Oriental e o CDC África.

O Ministro da Saúde, Higiene e Prevenção da RDC, Dr. Jean-Jacques Mbungani Mbanda, responsável pela Saúde e HIV/AIDS deu as boas-vindas e congratulou-se pelo empenho dos Estados Membros na melhoria da qualidade de saúde e nutrição na região, ressaltando a necessidade de cooperação regional para continuamente melhorar os indicadores de saúde. Por seu turno, o Secretário Executivo da SADC, Elias Mpedi Magosi, fez saber que apesar das incertezas que ainda persistem sobre o impacto futuro da Covid-19 os Estados Membros da SADC encontraram formas inovadoras de viver e regressar às atividades comerciais normais durante a pandemia e com uma perspectiva encorajadora.

Para ele, a região africana e a SADC em particular, destacaram-se pelo seu papel na liderança em intervenções para conter a propagação da pandemia principalmente entre grupos vulneráveis, por isso, aconselhou os Estados Membros a fortalecer a cooperação inter-regional e internacional na preparação e resposta a pandemias, assim como promover diálogo entre as partes interessadas e compartilhar as melhores práticas além-fronteiras, a fim de construir uma preparação de saúde pública mais forte, eficaz e resiliente e uma resposta eficaz contra futuras pandemias.

Para os Ministros da Saúde, a SADC deve continuar em alerta para monitorar a evolução do surto e ressurgimento da Covid-19 nos níveis nacional e subnacional usando taxas de positividade de casos e de hospitalização. Mas também deve fortalecer-se a expansão da cobertura de vacinação para Covid-19, a fim de atingir pelo menos 70% da população e consolidar a imunidade de rebanho.

Ademais, os Estados Membros devem intensificar a vigilância de risco múltiplo, como mecanismos de alerta precoce para prever e abordar surtos potenciais em tempo hábil; compartilhar informações oportunas sobre doenças propensas a epidemias com outros Estados Membros, a fim de abordar a transmissão transfronteiriça e intensificar as atividades de preparação e resposta a epidemias (EPR) de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional (RSI, 2005).

Os Ministros observaram a situação do programa de imunização na região; tendo corroborado em intensificar as parcerias para massificar o processo de imunização e trabalhar em colaboração para desenvolver planos para alcançar as comunidades de difícil acesso, monitorar a cobertura e relatar o progresso anualmente. A cúpula de Ministros da SADC notou adicionalmente progressos no desenvolvimento de programas, regulamentos e estratégias nacionais obrigatórios de 'Fortificação de Alimentos' e instaram os Estados Membros a investirem na capacidade de testes laboratoriais de micronutrientes em termos de equipamento e pessoal para facilitar o monitoramento da conformidade e aplicação de programas de fortificação de alimentos e controle de sua qualidade.

Para eles, os Estados Membros têm se esforçado na produção de "Resumos Orçamentais" de Nutrição e análises de custo-benefício sobre o investimento em nutrição, que destacam os benefícios de investir em nutrição, uma vez que previne doenças relacionadas com a nutrição e problemas de saúde, incluindo a realização de atividades de capacitação sobre investimento em nutrição, desenvolvimento de uma ferramenta de rastreamento para

financiamento público para nutrição e geração de um relatório de síntese regional sobre o nível de financiamento público para nutrição.

Os Ministros tomaram nota do relatório sobre “Cartão de Pontuação de Prevenção do HIV da SADC” de 2021; exortaram aos Estados Membros a abordarem as lacunas identificadas nas principais áreas de intervenção de prevenção do HIV do Cartão de Pontuação. Os Ministros instaram o envolvimento do setor de justiça na resposta ao HIV, a fim de proteger os direitos e promover a saúde e o bem-estar de todas as pessoas; e promover a responsabilização do referido sector na abordagem do HIV, a fim de fortalecer o acesso à justiça para os marginalizados.

O BAD apoia COMESA para desenvolver a indústria farmacêutica na região¹²⁸

O [Banco Africano de Desenvolvimento \(BAD\)](#) através do Fundo Africano de Desenvolvimento (FAD) aprovou a concessão de 6.63 milhões de dólares para apoiar o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) para desenvolver o setor farmacêutico na sub-região

O projeto, que será executado ao longo dos próximos três anos (2023-2025), é um apoio institucional para o desenvolvimento da indústria farmacêutica da região, que irá fortalecer capacidade de órgãos reguladores, sistemas de gerenciamento e controle de qualidade de produtos e instituições de pesquisa e desenvolvimento de fármacos na região. O objetivo é implementar e aumentar a produção e comercialização de produtos farmacêuticos seguros e de qualidade, para Covid-19 e outras doenças.

O projeto apoiará o órgão sub-regional na implementação de estratégias continentais da indústria farmacêutica e o auxiliará na simplificação e harmonização dos processos de registro de medicamentos, bem como na garantia de acesso a produtos e tecnologias médicas essenciais. Também será criada uma plataforma de informação para fabricantes, importadores e exportadores farmacêuticos. O projeto beneficiará diretamente as instituições públicas responsáveis pelo desenvolvimento da indústria farmacêutica, como autoridades reguladoras nacionais de medicamentos, laboratórios de controle de qualidade, provedores regionais de treinamento em farmácia, universidades e centros de pesquisa.

“O objetivo é capacitá-los para apoiarem o setor farmacêutico para que possam produzir localmente medicamentos essenciais seguros para as necessidades da população, especialmente mulheres e crianças”, disse Leila Mokaddem, Diretora Geral do BAD para a África Austral.

A Diretora Geral acrescentou que a maioria dos países da região tem uma indústria farmacêutica fraca e subdesenvolvida, o que coloca a região dependente de importações para a maioria de seus suprimentos médicos. Além disso, devido à baixa produção farmacêutica local, há uma alta prevalência de produtos farmacêuticos contrafeitos em circulação, o que traz sérias consequências para o bem-estar da população da região.

Embora o projeto se destine a beneficiar diretamente os países elegíveis do FAD do COMESA, outros países membros do Grupo do Banco poderão participar das atividades e eventos do projeto, mas a um custo adicional.

¹²⁸<https://www.comesa.int/the-african-development-bank-supports-comesa-to-develop-the-pharmaceutical-industry-in-the-region/>

Recorde-se que o COMESA compreende 21 países seguintes: Burundi, Comores, República Democrática do Congo, Djibouti, Egípto, Eritreia, Eswatini, Etiópia, Quênia, Líbia, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Ruanda, Seychelles, Somália, Sudão, Tunísia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

Treinamentos dos bancos sub-regionais como estratégias para o alcance dos ODS em África¹²⁹

O conflito entre a Rússia e Ucrânia torna as condições de pessoas mais difíceis para além de gerar e/ou contribuir de certa forma para o aumento de custo de combate às mudanças climáticas, desigualdades e outras grandes metas de desenvolvimento. Embora se concentrem no apoio ao desenvolvimento económico para países de baixa e média rendas, grandes atores globais no financiamento do desenvolvimento, como o [Fundo Monetário Internacional](#) e o [Banco Mundial](#) até agora não conseguiram enfrentar a crise climática e a desigualdade social com a agilidade e escala necessárias¹³⁰.

Lembremos que mesmo antes da [pandemia](#), os [LMICs](#) lutaram para obter financiamento em cerca de 2,5 trilhões de dólares para atender anualmente as metas globais de desenvolvimento. Mas a pandemia aumentou essa diferença para [4,2 trilhões](#) de dólares. A guerra da Ucrânia está aumentando ainda mais esse fosso. Nesse contexto, o FMI e o Banco Mundial deram passos importantes para fortalecer a economia global e apoiar os países a alcançar o crescimento económico. Mas, segundo a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, nenhuma das instituições está equipada para lidar com as múltiplas crises globais que afligem os países hoje e, ao mesmo tempo, lidar com as mudanças climáticas¹³¹.

Isso obriga os líderes mundiais a [repensar a arquitetura financeira global](#) e projetar novas maneiras de ajudar os países a lidar com questões de curto prazo, como a inflação, mas também com desafios de longo prazo, como a mudança climática e, finalmente, gerar financiamento para trabalhar em direção aos ODS.

Uma coisa que os líderes mundiais poderiam fazer imediatamente para resolver isso é capacitar os bancos multilaterais regionais de desenvolvimento, como o BAD¹³² e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)¹³³, de modo a aumentar os pacotes de financiamento para 650 bilhões de dólares¹³⁴ da reserva feita pelo FMI para ajudar os países a superar a pandemia do COVID-19. Isso inclui quase [US\\$ 275 bilhões](#) em recursos públicos como [Direitos Especiais de Saque](#) destinados para LMICs. Os SDRs são um ativo de reserva internacional cujo valor é baseado em uma cesta de cinco moedas.

Paradoxalmente, os países de renda mais alta têm acesso a mais [de 57% do total](#). Em contraste, os países da África, da América Latina e Caribe, cujas necessidades são muito maiores, têm acesso a apenas [5% a 8%](#), respectivamente. Os líderes mundiais estão incentivando de

¹²⁹ <https://www.afdb.org/en/news-and-events/opinion-time-empower-regional-development-banks-sdg-financing-56621>

¹³⁰ <https://www.devex.com/news/opinion-time-to-empower-regional-development-banks-for-sdg-financing-104258>

¹³¹ <https://www.reuters.com/world/us-treasurys-yellen-says-imf-world-bank-not-designed-tackle-global-crises-2022-04-21/>

¹³² <https://www.devex.com/organizations/african-development-bank-afdb-19838>

¹³³ <https://www.devex.com/organizations/inter-american-development-bank-idb-20083>

¹³⁴ <https://www.imf.org/en/Topics/special-drawing-right/2021-SDR-Allocation>

maneira louvável as economias de renda mais alta a canalizar esses fundos para os países de baixa e média rendas. O G20 e outras nações já prometeram quase [US\\$ 45 bilhões](#) a esse esforço. Mas isto não é suficiente.

As nações de alta renda também poderiam canalizar esses recursos para bancos regionais como AfDB e BID. Ambos os bancos poderiam então usar esses ativos de reserva para fornecer empréstimos adicionais de maneiras que o FMI não pode. Por exemplo, se esses bancos recebessem menos de 1% dos recursos do FMI, poderiam dobrar a quantidade de empréstimos de baixo custo que podem oferecer a seus países membros. Fazer isso não é difícil, mas exige que os líderes globais atuem de forma inovadora.

É verdade que o próprio FMI está inovando. Em abril, o Conselho Executivo do FMI aprovou a criação do [Resilience and Sustainability Trust](#). Este e outro fundo do FMI, o Fundo de Redução da Pobreza e Crescimento, oferece uma maneira de os países emprestarem uns aos outros parte de suas participações em SDR para alcançar reformas estruturais de longo prazo. Os bancos de desenvolvimento regional podem complementar e multiplicar os benefícios para os LMICs.

Por isso, faz ainda mais sentido permitir que os bancos regionais levem esses fundos aos LMICs. Os bancos regionais também podem fornecer importantes resultados de desenvolvimento por apenas uma fração do custo que os países gastam em ajuda externa direta: cada dólar contribuído para um MDB como capital híbrido um instrumento financeiro que é menos arriscado do que o capital, mas compartilha características com investimentos de capital gera US\$ 4 em recursos adicionais. Numa época em que cada dólar conta, esta é uma proposta de valor única para os governos de todos os lugares.

O AfDB e o BID têm classificações AAA e forte posição nos mercados de capitais, o que significa que podem absorver o risco em seus balanços e oferecer aos países membros condições de financiamento acessíveis. Como muitos governos enfrentam altas cargas de dívida pós-pandêmica, esse é outro bom motivo para favorecer os bancos regionais. Os bancos regionais também poderiam usar esses ativos de reserva do FMI para emprestar aos bancos públicos de desenvolvimento do país, o que ajudaria a fortalecer os sistemas financeiros regionais e disponibilizar mais financiamento para o desenvolvimento sustentável. Como os bancos regionais já contam com estruturas de eficácia no desenvolvimento e equipes de monitoramento, emprestar ativos de reserva para eles facilitaria o acompanhamento, a medição e o progresso dos países de alta renda no cumprimento dos ODS.

Ao oferecer financiamento em condições altamente subsidiadas, os bancos regionais de desenvolvimento podem investir mais facilmente nos países, inclusive nos mais vulneráveis. Isso proporcionaria melhor acesso a serviços de água e saneamento, assistência médica e redes de proteção social. Também criaria oportunidades de emprego e facilitaria a tão necessária ação climática. Finalmente, os bancos regionais de desenvolvimento também são hábeis em mobilizar financiamento do setor privado para aumentar o investimento. No ano passado, por exemplo, o *BID Invest*, braço do setor privado do BID, mobilizou um recorde de [US\\$ 3 bilhões](#), e 70% do financiamento mobilizado¹³⁵ pelo *BID Invest* estava vinculado a uma transação que tinha financiamento climático. Se tivesse ainda mais capital, poderia mobilizar ainda mais.

¹³⁵ <https://idbinvest.org/en/publications/2021-annual-report>

A Europa desiludida

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Assim como aconteceu em todo o ano de 2022, o assunto na Europa é a guerra, com notícias que seguem preocupando. No final de semana, um novo [bombardeio quase acertou a usina nuclear de Zaporizhzhia](#), a maior usina atômica da Europa, que está sob comando russo. A Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), da ONU, anunciou que "potentes explosões" atingiram a central nuclear ucraniana, no sábado e no domingo. Projéteis caíram próximo de reatores e danificaram um prédio de armazenamento de lixo radioativo, disse o órgão regulador nuclear da ONU.

Já mencionamos a preocupação que ronda os ataques próximos à usina, por seu potencial de destruição e de efeitos absolutamente nocivos à saúde da população. O chefe da agência estatal de energia atômica da Rússia, Rosatom, alertou que [há risco de um acidente nuclear](#) na usina, após os novos bombardeios no fim de semana.

Outra notícia preocupante foi explosão que aconteceu na Polônia, vitimando 2 pessoas e mostrando o quão perto da fronteira a guerra pode estar. A explosão ocorreu depois da defesa antiaérea da Ucrânia ter disparado contra os mísseis russos. Como a Polónia é membro da Otan e teve a integridade de seu território ameaçada, a Organização se reuniu e concluiu que [não foi um ataque deliberado da Rússia](#), mas a culpa pela violência em curso. "A partir da informação que nós e os nossos aliados temos, foi um míssil S-300 feito na União Soviética, e não há provas de que tenha sido lançado pelo lado russo", disse o presidente da Polónia, Andrzej Duda. "É altamente provável que tenha sido disparado pela defesa antiaérea ucraniana", acrescentou.

A [Suécia vai revisar sua legislação antiterrorismo](#) para atender às exigências turcas para a aceitação de sua candidatura à Otan. O Parlamento sueco aprovou uma emenda à Constituição para facilitar a busca em casos suspeitos e a captura de membros de grupos considerados terroristas. A barganha vem sendo feita desde que Suécia e Finlândia anunciaram desejo de integrar a aliança militar, após a invasão da Ucrânia pela Rússia. O presidente turco, Recep Tayyip Erdogan quer que os escandinavos deixem de ser abrigo de pessoas ligadas a grupos terroristas curdos como o PKK, ou as YPG - milícias curdas que se tornaram famosas pelo combate ao *Daesh* no norte da Síria, mas que também brigam pela independência da região curda na Turquia. Trata-se de um importante passo, mas a ascensão sueca à Otan, ainda depende do voto favorável da Hungria.

A Finlândia vai construir uma [barreira para reforçar a segurança na fronteira](#) com a Rússia, em resposta às crescentes tensões com a invasão da Ucrânia. O projeto será iniciado em março de 2023 e deverá estar concluído até 2025 ou 2026. Com custo estimado em 380 milhões de euros, o projeto prevê a construção de uma barreira de três metros, com arame farpado, que se deverá estender por uma distância de 200 quilômetros. A fronteira da Finlândia com a Rússia estende-se por 1340 quilômetros, configurando-se como a maior linha de demarcação de toda a União Europeia.

A União Europeia já forneceu mais de um bilhão de euros em ajuda humanitária à Ucrânia e agora concentra esforços na preparação para o inverno. Abrigos foram instalados em diversos locais, e as necessidades energéticas estão sendo consideradas prioritárias, em particular porque a Rússia intensificou os ataques contra as infraestruturas civis. Segundo a ONU, milhões de pessoas estão sem eletricidade, água ou aquecimento, em pelo menos 16 das 24 regiões do país, e na capital, Kyev. A UE forneceu 500 geradores através do Mecanismo de

Proteção Civil e outros 300 foram financiados através da ajuda humanitária. Foram também fornecidos kits de reparação para reparar os danos nas redes elétricas.

A “Iniciativa do Mar Negro”, acordo alcançado para permitir a exportação de cereais ucranianos e fertilizantes russos através do Mar Negro, vai ser prolongada por mais 120 dias e nas mesmas condições.

Saindo da guerra, entramos no campo da [saúde pública, que foi objeto de manifestação pública em Madrid](#). De acordo com os organizadores, cerca de 200 mil pessoas foram às ruas contra a deterioração dos cuidados de saúde pública na comunidade, contestando as políticas sanitárias do governo local, do Partido Popular, encabeçado por Isabel Díaz Ayuso. Entre as medidas mais controversas estão as alterações no sistema de assistência, que deixam 29 centros de saúde com apenas um enfermeiro nas urgências, médicos atendendo por videochamadas. Cerca de cinco mil profissionais de saúde da região têm uma greve indefinida marcada para 21 de novembro.

Na Itália e na França, o cenário de deterioração da saúde pública não está melhor. O [sistema de saúde francês](#), que já foi considerado um dos melhores da Europa e do mundo, enfrenta uma crise sem precedentes e a falta de médicos afeta todo o país. [Na Itália, médicos estão deixando o trabalho no hospital](#). A maioria trabalha nos serviços de urgências e o diagnóstico é consensual: más condições de trabalho, baixos salários, má organização e falta de perspectivas de futuro. O problema é transversal na Europa. Em Portugal médicos têm abandonado o Serviço Nacional de Saúde (SNS), uma sangria difícil de estancar, com muitos profissionais rumando para os serviços privados e para outros países à procura de melhores condições de trabalho.

A extrema direita mal chegou ao poder na Itália e já levou o tema de migração para a agenda da UE, em reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros. O navio Ocean Viking, embarcação que salva pessoas em apuros nas rotas migratórias irregulares e que pertence a uma organização não governamental, foi recusado a atracar num porto italiano e foi redirecionado para a cidade francesa de Toulon, onde desembarcou 230 pessoas.

A lei internacional dita que pessoas em risco de naufrágio sejam levadas para o porto mais próximo do local de resgate. A Itália costuma estar nessa posição, dadas as rotas migratórias com origem no Médio Oriente e Norte de África. Sua negativa ao pedido do Ocean Viking, foi criticada pela Comissão Europeia e pelo governo francês. Em retaliação, a França reforçou controles fronteiriços, gerando longas filas de espera para atravessar a fronteira entre o norte de Itália e o território francês.

Para Antonio Tajani, ministro dos Negócios Estrangeiros italiano, trata-se de um problema europeu, que tem de ser enfrentado e resolvido a nível comunitário. O governo italiano, agora chefiado pela líder da extrema-direita Giorgia Meloni, pede um código de conduta para os navios de voluntários. Grécia, Malta e Chipre juntaram-se à Itália, e numa declaração conjunta, pedem um "mecanismo eficaz, justo e permanente de partilha de encargos", a nível da UE, para a gestão de requerentes de asilo e migrantes que chegam por via marítima.

Quanto aos resultados da COP27, a Comissão Europeia se diz "[desiludida](#)". A expressão vem da fala de Frans Timmermans, vice-presidente da Comissão Europeia: "*A União Europeia veio aqui para obter um acordo com uma linguagem forte e estamos desiludidos por não termos conseguido isso. Apelo fortemente a todos para que arregacemos as mangas e mostremos ao*

“mundo que a luta pela ambição por um futuro melhor ainda não terminou.” Para a França, houve “falta de ambição climática”.

Se por um lado, foi criado um fundo para as perdas e danos causados por fenômenos relacionados com as alterações climáticas, por outro, não houve qualquer progresso no estabelecimento de novos limites globais, para a emissão de gases com efeito de estufa. Apesar da criação do fundo, não se estabeleceram novos prazos ou novos tetos para a redução ou para o fim da utilização dos combustíveis fósseis. Além disso, a referência às chamadas “energias de baixas emissões” levantou críticas, por fazer com que combustíveis fósseis como o gás natural possam vir a ser considerados “verdes”, discussão presente na agenda ambiental europeia.

Alok Sharma, deputado britânico que presidiu a COP, diz que o texto final não traz um claro compromisso para acabar com a utilização de combustíveis fósseis: *“Quisemos dar passos definitivos em frente e juntar várias partes para propor um certo número de medidas nesse sentido. Fazer com que o pico de emissões aconteça antes de 2025, tal como a ciência nos diz que tem de ser, não está neste texto. Uma continuação da redução do uso do carvão, também não está no texto. Um claro compromisso para acabar com a utilização de todos os combustíveis fósseis, também não. O texto sobre a energia foi enfraquecido nos últimos minutos”*.

Considerando que a Europa volta a recorrer ao uso do carvão como fonte energética, pode soar curiosa a desilusão da Comissão Europeia com o resultado do encontro. Principalmente sendo ela uma das responsáveis por classificar o gás como fonte limpa de energia. Contudo, sua liderança na agenda ambiental é importante e seu dever de casa tem sido feito. Nas palavras da presidente da Comissão Europeia, Úrsula Von der Leyen, tratou-se alguns dos sintomas, mas não curamos o doente.

A disputa pelo protagonismo no cenário mundial tem se deslocado para a Ásia

Lúcia Marques

No início de 2022, sinalizamos que o ano seria da Ásia.¹³⁶ Os cenários apontavam para um 2022 favorável à China, com desdobramentos positivos para os países da **Ásia Sudeste, Pacífico e Central e do Oriente Médio**. O país de Xi Jinping vinha se preparando e construindo alianças há pelo menos três décadas. Além disso, o ano se iniciava com a entrada em vigor da Parceria Econômica Abrangente (RCEP), tendo a China como parceiro chave, com o Paquistão como presidente do G77¹³⁷, com China como presidente dos BRICS. E com Indonésia como presidente do G20 - que aliás, encerrou seu mandato¹³⁸ com chave de ouro ao organizar a cúpula de líderes de 2022, considerada bem frequentada e unida por um consenso anti-guerra.¹³⁹

Ao mesmo tempo, as ações dos EUA de contenção à ascensão da China, que tiveram início na era Trump¹⁴⁰, foram ficando cada vez mais hostis. Embora o atual presidente americano tenha um estilo diferente de seu antecessor, Joe Biden segue a mesma tática combativa e o pensamento surgido após a Segunda Guerra Mundial, com normas e ideias moldadas por um grupo relativamente pequeno de países liderados pelos EUA, que sabe o que é melhor para o mundo.

Mas o mundo mudou. Diferente daquela época e dos tempos da guerra fria entre EUA e Rússia, o mundo globalizado evoluiu e as relações comerciais e de cooperação se ampliaram. E viu emergir a China como um ator chave não só para a sua região, mas para grande maioria dos países em desenvolvimento do Sul Global. E um parceiro estratégico para os desafios globais que estão por vir – novas pandemias, mudanças climáticas, insegurança alimentar e novas tecnologias para energia verde.

Embora o mundo esteja enfrentando as consequências da guerra russo-ucraniana, de uma forma geral os países pobres e em desenvolvimento vêem o conflito como a guerra da “Europa e dos EUA”. Ao mesmo tempo assistem aos EUA cortejarem aliados na Europa, Ásia e além contra o rival econômico e estratégico: a China. Enquanto os EUA tentam conquistar a confiança das nações asiáticas colocando na mesa de negociações os temas que interessam aos países asiáticos, a China fortalece cada vez mais sua parceria estratégica com os países da Ásia Central e Ocidental, do Indo-Pacífico e da África.

E no Oriente Médio, a saída dos EUA do acordo nuclear do Irã, pelo ex-presidente, Donald Trump, a retirada catastrófica da América do Afeganistão e o “fechar de olhos” às ações de Israel na Palestina deixaram os líderes regionais cautelosos.¹⁴¹ Apesar dos esforços de Biden,

¹³⁶ **Marques, L.** Ásia estará no centro dos cenários positivos em 2022. E China também. In: Buss e Burguer (Org.). [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 2-2022, p. 137](#)

¹³⁷ O Grupo dos 77 é uma coalizão de nações em desenvolvimento, do qual a China faz parte, que visa promover os interesses econômicos coletivos de seus membros e criar uma maior capacidade de negociação conjunta na ONU. O G-77 integra os Cadernos CRIS, com análise de **Regina Ungerer**, que acompanha também o Movimento dos Nãos Alinhados.

¹³⁸ Índia será o próximo presidente do bloco de 20 países <https://www.g20.org/indonesia-hands-b20-presidency-to-india-as-summit-ends/>

¹³⁹ <https://english.elpais.com/international/2022-11-19/indonesias-joko-widodo-skillfully-hosts-a-tricky-g20-summit.html>

¹⁴⁰ Presidente dos EUA entre 2017 e 2021.

¹⁴¹ **Marques, L.** Biden tenta recuperar as relações com Oriente Médio. In: Buss e Burguer (Org.). [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 13-2022, p. 152.](#)

a América não é mais o poder tutelar do Oriente Médio como já foi, como [escreveu](#) Herve de Charrette.¹⁴² Para alguns, a China é cada vez mais vista como um parceiro confiável; já os EUA estão longe de conquistar a confiança das nações orientais como planeja. Terá que oferecer mais. E não é segurança. O belicismo americano não faz bem para ninguém.¹⁴³

E, uma vez que Washington está disposta a tudo para conter o crescimento econômico e tecnológico da China, especialmente na guerra dos semicondutores,¹⁴⁴ redireciona as cadeias de suprimentos e busca fortalecer parcerias estratégicas. Ao mesmo tempo que China investe em tecnologia caseira e se esforça para integrar estruturas econômicas e de segurança em toda a Ásia e também no Oriente Médio e África.

Acompanhando os novos movimentos, países Sul e sudeste da Ásia aprofundaram relações com países do Oriente Médio e da Ásia Central.¹⁴⁵ E o mapa se amplia quando olhamos as parcerias estabelecidas entre os países do Golfo e da Ásia com os países do continente africano. Energia, novas redes de transportes de suprimentos, saúde e vigilância, infraestrutura em saúde e fortalecimento dos sistemas de saúde, educação e capacitação e tecnologias verdes estiveram no centro dos acordos. E, à medida em que as relações foram se aprofundando e consolidando, os países dessas regiões deram mais um passo para tornarem-se fortes frente aos desafios globais: o intercâmbio cultural, turismo e capacitação passaram a fazer parte dos novos planos de trabalho e de cooperação, como uma oportunidade para alcançar a prosperidade e o crescimento para os países e povos das regiões. E como forma de fortalecer laços de identidade, de união, parceria, podendo reduzir as tensões políticas regionais e internacionais. Principalmente nestes tempos de fobias e divisões geopolíticas.¹⁴⁶

Ao longo do ano, muitas reuniões, cúpulas e workshops contribuíram para fortalecer essas relações entre as nações do Sul Global, estabelecendo novas parcerias e novos arranjos, se antecipando às mudanças da ordem mundial. Algumas organizações ampliaram seus nichos de atuação. A Conferência sobre Medidas de Interação e Construção da Confiança na Ásia (CICA), com 27 Estados e dois terços do PIB global, decidiu em sua recente cúpula no Cazaquistão se transformar em uma organização completa de cooperação econômica e de segurança na Ásia. Seus 27 Estados-membros representam dois terços do PIB global. China e Rússia direcionaram sua evolução para incluir países do Sudeste Asiático e do Oriente Médio. Também concluiu um acordo de parceria com a União Econômica da Eurásia (UEE), que prevê a livre circulação de bens, serviços, capital e trabalho entre seus Estados membros. Embora longe de atingir os objetivos pretendidos de uma união aduaneira e mercado comum da UE, permitiu à Rússia contornar as sanções ocidentais e importar bens do Cazaquistão.

A Organização para Cooperação de Xangai recentemente se confirmou como órgão intergovernamental integrado, ampliando a cooperação para além da segurança, fortalecendo

¹⁴² Herve de Charette é ex-ministro das Relações Exteriores e ministro da Habitação da França. Também foi prefeito de Saint-Florent-le-Vieil e vice de Maine-et-Loire.

¹⁴³ [Cadernos Cris-Fiocruz Informe 10-2022, p. 141.](#)

¹⁴⁴ [Cadernos CRIS-Fiocruz Informe 15-2022, p. 153](#)

¹⁴⁵ Em palestra recente nos Seminários Avançados CRIS em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. [\(tempo 1:24:51\)](#), José Luis Fiori¹⁴⁵, Professor de Economia e Política Internacional (UFRJ), apontou o deslocamento do Oriente Médio para a Ásia.

¹⁴⁶ **Marques, L.** Países da Ásia Central, do Golfo, China, Índia avançam para além da saúde e respostas às emergências: comércio, cultura e turismo. In: Buss e Burguer (Org.). [Cadernos CRIS-Fiocruz 17-2022, p 168](#)

a política e a conectividade econômica, buscando novos caminhos e pontos para o desenvolvimento.

Não podemos deixar de destacar, a recente parceria estratégica estabelecida entre Índia e Arábia Saudita. O país de Narendra Modi tem se aproximado cada vez mais das nações do Oriente Médio e da Ásia Central, com em questões políticas, segurança, relações socioculturais e corporação de defesa, além de outros assuntos regionais e internacionais de interesse mútuo.

Mas um exemplo que, segundo o articulista Andrea Rizzi¹⁴⁷, do El País, “é um excelente prisma para divisar o futuro do mundo, que inclui o centro de gravidade se deslocando em alta velocidade para o sudeste asiático” foi a [Cúpula do G20](#) realizada no início deste mês de novembro, em Bali, na Indonésia. O G20 representa 80% do PIB e 60% da população mundial

Como afirmou Rizzi, três dos quatro países mais populosos do mundo estão na Ásia: Índia, China e o país-sede da Cúpula, a Indonésia, com quase 280 milhões de habitantes; três das cinco maiores economias do planeta são da região: China, Japão e Índia; também lá estão dois dos principais desafios de segurança: Taiwan e Coreia do Norte. E como destacou o articulista, em termos de manufatura, a competição que esta região implica será implacável. A China é a fábrica do mundo; Japão, Coreia do Sul e Taiwan, grandes produtores de alto padrão. Países como o Vietnã ou a própria Indonésia têm espaço para continuar ganhando terreno considerável. Esta última tem um potencial mineiro significativo, o que aumenta a primazia da China neste setor específico. Ele destacou que, embora em termos tecnológicos, os EUA mantenham uma liderança global, a China avança em ritmo acelerado em áreas-chave como inteligência artificial; Coreia e Japão, são protagonistas; e Índia pode estar em um futuro não muito distante. Como podemos ver - já escrevemos algumas vezes -, é na Ásia que o futuro tecnológico está.

A cúpula aconteceu em um momento de profundas divisões políticas, configurando uma geopolítica caracterizada por um forte confronto de poderes. O papel de liderança do presidente da Indonésia, Joko Widodo, foi crucial para o sucesso do encontro e também ajudou a projetar seu país para o mundo.¹⁴⁸ A cúpula promoveu assuntos de interesse do Sul Global. E como destacou Rizzi, revelou o ativismo diplomático da Índia e uma lista de líderes interessados em estabelecer acordos bilaterais com o país de Xi Jinping.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança do centro de gravidade econômica do Atlântico para a Ásia causa alarme porque muda a ordem mundial estabelecida pelos EUA após 1945.¹⁴⁹

Nestes tempos de novas geopolíticas, frente à desgastada hegemonia ocidental, à falta de confiança na América e a entrada de novos atores no cenário internacional, os países da Ásia e Oriente Médio estabelecem parcerias, diálogos e se reorganizam para [traçar seus próprios rumos](#), buscando estabilidade, progresso, recuperação econômica, parcerias tecnológicas para

¹⁴⁷ Correspondente de assuntos globais do EL PAÍS e autor de uma coluna dedicada a questões europeias publicada aos sábados. Anteriormente, foi editor-chefe do Internacional e vice-diretor de Opinião do jornal. É licenciado em Direito (La Sapienza, Roma), mestre em Jornalismo (UAM/EL PAÍS, Madrid) e em Direito da União Europeia (IEE/ULB, Bruxelas).

¹⁴⁸ <https://english.elpais.com/internacional/2022-11-19/indonesias-joko-widodo-skillfully-hosts-a-tricky-g20-summit.html>

¹⁴⁹ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/08/taiwan-e-hoje-o-principal-ativo-dos-eua-para-conter-a-china-diz-o-maior-sinologo-da-asia.ghtml>

um futuro verde, saudável e interconectado. China, Arábia Saudita, Índia, Turquia e os Estados cáspios estão reconfigurando esse novo mundo. E os países do continente africano não querem ficar de fora desse movimento e se aproximam de seus vizinhos do oriente. Embora tão diversos, têm muitas similaridades que os aproximam. Todos sabem que cooperação e engajamento construtivo será fundamental para enfrentar as múltiplas crises que o mundo vive, embora seja a bipolaridade que esteja ditando o futuro no momento: noroeste rico X sudeste pobre ou Norte global X Sul global.

No **OM**, os EUA ainda podem ser percebidos como um provedor de segurança na região, mas já não é nada confiável; enquanto a China é cada vez mais vista como um parceiro confiável. Na **AP**, a falta de aceitação nas últimas tentativas dos EUA de conter a China revela sua política obsoleta à medida que o mundo avança em direção a uma maior colaboração. Para os EUA, o modelo Chinês é uma ameaça às liberdades do mundo. É ideológico? É, mas esse é só um lado do discurso. É tecnológico? É; a tecnologia tem sido uma área-chave de preocupação para os Estados Unidos, pois tentam manter o domínio geopolítico, econômico e militar.

Estados Unidos: Saúde global e diplomacia da saúde

Guto Galvão

Durante a COP27 o presidente Biden reafirmou os compromissos que detalhamos no informe anterior.

Em um evento com pálidos avanços nas áreas centrais do problema de emissões que deterioram o clima, mas que de forma histórica deu um passo no sentido de reconhecer o dano histórico e desigual das consequências da mudança climática, com a criação de um grupo de trabalho para implementar do fundo de perdas e danos, o Plano de Emergência do Presidente para Adaptação e Resiliência (PREPARE) toma especial relevância.

[O Plano de Ação do PREPARE](#) deve fazer frente as inúmeras faces da crise climática como o aumento das temperaturas e do nível do mar, as tempestades catastróficas, incêndios, inundações, secas e o calor extremo. O PREPARE foi lançado em 1º de novembro de 2021 como a pedra angular da resposta da política externa dos EUA para enfrentar os impactos cada vez mais devastadores da crise climática global, melhorando a capacidade das comunidades vulneráveis em todo o mundo de enfrentá-las e, como resultado, reforçar a estabilidade e a segurança. O PREPARE visa ajudar mais de meio bilhão de pessoas nos países em desenvolvimento a se adaptarem e gerenciarem os impactos das mudanças climáticas até 2030. A implementação é um esforço de todo o governo americano que coloca à disposição 19 agências federais para ajudar na aceleração da adaptação em países e comunidades vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas.

O Plano de Ação do PREPARE, apresentado na COP27 define objetivos estratégicos que apoiam os três pilares inter-relacionados e que se reforçam mutuamente:

- Pilar 1, PREPARE Conhecimento: Informação é Poder;
- Pilar 2, PREPARAR Planos e Programas: Integrar e Integrar Adaptação, Construir Relacionamentos, Executar; e
- Pilar 3, PREPARAR Recursos: Mobilizar Finanças e Capital Privado.

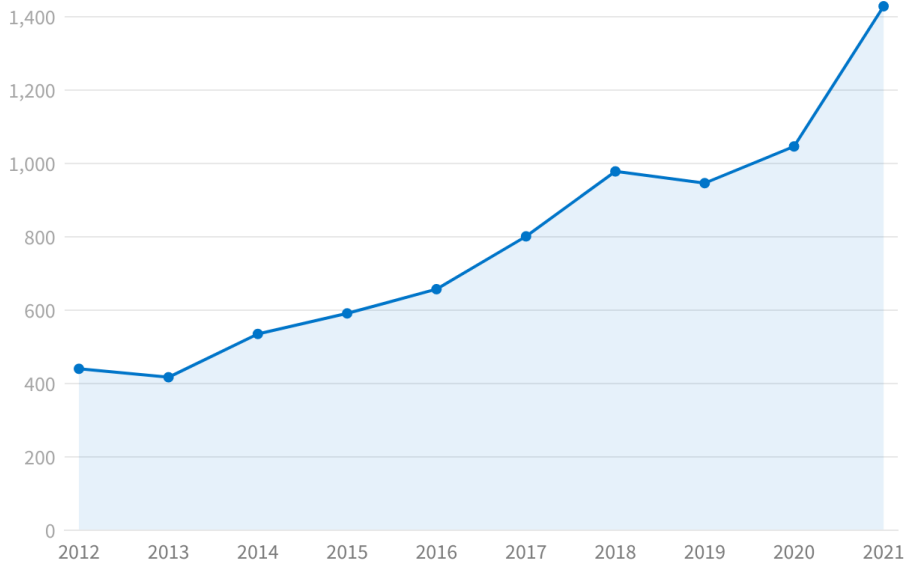
O trabalho dos três pilares do PREPARE se concentrará em acelerar a adaptação daqueles que são afetados de forma desproporcional como as mulheres, jovens, povos indígenas e grupos de baixa renda e marginalizados que historicamente foram excluídos do planejamento e da ação de adaptação, mas muitas vezes enfrentam os maiores riscos.

Saúde como investimento lucrativo

Em um estudo recente [da Kaiser Health News](#), membro da KFF (Kaiser Family Foundation) investigou a aquisição furtiva de serviços de atenção à saúde pelo patrimônio privado (Private Equity) como investimento e com fins de lucro nos Estados Unidos

O [estudo](#) demonstrou esforços consideráveis dos investidores para assumir partes grandes e lucrativas do sistema de saúde dos EUA nos últimos anos. A KHN descobriu que as empresas de “private equity” investiram em uma década, quase US \$ 1 trilhão por meio de milhares de negócios para adquirir hospitais e práticas médicas especializadas.

Private Equity Health Industry Deals Soared Over the Past Decade



Source: PitchBook
Credit: Lydia Zuraw/KHN

KHN

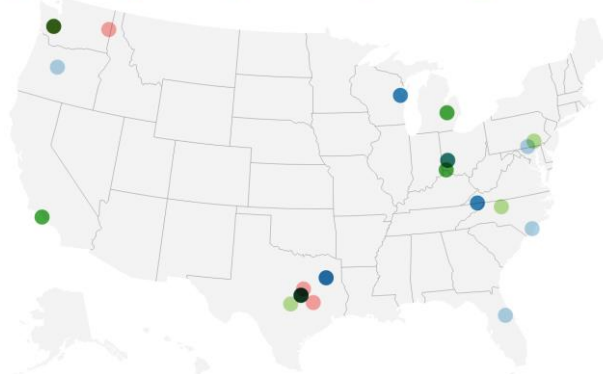
Os acordos foram feitos, em grande parte, de forma que não foram percebidos pelas agências de regulação federal. Essa ação resultou em um aumento da busca dos provedores por lucros, gerando preços mais altos para os pacientes, ações judiciais e reclamações sobre a qualidade do atendimento.

Os investimentos variam amplamente e incluem as aquisições de consultórios médicos, empresas de gerenciamento de clínicas odontológicas, empresas para tratamento de autismo, dependência de drogas e outros cuidados de saúde comportamental e serviços auxiliares, como laboratórios de diagnóstico e teste de urina e software para faturamento médico. Por meio de outros negócios, empresas ligadas ao “private equity” passaram a dominar serviços médicos especializados, como dermatologia, gastroenterologia e anestesiologia, pronto-socorro hospitalar e até mesmo sistemas hospitalares rurais inteiros em certas regiões do país.

Private Equity's Market Control

These metropolitan areas had some of the highest percentages of physician specialists affiliated with private equity firms in 2021:

■ Anesthesiology ■ Dermatology ■ Gastroenterology ■ Ophthalmology ■ Primary care



Notes: Data is based on metropolitan statistical areas with more than 10 physicians in a specialty.
Source: Ola Abdelhadi, Nicholas C. Petris Center at the University of California-Berkeley
Credit: Lydia Zuraw/KHN

KHN

Essas operações foram feitas de forma que os agentes reguladores federais não detectaram já que mais de 90% das aquisições ou investimentos ficaram abaixo do limite de US\$ 100 milhões, limite acima do qual desencadearia uma revisão antitruste pela Comissão Federal de Comércio e pelo Departamento de Justiça.

Denunciantes e pacientes atingidos pelo problema recorreram aos tribunais alegando má conduta e outros negócios impróprios e segundo a KHN essas empresas concordaram em pagar multas de mais de US \$ 500 milhões desde 2014 para resolver pelo menos 34 ações judiciais movidas sob a Lei de Falsas Alegações.

A imprensa americana tem noticiado os resultados do estudo amplamente e também os recursos disponibilizados pela KHN: como a página: "[Pacientes com Lucro: Como o Private Equity Sequestrou os Cuidados de Saúde](#)" e um [vídeo](#), que aborda o tema e vários exemplos e casos. A série inclui uma cartilha "[Como o Private Equity está investindo em cuidados de saúde](#)". A KHN colabora com muitos editores e meios de comunicação para que sejam publicadas essas e outras histórias da KHN sem nenhum custo (khn.org).

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Bertha Luz Pineda Restrepo - Socióloga y Coordinadora de la Mesa Andina del ORAS-CONHU

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Danielle Keylla Alencar Cruz -

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Francisca Sabugo Brandes - Jornalista e Mestre em Comunicação Estratégica. Profissional de Cooperação e Assuntos Internacionais da Oficina de Cooperação e Assuntos Internacionais do Ministério de Salud de Chile

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Ivis Pavez Carrasco - Advogada, Mestre em Direito Internacional. Profissional de Cooperação e Assuntos Internacionais do Escritório de Cooperação e Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde do Chile

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

José Luis Fiori - Professor emérito de economia política internacional e de ética internacionais do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, PEPI da UFRJ; e do Núcleo de Bioética e Ética Aplicada, NUBEIA da UFRJ

Juan Carlos Coronel Zarate - Jefe del Departamento de MERCOSUR SLAUD de la Dirección General de Relaciones Internacionales del Ministerio de Salud y Bienestar Social del Paraguay

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Karinne Marieta Carvalho – IFF/Fiocruz

Laurenice de Jesus Alves Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laura Guadalupe Rolón Gregorio – Médica y Directora Técnica de Integración Regional del Ministerio de Salud y Bienestar Social del Paraguay

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Lívia Almeida de Menezes - Pediatra, Mestre em Saúde da Criança e da Mulher, Coordenadora de Atenção do IFF/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luiz Cláudio Meirelles - Engenheiro Agrônomo, Mestre em Engenharia de Produção, Coordenador Geral do Centro de Estudos do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz)

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche -

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria de Fátima Ramos Moreira - Engenheira Química, Doutora em Saúde Pública, Vice-coordenadora de Pesquisa, Centro de Estudos do Trabalhador e Ecologia Humana (Cesteh/ENSP/Fiocruz)

María del Carmen Calle Dávila de Saavedra - Médica y Secretaria Ejecutiva del ORAS-CONHU

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Marisela Mallqui Osorio - Médica y Secretaria Adjunta del ORAS-CONHU

Marcos Augusto Bastos Dias - Obstetra, Doutor em Ciências, Pesquisador e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança do IFF/FIOCRUZ

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Montserrat Vargas Solórzano – Advogada, Mestre em Bioética e Direito. Oficial da diplomacia científica, tecnológica e de inovação do Ministério das Relações Exteriores da Costa Rica

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então já são **62** Informes quinzenais produzidos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 já foram realizados **23** seminários avançados, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

Dia 24 de novembro – *Saúde nos grupos de países: G20, G7, BRICS, G77 e Não-alinhados*

Dia 30 de novembro – *Convenções do Clima e Biodiversidade: Oportunidades para a Saúde*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 22/2022

Período: 08 a 21 de novembro de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2022.

181 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.